UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VICTOR VINICIUS DOS SANTOS

UMA INVESTIGAÇÃO GEO-HISTÓRICA SOBRE A OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE LESTE NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

BELO HORIZONTE

2014

VICTOR VINICIUS DOS SANTOS

UMA INVESTIGAÇÃO GEO-HISTÓRICA SOBRE A OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE LESTE NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Weber Soares (UFMG)

BELO HORIZONTE

2014

S237i
2014

Santos, Victor Vinícius dos.

Uma investigação geo-histórica sobre a ocupação do Sertão de Leste nas Minas Gerais do século XIX [manuscrito] / Victor Vinícius dos Santos. – 2014.

205 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Weber Soares.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instiuto de Geociências, 2014.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Bibliografia: f. 199-205.

Inclui anexo.

1. Minas Gerais – Geografia histórica – Teses. 2. Minas Gerais – Colonização – Teses. I. Soares, Weber. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3:93(815.1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

UMA INVESTIGAÇÃO GEO-HISTÓRICA ACERCA DO DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DE LESTE NO SÉCULO XIX

VICTOR VINICIUS DOS SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 30 de abril de 2014, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Weber Soares - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof(a). José Flávio Morais Castro
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof(a). Ralfo Edmundo da Silva Matos
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof(a). Marly Nogueira
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof(a). André Veloso Batista Ferreira
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Belo Horizonte, 30 de abril de 2014.

Sumário

Índice de Figuras ..... *II*
Índice de Tabelas ..... *III*
Índice de Quadros ..... *III*
Agradecimentos ..... *IV*
RESUMO **5**
ABSTRACT **6**
INTRODUÇÃO **7**
1. REFERENCIAL TEÓRICO: DISCUSSÕES E CONCEITOS PERTINENTES À GEO-HISTÓRIA DO SERTÃO DE LESTE **17**
1.1 Geo-história: parâmetros teóricos *17*
1.2 Definições de região, território e sertão *32*
1.2.1 Conceituação de região *32*
1.2.2 Conceituação de território *42*
1.2.3 Conceituação de Sertão *50*
2. SERTÃO DE LESTE: PECULIARIDADES FÍSICAS E A PRESENÇA INDÍGENA **60**
2.1 Peculiaridades Físicas *60*
2.2 Panorama dos indígenas do Sertão de Leste *79*
3. ORDEM POLÍTICA: AS DECISÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE O SERTÃO DE LESTE E A HISTÓRIA DAS DIVISÕES MILITARES DO RIO DOCE **107**
3.1 A ocupação e territorialização do Sertão de Leste e a importância das Divisões Militares do Rio Doce *107*
3.2 A figura de Guido Thomaz Marlière no Sertão de Leste *133*
4. ESTRUTURAS POLÍTICA E SOCIOECONÔMICA DE MINAS GERAIS E DO SERTÃO DE LESTE NO SÉCULO XIX **152**
4.1 Aspectos Políticos *153*
4.2 Aspectos econômicos e populacionais *163*
CONSIDERAÇÕES FINAIS **190**
ANEXO 1 ..... **198**
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **199**

Índice de Figuras

Figura 1: Mapa das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais 65

Figura 2: Mapa das Bacias Hidrográficas que compõe o Sertão de Leste 66

Figura 3: Mapa da Vegetação em Minas Gerais 69

Figura 4: Proximidades de Itambé do Mato Dentro – Baixo Rio Doce..... 71

Figura 5: Presença de Mata Atlântica – Parque Estadual do Rio Doce 72

Figura 6: Mata Atlântica densa – Parque Estadual do Rio Doce 72

Figura 7: Baixo rio Doce – próximo à borda leste da Serra do Espinhaço 73

Figura 8: Área de Caatinga no Vale do Jequitinhonha..... 73

Figura 9: Região de Minas Novas – área de incidência do Cerrado e da Caatinga..... 74

Figura 10: Vista atual do entorno do município do Serro (antiga Vila do Príncipe) – área de incidência da Mata Atlântica e do Cerrado..... 76

Figura 11: Recorte do Mapa Etno-Histórico do Brasil enfatizando Minas Gerais 81

Figura 12: Idealizações do bom e do mau selvagem..... 88

Figura 13: Índios Guaranis tidos como civilizados 89

Figura 14: Representação de índios Botocudo e Pataxó..... 90

Figura 15: Índios vivendo nas proximidades da Fazenda Guido-Wald 135

Figura 16: Festa de embriaguês dos Coroados 143

Figura 17: Mapa da distribuição dos municípios de Minas Gerais em 1831..... 158

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição dos municípios mineiros segundo a data de criação 156

Tabela 2: Relação dos municípios da Província de Minas Gerais em 1831 157

Tabela 3: Distribuição da população do Brasil entre 1772-1782 164

Tabela 4: População brasileira em 1872 165

Tabela 5: População escrava no Brasil – (1819-1873) 167

Tabela 6: Minas Gerais: composição das exportações (1818-1819) 176

Tabela 7: Exportação de Tecidos de Minas Gerais de 1818 – 1850 184

Índice de Quadros

Quadro 1: Divisões Militares, quartéis e localização (1808-1839) 63

Agradecimentos

Ao professor Weber Soares, por ter me orientado com zelo e comprometimento e assim ter contribuído ativamente para que a dissertação ganhasse em qualidade e precisão.

Aos professores André Velloso, Marly Nogueira e Ralfo Matos, pelas sugestões e contribuições feitas no seminário de dissertação e durante as disciplinas que cursei com eles.

Ao Professor José Flávio Castro, por aceitar de imediato o convite para participar da banca final.

À Deus, aos meus familiares e amigos.

À CAPES, por ter financiado (por nove meses) esse trabalho.

Resumo

Existem muitos estudos na literatura acerca da região centro-mineradora no século XVIII, em contrapartida, as demais regiões do estado e os séculos que não o do ciclo do ouro ainda não foram tão bem investigados. Os estudos relativos ao território mineiro no século XIX são, em grande medida, direcionados a outras regiões que não o Leste, é o caso das regiões Central, Sul e da Mata, onde o contingente populacional e a dinâmica econômica chegaram mais cedo que no Leste do estado. O Sertão de Leste de Minas foi uma das últimas, se não a última região a ser ocupada naquela província, mantendo-se inabitado por determinações reais até o ano de 1808. Desde então começa seu efetivo desbravamento e ocupação, passando por várias fases (Primeiro Reinado, Regências, Segundo Reinado e início da República). Dessa forma, esta dissertação de mestrado analisa as peculiaridades de tal ocupação presentes ao longo desse intervalo de tempo. O objetivo que norteia a dissertação é: *entender os motivos que transformaram o Sertão de Leste em território, o que implica em estudar as decisões políticas (nas esferas central e local) referentes ao desbravamento e ocupação do Sertão de Leste e a organização espacial das atividades econômicas e da população lá instaladas no decorrer do século XIX.* Foram levadas em consideração as características físicas, seus entraves e possibilidades; a relação com os indígenas; os planos e ações dos personagens locais, das autoridades metropolitanas ou nacionais (dependendo do período) e as mudanças devidas a alteridade territorial fruto dessa relação entre as escalas de ordem vasta e local; que foram ocorrendo ao longo da empreitada de desbravar o Sertão de Leste e na medida em que a ocupação foi se consolidando, transformando-o em território propriamente dito. Houve ainda a tentativa de entender quais foram as mudanças na esfera política central e nos planos relativos à porção leste de Minas e como elas influenciaram as ações locais – mas dando atenção também às influências sofridas pelas escalas superiores mediante a relação prática com a escala local. Foram utilizados como referencial teórico os preceitos geo-históricos, segundo os quais os estudos que investigam a história de uma região não devem negligenciar as peculiaridades espaciais e nem as relações entre o espaço e os grupamentos humanos que nele se instalam ou o utilizam para obter vantagens econômicas. Sendo assim houve uma inspiração da escola dos Annales e dos estudos Braudelianos na medida em que esses buscam a relação entre os homens, o tempo e o espaço; além ainda de procurarem fontes e métodos presentes não só na ciência histórica, mas também em outras ciências – das quais a geografia merece destaque. Para dar conta de tal empreitada foram utilizados documentos primários, mapas e relatos de época, associando-os à bibliografia mais recente elaborada acerca daquela porção do território mineiro. Assim buscou-se preencher parte da lacuna sobre a história não só socioeconômica e demográfica, mas também espacial, de Minas Gerais, dando atenção à porção leste do território ao longo do século XIX.

Palavras chave: Metodologia Geo-histórica. Desbravamento, conquista e ocupação. Transição Colônia – Império. Sertão de Leste. Divisões Militares do Rio Doce.

Abstract

There are many studies in the literature about the center-mining in the eighteenth century, but the other regions of the state and the other centuries than that of the gold cycle have not been so well investigated. The studies about Minas Gerais territory in the nineteenth century are largely dimension directed to other regions than not East. In the case Central Regions, South and Mata, where the population and economic dynamics that arrived earlier than East state. O Sertão de Leste de Minas Gerais was one of the last if not the last region to be occupied that province, keeping inhabited by royals determinations until the year 1808. Ever since begins the effective clearing and occupation of East State, through several stages (First Empire, Regencies, Second Empire and early Republic). In this way, this dissertation analyzes the peculiarities of such occupation during this time period. The guiding objective of the dissertation is*: understand the motives that transformed the Sertão de Leste in territory, which implies studying political decisions (in the central and local levels) for the clearing and occupation of the Sertão de Leste and the spatial organization of economic activities and population there installed during nineteenth century*. Were considered the physical features, barriers and potentials; the relationship with the indigenous people, the plans and actions of local characters, metropolitan or national authorities (depending on the period) and changes originated caused by territorial alterity of the relation between the scales of wide and local order, that were occurring throughout the works of exploring the Sertão de Leste and to the extent that the occupation was consolidating, transforming the Sertão in the territory itself. There was still trying to understand what were the changes in the political sphere center and plans for the East portion of Minas Gerais and how they influenced local actions - but also giving attention to the influences caused by the higher scales by practicing relation with the local scale. Were used as theoretical reference Geo-historical precepts, whereby studies that investigate the history of a region should not neglect the spatial peculiarities and neither relations between space and the human groups that install or use these studies for to get economic advantages. So there was an inspiration of the Annales School and Braudelianos studies to the extent that these searching for the relation between men, time and space, in addition to searching for further sources and methods not only found in historical science, but also in other sciences - geography deserves mention. To account for of this study primary documents, maps and reports of the time were used, associating it to the most recent bibliography compiled on that portion of the Minas Gerais State. As well we attempted to complete part of the gap not only about socioeconomic and demographic, but also spatial history of Minas Gerais, giving attention to the East portion of the territory during the nineteenth century.

Keywords: Geo-historical methodology. Exploration, conquest and occupation. Transition Colony-Empire. Sertão de Leste. Divisões Militares do Rio Doce.

Introdução

A exploração e a ocupação de Minas são um capítulo fundamental da história do Brasil. Todavia, os estudos realizados sobre os processos socioeconômicos e demográficos ocorridos no que hoje é o estado de Minas Gerias ainda trazem diversas lacunas. Existem muitos estudos na literatura acerca da região centro-mineradora no século XVIII, em contrapartida, as demais regiões do estado e os séculos que não o do ciclo do ouro ainda não foram tão bem investigados. Além disso, faltam estudos que além de enfatizar os aspectos políticos e econômicos considerem também o espaço como objeto de estudo e sua interação com os grupos sociais que por ele passaram e/ou nele se estabeleceram.

Em relação à historiografia feita sobre o Brasil, Carneiro (2013) (enfatizando o período colonial), apresenta algumas das mais importantes linhas de pesquisa seguidas pelos estudiosos que se preocuparam em investigar o passado brasileiro. Segundo esse autor, até por volta da década de 1970, os estudos ressaltavam o modelo latifundiário, escravista e monocultor, articulado com o mercado externo. Inserido no contexto mercantilista, a tônica dos estudos era dada às determinações advindas de fora do Brasil (até aquele momento colônia): as determinações e especificidades locais eram pouco ou nada enfatizadas, o que, pela natureza restritiva do olhar incidente sobre as personagens e contextos envolvidos, trouxe deficiências aos trabalhos feitos nesse período. Afinal, em suas palavras: “As estruturas socioespaciais engendradas na America Portuguesa não se resumem à vinculação exclusiva com o comercio Atlântico e com a metrópole” (CARNEIRO, 2013, p.1).

A historiografia clássica de inspiração marxista pecava por ressaltar de forma excessiva a obsessão da Coroa em transferir excedentes para fora da Colônia e a necessidade do processo de expansão e fixação de fronteiras por ela pretendida. Devido a essa forma de análise “a historia da formação territorial da Colônia ficou reduzida aos desmandos arbitrários da Metrópole, como se aqui não existissem um meio físico/natural e determinadas concepções sociopolíticas que levaram à rearticulação de parte das ações emanadas de Portugal” (IBID, p.3).

A historiografia revisionista avançou no tocante às críticas aos pressupostos globalizantes. Contudo, alguns de seus adeptos parecem não ter se desvencilhado da percepção também econômica e acabaram presos às discussões sobre o modo de produção então vigente, as relações de produção e de trabalho e as demais temáticas afins. Além disso, alguns desses estudiosos não se dedicaram ao estudo das escalas nacionais e/ou globalizantes, voltando-se para uma análise microescalar dos aspectos sociopolíticos da Colônia (CARNEIRO, 2013), o que, em certa medida, pode ser considerado uma evolução. Com essa postura, todavia, eles praticamente passaram a negar certas características fundamentais e certos personagens que fizeram parte da formação territorial brasileira.

Segundo Straforini (2007), a configuração do território brasileiro é fruto de um longo processo de conquista territorial, iniciado no século XV e finalizado somente no século XX. Os trabalhos referentes a essa temática podem ser divididos em *historiográficos* e *geográficos*, que se opõem, por sua vez, aos primeiros. Entre os historiográficos destacaram-se os de ótica juridicista e economicista. A primeira, advinda da historiografia clássica, pautava-se fundamentalmente pela redução do estudo da História a tratados internacionais e convenções que delimitavam fronteiras e conformações territoriais; já a segunda, oriunda da historiografia econômica, de grande sucesso no Brasil ao longo do século XX, considerava a sociedade conforme as superestruturas de organização do trabalho e produção com vistas ao mercado externo. “Essa perspectiva analítica produziu uma historiografia praticamente incapaz de compreender a história das sociedades na escala do cotidiano colonial, bem como das sociedades localizadas distantes das áreas *core* desses ciclos econômicos [essencialmente os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café]” (STRAFORINI, 2007, p.18).

Nos últimos vinte anos, essas duas óticas passaram a receber críticas em virtude da parcialidade de suas análises: elas haviam deixado de lado as personagens locais e as nuances das estruturas regionais. Daí surge a possibilidade de analisar também os aspectos internos à Colônia, a mistura dos interesses advindos das esferas superiores aos interesses locais, como nos diz Straforini ao se referir à formação socioeconômica e territorial de Minas: “O poder que se instituiu em Minas Gerais era um poder com amplo espaço para a ‘alteridade’” (IBID, p.19).

Em relação aos trabalhos *geográficos*, Straforini (2007) diz que, até a década de 1930, eles mantiveram grande semelhança aos da historiografia clássica, seguindo assim a ótica juridicista. A essa luz, a configuração territorial se dava através de sua dimensão (tamanho, forma, limites e fronteiras) e como resultado exclusivo da assinatura de tratados. Da década de 1940 em diante, houve uma mudança na leitura da formação territorial brasileira, ela passou a receber influência da História econômica, e em especial dos trabalhos de Caio Prado Júnior. Nesse período, apesar de outras personagens, como os índios, surgirem nessa trama, a figura central continuou sendo a do português que fomenta os grandes ciclos econômicos. Destacam-se também os trabalhos que buscaram compreender a formação territorial brasileira através dos primeiros núcleos urbanos, pois eles eram o epicentro dos grandes ciclos econômicos. Mais recentemente, próximo à virada para o século XXI, essa visão começou a mudar com os estudos que passaram a ver nos indivíduos locais personagens participantes da configuração territorial do Brasil; criam-se novas perspectivas analíticas.

Tanto Carneiro (2013) quanto Straforini (2007) enfatizam a necessidade de geografizar os estudos referentes à história do Brasil como colônia de Portugal; necessidade essa que pode e deve ser transplantada também para o período em que o Brasil já se tornou independente. O conceito de *formação socioespacial*[1] constitui recurso heurístico que serve, nesta dissertação, de lastro à análise desse período no qual estão se formando as bases sociais, econômicas, políticas e territoriais do Brasil. Essa opção conceitual implica o reconhecimento de que a análise da formação de uma região deve se ocupar das características políticas, econômicas, sociais, culturais e demográficas, associando-as entre si, das características espaciais e da história dessa região para perceber as mudanças e permanências que ocorreram através do tempo e tornaram possível a manutenção de algumas estruturas e o rearranjo de outras.

Outro conceito importante, estreitamente relacionado ao conceito supracitado, que Carneiro (2013) e Straforini (2007) vêem como necessário ao entendimento da análise territorial histórica do Brasil (ou de regiões nele existentes) é o de *alteridade*

[1] Cunhado por Milton Santos, o conceito de formação socioespacial será apresentado de forma mais clara no capítulo seguinte, quando da discussão acerca do referencial teórico utilizado nessa dissertação.

territorial[2]. Através dele a atenção não é dada somente aos grupos nacionais ou globais que tentam imprimir suas exigências e pretensões sobre determinada região (e grupos de indivíduos que nela residem e/ou a utilizam economicamente) teoricamente a eles subordinada, mas também percebe que essa escala menor é dotada de particularidades e necessidades que impedem a plena execução dos desejos vindos das escalas de poder maiores, fazendo com que ocorra uma reestruturação de tais planos teoricamente superiores. Enfim, há uma relação dialética entre as escalas macro e micro envolvidas na ocupação e uso de uma região, na qual uma escala influencia a outra em suas pretensões e na execução prática de suas ações.

Esses parâmetros conceituais e a sensibilidade geográfica de olhar não só para os indivíduos ou grupos envolvidos na construção da história de um país ou de uma região, mas também para as peculiaridades espaciais, para a relação dialética entre espaço e sociedade, constituem as bases de um estudo geo-histórico[3]. Esse tipo de investigação volta-se ao passado sem se prender apenas aos aspectos econômicos ou políticos, mas associa esses aspectos a outros de grande relevância, como os sociais, culturais, demográficos, e ainda, não negligencia o espaço e suas relações com os grupamentos humanos que nele vivem ou que dele pretendem obter vantagens. Assim a presente dissertação pautar-se-á pela investigação geo-histórica de parte do território mineiro, o chamado Sertão de Leste, tendo como intervalo de tempo a ser estudado o século XIX, período até então pouco enfatizado na literatura.

As pesquisas referentes às estruturas políticas, econômicas, sociais, demográficas e espaciais de Minas ao longo da história acabaram por dar maior ênfase ao século XVIII, e mais especificamente ao Centro minerador, sendo que as outras regiões e o século subsequente ainda guardam mistérios a serem desvendados. O Leste de Minas foi pouco ocupado até o século XIX, talvez por isso ele tenha sido menos estudado que outras regiões mineiras como o Centro que, muito explorado economicamente e com impressionante fluxo migratório ao longo do

[2] O conceito de alteridade territorial será apresentado de forma mais clara no capítulo seguinte, quando da discussão acerca do referencial teórico utilizado nessa dissertação.

[3] Assim como os conceitos de formação socioespacial e de alteridade territorial, haverá no capítulo seguinte uma discussão mais elaborada acerca da Geo-história.

período setecentista, abrigou considerável população e núcleos urbanos ao longo do século XIX; O Sul de Minas, região que obteve relevante crescimento econômico ao longo do século XIX e chegou a superar a região Central (GIOVANINI, 2006, p.14); e mesmo o Norte, centro abastecedor de gêneros agropecuários e outros produtos, como o algodão, aguardente e fumo às outras regiões mineiras (MORAES, 2005, p.14).

A porção Leste de Minas foi uma das últimas, se não a última, área a ser desbravada pelos luso-brasileiros.

> "(...) Os antigos 'sertões' (como as regiões do Triângulo, Mata mineira, Oeste e Leste) que começavam a ser cada vez mais povoados neste momento [primeira metade do século XIX] correspondiam a pouco mais de 20% da população, sendo que o Oeste mineiro, das três áreas, era aquela que tinha a maior concentração demográfica, estimada em 58.245 pessoas ou 9,29% da população da província. A Mata possuía 45.000 habitantes e o Triângulo 26.855 ou 7,18 e 5,98% respectivamente. Cumpre ainda chamar a atenção que a região chamada genericamente de 'Leste' não possuía nenhum distrito ou município recenseado neste momento, sendo difícil, portanto, definir qualquer forma de povoamento 'regular'" (SARAIVA e SILVA, 2010, p.11).

Dada a intenção de sanar algumas dessas lacunas é que essa dissertação toma como referência o seguinte tema de trabalho: *Uma investigação geo-histórica sobre a ocupação do Sertão de Leste nas Minas Gerais do século XIX.*

O recorte temporal, que contempla todo século XIX, foi escolhido porque remete a um período de muitas mudanças políticas para o Brasil, tais como a vinda da Família Real portuguesa que, transferindo o centro político do Império português para o Brasil acarretou mudanças na infra-estrutura e na economia colonial; a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, fazendo com que em 1815 o Brasil finalmente saísse da tutela absoluta de Portugal sob a qual vivia desde abril de 1500; a Independência e Primeiro Reinado, em 1822, com a dissociação plena entre Brasil e Portugal[4]; o Período Regencial, tão conturbado e repleto de revoltas e alterações no primeiro escalão político em um período tão curto, 1831-1840; o longo Segundo Reinado, estendendo-se até 1889, no qual a economia modificou-se e diversificou-se, o café começou a ser produzido em larga escala, ampliando a fronteira agrícola, o tráfico negreiro foi proibido em 1850, o que não significa que acabou na prática naquele mesmo ano, a escravidão manteve-se

[4] Apesar de que o primeiro imperador brasileiro era português e herdeiro do trono lusitano, o que favoreceu a antecipação do fim de seu mandato para tentar retomar o trono em seu país de origem.

até 1888, o país enfrentou uma guerra e períodos de grande dificuldade nas finanças nacionais, e ainda, a população cresceu e diversos locais do país foram definitivamente ocupados, como boa parte do Sertão de Leste; e, finalmente, o Brasil se tornou uma República.

Na escala regional, o ano de 1808 é um marco na mudança dos planos da Coroa em relação ao Sertão de Leste. Desse marco em diante, ocorreu o abandono das proibições de ocupação do Sertão de Leste e, com isso, o incentivo ao seu desbravamento, povoamento e a sua exploração econômica. Em 28 de janeiro de 1808 é decretada a abertura dos portos marítimos às nações estrangeiras amigas, sendo essa abertura seguida pela lei de 13 de maio, que decretava a abertura dos portos internos, isto é, dos rios à navegação. A Carta Régia de 13 de maio de 1808 declarou guerra ofensiva aos Botocudos e determinou a criação de um corpo militar irregular denominado Divisão Militar do Rio Doce, responsável por garantir a segurança dos primeiros habitantes do Leste mineiro. Enfim, a partir de 1808 começa o efetivo desbravamento e ocupação do Sertão de Leste, o que torna relevante o estudo das mudanças de estratégias e de objetivos socioeconômicos em um período tão repleto de alterações no plano político central.

Para dar conta da Geo-história dessa região foi necessário buscar documentos oficiais e vasculhar a história feita por grandes homens e governos, mas não foram esquecidos as demais personagens que compunham o quadro da ocupação, como os indígenas denominados pelos brancos de Botocudos, seus inimigos (aliados muitas vezes dos luso-brasileiros), os Puris, e outras tribos que viviam naquelas terras do leste de Minas; os degredados, os recrutados e os voluntários que compunham as Divisões Militares do Rio Doce, frente mais avançada de desbravamento; os colonos e fazendeiros que passaram a viver no limiar do que era considerado sertão e gradativamente expandiram suas terras floresta adentro. As terras (e suas características físicas, climáticas, vegetais, etc.) nas quais as ações se passaram também não foram esquecidas nem renegadas a um segundo plano, pois delas surgiram importantes peculiaridades que influenciaram diretamente o processo de ocupação e a forma como ele foi conduzido. Exemplos disso são os perigos da floresta densa e de seu clima úmido, e todas as dificuldades que surgiam daí como as doenças, os insetos, os animais selvagens, os perigos de se perder, os esconderijos dos índios e os locais de tocaia

nos quais as flechas eram mais precisas que as balas; as riquezas ocultas, como as madeiras ou a eterna promessa, nunca realmente concretizada, da exploração mineral de ouro e esmeraldas; os rios, especialmente o Rio Doce e seus afluentes, como caminhos pretendidos por ocasião das tentativas de desbravar o Sertão de Leste para povoá-lo e explorar suas riquezas, para utilizar os rios como meio de deslocamento de pessoas e do escoamento de produção; enfim, os facilitadores ou dificultadores da presença lusitana ou brasileira a leste da capitania foram considerados.

O objetivo central que orienta esse fazer geo-histórico consiste em: *Entender os motivos que transformaram o Sertão de Leste em território, o que implica em estudar as decisões políticas (nas esferas central e local) referentes ao desbravamento e ocupação do Sertão de Leste e a organização espacial das atividades econômicas e da população lá instaladas no decorrer do século XIX.*

Objetivo esse que se articula com as seguintes questões:

1. Porque as demais porções do território das Minas Gerais foram ocupadas e exploradas economicamente enquanto o Leste foi deixado em compasso de espera?

2. Que levou as autoridades lusitanas ou brasileiras a mudar o ponto de vista em relação a essa região, a contar de determinado momento, passando então a incentivar seu desbravamento e ocupação? Quais mudanças na atenção dada àquela região foram ocorrendo e em que momentos? Por quais motivos?

3. Quais as principais características físicas do Leste de Minas e qual a influência efetiva do quadro natural para a ocupação populacional e para a instalação das atividades econômicas desenvolvidas no Leste? Quais eram as possíveis riquezas a serem exploradas? Quais os entraves?

A metodologia utilizada para responder a essas questões toma como referência três fontes distintas e busca sempre a interação entre elas. Cada uma dessas fontes requer um tratamento diferente, pois possuem elas dinâmicas próprias, e demandam a permanente associação entre os conhecimentos ditos

físicos e humanos. O recurso a variadas fontes documentais e informacionais é procedimento necessário para se construir a Geo-história do Sertão de Leste.

A primeira fonte diz respeito à revisão bibliográfica, através da qual foram agrupados saberes acerca do Leste de Minas, que foram utilizados não para constituir um trabalho de cópia e sim de criação de um novo tratamento do tema consoante a uma visão geográfica. A revisão bibliográfica centra-se na história da região e das pessoas que passaram pelo Sertão de Leste durante o período estudado, para construir o quadro histórico da dinâmica econômica e demográfica regional. Ainda sobre a ótica da revisão bibliográfica, as atenções também voltam-se ao quadro físico para criar um panorama das nuances físicas do Leste de Minas e trazer características como morfologia do relevo, solos, clima, cobertura vegetal e hidrografia – não constitui pretensão desta dissertação desenvolver uma análise geomorfológica da região e sim buscar a associação entre as características físicas e as formas de ocupação e uso ocorridas no Sertão de Leste.

A segunda fonte diz respeito aos documentos que podem ser encontrados tanto em arquivos (como no Arquivo Público Mineiro) quanto em Instituições que se preocupam com o acervo e debate histórico (como a Fundação João Pinheiro, o Cedeplar, o IBGE, o IHGB). Recorrer a essas fontes primárias (ou fontes que tragam dados, tabelas e quadros referentes ao século XIX) é relevante porque somente pela integração dos conhecimentos já escritos com uma perspectiva nova, advinda da análise direta de documentos da época, é possível construir as conexões históricas e geográficas sobre o que foi[5] e o que é esta realidade de tempo e espaço, o Sertão de Leste.

A terceira fonte utilizada é a cartográfica. Sabe-se das limitações e distorções que mapas antigos têm, mas isso não os torna uma fonte de informações menos

[5] Uma importante fonte de pesquisa que aborda questões relativas aos aspectos físicos e humanos do período estudado são os relatos dos viajantes que passaram por Minas no final do período colonial e nos períodos regencial e imperial, afinal eles foram testemunhas oculares da realidade mineira durante esse intervalo de tempo pretérito. Segundo João Antônio de Paula (In: SAINT-HILAIRE, 2011, p.7), foram muitos e ilustres os visitantes estrangeiros que passaram por Minas. Em suas palavras: “Minas Gerais recebeu nomes realmente qualificados como Eschwege, Spix, Martius, Peter Lund. Todos deixaram obras significativas sobre diversos aspectos da realidade mineira, como também significativos são os relatos sobre Minas de Pohl, Mawe, Langsdorff, Richard Burton, Tschudi, Luccock, Freireyss, Burnbury, Gardener, Burmeister, Castelnan, Maximiliano, Príncipe de Wied Neuwied, entre outros”.

rica, desde que se tenha cuidado e critério ao lidar com eles. Os mapas trazem informações e tratamento gráfico que não podem ser encontrados em textos ou tabelas, tornando-se assim enriquecedores.

Com base nas prováveis respostas às questões propostas nos objetivos, um quadro mais claro sobre o desbravamento, a ocupação, a exploração econômica, os perigos, as mudanças de planos, as potencialidades e os entraves naturais do Sertão de Leste, região que os luso-brasileiros demoraram tanto tempo para iniciar efetivamente o desbravamento, será delineado.

No intuito de melhor desenvolver esse quadro, a presente dissertação estruturar-se-á da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, denominado *Referencial Teórico: discussões e conceitos pertinentes à Geo-história do Sertão de Leste*, serão debatidos conceitos relevantes tais como a importância da Geo-história nos estudos pretéritos sobre determinado espaço, uma vez que ela utiliza várias fontes e métodos para preencher as lacunas existentes sobre a constituição do espaço e o desenvolvimento da presença de grupos humanos nele. A importância da Escola dos Annales na formação dos estudos geo-históricos e na irradiação desses estudos por diversos países, incluindo o Brasil, será também objeto de atenção. Ainda nesse capítulo receberão tratamento analítico os conceitos de *formação socioespacial* e de *alteridade territorial* que, por considerarem quaisquer personagens (estando eles presentes nos cenários nacional ou global, ou ainda no cenário local) e o espaço (sua interação com os diversos grupamentos humanos que nele viveram ou que dele se utilizaram, suas mudanças ao longo do tempo e como essas influenciaram e foram influenciadas por esses indivíduos), são instrumentos úteis para realizar a Geo-história do Leste de Minas. Haverá também uma discussão sobre os conceitos de *Região*, *Território* e *Sertão*, de grande relevância para essa dissertação.

O segundo capitulo contará com o seguinte título: *Sertão de Leste: peculiaridades físicas e a presença indígena*, nele serão explicitadas algumas das nuances relativas ao quadro físico presente no Leste de Minas, tais como a geomorfologia, o clima, a vegetação e a hidrografia, entretanto, não será feita pura e simplesmente uma descrição geomorfológica (caracterização da área) e sim uma apresentação das características físicas que se mostrarem relevantes à ocupação e

conquista dessa porção de terra, com seus entraves e/ou facilitadores, levando-se sempre em consideração a interação entre os homens e o meio ao longo do tempo. Merece ser destacado que tal interação entre os aspectos físicos e a presença de indivíduos não se restringirá somente a esse capítulo, sendo sempre que necessária considerada também nas demais partes desse estudo. A presença das tribos indígenas, com traços característicos de suas culturas e dos seus cotidianos, além ainda de seus contatos com os luso-brasileiros, suas brigas ou alianças, também será levada em conta.

No terceiro capítulo, *Ordem Política: as decisões governamentais sobre o Sertão de Leste e a história das Divisões Militares do Rio Doce*, serão estudadas algumas decisões de ordem política referentes ao Sertão de Leste, para entender a forma pela qual as mudanças advindas do plano político central refletiam no plano regional e como a alteridade territorial se fez presente. Além disso, nesse capítulo será traçado um histórico das Divisões Militares do Rio Doce, para perceber sua real importância no processo de desbravamento e ocupação do Leste de Minas, enfatizando ainda a figura de Guido Thomaz Marlière, escalado pela Coroa portuguesa para pacificar os índios da porção leste de Minas em 1813, tornando-se comandante das Divisões Militares entre 1820 e 1829.

O quarto capítulo é intitulado *Estruturas política e socioeconômica de Minas Gerais e do Sertão de Leste no século XIX*, no qual serão apresentadas algumas das estruturas política, administrativa e jurídica do Brasil e de Minas Gerais, bem como a hierarquia e as ordens pertinentes ao desbravamento e ocupação do Sertão de Leste. Será traçado ainda um panorama a respeito da distribuição populacional em Minas Gerais e como as diversas atividades econômicas deram dinâmica à economia mineira no século XIX e possibilitaram o espraiamento populacional, o que favoreceu a ocupação e exploração do Sertão de Leste por parte dos luso-brasileiros.

Nas *Considerações Finais*, após toda discussão proposta ao longo dos demais capítulos, espera-se responder aos questionamentos aqui levantados acerca de como se desenrolou a conquista e ocupação das terras do leste do que hoje é o estado de Minas Gerais.

1. Referencial Teórico: discussões e conceitos pertinentes à Geo-história do Sertão de Leste

1.1 Geo-história: parâmetros teóricos

A Geografia caracteriza-se por utilizar diversos conceitos vindos das mais variadas ciências para, associando-os, criar algo novo, o conhecimento geográfico. A análise do espaço só se faz de forma plena com base na supracitada associação de saberes, principalmente quando se trata de investigar a ocupação, a construção e o uso de determinado espaço por grupos sociais num recorte temporal pretérito.

A utilização de conceitos geográficos, bem como o emprego e interação de conceitos vindos também de outras ciências em estudos históricos não é uma novidade. Isso vem sendo feito desde o século XIX, com Hettner e La Blache (CARNEIRO, 2008, p.1), e tem conquistado desde então relevante respaldo acadêmico. Manoel Correia de Andrade, ao enfatizar a importância da união entre a Geografia e os demais saberes, tece argumentos sobre a Geografia e a História da seguinte forma:

> "As relações entre a Geografia e a História, ciência a que esteve sempre ligada, são muito íntimas e se dão através do que se chama de Geografia Retrospectiva, onde se procura reconstituir o espaço de períodos passados, surgindo assim um ramo chamado Geohistória – não confundir com Geologia Histórica – que dá uma grande contribuição à compreensão da evolução do uso e da organização do espaço pelo homem. Braudel e Marc Bloch, na França, foram historiadores que se tornaram verdadeiros mestres em Geohistória" (ANDRADE, 1993, p. 22).

Nas primeiras décadas do século XX, um grupo de cientistas sociais liderados por Marc Bloch e Lucien Febvre fundam um periódico chamado Annales d'histoire economique et sociale (1929), dando início a uma corrente historiográfica denominada Escola dos Annales (REIS, 2000). Tal corrente de pensamento – seguida não só por historiadores, mas por diversos cientistas sociais – ia além das restrições academicistas da época que limitavam os saberes e os métodos a suas disciplinas, ao buscar a interdisciplinaridade, novos objetos de estudo e fontes para desvendar seus mistérios. A fundação da revista foi apenas a institucionalização de uma corrente de pensamento, circulante na Europa, especialmente na França, desde a transição do século XIX para o XX, que aceitou os questionamentos dos

sociólogos durkheinianos e dos membros da *Revue de Synthèse Historique*[6]. Assim, a aproximação entre a História e as ciências sociais e a ampliação do campo de atuação dessa mesma História, de tal forma que ela também se tornasse uma ciência social, era uma exigência dos membros da Revue. Essa nova forma de pensar a História, elaborada com base no debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, foi denominada *nouvelle histoirie* e ia contra a História tradicional feita até então em todas as instituições de ensino francesas que se caracterizava pelo partidarismo, pela parcialidade e pelo servilismo aos poderes políticos e religiosos. Além disso, os estudos realizados pela História tradicional focavam a História política, das grandes personagens e feitos, dos eventos ditos singulares, do tempo cronológico, linear e evolucionista, e que se fundamentava, segundo eles, na verdade absoluta dos documentos oficiais.

O combate a essa História tradicional ganha força na Universidade de Estrasburgo que, desde o fim da Primeira Guerra Mundial e da ocupação da Alsácia-Lorena pelos franceses, volta a pertencer à França. O governo desse país dedicou relevantes recursos e incentivos a essa universidade, pois acreditava que ela poderia ser um importante elo entre essas regiões germanizadas, nas quais havia grande tensão pós-guerra, e o restante da França. Com isso, ela ganhou em estrutura e qualidade, passando a ter bons professores/pesquisadores, que não se furtaram a manter contato entre as áreas do saber. Dessa forma, a produção intelectual realizada em Estrasburgo foi importante especialmente por dois motivos: pela busca da interdisciplinaridade e pelo abandono de posições políticas, partidárias e religiosas exacerbadas, o que criou um campo propício ao surgimento da *nouvelle histoirie* e dos Annales.

Devido à importância metodológica proveniente dos Annales para as ciências sociais ao longo do século XX e no início do atual, será feita uma breve análise do desenvolvimento do pensamento dessa escola, assim como da ampliação de sua rede de influência no mundo.

[6] Revista fundada por Henri Berr no ano de 1900, tinha como pretensão ser um local de diálogo e intercâmbio entre estudiosos de diversas áreas das ciências sociais, rompendo com a compartimentação entre as disciplinas ocorrida nas universidades e demais instituições de ensino francesas. A revista exerceu influência no advento de uma nova História, principalmente na primeira metade do século XX, havendo grande relação com os adeptos dos Annales. Ela continua sendo publicada até a presente data (WAENY, 2003).

A trajetória da Escola dos Annales divide-se em três fases. A primeira inicia-se com a fundação da revista Annales D' Histoire Economique et Sociale, no ano de 1929, encerrando-se em 1946. Nesse período, a direção está nas mãos de Marc Bloch e Lucien Febvre que buscaram romper com o domínio da historiografia tradicional presente em todas as instituições de ensino da França. A esfera de influência dos Annales era restrita, mas foi ganhando espaço nessa fase e nunca deixou de circular, mesmo que em face das muitas dificuldades enfrentadas durante os anos de guerra. As principais contribuições de Bloch e Febvre foram o rompimento com a História acontecimental, que privilegiava o evento e as mudanças e a adoção de um tempo estrutural no qual os eventos são vistos sob a perspectiva da continuidade (tarefa que seria seguida e ampliada com Braudel com a formulação da teoria da "longa duração"). Outra contribuição refere-se à aproximação com as demais ciências sociais, pois só assim novos objetos de estudo poderiam ser incorporados e mais bem estudados, como por exemplo as estruturas agrárias, as técnicas, as mentalidades entre outros. É importante ressaltar que durante toda trajetória dos Annales, seja como revista seja, posteriormente, como centro acadêmico, a contribuição de pesquisadores oriundos de diversas disciplinas das ciências sociais sempre foi relevante.

A segunda fase vai de 1946 a 1968. Nesse período, a revista adota outro nome, Annales: Economies, Societés, Civilisations, que marca uma tendência não somente socioeconômica (carro chefe da primeira fase), mas expande seu campo de pesquisa e busca aproximar-se cada vez mais de uma História global. Em 1947 Febvre passa a dirigir a VI seção da École Pratique des Hautes Éstudes (EPHE), importante centro de pesquisa francês. Nessa fase a esfera de influência dos Annales amplia-se enormemente, incorpora outros países e continentes, além disso, o esforço de abraçar as demais ciências sociais cresceu. Até 1956 Febvre ainda está no comando dos Annales, mas já com a assessoria de Fernand Braudel, que em 1957 assume o controle administrativo da revista e se torna a figura acadêmica mais influente. Braudel trará uma grande contribuição teórico-metodológica ao pensamento dos Annales, pois avançou com a concepção do tempo da "longa duração" e seus estudos concentram-se na permanência dos eventos e não na singularidade das ações realizadas por "grandes homens", dessa forma:

> (...) “O olhar se desloca da exceção para o regular, do extraordinário para o cotidiano, dos fatos singulares para os de massa. Em Braudel o homem é descentrado e sofre, de alguma forma, a temporalidade muito mais do que a produz. O homem perdeu o controle total de sua historicidade – ele já o teve algum dia? – e sabe que age sob limites geográficos, sociais, mentais, culturais, econômicos, demográficos, conscientes e inconscientes, que ele não pode vencer, pois não dependem de sua vontade” (REIS, 2000, p.105).

Mas há de se ressaltar que Braudel não retira do homem sua condição de sujeito, ele apenas deixa claro que suas ações devem levar em consideração as circunstâncias que as envolvem e na qual ele está inserido, havendo a possibilidade de modificá-las, mas com relevante esforço e resultados a longo prazo (REIS, 2000).

A grande obra de Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, é um marco da interdisciplinaridade e da busca por novos objetos de estudo, pois utiliza conceitos e métodos vindos da História, da Geografia, da Antropologia, da Arqueologia Histórica etc. para contar a história de um mar e das civilizações que ali foram se constituindo e interagindo com o meio. Ao escrever o Mediterrâneo, Braudel toma esse espaço como objeto histórico e sujeita-o à análise temporal em sua plenitude. “Dos climas, das paisagens, das ilhas e do relevo, casados com o homem em suas atividades mais simples (como a subsistência), passando pelas mais complexas (o mar como meio de ligação econômica e palco de disputas políticas, p.ex.)” (RIBEIRO, 2006, p.96). Além de desalojar Felipe II do lugar central consagrado aos “grandes homens” pela História tradicional, o que é uma relevante inovação metodológica (RIBEIRO, 2006), a obra abre caminho para trabalhos geo-históricos mais amplos e ricos e torna possível ainda a escolha de novos objetos de estudo.

> “Por fim, ao lermos o Mediterrâneo, fica evidente a questão da natureza ou, para utilizar uma noção importante e precisa da época, o papel central do meio geográfico na constituição da história das civilizações. Esta "dialética" homem-meio conduziu Braudel a perceber a história como algo durável, estável, sólido, com as atividades humanas engastadas e dependentes de seus respectivos ambientes. Verdadeiramente, o espaço geográfico é algo hostil, no qual as sociedades travam suas lutas pela sobrevivência, seja contra o clima, seja contra a distância. Suas histórias são construídas a partir da relação com o espaço, relação esta que se desenvolve no domínio da longa duração. Assim, esta nova temporalidade desenha-se como o resultado de uma via de mão dupla: das condições efetivas colocadas pelo meio às sociedades e das respostas dadas por estas ao ambiente que as envolve. Esboçada desta forma, uma concepção singular de História resolvia, conjugando o espaço e o tempo dialeticamente, o problema de apreensão simultânea das mudanças e das permanências” (RIBEIRO, 2006, p.97).

Segundo Guilherme Ribeiro (2006), Braudel contribuiu para o uso epistemológico da Geografia em estudos históricos porque: i) insistiu na relevância dos fatos geográficos para a pesquisa histórica, indo contra uma tendência de arrefecimento do diálogo entre a História e a Geografia na França, em meados do século passado; ii) superou as introduções geográficas que se caracterizavam por ser descritivas, paisagísticas e "passivas", e deu à Geografia um papel "ativo" e condicionante na explicação histórica; iii) capturou "a complexidade e a riqueza empírica da História, do movimento de expansão das sociedades, do contra-golpe das civilizações construindo paisagens e transformando o meio ambiente" (RIBEIRO, 2006, p.110); e iv) redimensionou "o sentido do termo 'localizar', contextualizando historicamente o sítio e a situação geográfica para além do esquematismo cartográfico de base cartesiana" (IBID).

A terceira fase dos Annales tem início em 1968, em meio a uma série de eventos que sacudiram o mundo nesse ano e influenciaram os Annales, especialmente o movimento estudantil francês, levando a revista a se reformular de acordo com os ventos da história. Braudel passou a conduzir a direção dos Annales desde então, com o apoio de um comitê composto por J. Le Goff, E. Le Roy Ladurie e M. Ferro, além de um secretariado. Em 1975 a École Pratique des Hautes Estudes, agora com o nome de École des Hautes Éstudes em Scientes Sociales, ganhou a credencial de universidade, passou a conceder títulos e diplomas e ampliou ainda mais o incentivo ao ensino e pesquisa. Nesse momento houve maior aproximação com a antropologia e o conceito mais encontrado nas pesquisas é o de "civilização material", de origem braudeliana, no qual estão presentes o meio ambiente, a ecologia, os ofícios, as técnicas, os instrumentos de trabalho, a vida cotidiana, o vestuário, a alimentação. As obras tornam-se menos quantitativas e mais descritivas e interpretativas, ou seja, o quantitativo serve de base a analise qualitativa. Não há "a história" de um objeto de estudo, mas sim abordagens múltiplas que conduzem a diferentes resultados ("histórias") para o mesmo objeto. A história global (sempre pretendida, mas nunca alcançada), só faz sentido se houver o estudo das partes, e é isso que essa geração busca.

De 1988 em diante, os principais líderes dos Annales passam a realizar uma análise critica da trajetória e do método por eles executados em sessenta anos. Esse autoexame os levou a reduzir o estruturalismo presente em seus estudos e

atribuir maior importância às ações individuais e à História política. Há uma tendência de retorno à narração, ao evento e até a biografia. Entretanto, segundo E. Hobsbawm, não é um retorno ao que era feito no princípio do século XX ou até mesmo no século XIX, pois os olhares continuam voltados para os diversos grupos sociais, para os pobres e desconhecidos, além ainda de ocupar-se com a vida, os sentimentos e as condutas dessas pessoas (REIS, 2000). Enfim, não houve um abandono do espírito dos Annales, mas sim um acréscimo e alguns ajustes na forma de se analisar as relações ocorridas no passado – e sua conexão com o presente.

O histórico aqui apresentado sobre a trajetória dos Annales ressalta a importância que essa corrente de pensamento teve (e ainda tem) na aproximação entre as ciências, na ampliação dos objetos de estudo e na associação entre diversos métodos, técnicas e fontes, não importando a qual ciência elas pertençam (se é que a propriedade pode ser reivindicada para esses quesitos), o que tornou viável o desenvolvimento da Geo-história. Exemplo disso está no uso e tratamento das fontes feito pelos adeptos dessa corrente de pensamento, que José Carlos Reis, dialogando com François Dosse, Peter Burke e Emmanuel Le Roy Ladurie, apresenta no seguinte trecho de forma muito esclarecedora:

> "(...) Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes. Os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas. Eles usavam escritos de todos os tipos; psicológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos. Utilizaram de maneira ousada e inovadora a documentação e as técnicas das diversas ciências sociais: da economia, arquivos bancários, empresas, balanços comerciais, documentos portuários, documentos fiscais, alfandegários; da demografia, registros paroquiais, civis, recenseamentos; da antropologia, os cultos, os monumentos, os hábitos de linguagem, os livros sagrados, a iconografia, os lugares sagrados, as relíquias, os gestos e as palavras miraculosas, a medicina popular, as narrativas orais, os processos da inquisição, os testamentos, o vocabulário, o folclore, os rituais; do direito, arquivos judiciários, processos criminais, arquivos eleitorais, correspondências oficiais, a legislação; da arqueologia, eles continuarão a utilizar as cerâmicas, tumbas, fósseis, paisagens, conjuntos arquiteturais, inscrições, moedas. As técnicas para o tratamento dessas fontes: teorias econômico-sociais, a informática, a reconstituição de famílias, a análise estatística, modelos, inventários, a lexicografia, a fotografia aérea, a fenologia, a dendocronologia, o carbono 14, a genealogia, o microfilme, o gravador, a filmagem, etc" (REIS, 2000, p. 23-24).

Não é pretensão do presente trabalho seguir rigorosamente o programa dos Annales, mas sim trazer para a análise da ocupação do Sertão de Leste de Minas aspectos da Geo-história e da interação entre espaço, homens e tempo, utilizar

fontes diversas e promover a integração de métodos variados para analisar, apresentar e debater essas fontes.

Afinal, a história dos homens não deve ser vista com distanciamento para com o meio no qual eles viveram, ao contrário, a busca pela relação entre o meio e as ações é algo fundamental para se fazer uma investigação mais completa do passado. É o que fez, por exemplo, Rafael Giovanini[7] ao utilizar preceitos dos Annales, e especialmente de Braudel, para fazer uma Geografia histórica que envolve o meio natural e os homens. Em suas palavras:

> "A Geografia Histórica se caracteriza também pela inclusão de variáveis relativas à relação entre o meio natural e o homem. Quanto mais recuados no tempo forem os estudos, mais importante é a preocupação com o quadro físico, dada a sua maior influência sobre decisões e destinos. Em função das limitações técnicas de uma época, as noções de habitabilidade e viabilidade econômica, entre outras, têm os seus significados profundamente alterados" (GIOVANINI, 2006, p.15).

Sendo assim, o presente trabalho tem uma inspiração braudeliana e da Escola dos Annales, uma vez que será levada em consideração a indissociável união entre espaço e tempo, bem como o uso de fontes diversas e o diálogo entre campos do saber, especialmente Geografia e História. Dessa maneira, as chances de desenvolver um trabalho mais rigoroso acerca do processo de desbravamento e ocupação do Sertão de Leste ao longo do século XIX tornam-se mais concretas.

Mas o debate sobre aproximação e/ou distanciamento entre a Geografia e as demais ciências, principalmente a História, ao longo do século XX e no princípio do XXI, não se restringiu ao que foi feito pelos adeptos dos Annales. Houve divergências metodológicas que, em alguns momentos, distanciaram a Geografia tanto da História quanto de outras ciências. Ao mesmo tempo em que os adeptos dos Annales buscavam uma aproximação no tocante aos objetos de estudo e aos métodos utilizados pelas duas ciências, outros estudiosos mostravam-se relutantes com a proximidade entre elas. Chris Philo (1996) (baseando-se nos escritos de 1952 da geógrafa francesa Jacqueline Beaujeu-Garnier) acredita que, em meados do século passado, muitos acadêmicos defenderam a imposição de limites claros entre

[7] Foi analisada sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais, no ano de 2006, intitulada: Regiões em Movimento: Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897), e que, segundo o próprio autor, é um estudo geo-histórico de inspiração braudeliana.

Geografia e História, principalmente quando a Geografia tinha que se enveredar por alguma temática que remetesse ao passado. Daí, a primeira deveria ocupar-se de questões concretas, palpáveis (como morros, plantas, nuvens, linhas férreas, casas, etc.), enquanto a segunda aplicar-se-ia a questões teóricas e imateriais (como ideologias, pensamentos e ações humanas, ou ainda com guerras, fomes, etc.). Ademais, considerando as idéias de Richard Hartshorne (1939), deveria ocorrer, entre essas áreas do saber, uma separação analítica na qual a Geografia seria a ciência de "relações espaciais" e a História era a ciência de "relações de tempo". Nas palavras de Philo, "o resultado desta escolha em separado foi o de compartimentalizar o conhecimento de um modo não muito útil" (PHILO, 1996, p.272), no qual mesmo a Geografia Histórica abandonou as preocupações, teorias e métodos da História. Além disso, Carl Sauer, ainda em meados do século passado, não comungava dos mesmos pontos de vista de Hartshorne nesse quesito. Sauer preocupava-se com as mutações históricas de longo prazo no âmbito da cultura material.

Na sequência, Philo apresenta outro debate entre Geografia e História, e entre Geografia Histórica e História Geográfica, desta vez baseando-se nos escritos feitos por Monkhouse em 1955, e tecendo críticas ao distanciamento exacerbado entre as duas disciplinas proposto por alguns estudiosos. Segundo Philo (1996, p.276):

> "(...) desde que os pesquisadores ancorassem seus estudos nos objetos materiais de paisagens do passado (e com isso investigassem onde estavam localizados esses objetos, e como eram combinados), o resultado era geografia histórica propriamente dita: mas, se desviassem sua atenção para acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, e se talvez quisessem dizer algo a respeito da geografia por trás desta história, o resultado então, seria a história geográfica que pertencia a história e não a geografia. E manobras como essa excluíram, de fato, muitos estudos mais antigos – como os de Ellsworth Huntington, Ellen Churchill Semple e, mais recentemente, Gordon East (1938) – do corpo geográfico, e ao proceder assim também exageraram a distância disciplinar entre os geógrafos e os escritos fascinantes de historiadores como H.B. George (1901) e Lucien Febvre (1932)".

Referindo-se ao que estava ocorrendo em meados da década de 1990, que permanece até o presente momento, Philo (1996, p.276-277), em um trecho bastante esclarecedor, registra a seguinte análise:

> "Simplificando as coisas, ocorre-me que grande parte do que atualmente se faz passar por geografia histórica deixou de respeitar as cercas mais antigas, e que estudo após estudo segue atualmente o sentido de uma história geográfica onde o foco se desviou da materialidade de 'fatos geográficos' para a

> imaterialidade de fenômenos históricos. Não se deduz daí que geógrafos históricos do presente não mexam com fenômenos que tenham uma expressão indelével sobre a superfície da terra – como aldeias desertas, igrejas, templos, fabricas, guetos e assim por diante – mas serve para afirmar que pelo menos uma boa parte da pesquisa se voltou para fenômenos com, na melhor das hipóteses, um impacto mínimo ou tangencial sobre 'o solo'. E, com relação a esta última conexão, considere a pesquisa sobre temas tão variados como a difusão de inovações, a migração de pessoas e seus sistemas ideológicos, o crescimento de associações fraternas e políticas, o embate de classes sociais, o funcionamento da máquina estatal, as representações artísticas de terras e mão-de-obra, e assim por diante. A motivação por trás desta pesquisa não é, evidentemente, um genuíno desejo de reconstruir a materialidade de 'geografias passadas': na verdade, a atenção se desgarrou dessas geografias como ponto final de investigação para uma agenda estabelecida por historiadores (e por outros estudiosos) dominados por questões e temas tidos como significativos na transformação de antigos sistemas ecológicos, econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos. Isto não quer dizer que a geografia material do mundo tenha desaparecido dos estudos realizados: em vez disso, serve para enfatizar que esta geografia deixou de ser investigada como um 'fim em si', mas é introduzida para apontar a diferença crucial que a geografia na história faz para as questões e temas especificados na agenda (à primeira vista 'ageografica' e 'aespacial') dos historiadores. Em outras palavras, se antes eram coisas a ser explicadas, as 'geografias passadas' se tornaram parte de uma explicação sendo dada para algo diferente, e aqui este 'algo diferente' deve ser encontrado no raio de acontecimentos mais imateriais, entidades e estruturas que por convenção são tratados no campo da história".

Deve-se deixar claro que Philo não está se referindo a um resgate da Geografia Histórica inserida no determinismo ambiental. Pelo contrário, ele defende uma História Geográfica na qual o estudo do espaço não é um fim em si, mas um instrumento a ser levado em consideração na realização de pesquisas que investigam o passado. A questão relevante diz respeito ao fato de que as realidades de espaço e lugar se tornaram básicos para a formação de acontecimentos históricos (materiais e imateriais, ou ambos associados). A sensibilidade geográfica e a atenção ao espaço, com suas peculiaridades que variam de região para região, enriquecem o estudo de acontecimentos que se deram no passado. Essa é a tendência dos estudos de História Geográfica feitos na atualidade, em sintonia com os interesses mais amplos das ciências sociais e humanidades contemporâneas (PHILO, 1996).

O que Philo denomina de História Geográfica vai ao encontro do que na presente dissertação está sendo chamada de Geo-história[8]. Sendo assim, o

[8] Os conceitos de Geo-história, Geografia Histórica, História Geográfica e mesmo História espacializada, passaram a guardar, nas últimas duas décadas, forte conexão epistemológica entre si, não havendo necessidade de diferenciá-los na presente dissertação, sendo assim eles estão sendo considerados sinônimos. Trajetória seguida também por Soares (2013, p.38), ao argumentar que:

caminho a ser aqui trilhado vai em direção ao que ele apresentou. O que se pretende é analisar um fato passado – a ocupação do Leste de Minas durante o século XIX –, com objetos materiais e imateriais envolvidos em tal processo, levando em consideração nesse estudo aspectos políticos, sociais, demográficos, econômicos e culturais, mas sem perder de vista a necessidade de associar a eles os aspectos geográficos, as peculiaridades espaciais que certamente influenciaram as decisões, planos e ações (tanto no âmbito local quanto metropolitano ou nacional) dos homens que participaram da empreitada de desbravar e ocupar aquelas terras até então isoladas do contato com a dita civilização branca luso-brasileira.

Seguindo linha semelhante de pensamento sobre a necessidade de dar voz ao espaço nos estudos históricos, Soares (2013), à luz das ideias de José Reis, reflete sobre a importância de entender o conceito de *epistemologia do território*. Segundo esse conceito, os territórios são passíveis de interpretação, eles devem ser levados em conta quando a intenção é saber por que um evento aconteceu em um lugar e não em outro. A epistemologia do território busca entender a forma pela qual as peculiaridades presentes no território influenciam as pessoas nas tomadas de decisões e na condução das tentativas de modificar a dinâmica socioespacial. E ainda, esse processo deve ser visto não só sob a perspectiva dos processos de ordem vasta que se impõem aos de ordem local e ao território, mas sob o prisma de que há um jogo de influências e rearranjos que afeta as diferentes escalas, de que o território e as relações humanas nele presentes dizem muito a esse respeito.

Assim, para Soares (2013, p.52), os marcos norteadores dos estudos que primam pelo saber geo-histórico são: i) os lugares têm efetiva participação na consecução de resultados temporais, dessa forma “os relacionamentos espaciais, a distribuição territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam, fazem uma diferença crucial na dinâmica histórica” (SOARES, 2013, p.52); ii) deve-se ter atenção às diferenças, aos limites, às particularidades e aos relacionamentos espaciais, dando voz à História espacializada, podendo assim

“Geo-história, geografia histórica e história espacializada, por traduzirem campo do saber que comporta objetivos idênticos, informa as mesmas práticas cognitivas, retira de fonte similar sua força heurística, observa as mesmas diretrizes ao proceder as análises de problemas que se inscrevem no âmbito das conexões entre tempo e espaço, obtém intelecção de natureza análoga e aciona, enfim, o mesmo campo semântico, podem ser, em razão disso, considerados termos intercambiáveis”.

extrair das geografias do passado elementos explicativos de acontecimentos históricos de primeira ordem; iii) só é possível envolver e imbricar os elementos que condicionam e singularizam as resultantes temporais, articulando tempo e espaço, se nos fenômenos do passado for introduzida uma sensibilidade geográfica; iv) fatos históricos dependem também de fatores aleatórios, culturais, psicológicos, políticos, econômicos, etc., sendo assim, deve-se considerar que incertezas e trajetórias inesperadas fazem parte do mundo e, consequentemente influenciam a constituição dos fatos históricos; v) a Geo-história tem como ambição intepretativa "(...) dar conta da genealogia dos processos, isto é, do papel do território nas dinâmicas espaçotemporais" (IBID); vi) deve-se levar em consideração que a materialidade territorial tem elevado grau de volatilidade, que o papel do território vai muito além de apenas aceitar e reproduzir os desígnios advindos de ordens vastas, afinal ele tem condições e valia próprias, que também são influenciadoras; e vii) a tensão relacional entre as escalas: causas próximas e causas distantes, processos de ordem local e de ordem vasta, horizontalidades (estruturas internas) e verticalidades (estruturas externas), "(...) dá ocasião a espaços estruturais de autonomia, iniciativa, diferenciação e singularidade em face de estruturas escalares mais amplas, assim, a Geo-história, tem no conhecimento da gênese dos processos sua preocupação primeira (...)" (IBID), tendo a necessidade de examinar a natureza da relação espaço/sociedade na estrutura do devir.

Outra reflexão relevante relativa ao debate sobre a união entre Geografia e História é a de Milton Santos, que sustenta a necessidade de associar espaço e condições históricas para se alcançar um bom entendimento acerca de uma determinada região – bem como de suas condições sociais e econômicas.

> "Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social" (SANTOS, 1979, P.14).

Isso se dá através da categoria Formação Econômica e Social (F.E.S.)[9], que se caracteriza por expressar a unidade e a totalidade das diversas esferas

[9] Em seu texto Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método, presente no livro Espaço e Sociedade, Santos (1979) também denomina a F.E.S. simplesmente como

(econômica, social, política, cultural) da vida de uma sociedade, levando em consideração as continuidades e descontinuidades de seu desenvolvimento histórico. Além disso, o conceito de F.E.S. deve ser aplicado ao estudo de uma sociedade dada, com delimitação espacial e temporal, e não da sociedade em geral[10], pois as características espaciais de uma região, juntamente com o momento histórico, pesam na formação e condução das esferas da vida da sociedade estudada. Determinada sociedade existe sempre sob um invólucro histórico específico, afinal cada sociedade veste a roupa de seu tempo (SANTOS, 1979).

O espaço não pode ser desprezado quando se estudam as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, nem tampouco a história, pois as relações não se dão no vazio, elas ocorrem em determinado local (espaço), que exerce influência no modo pelo qual as relações ocorrem, sendo, em certa medida, um condicionante delas. Deve-se atentar ainda para o fato de que as características espaciais mudam (mesmo que de forma lenta) ao longo do tempo, fruto muitas vezes das relações humanas sobre esse espaço. Todavia, ao mudar as características espaciais, esse espaço passa a exercer influências diferentes sobre as relações (econômicas, sociais, políticas e culturais) humanas. Dessa forma, ter atenção à história (e às mudanças que lentamente vão ocorrendo no espaço) é fundamental para entender a dialética formada entre espaço e relações humanas, na qual um influencia o outro de formas diversas ao longo do tempo.

O espaço não pode ser considerado uma mera tela de fundo inerte e neutra (SANTOS, 1979). Afinal, a realização prática de um dos momentos da produção ocorre em local próprio, com características específicas que, associadas às condições históricas também específicas, gera uma serie de peculiaridades que dialogam e rearranjam a colocação em prática do sistema produtivo objetivado pelos organismos e/ou indivíduos que detém o controle político e econômico sobre certa região. “Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes

formação socioespacial. Os dois nomes serão utilizados nessa dissertação, sem distinção de sentido entre eles.

[10] Ter atenção às nuances da chamada sociedade em geral (que se caracteriza por ser a sociedade em suas escalas macro, como a nacional e mesmo a global) são fundamentais para se estudar uma região específica e as relações humanas ali presentes, uma vez que a escala macro impõe exigências à escala regional, e essa última, devido às suas especificidades, responde de forma particular, adaptando as pressões vindas das escalas maiores à sua realidade.

constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação" (IBID, p.16). A redistribuição sobre o espaço total das atividades produtivas – e também da organização da estrutura social – ocorre e é alterada ao longo do tempo, levando-se em consideração as especificidades regionais e como essas respondem às demandas vindas das esferas supostamente superiores de poder político e econômico. Além disso, as continuidades e descontinuidades do processo histórico se realizam no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social e da F.E.S. estão diretamente atreladas à organização do espaço, recebendo influência dele e influenciando-o.

A instalação de um sistema, de um modo de produção, em determinada região, ocorre através da luta e da interação entre o novo e o velho. O velho é o modo de produção antigo, que tenta se manter, contudo, dentro do velho já existe o embrião do novo, que tenta se impor, mas isso não se realiza plenamente. Daí resulta uma superposição de formas advindas da sucessão de modos de produção e da sua complexificação no território espacial, gerando as rugosidades.

Os escritos de Milton Santos (1979) a respeito da Formação Econômica e Social aproximam-se do que, anos mais tarde, será o conceito de *alteridade territorial*, afinal ambos lidam com a interação entre as determinações de ordem vasta e as peculiaridades de ordem local, desenvolvendo um rearranjo que molda o espaço e influencia o modo de vida das pessoas que vivem nesse espaço ou que dele se beneficiam de alguma forma.

A alteridade não se dá somente na tentativa de imposição de um sistema produtivo por parte das esferas superiores às esferas inferiores (regiões e os espaços que elas ocupam). As características locais – e aqui está sendo feita referência às características físicas, espaciais, bem como às socioeconômicas ali presentes – impõem aos homens suas assertivas, exige deles adaptações não planejadas. "A *práxis*, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais" (SANTOS, 1979, p.18). Enfim, o espaço é influenciado pelas decisões dos homens, mas também os leva a tomar certas decisões e trilhar certos caminhos. O espaço e a região dialogam com os homens (tanto os homens que vivem diretamente nele quanto os que dele querem apenas usufruir de alguma forma).

Para melhor entender o processo de alteridade territorial, torna-se útil recorrer também aos conceitos de verticalidade e horizontalidade, que não devem ser estudados separadamente. A verticalidade pode ser entendida como o conjunto de forças, interesses, ordens e ações advindas “de fora” da região, das esferas superiores de poder, que tentam instalar o sistema produtivo e a organização política e social que lhes convém. Já a horizontalidade refere-se às estruturas internas de um lugar ou região, com todas as suas especificidades, que muitas vezes resiste às investidas das esferas superiores. Essas peculiaridades das estruturas internas barram a plena realização dos planos pretendidos pelas estruturas externas que pretensamente seriam impostos à região, o que instaura um choque de interesses entre os grupos locais e os “de fora” e a necessidade de mudança de alguns planos dos grupos que compõem a esfera superior, pois as características físicas e humanas regionais impediriam ou dificultariam a efetiva instalação de determinado sistema produtivo. O rearranjo nas estruturas sociais, políticas, econômicas e também espaciais da região que daí deriva implica o equacionamento da força e dos objetivos das estruturas externas com a força, os objetivos e as nuances da estrutura interna.

A esse respeito, Straforini (2009, p.7), referindo-se à alteridade existente entre a Coroa portuguesa e sua colônia na América (e mais especificamente sobre a região das Minas) argumenta que:

> “Enfim, a alteridade territorial instalada na América Portuguesa é o resultado desse conflito permanente e dialético entre verticalidades e horizontalidades, de um tempo hegemônico e de um tempo não hegemônico, dos interesses dos homens coloniais e, ao mesmo tempo, da Metrópole, ou ainda, de um tempo lento e um tempo rápido “*à la*” F. Braudel. Aquilo que ia se construindo e configurando como o território colonial brasileiro era produto desses diferentes atores sociais, cujos interesses convergiam e divergiam segundo lógicas sociais, econômicas e políticas de então. A alteridade territorial nos revela que não havia uma unidade territorial marcada pela homogeneidade de interesses, mas sim unidades díspares e heterogêneas, porém, indissociavelmente integradas em uma complexa rede sócio-espacial”.

Tal assertiva se encaixa perfeitamente no estudo da ocupação do Leste de Minas Gerais no século XIX, sendo necessários apenas pequenos ajustes no tocante a quem detinha o poder na esfera superior – o que foi sendo alterado ao longo do tempo, passando da Coroa portuguesa para o primeiro Imperador do Brasil, depois para os Regentes e, posteriormente, para o segundo Imperador brasileiro,

juntamente com seus respectivos aliados, incluindo estrangeiros – e como a esfera local reagiu às verticalidades que tentavam se impor a ela.

Enfim, para que o estudo relativo ao desbravamento e ocupação do Sertão de Leste de Minas no período oitocentista seja possível, deve-se ter em conta esse "jogo" de influências e pressões existentes entre as verticalidades vindas da Coroa portuguesa ou do governo brasileiro (em suas diversas fases) e as horizontalidades presentes nessa região, com seus habitantes, suas características socioeconômicas e culturais e características geográficas. Nesse jogo, a interação entre verticalidades e horizontalidades faculta o surgimento de algo novo, que não foi planejado e executado por nenhum dos grupos de forma plena: é da alteridade territorial, alteridade essa que vai se formando e se modificando efetivamente o Leste de Minas.

Através de uma pesquisa geo-histórica, atenta aos objetos materiais e imateriais, preocupada com a união entre espaço e tempo e inclinada a lidar com diversas fontes de pesquisa, é possível ter a sensibilidade necessária para garimpar e iluminar os detalhes que se apresentaram ao longo de boa parte do século XIX relativos à ocupação do Sertão de Leste (às relações entre as verticalidades e as horizontalidades, com seus diversos personagens e suas relações de proximidade e distanciamento, que compunham a alteridade territorial ali existente) e a forma pela qual o Leste foi se tornando um território regional inserido no plano nacional brasileiro.

1.2 Definições de região, território e sertão

O recorte espacial estudado nessa dissertação é o Sertão de Leste de Minas Gerais. Mas, para melhor entendimento do referencial espacial, não só o conceito de sertão deve ser discutido, é necessário também fazer alusão aos conceitos de região e território.

Além da referência evidente ao que é sertão, os conceitos de região e território devem ser debatidos uma vez que o Sertão de Leste guarda peculiaridades (físicas, humano-sociais, históricas e simbólicas) específicas dessa porção espacial que o diferencia das porções à sua volta. Além disso, as personagens que passaram a viver no Sertão de Leste, no decorrer do século XIX, exerciam aí diferentes territorialidades; havia também a busca pela apropriação das terras no âmbito do poder e do pertencimento, o que associa o domínio do sertão à apropriação e formação territorial.

1.2.1 Conceituação de região

O conceito de região, bem como os estudos que lidam com essa categoria de análise, foi (e ainda é) muito utilizado por diversas ciências ao longo dos últimos dois séculos, especialmente pela Geografia, ciência que lida com o espaço. Contudo, dentro da própria Geografia, houve momentos em que o conceito de região foi bastante valorizado e outros em que ele foi praticamente deixado de lado.

O breve histórico que se segue sobre a relevância do conceito de região, bem como sobre as diferentes definições que ele recebeu nos diversos “ramos” da Geografia ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, ressalta que não existe um conceito de região definitivo, pronto e acabado. Ele foi sendo moldado e remoldado no decorrer dos séculos acima referidos, daí a utilidade de passar, mesmo que de forma superficial, pelos diferentes momentos em que a ciência geográfica foi confeccionando e modificando o conceito de região.

Um dos primeiros momentos em que a região surge como objeto de análise ocorre em meados do século XIX, através do determinismo ambiental. Nele, a região é tratada como região natural, na qual as características de clima, relevo, vegetação, entre outras não advindas da ação antrópica, eram preponderantes para

defini-la. Esse conceito de região natural serviu ainda como justificativa ideológica para o imperialismo e para demonstrar por que alguns povos (países) tinham vantagens em relação a outros devido à localização geográfica que ocupavam.

> "No final do século XIX, e durante as duas primeiras décadas deste [o autor refere-se ao século XX], quando a ciência geográfica foi impulsionada pela expansão imperialista, sendo o determinismo ambiental uma de suas principais correntes de pensamento, um dos conceitos dominantes foi o de região natural, saído diretamente do determinismo ambiental. A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são integrantes" (CORRÊA, 2002, p.23-24).

A Geografia Tradicional, também denominada Geografia Clássica, que já na porção final do século XIX e início do século XX havia ganho respaldo acadêmico e se firmara como ciência, valorizava a região enquanto objeto de estudo. Mesmo antes desse período, na primeira metade do século XIX, as bases da Geografia Regional já tinham sido lançadas por Ritter. Haesbaert (2010a) enfatiza que Ritter, ao trabalhar com a Geografia Regional, preocupava-se com a organização das informações geográficas acumuladas de acordo com o princípio corológico, ou espacial, definidor do caráter de cada área. Paul Vidal de La Blache, um dos maiores expoentes da Ciência Geográfica do período, exerceu grande influência sobre os geógrafos de sua época, com obras como o *Tableau de la Géographie de la France*, de 1903, e a fundação da revista *Annales de Géographie*, em 1893. Nas primeiras décadas do século XX, merecem destaque também Alfred Hettner, Carl Sauer e Richard Hartshorne porque enfatizavam a diferenciação de áreas como fundamento da Geografia Regional.

Paulo Cesar da Costa Gomes mostra a forma pela qual o conceito de região natural passou a ser refutado, sendo substituído pelo conceito de região geográfica pelos adeptos da geografia clássica, na primeira metade do século XX. Segundo ele:

> "O conceito de região natural nasce, pois, desta idéia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Surge daí o primeiro debate que tem a região como um dos epicentros, o conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural. Contra esta perspectiva de um meio natural 'explicativo' das diferenças sociais e do conjunto da diversidade espacial, L. Fébvre, em 1922, forja a expressão 'possibilismo', que pretende ser uma resposta definitiva à idéia de estabelecer leis gerais e regras, tendo por base o ambiente natural. A natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas é sempre a sociedade, seu

> nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade de escolha, segundo uma fórmula que é bastante conhecida – 'o meio ambiente propõe, o homem dispõe'. A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar. Segundo esta perspectiva 'possibilista', as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região. são eles que dão unidade, pela complementariedade, pela solidariedade das atividades, pela unidade cultural, a certas porções do território. Nasce daí a noção de região geográfica, ou região-paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica, unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, este deve ser o novo conceito central da geografia, o novo patamar de compreensão do objeto de investigação geográfica" (GOMES, 1995, p.55-56).

Assim, discordando do conceito de região natural advindo do determinismo ambiental, os geógrafos possibilistas cunham o conceito de região geográfica, considerando a ação humana sobre a natureza como preponderante para que uma região fosse moldada e se diferenciasse de outras. Haveria integração entre as características físicas e naturais presentes em uma região e as ações advindas da presença humana que a modelam.

> "Reagindo ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra" (CORRÊA, 2002, p.27-28).

> "A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza. A idéia de harmonia, de equilíbrio, evidente analogia organicista que Vidal de La Blache adota, constitui o resultado de um longo processo de evolução, de maturação da região, onde muitas obras do homem fixaram-se, ao mesmo tempo com grande força e permanência e incorporadas sem contradições ao quadro final da ação humana sobre a natureza" (CORRÊA, 2002, p.28).

Para a Geografia Possibilista o conceito de região e o de paisagem são associados em razão das semelhanças linguísticas entre essas duas palavras. Em francês a palavra *paysage* (paisagem) deriva de *pays*, que significa pequena região homogênea; em alemão *landschaft* significa paisagem e extensão de um território que apresenta características mais ou menos homogêneas; já em inglês a palavra *landscape* significa paisagem, e Sauer a utilizou como sinônimo de região (CORRÊA, 2002).

Mas, em contraposição à Geografia Clássica pautada pelos estudos regionais defendida pelos autores acima referidos, há os escritos de Shaefer, que argumenta

principalmente contra as idéias defendidas por Hartshorne. Shaefer reafirmava o caráter nomotético da Geografia, em contraposição às questões idiográficas defendidas por Hettner e Hartshorne. Ele acreditava que as descrições científicas das regiões, da maneira proposta pelos cientistas neokantianos, transformavam a Geografia em uma ciência do excepcional, do particular, desse modo não era nem ciência, pois não há uma ciência do único e do particular. A Geografia, então, deveria romper com o particularismo e se voltar para a formulação de leis sobre a distribuição de determinadas características na superfície terrestre. Com o objetivo de criar um rigor cientifico para a análise regional o geógrafo deveria utilizar de linguagem matemática, pautada na lógica (LENCIONI, 2009).

Esse caminho proposto guiou e influenciou diversos pesquisadores de todo o mundo, através do procedimento científico (matemática, análise estatística) buscava-se encontrar uma ordem no real, uma lógica na organização do espaço. Dessa maneira, seria possível criar projeções, o que aproximaria a Geografia do planejamento regional, portanto a região deixaria de ser um objeto do intelecto e se tornaria um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço (LENCIONI, 2009).

Dessa forma, o conceito de região e os estudos regionais tornam-se pouco expressivos dentro da Geografia de cunho mais matemático e quantitativista (chamados por parte da literatura de neopositivistas, ou ainda de Nova Geografia). A região não deixa de existir, mas passa de questão central para mero instrumento de análise determinada por um conjunto de regras e captação de dados, ou seja, é reduzida a “tipos” ou “classes” de área – o que para alguns autores era praticamente a decretação de sua morte (HAESBAERT, 2010a). Em outras palavras, a região passa a ser um meio e não mais um produto (GOMES, 1995):

> “Para que esta noção de região se torne um conceito científico é absolutamente necessário que haja uma formulação clara de seu sentido, de seus critérios e de sua natureza. O estabelecimento de regiões passa a ser uma técnica da geografia, um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final do trabalho de pesquisa. Regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho. As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação” (GOMES, 1995, p.63).

Como pôde ser visto, a Nova Geografia, fundamentada no positivismo lógico, atribui outro sentido ao conceito de região, diferindo-o tanto do conceito do determinismo ambiental quanto do possibilismo. Sinteticamente, pode-se dizer que a região, na Nova Geografia, é definida como um conjunto de lugares nos quais as diferenças internas são menores dentro deles do que as diferenças existentes entre eles e os demais lugares. A coleta e análise de dados estatísticos são a tônica que direciona os pesquisadores a classificar certos lugares como uma região, sendo assim, pretende-se uma objetividade máxima, e que o subjetivismo seja abolido da análise (CORRÊA, 2002).

> "As similaridades e diferenças entre lugares são definidas através de uma mensuração na qual se utilizam técnicas estatísticas descritivas como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Em outras palavras, é a técnica estatística que permite revelar as regiões de uma dada porção da superfície da Terra. Nesse sentido, definir regiões passa a ser um problema de aplicação eficiente de estatística: considerando-se os mesmos territórios, propósitos e técnica estatística, duas divisões regionais deverão apresentar os mesmos resultados, independentemente de terem sido feitas por dois pesquisadores distintos" (CORRÊA, 2002, p.32-33).

Com outros paradigmas e metodologias diferentes em relação à Geografia Clássica, aparece a Geografia pautada pelo materialismo histórico. Segundo Iná Elias de Castro, na perspectiva tradicionalista a indução era valorizada, enquanto a dedução era minimizada. Já no materialismo a totalidade impunha-se sobre a unidade, eliminando as possibilidades explicativas da escala regional, impondo a dedução de tal forma que não abria espaço a singularidades e particularidades. A vertente tradicionalista da Geografia privilegiava a escala regional, já a vertente materialista privilegiava a escala planetária.

> "Na primeira, a região era a abordagem fundamental do método geográfico, todos os fenômenos podiam ser percebidos e explicados nessa escala. Na segunda, nenhuma causalidade ou plausibilidade explicativa era reconhecida nessa escala; a região tornou-se um epifenômeno ou mesmo um 'mot vide' (como declara Roger Brunet)" (CASTRO, 1993, p.58).

A Geografia pautada na visão marxista clássica[11], realizada em meados do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, praticamente

[11] Indo diretamente à essência, avalia-se que Marx deu pouca atenção à diferença geográfica em sua obra: não avaliou em que medida a variedade local poderia tornar-se uma parte da dinâmica do capitalismo nem desenvolveu o pensamento acerca da "reprodução da força de trabalho" na escala local. Ele afirmava que "em lugar da antiga auto-suficiência local e nacional, temos as relações em todas as direções (...) tanto no material, quanto no espiritual". Para Marx a diferença local é um problema que ambos, teoria e capitalismo, devem superar, e não usar como jogo (GREGORY, 1996). Importante ressaltar que, segundo Thrift, "o descaso por diferença regional em Marx fez com que os

desconsiderava o conceito de região, o que gerou o ocaso desse conceito nos estudos geográficos nesse período. Isso se deu, como afirma Duarte (1980), porque não cabe, sob o modo de produção capitalista, considerar que existam regiões, pois sob este sistema não há diferenciações de lugares. "(...) o capital homogeneíza o espaço descaracterizando a estrutura regional, isto é, dissolvendo-a" (DUARTE, 1980, p.17).

Sobre tal processo homogeneizador advindo das relações capitalistas, Francisco de Oliveira escreveu que:

> "Afinal de contas, qual é a diferença essencial, num país capitalista plenamente desenvolvido como os Estados Unidos da América do Norte, entre a Califórnia e New York, entre Michigan e a Nova Inglaterra? À parte certas diferenças que chamaremos aqui de 'culturais' – e que a própria evolução capitalista, sob a forma das comunicações, da televisão, da indústria 'cultural' em suma, se encarrega de dissolver – na essência do movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais 'regiões' no país norte-americano; há zonas de localização diferenciada de atividades econômicas" (OLIVEIRA, 1981, p.26) [12].

Com a aceleração do processo de globalização, mais pesquisadores marxistas passaram a negligenciar o conceito de região, pois ressaltavam que as relações econômicas estavam se tornando cada vez mais globais e isso levaria a uma não diferenciação do espaço e das relações socioeconômicas nele presentes.

Contudo, ao longo da década de 1980, o conceito de região e os estudos sobre ela vão ganhando novamente corpo. Isso se deu em diversos campos: na Geografia Cultural, em outras ciências como a Economia e a História, na mídia (não diretamente vinculada ao meio acadêmico), e também na linha de pensamento marxista (mais aberta e renovada) da Geografia – sem ignorar as relações possíveis entre essas diversas perspectivas.

Mesmo dentro das análises marxistas, a região, nas últimas décadas, passa a ser também objeto de estudo, é o que Corrêa (2002) mostra ao utilizar a *Lei do desenvolvimento desigual e combinado* (Trotsky). Segundo essa abordagem, os

---

geógrafos marxistas, quando apareceram nos anos 60 e 70, tivessem dificuldade em falar sobre geografia" (In: GREGORY ,1996, p.231).

[12] Todavia, para não cometer injustiças com Oliveira, deve-se fazer uma ressalva, pois no decorrer de seu texto ele fala sobre uma tendência homogeneizadora, e não sobre uma homogeneização fatídica; além disso, esta se aplicaria apenas onde as bases do capitalismo estiverem plenamente assentadas e desenvolvidas, ou seja, nas nações capitalistas centrais.

mecanismos do processo de regionalização tornam-se mais complexos ao longo da história. No capitalismo, o processo de regionalização se acentua, caracterizado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração. Os mecanismos se tornam cada vez mais evidentes: divisão territorial do trabalho; desenvolvimento de meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história; ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente; "ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital" (CORRÊA, 2002, p. 45).

> "A lei do desenvolvimento desigual e combinado, traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas" (CORRÊA, p. 45).

Assim, nessa perspectiva, a região é a realização de um processo geral em um quadro territorial menor.

Milton Santos (1996), em um de seus principais livros, *A Natureza do Espaço*, lida com a questão regional sem perder de vista sua inserção no mundo capitalista globalizado e dotado de uma infinidade de redes e conexões. Segundo ele:

> "Da mesma forma, como se diz, hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe (...) ao contrário, pensamos que (...) o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos de outro nome" (SANTOS, 1996, p.196).

Na Geografia Crítica, quando parte da corrente marxista se libertou das amarras do economicismo exacerbado, que enxergava as relações entre os homens e entre esses e o meio somente através da luta de classes, fruto da expansão e exploração capitalista, e começou a adotar em suas análises conceitos socioculturais, a busca pelas peculiaridades nos modos de vida de povos, comunidades e grupos de pessoas presentes em localidades distintas (regiões) passou a ser valorizada. Com isso, houve a revalorização da região como objeto de análise. Enfim, para identificar e entender a formação dessas peculiaridades, a investigação histórica das regiões torna-se fundamental.

Matos (2005) acredita que se deve relativizar o poder massificante e homogeneizador de uma economia globalizada que se espalhou pelo mundo, em especial, desde a década de 1970. Não se trata de negar a importância que a integração de mercados e a constituição de uma rede de metrópoles mundiais têm na atualidade, mas preconizar o fim do Estado-Nação ou não perceber as peculiaridades do local (como identidades e formações sócio-históricas específicas) seria um erro[13] (MATOS, 2005).

Parte das críticas feitas ao conceito de região, especialmente as desenvolvidas na década de 1970, estavam ligadas a aspectos ideológicos conceituais. Elas se ancoravam no fato de que esse conceito era (e ainda é) amplo e múltiplo, podendo ser abordado de diferentes maneiras de acordo com o objetivo de cada estudo (DUARTE, 1980).

Iná de Castro (1993) acredita que a realização de estudos em diferentes escalas é enriquecedor. A autora mostra que há um paradoxo entre a planetarização das relações econômicas, financeiras e de poder e o fortalecimento das disputas políticas que ocorrem em escalas muito diferentes. Encarar essa realidade complexa se faz necessário. Problematizar o espaço geográfico é considerar esses paradoxos,

[13] A partir dessa interpretação ele discute diversas propostas de divisões regionais formuladas para o Brasil desde o século XIX, chegando finalmente à sua proposta, que leva em conta as peculiaridades locais como características sociais, econômicas, históricas e culturais; mas sem perder de vista que na atualidade não há o isolamento das regiões, pelo contrário, há uma série de redes geográficas que ligam os diversos pontos do país. Em suas palavras: "passa a ser oportuno pensar na urbanização como um processo socioespacial ancorado por conexões geográficas que articulam pontos especiais (cidades ou áreas urbanas) distribuídos no território. Estruturas que conformam redes, redes urbanas" (MATOS, 2005, p. 39).

Dessa forma, Matos (2005) nos mostra que o formato da rede urbana, a rede de localidades centrais mais importantes do Brasil, em 1991, juntamente com suas articulações viárias, tinha a seguinte configuração: A *Fração Centro-Sul* abrange amplas porções do Sudeste, Centro-Oeste e todo o Sul; caracterizado pela alta centralidade, com uma rede intricada e densa, com múltiplas articulações viárias; a densidade é expressiva, sendo que a distância que liga os nódulos raramente ultrapassa 100 km. A *Fração Nordeste* mantém fortes referências no arco Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador (faixa litorânea); nessa fração há redução da densidade da rede e os centros são separados por distâncias médias superiores a 250 km. A *Fração Norte* reúne vasta porção das grandes regiões Norte e Centro-Oeste, e internaliza distâncias bem maiores; os condicionantes do quadro natural se fazem sentir nessa fração; há três subconjuntos, um ao longo da Belém-Brasília, outro na porção ocidental do Mato Grosso e Acre, e outro no corredor fluvial do Amazonas.

Com essa proposta Matos tentou demonstrar a grande articulação em rede que envolve o Brasil, com maior número de conexões em algumas regiões que em outras, devido às características sócio-históricas, econômicas, de infra-estruturas, etc., que caracterizam as três regiões por ele identificadas.

ainda mais em um período como o atual, no qual há múltiplas escalas de poder, onde surgem novas relações entre centro e periferia, novos arranjos espaciais e de solidariedades propiciadas pelas mudanças tecnológicas, onde há o fortalecimento dos poderes regionais e locais como interlocutores das relações supranacionais, todo esse rearranjo pede da Geografia um novo olhar para o território regional, não apenas como uma engrenagem de uma totalidade impositiva, mas como um continente de um conteúdo significante – o que pede também estudos regionais.

Castro (1993) apresenta outro argumento em favor do reaparecimento do conceito de região e dos estudos regionais: o surgimento (ou fortalecimento) da Geografia Humanística na década de 1980, bastante atenta aos aspectos culturais, aos modos de vida, aos detalhes históricos presentes em diversas regiões e nas comunidades nelas presentes. Em outras palavras, as características socio-historico-culturais e as ligações interpessoais e dos indivíduos com o meio, em cada região, passaram a ser consideradas na elaboração de estudos regionais.

> "O humanismo na geografia, ao contrário da geografia radical, foi buscar no passado da disciplina elementos que, segundo estes autores, seriam importantes resgatar. Um destes elementos foi a noção de região, vista como um quadro de referência fundamental na sociedade. Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que estes autores chamam a atenção para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido. Neste sentido, a região existe como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial. Novamente, a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região" (GOMES, 1995, p.67).

Em um trecho do livro *Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*, Haesbaert lista uma série de obras feitas nas últimas décadas que adotam a temática regional como foco de estudo, o que ratifica novo ganho de fôlego desse conceito na Geografia atual:

> "Na geografia em idioma estrangeiro temos um revigorar da Geografia Regional principalmente entre geógrafos de língua inglesa, como Gilbert (1988), Thrift (1990, 1991, 1993, 1996), Entrikin (1991, 1994), Hauer (1990), Murphy (1991), Storper (1995, 1997), Scott (1998), Agnew (1999, 2000), MacLeod (2001), MacLeod e Jones (2001) e Paasi (1986, 1991, 2002a, 2002b). Na França, cabe lembrar a reedição de *A região, espaço vivido*, de Frémont (1999), e o compêndio *Iniciação à Geografia Regional*, de Claval (1993). Em alemão, tem destaque a consistente obra de Benno Werlen (com artigo traduzido para o

> português: Werlen, 2000). Por fim, no caso da Geografia brasileira devemos destacar trabalhos das últimas duas décadas como os nossos próprios (Haesbaert, 1988, 1997, 1999b, 2002), Corrêa (1986, 1995), Gomes Albuquerque (1998), Heidrich (1999), Silveira (1999), Santos (1999), Lencioni (1999), Limonard et al. (2004), Lemos (2005), Arrais (2007) e Brito (2008)" (HAESBAERT, 2010a, p.19).

Soares (2009, 2010) busca enfatizar a nova tendência de valorização das peculiaridades regionais (valorização essa que deve ser feita pelos planejadores de políticas públicas atreladas ao Estado, pelo meio acadêmico, pela sociedade civil e pelo próprio grupo de indivíduos que compõe as comunidades de determinada região), pois somente é possível traçar metas que levem ao desenvolvimento local[14] com base no entendimento das características locais, de seus modos de vida e de suas carências.

Foram apresentados até o momento diversos pontos de vista relativos à construção e uso do conceito de região e de suas mudanças ao longo do tempo. Não há a pretensão de tomar aqui partido de uma ou de outra forma de entender a região e de utilizá-la e, por consequência, excluir definitivamente as demais. Ao contrário, admitir-se-á o pensamento de Corrêa (2002), segundo o qual todas as definições sobre região podem ser utilizadas, de acordo com o objetivo do pesquisador e desde que o objeto de estudo permita análise compatível.

Alguns apontamentos, no entanto, merecem ênfase: i) para analisar uma região, deve-se levar em consideração a interação entre as características físicas e as ações humanas que ocorreram nessa porção de terras, ao longo da história, pois essa simbiose molda a região (especialmente quando se trata de analisar regiões em períodos históricos pretéritos, anteriores ao século XX, quando as técnicas ainda eram limitadas e as peculiaridades físicas exerciam importante peso nas ações humanas); ii) dados concretos e objetivos são importantes para definir uma região e

[14] Para Soares (2009, 2010), a forma mais eficaz pra se alcançar o desenvolvimento e a identidade locais consiste em valorizar as técnicas, culturas e saberes correspondentes a essa dimensão escalar no período de formulação de políticas, pois assim a população se sente mais motivada para participar da construção de programas e propostas. O que está em pauta é a necessidade de incorporar a tradicionalidade regional às propostas de ação, é basear-se nas experiências regionais.

Capital social, aliado a vantagens corporativas locais, dão a determinada região a capacidade de se colocar bem no mercado, adquirindo vantagens econômicas, que se refletem no âmbito social, levando assim ao desenvolvimento (SOARES, 2009, 2010).

diferenciá-la das demais, mas é preciso também levar em conta certo caráter subjetivo e as particularidades de determinada região na sua definição; iii) a região é, ao mesmo tempo, meio e produto, e o pesquisador utiliza esse recorte espacial como fonte de informações e instrumento de estudo de outros objetos, com isso acaba (re)definindo-a e agregando novas informações e características a ela; iv) o sistema capitalista e o processo de globalização avançam cada vez mais (fato que teve início desde as grandes navegações e se intensifica a cada século) e tendem a interligar e, em certa medida, homogeneizar os espaços em todo globo, entretanto, essa homogeneização não é plena, e as nuances locais permanecem (algumas até se fortalecem), sendo aspectos importantes e definidores das diferenças existentes entre uma porção e outra do espaço, o que confere presença às regiões; e v) aspectos socio-histórico-culturais, tradições e traços identitários participam da composição regional e devem ser valorizados.

Em suma, o conceito de região volta à cena nas últimas décadas, tanto dentro da Geografia quanto fora dela. Entender a dinâmica e o conjunto de características que definem uma região é um caminho útil a ser trilhado pelo meio acadêmico, pelos organismos governamentais e por todos os que se interessam pelas nuances locais, é claro, sem perder de vista a relação do local com as escalas maiores, como a nacional e a global, bem como as ligações existentes entre as regiões e entre elas e as diferentes escalas, através das redes geográficas, e, finalmente, sem perder de vista a trajetória histórica da constituição e manutenção da região.

1.2.2 Conceituação de território

Outros dois conceitos que devem ser aqui abordados são o de *território* e de *territorialidade*. Inicialmente, há de se ressaltar que as discussões epistemológicas sobre território e territorialidade acabam, muitas vezes, focando problemáticas que envolvem o avanço das relações capitalistas por todas as partes do mundo e o crescente processo de globalização, levando a novas formas territoriais diferentes do Estado-nação, com fronteiras politico-econonico-culturais rigorosamente delimitadas de outrora: a ênfase temporal é o século XX, especialmente sua segunda metade, e o princípio do século XXI.

Uma vez que o recorte temporal aqui submetido à análise situa-se no século XIX, as discussões acerca dos possíveis processos de desterritorialização, defendida por alguns estudiosos, ou os processos de reterritorialização, defendido por outros, extrapolam esse recorte e, por isso, não serão enfatizados.

A base principal para conduzir a discussão referente à definição dos conceitos de território e territorialidade são as ideias de Rogério Haesbaert.

Haesbaert (2010b), em seu livro: O Mito da Desterritorialização, apresenta uma série de argumentos para mostrar que os territórios não estão se extinguindo, ao invés disso, eles estão se transformando, se reterritorializando, processo que leva à multiterritorialidade. Nessa discussão, a primeira parte do livro tenta definir o que é território. Nesse primeiro capítulo ele argumenta que território, como realidade efetivamente existente, e não apenas como instrumento de análise, surge e se mantém devido a dois tipos de pensamento: i) o daqueles que priorizam a realidade físico-material e ii) os que o vêem a partir da realidade ideal (a palavra “ideal” fazendo referência ao mundo das ideias). O primeiro prioriza a conotação vinculada ao espaço físico concreto, enquanto o segundo busca explicações no campo do simbólico. Pode-se então dizer que há um par materialista-idealista na busca pelo entendimento do que é território.

Dentro das posições materialistas, Haesbaert lista três correntes de pensamento: a naturalista, a econômica e a política. Mas o autor deixa claro que “se tratam de divisões arbitrárias e que em alguns momentos, especialmente no caso da chamada concepção política, também dialogam diretamente com o campo simbólico” (HAESBAERT, 2010b, p.44).

Segundo a concepção naturalista, o território é entendido como uma porção do espaço, delimitada, necessária para suprir as necessidades dos seres animados (como alimentos, água e demais recursos naturais; acasalamento; proteção do grupo e principalmente dos filhotes; entre outras) que, por esse motivo, irão lutar por sua manutenção. Alguns estudiosos naturalistas consideram que o comportamento animal que forma o território pode ser estendido também aos homens. Nessa perspectiva, a busca pela territorialidade seria um impulso, praticamente um instinto básico pertencente aos animais, entre os quais os humanos. Haesbaert (2010b) ressalta que essa concepção naturalista recebeu muitas críticas da comunidade

acadêmica, mas mesmo nas últimas décadas, alguns pesquisadores sérios e renomados ainda acabam adotando alguns conceitos dessa linha de pensamento.

> "Os poucos geógrafos que ousaram fazer a ponte entre territorialidade humana e territorialidade animal caíram naquela interpretação (...) segundo a qual a territorialidade humana pode ser tratada como uma simples extensão do comportamento animal, num sentido neodarwinista" (HAESBAERT, 2010b, p.50).

Esse autor diz que se deve evitar os extremismos, tanto para a vertente que associa o comportamento humano e sua territorialidade à animal quanto o que exclui a relação entre sociedade e natureza. Ele diz que menosprezar ou mesmo ignorar a dinâmica da natureza (como por exemplo, terremotos, vulcanismo, regime de chuvas, etc.) e sua ação sobre os homens, seria um erro. Por mais que a sociedade tenha técnicas cada vez mais elaboradas para lidar com as peculiaridades naturais, essas devem ser levadas em consideração, deve-se pensar em um híbrido entre sociedade e natureza (HAESBAERT, 2010b).

> "Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar essa dimensão 'natural', que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada. (...) A questão central, portanto, não é questionar a existência de visões naturalistas (...), mas como desenvolver instrumentos conceituais para repensá-las dentro desse complexo hibridismo em que cada vez mais estão se transformando" (HAESBAERT, 2010b, p.55).

A segunda corrente de pensamento ligada ao materialismo é a econômica. Nessa, um dos maiores expoentes, especialmente no Brasil, é Milton Santos. Ele levanta a necessidade de ver o território não apenas como um palco a-histórico, imutável e que não exerce nenhuma influência sobre as ações dos grupos sociais, ao contrário disso, "na relação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como 'ator' quanto como 'agido' ou 'objeto de ação'" (HAESBAERT, 2010b, p.59).

> "O amálgama territorial, que no passado era dado pela 'emergência, oriunda dos próprios processos naturais', ao longo do tempo vai gradativamente cedendo espaço à informação, 'hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território'" (HAESBAERT, 2010b, p.60).

Nessa abordagem, território passa a ser "território usado" e a dimensão econômica desse uso a mais relevante para caracterizá-lo. Há a interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações. O território não é necessariamente um território-zona, podendo, muitas vezes, principalmente devido ao acesso à informação, ser um território-rede – especialmente na segunda metade do século XX

e nesse princípio de século XXI. Santos alerta para o fato de que os territórios – e os processos de des-re-territorialização – não sejam vistos somente em sua perspectiva político-cultural, sendo necessário incluir de forma indissociável os processos econômicos, em especial a dinâmica capitalista do "meio técnico-científico-informacional" (HAESBAERT, 2010b, p.61).

A terceira e última corrente materialista é a que defende a tradição jurídico-política de território. Enquanto a Geografia Cultural privilegia conceitos como paisagem e lugar, na Geografia Política os termos mais relevantes são exatamente território e territorialidade, baseados em relações políticas entre os homens – apesar de territorialidade associar-se também com o campo simbólico, com a ideia de pertencimento e com determinada cultura.

Território, tradicionalmente, é associado aos fundamentos materiais do Estado, segundo os quais um grupamento humano define um território ao obter controle político sobre uma porção do espaço. O autor clássico dessa abordagem é Friedrich Ratzel, um dos defensores do território ligado ao Estado, com base na qual ele desenvolveu o conceito de espaço vital (se aproximando, em certa medida, da visão naturalista, sendo o território uma necessidade devido aos recursos nele presentes que devem ser garantidos) (HAESBAERT, 2010b).

> "De qualquer forma, em Ratzel, é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política (que aqui se confunde com estatal) do espaço que o território se define. Esta concepção acaba de alguma forma se aproximando daquela que, valorizando a dimensão econômica, vê o território como fonte de recursos para a reprodução da sociedade, pois é também com base nesta disponibilidade de recursos que Ratzel vai construir seu conceito" (HAESBAERT, 2010b, p.66).

Outro autor importante nesse debate, que escreveu por volta de meio século depois de Ratzel, é Jean Gottman. Ele diz que "no mundo 'compartimentado' da Geografia, 'a unidade política é o território'" (HAESBAERT, 2010b, p.67). O território é destacado através de questões jurídico-administrativas, porém, vai muito além do Estado-nação, estendendo-se a qualquer grupamento de terras que tenha uma autoridade comum e goze de determinado regime. Assim, "trata-se de 'um compartimento do espaço politicamente distinto' e uma 'entidade jurídica, administrativa e política'" (HAESBAERT, 2010b, p.67). Dessa forma, mantém-se como característica fundamental o caráter político-administrativo do território.

Mas, Gottman vai muito além de atribuir os territórios somente às questões políticas e jurídicas, ele defende que os territórios se formam também através de nuances idealistas, do simbólico, de aspectos mais abstratos que materiais – além de serem fundamentais em sua manutenção. “Gottman reconhece a importância de um ‘cimento sólido’ a unir os membros de uma comunidade política” (HAESBAERT, 2010b, p.67), que viria da dimensão abstrata e simbólica.

Enfim, o material liga-se ao imaterial na composição do território. O sentido relacional entre material e simbólico é a tônica para entender a composição dos territórios – posição defendida por vários pesquisadores mais recentes e renomados, como Claude Raffestin e Robert Sack, por exemplo (HAESBAERT, 2010b).

Após expor as três linhas de pensamento materialistas, é a vez de explanar sobre o idealismo na constituição dos territórios. A Antropologia, nas últimas décadas, dedicou mais energia no estudo dos aspectos não materiais que participam do processo de constituição territorial. Dimensão ideal, apropriação simbólica, códigos culturais e poderes invisíveis, foram termos que passaram a ser incorporados nesse debate.

Mas, também nas últimas décadas, vários geógrafos, especialmente os ligados à Geografia Cultural, passaram a incorporar essa forma não apenas material de enxergar a configuração dos territórios. Haesbaert (2010b) traz os estudos de Bonnemaison e Cambrèzy a esse respeito. Esses dois autores dizem que a lógica territorial cartesiana moderna, pautada num conjunto de Estados-nações, sem sobreposições, que não enfatiza os fluxos e os movimentos, tem sido suplantada pela lógica culturalista (pós-moderna), na qual o “pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono” (HAESBAERT, 2010b, p.71). Sendo assim, há um enfrentamento entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitátia pós-moderna. A dimensão do território é reforçada por sua representação, por seu valor simbólico. Há a existência e a necessidade da sociedade humana de estabelecer uma relação forte (quase espiritual), com seu espaço de vida (HAESBAERT, 2010b, p.71).

Ainda segundo as ideias de Bonnemaison e Cambrèzy, pode-se dizer que o território cultural precede o território político e mesmo o econômico. Isso se dá devido ao fato de que o laço territorial se revela por valores éticos, espirituais,

simbólicos e afetivos ali presentes (HAESBAERT, 2010b). A territorialidade, fundamental para a efetivação do território, é a adoção desse pertencimento que ultrapassa a esfera somente política ou econômica.

Iná de Castro (1997) apresenta importante argumentação a respeito da necessidade de associar imaginário e relações políticas e sociais na composição territorial. Apesar de não utilizar o termo territorialidade, ela está se referindo a esse processo. Foram aqui selecionados dois trechos que enriquecem essa discussão:

> "(...) o território, enquanto forma e símbolo, é o continente que afeta o seu conteúdo social e é da mesma forma afetado por ele.
>
> É possível, pois, propor que todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana. Em outras palavras, todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico" (CASTRO, 1997, p. 176-177).
>
> (...) "A suposição da relação entre natureza e o imaginário político define uma abordagem que busca compreender formas possíveis de utilização de aspectos particulares da natureza na construção do imaginário coletivo de uma sociedade e a instrumentalização deste imaginário para ações de base política no seu território. Portanto, tornar a natureza um recurso político supõe, não apenas a sua utilidade, mas a forma como ela é percebida coletivamente. A relação, no sentido forte antes explicitado, entre o imaginário político e o território é uma questão antiga, e tem assumido, ao longo da história, diferentes formas de racionalidade e de objetivação, que vão desde os recursos disponíveis na sua natureza, como suporte para a subsistência ou para o processo de desenvolvimento econômico, até a perspectiva dos entraves naturais a ambos. Porém, são as imagens construídas socialmente sobre eles que constituem a base fundamental do imaginário social e recurso para a retórica ou para a ação política" (CASTRO, 1997, p. 179-180).

É no tocante ao levantamento dos agentes que possibilitam a formação e a manutenção do território que se pode utilizar com maior força o termo territorialidade. Esse termo vai além da "qualidade de ser" do território, é a dimensão simbólica dele. Sendo assim, a territorialidade, ao trazer à tona os aspectos simbólico-culturais, é um componente fundamental na constituição de territórios, mesmo não sendo o único, e jamais deve ser desconsiderado durante estudos sobre territórios. A dimensão simbólica ou cultural (expressão da territorialidade e agente de territorialização), deve sempre manter-se indissociável da dimensão material (de natureza predominantemente político-econômica) presentes nos territórios (HAESBAERT, 2010b).

Ainda referindo-se à territorialidade, Haesbaert (2010b, p.86-87), dialogando com os escritos de Sack e Raffestin escreve que:

> "Mais explicitamente, a territorialidade é definida por Sack como 'a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território'. Enquanto isso, Raffestin, numa visão bem mais ampla, considera territorialidade 'o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos'".

Finalmente, chega-se assim à *perspectiva integradora*, tida por Haesbaert como a mais adequada para caracterizar e estudar os territórios. Essa perspectiva integradora é importante, pois o território não deve ser considerado unicamente natural, nem somente político, econômico ou cultural. A interação entre essas esferas, e as relações delas advindas, forma o arcabouço necessário à constituição do território. Nessa perspectiva, o território torna-se um híbrido, como afirma Haesbaert (2010b, p.79):

> "Fica evidente nesse ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e 'idealidade', numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes nomes de fixos e fluxos, circulação e 'iconografias', ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo para essa noção 'híbrida' (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural".

Na perspectiva integradora é imprescindível que se faça a contextualização histórica do território que se quer trabalhar. O território responde pelo conjunto das experiências dos indivíduos que vivem nele e que o constroem, pelo domínio e apropriação no/com/através do espaço (e os elementos responsáveis por essas relações diferem ao longo do tempo), sendo necessário ter atenção a essas peculiaridades (HAESBAERT, 2010b).

Mantendo a mesma linha de raciocínio, na qual a perspectiva integradora está presente, é interessante recorrer a outro texto de Haesbaert (2004), Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade, no qual ele escreve de forma clara e sintética a respeito das relações de poder na composição do território. Segundo ele:

> "Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium*

> quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no 'territorium' são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva 'apropriação'.
>
> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação" (HAESBAERT, 2004, p.1-2).

A respeito da historicidade presente nos territórios, Haesbaert (2004, p.5) afirma que:

> "(...) é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material ('funcional') do território como abrigo e base de 'recursos' com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade 'disciplinar' moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um 'enclausuramento disciplinar' individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades 'de controle' ou 'pós-modernas' vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais 'zonal' ou de controle de áreas para um 'território-rede' ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território".

Marcelo José Lopes de Souza (1995), enfatizando o poder como importante aspecto na formação de territórios, mas longe de ser o único, alerta para o fato de que território vai muito além do senso comum que o identifica apenas com o Estado. Território abrange várias outras escalas, é mutável tanto espacialmente quanto temporalmente; territórios podem se sobrepor, se comunicar em cadeias de relações, dividir espaços em horários distintos. Diferentes territórios surgem em diferentes locais e épocas, por variados agentes, para atender a diversos interesses de grupos distintos. Segundo ele:

> "A palavra território normalmente evoca o 'território nacional' e faz pensar o Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em 'defesa do território pátrio', em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro

> de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica" (SOUZA, 1995, p. 81).

Enfim, do que foi exposto sobre o conceito de território, fica claro que ele vai muito além de fronteiras delimitadas, fruto do poder político e/ou econômico de determinados grupos. Territórios podem ser diversificados, de tamanhos variados, sobrepostos, ligados por redes e mutáveis ao longo do tempo. Para entender a formação territorial e os fatores que o mantêm, é necessário levar em consideração as nuances políticas, econômicas, sociais, simbólicas, culturais e históricas, que se expressam no espaço através do território.

1.2.3 Conceituação de Sertão

Para investigar a ocupação e o desbravamento do Sertão de Leste, torna-se necessário explicar o que se entende por sertão e o porquê da definição Sertão de Leste.

Quando utilizada no senso comum, no Brasil atual, a definição de sertão mais usual faz referência à parte da região nordeste, à sua porção central, o chamado semi-árido, castigado pela escassez de chuvas e pelas altas temperaturas, o que leva a um perfil fitogeográfico composto de vegetação rala, rasteira e seca, com árvores de galhos contorcidos e cactáceas; pela presença de rios semi-perenes (AB'SÁBER, 2003); e ainda pela pobreza de seus habitantes. Essa definição definitivamente não se aplica a essa dissertação.

Definir sertão não é uma tarefa simples. Ele não é formado por um conjunto de características geográficas que o elucide com precisão (o que se pode perceber a esse respeito é que a prevalência de elementos naturais na composição paisagística apareça, amiúde, como um atributo associado à sua identificação); ele não é construído pela ação antrópica (intervenção das sociedades sobre a superfície da Terra, não sendo as obras provenientes da ação humana que individualizam tal espaço, aliás, ele está mais associado à ausência de espaços humanizados); sua formação não é fruto apenas de características físicas e de espaços palpáveis, mas também advém da projeção mental que se faz de certo lugar; e até mesmo suas fronteiras não podem ser dadas com a precisão cartográfica tão comum à

delimitação de territórios variados, afinal as fronteiras do sertão são movediças, são modificadas de acordo com o tempo e com o grupo de pessoas que o analisa.

Buscando entender o surgimento do termo “sertão”, Rodrigues (2003) diz que o termo é uma derivação da palavra *muceltão*, advinda do dialeto angolano *mbunda*, ou classicamente conhecido como *bunda*. Originalmente a palavra *michito*, ou *michitu*, também chamada de *muchitum* (por nasalação dialetal), significava simplesmente mato, e era empregada pelos habitantes da África portuguesa para se referir ao mato longe da costa. A palavra *muchitum*, por influência lusa, foi sofrendo modificações e passou a ser grafada e pronunciada como *muceltão*, depois como *celtão* e finalmente como *sertão*, designando o interior das terras africanas cobertos por mataria.

Já Rodrigues (2004) atribui outro uso inicial da palavra “sertão” pelos portugueses. Segundo ele, essa é uma derivação dos termos latinos *desertanum* e *desertum*, que no português antigo passou a ser grafada e pronunciada como *desertão* e era usada para designar um lugar desconhecido, solitário e seco. O sertão era também designado para as terras apartadas do mar, e ainda, com outro significado, como a terra para lá da costa para onde se navegava. Através desses sentidos iniciais a palavra “sertão” foi utilizada pelos lusos desde a chegada às terras brasileiras até o fim do período colonial para designar a terra ignota do continente, o “coração das terras”, muitas vezes sombrio e incompreendido, mas passível de ser explorado e com riquezas ocultas.

Não é possível descrever uma definição fechada, pronta e acabada sobre o sertão. Como ele era visto e definido dependia do observador e de seus interesses para com ele. Amado (1995) defende que o significado do sertão dependia da localização espacial e da condição social do enunciante. Dessa forma, na concepção dos governantes, o sertão era o espaço da sublevação, no qual sua autoridade estava ameaçada devido à ausência da autoridade estatal em face dos que ali se refugiavam, mas era ao mesmo tempo um espaço de oportunidades e de esperanças de se encontrarem riquezas, especialmente minerais; na visão dos bandeirantes, era o interior perigoso, repleto de riquezas, como ouro, prata, diamantes, esmeraldas, madeiras e índios a serem capturados; para os citadinos era o espaço do desconhecido, repleto de índios, seres indomáveis e feras; e para os

marginalizados (índios, posseiros, fugitivos, homens pobres livres, quilombolas, entre outros) era a possibilidade de liberdade e de uma vida melhor, onde era possível se refugiar da aplicação das leis, dos impostos e da justiça, assim como das normas ditadas por uma sociedade opressora.

O entendimento do que era sertão passava em grande medida pela comparação com o não sertão, surgindo daí vários antagonismos. O primeiro deles refere-se ao *paraíso versus inferno*, segundo o qual o sertão desconhecido estava ligado ao conceito de inferno, enquanto as terras ditas civilizadas ligavam-se ao paraíso. Contudo, havia também interpretações que associavam o sertão às duas ideias, pois lá havia ao mesmo tempo o trágico e o maravilhoso, ideia já presente no imaginário luso-brasileiro desde antes da descoberta das minas (STRAFORINI, 2007). Por se tratar de uma denominação carregada de projeções mentais acerca do que poderia estar presente no misterioso e desconhecido sertão, ele trazia consigo o medo de feras, seres medonhos e perigos ameaçadores que remetia a representações infernais; contudo, trazia também o devaneio de terras dadivosas, com riquezas presentes em suas entranhas e possibilidades diversas. O mito do Eldorado (terra sem mal e de delícias e riquezas prodigiosas) e o mito tupinambá da terra onde não se morre, foram citados por exploradores e aventureiros que tentaram adentrar os sertões, todavia, de modo geral, não exerceram grande influência nos portugueses e luso-brasileiros, estes estavam interessados mesmo nas extraordinárias riquezas das quais eles ouviam relatos, como a “Serra das Esmeraldas”, também chamada de “Serra Resplandecente” ou da “Lagoa Dourada” (ESPINDOLA, 2005). A cartografia feita no Brasil colonial era ainda bastante influenciada por tradições medievais segundo as quais os mapas assumiam também papel de veículo do imaginário, do exótico e do mítico, onde a representação de um mundo exterior se misturava às projeções de cunho simbólico e do mundo interior, curioso e especulativo (STRAFORINI, 2007, p.70-71).

O segundo antagonismo diz respeito ao *litoral versus interior*, que está intimamente associado à forma como foi conduzido o processo de colonização e consequente ocupação do território do Brasil colônia, fortemente localizado próximo à faixa litorânea, sendo que os processos de povoamento e exploração efetivos do interior só tiveram início com a descoberta de minerais na área central de Minas. Porém, o povoamento do interior manteve-se pontual ainda por muito tempo, o que

deixou o interior com pouca ou nenhuma ação estatal. Fazendo referência a Pedro Geiger, Rafael Straforini (2005, p. 73) registra o argumento de que o litoral era tido como o conhecido, enquanto o interior era o desconhecido ainda passível de ser desvendado (ou seja, o sertão), além disso havia a ideia de perto e longe, que não era reflexo direto das distâncias físicas, mas sim do domínio político, no qual o perto é o ocupado e que está bem consolidado sob o domínio governamental, enquanto o longe é o "vir a ser".

O terceiro antagonismo está presente na dualidade *centro versus periferia*, em que o centro era o não sertão e a periferia estava associada ao sertão. A dualidade centro/periferia pode ser identificada em várias escalas, passando da global (na qual o centro poderia ser a metrópole portuguesa e a periferia seria sua colônia) à regional-local (sendo o centro os núcleos urbanos e a periferia as demais porções do território onde imperavam a ausência de população e principalmente de autoridade, seja ela política, religiosa, moralista, etc.). Os núcleos urbanos, tais como vilas e cidades, recebiam a conotação de núcleos centrais ou de centralidade, uma vez que neles estavam presentes centros políticos, bispados, comércios, bem como aparatos de defesa, tendo, por causa disso, a função de irradiar a estabilidade política, social e econômica. O raio de abrangência desses núcleos centrais variou caso a caso, não podendo ser medidos pelas distâncias médias de influência ou algo parecido, afinal tanto a influência de determinado núcleo podia se estender por centenas de quilômetros quanto um hiato de autoridade e influência poderia ocorrer a poucos quilômetros dele. Os sertões/periferias não estavam a uma distância específica dos núcleos centrais, eles estavam para além do alcance do governo (STRAFORINI, 2007, p.74-75).

Havia ainda a dicotomia entre os padrões de vida socialmente aceitos e presentes nas áreas consideradas civilizadas e os praticados nas áreas não civilizadas (nos sertões). No âmbito do povoamento, surge a dicotomia habitado/vazio, juntamente com a oposição sedentário/nômade, na qual povoar está associado à ideia da vida sedentária; se apresenta também o civilizado/selvagem, no qual há a contraposição entre o trabalho agrícola, tido como civilizado, e as atividades de caça e coleta, tidas como selvagens. Na esfera econômica, ocorre a contraposição entre cultivado/inculto, na qual o que importa não é a presença ou ausência da agricultura, mas sim a existência de culturas comerciais; há ainda o

contraponto entre trabalho/vadiagem, sendo que o referencial é o trabalho voltado à produção para o mercado e não para subsistência (ESPINDOLA, 2005).

Seguindo essa linha comparativa, Espindola (2005, p.77) diz que a categoria *civilização* é fundamental para entender o sertão, pois ela enquadra um conjunto de diferenciações decisivas entre os dois nos campos da religiosidade, urbanidade, costumes, entre outros, surgindo daí as contraposições civilização/barbárie, religião/superstição etc. Dessa forma, o sertão não pode adquirir limites precisos (cartografáveis com a precisão cartesiana de outros mapas territoriais), ninguém sabia dizer com exatidão onde ele tinha início e fim, afinal eram linhas que se movimentavam conforme as circunstâncias, havia avanços e retrações de acordo com o período considerado e com as mentalidades e ações dos homens ditos civilizados da época.

Moraes (2003) acredita que o sertão é definido, em grande medida, pela comparação com o não sertão, observando as diferenças entre eles. Mas essas distinções não se dão apenas sobre os lugares, mas também sobre seus habitantes, ela é tanto paisagística quanto cultural: “O sertão também é definido como um lugar ocupado por povos diferentes, exóticos, qualificando-se como a morada dos ‘outros’” (MORAES, 2003, p.4). Os habitantes do sertão são tidos como culturalmente ou racialmente diferentes na classificação dos tipos nacionais. Ou ainda, o sertão é o local habitado por “seres identificados como saídos de uma outra época ou descendentes de uma outra origem que aquela que tipifica a formação da nacionalidade” (IBID, 2003, p.4). Dessa forma, o sertão foi, em muitas situações, estabelecido como o “habitat dos selvagens”, a “terra dos tapuias” e como “terrenos ocupados pelos indígenas ferozes”, como exposto no *Atlas do Império do Brasil*, de 1868, escrito por Cândido Mendes de Almeida, o que demonstra a carga cultural negativista exercida sobre os indígenas, que não são tidos como pertencentes ao corpo nacional, mas sim como entraves ao uso e ocupação de determinada porção de terras. Nem só de indígenas se faz um sertão, porém a carga simbólica e diferenciadora sempre está presente, até mesmo nos poucos discursos em que os elogios se fizeram presentes

> “Mesmo quando identificado como um nacional, o sertanejo é definido como um segmento diferente, um tipo exótico ou arcaico dotado ou não de alguma positividade (conforme o discurso considerado). Depositário dos males inerentes à mistura das raças, para alguns; produto positivo dessa

> miscigenação adaptado às condições adversas do meio para outros; portador dos valores autênticos do caráter nacional; fruto da degeneração advinda do isolamento e do abandono; enfim, são múltiplas as faces desse personagem desenhadas pela intelectualidade brasileira" (MORAES, 2003, p.5).

Denominar uma porção de terra com o nome de sertão vai além das características geomorfológicas, de clima, de vegetação ou de qualquer outro atributo físico nela presente; vai além também de qualquer obra humana (ou ausência dela) que possa particularizar aquela terra. Tais atributos podem ser tidos como sintomáticos e colaboram com o processo de classificá-la como sertão. Todavia, deve-se ir além: classificar uma porção de terra como sertão passa por um símbolo imposto a ela, advindo de um contexto histórico determinado, e deve levar em consideração a bagagem sociocultural e os objetivos político-econômicos dos indivíduos que a denominaram como sertão. O sertão é também uma projeção mental.

> "o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar". (MORAES, 2003, p. 2-3)

Não havia na província de Minas Gerais, nem tampouco no Brasil Colônia ou Brasil Império, um sertão, mas sim vários, o que dificulta as delimitações stricto sensu de suas fronteiras. Carneiro (2013, p.323-324) afirma que os sertões se estendiam de forma ininterrupta desde as capitanias do sul do Brasil até as do Maranhão e Grão Pará, situando-se, às vezes, a léguas de distância do litoral, como em Goiás e Mato Grosso; ou nas proximidades de importantes centros urbanos como o Rio de Janeiro e Vila Rica. Assim, ele levanta a seguinte questão: "Como reduzi-lo a uma área claramente delimitada, tendo em vista sua múltipla ocorrência, descontinuidade, oscilação (ampliação e retração) à medida que a colonização avançava pelos 'confins' do interior?" (CARNEIRO, 2013, p.324)

Ainda segundo esse autor, com exceção da área das minas, o restante da província era recoberto por sertões:

> “No leste, encontrava-se nos matos, vale dos rios Pomba, Doce e Mucuri (Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, do Abre Campo, de Arrepiados, da Casa da Casca, do Cuieté e do Mucuri), habitados pelos indios Cropós, Croatos, Botocudos, Puris, entre outros; no sul, na área dos campos (Sertões da Mantiqueira e do Rio Grande); no oeste, em diversas partes da também área dos campos (Sertões do Abaeté, de Pium-í, do Bambuí, de Campo Grande, de Paracatu, da Farinha Podre e da Paranaíba), zona ocupada pelos índios Caiapós e Araxás; e no norte recobria quase toda a paisagem dos currais (Sertões do São Francisco, do Urucuia e do Rio Pardo)”. (CARNEIRO, 2013, p.324)

Em meio a tantas porções de terra esvaziadas da autoridade do poder central, grupos de fugitivos, quilombolas, mestiços, brancos pobres nelas se refugiavam para desfrutar um modo de vida mais descolado do exigido pelas leis e pelos costumes pretendidos pelas autoridades luso-brasileiras. Todavia, a dificuldade de manter a presença física do braço estatal nos sertões fez com que o governo delegasse aos fazendeiros, senhores de escravos e homens de posse o poder de territorializar esses sertões, mesmo que esse poder fosse exercido de forma “distorcida” (com forte uso de violência e expropriação de terras). Essa dualidade de poder nos sertões e em suas mediações acabou criando uma alteridade radical (CARNEIRO, 2013, p.325-326), especialmente porque os senhores locais que haviam adquirido poder e benefícios não os abandonavam prontamente e nem de bom grado quando as autoridades metropolitanas ou imperiais reivindicavam seus postos de comando.

Há de se ressaltar ainda a visão de sertão como “fundo de território”, passível de ser desbravado, ocupado e explorado no momento propício (MORAES, 2002-2003). Determinadas porções do território brasileiro não foram prontamente exploradas e/ou ocupadas em razão de necessidades mais imediatas, como a defesa do litoral de outras nações européias; das limitações financeiras; ausência de contingente populacional capaz de se espalhar ao longo da imensa extensão das terras brasileiras; dos interesses econômicos que prendiam a atenção luso-brasileira em determinados momentos históricos, como a empresa açucareira e a extração mineral; e das limitações técnicas que dificultavam o desbravamento e a fixação em áreas repletas de serras, florestas, animais selvagens, indígenas não aliados, carência de alimentos e doenças tropicais.

Moraes (2002) acredita que o juízo imaginário em torno do sertão trazia consigo a inquietação quanto ao seu estado atual e uma meta para sua transformação – a pretensão de absorvê-lo. Dessa forma, se, em um determinado

momento, o sertão não estava ainda inserido no contexto político, econômico e social das autoridades da época, ele deveria ser tido como um espaço passível à expansão, para ser incorporado aos fluxos econômicos bem como a uma órbita de poder que em determinado momento não se fazia presente. É a essa projeção de uso futuro do sertão que Moraes (2002) vai chamar de “fundos de território”, que traz consigo um conjunto de juízos de valor que remetem à necessidade e ao interesse por conquistá-lo e transformá-lo.

Para as autoridades estatais, o entendimento de uma porção do seu território como sertão demandava a necessidade de um projeto (mesmo que futuro) para sua incorporação. Havia uma clara relação entre sertão e colonização. Nas palavras de Moraes (2003, p.3):

> “Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade.
>
> Do aspecto acima comentado decorre um segundo traço geral identificável na construção do imaginário sertanejo: trata-se de uma valoração aplicável para novos lugares ou para novas ondas colonizadoras. O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta”.

Opinião compartilhada por Carneiro (2013), que exprime a dualidade presente na ideia de sertão, na qual há o contraste entre conhecido e civilizado e desconhecido e não civilizado, na qual está sempre presente a projeção futura do sertão para que esse passe a ser integrado à esfera do político, do econômico, do demográfico, do físico e do sociocultural.

> “(...) Nas diversas vezes em que a categoria [sertão] foi utilizada, os atores buscaram difundir a impressão de que se tratava de um mundo alheio, selvagem, arcaico e atrasado, totalmente oposto ao espaço civilizado do litoral e dos centros urbanos. Essa forma de percepção, incutida de uma idéia de evolução, de finalidade a ser alcançada, implicava, necessariamente, a eliminação daquilo que era considerado selvagem nas condições vigentes daquela sociedade. Por que? Porque o sertão simbolizava uma ameaça à

> colonização, o quanto o projeto civilizador ainda estava inacabado. E, sem conquistá-lo, ocupá-lo e modificá-lo, o desejo de transformação da totalidade do espaço colonial em espaço territorial continuava como projeto.
>
> O sertão era definido por duas oposições: aquilo que ele não era e o que ele deveria vir a ser. Imaginado como lugar de possibilidades, de novas conquistas, do avanço da fronteira e da ação colonizadora, estava potencialmente sujeito a incorporação na ótica das autoridades coloniais. Desenhado na cartografia da época, integrava o espaço metropolitano, contudo, estava dominado pela natureza e pelos índios 'bravios', ou seja, não efetivamente territorializado pelos agentes coloniais por meio do povoamento 'branco' e da exploração econômica mercantil, mas submetido a uma mera jurisdição formal. Cartografar ou discursar valorativamente acerca do sertão implicava despertar o interesse de agentes sociais para o estabelecimento de formas diferentes de ocupação e exploração daquela zona, projetar uma intenção futura para mudar a sua condição." (CARNEIRO, 2013, p.318)

O sertão é definido e qualificado exatamente para ser superado, e nesse processo o passo inicial é a apropriação simbólica. Se o sertão é tido como distante e desconhecido, então é necessário aproximar-se dele e desvendá-lo. Realizar expedições e divulgar informações que lancem luz às terras até então localizadas nas trevas do desconhecido. O desconhecimento geográfico é um traço marcante da tipificação sertaneja, dessa forma conhecer e divulgar os dados geográficos inicia o processo de transformação que põe fim à condição de sertão para inseri-lo efetivamente no território[15].

Em suma, com a decadência do ouro, as terras a leste da porção central da província de Minas Gerais perdem sua função de isolar o centro minerador do litoral, plano arquitetado pela Coroa portuguesa no intuito de evitar o contrabando de minerais ou escravos. O desconhecido e inabitado Sertão de Leste é finalmente, no princípio do século XIX, incluído nos planos de territorialização, o que acarretava

[15] Com a decadência da extração mineral as autoridades metropolitanas começam finalmente a voltar seus olhares à porção leste de Minas, até então bastante isolada e desconhecida. E o levantamento geográfico foi um dos primeiros passos: "O levantamento geográfico também figurou como fundamental para a conquista dos sertões e para o enquadramento social de seus habitantes. Era preciso avaliar as potencialidades dos territórios 'desconhecidos', pois, conforme as palavras do governador Luis da Cunha Menezes, 'não parecia ser útil aos interesses da capitania haver terras inúteis pela falta de conhecimento das suas utilidades'. Por isso, em 1784, o ministro encarregou o sargento mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho, o coronel Manoel Rodrigues da Costa e o alferes Joaquim Jose da Silva Xavier para fazerem uma 'exatíssima averiguação' e um 'total conhecimento físico' da 'verdadeira situação' dos 'Sertões do Leste'. Ao terceiro, foram dirigidas as seguintes ordens expressas: efetuar o mapeamento da área, com destaque para as serras, os rios, os pontos estratégicos para o estabelecimento de registros, os caminhos abertos e os elementos naturais que poderiam servir de divisa entre as Capitanias de Minas e do Rio de Janeiro; levantar as principais povoações, com ênfase em suas forças, ocupações e distancias dos centros mais próximos; e pesquisar a possível ocorrência de riquezas naturais e minerais. Conhecer a área era fundamental para planejar a sua incorporação territorial e a subordinação dos seus habitantes à política colonial". (CARNEIRO, 2013, p.327-328)

controle jurídico-político da terra, povoamento e exploração econômica, ultrapassando qualquer entrave a essa empreitada – tais como relevo acidentado, florestas intactas, animais selvagens e insetos, doenças tropicais, indígenas não aliados, desconhecimento do que estava ali presente, e todo imaginário daí proveniente. Tem início a apropriação do Sertão de Leste.

2. Sertão de Leste: peculiaridades físicas e a presença indígena

2.1 Peculiaridades Físicas

A porção oriental da província de Minas Gerais preservou até o princípio do século XIX todos os antagonismos necessários para denominá-la como Sertão de Leste. Litoral versus interior, urbano versus rural (ou praticamente inabitado), conhecido versus desconhecido. Além ainda do temor advindo do imaginário acerca do distante, da região coberta por florestas, habitada por animais selvagens e por índios que traziam a fama de serem antropofágicos; que, no entanto, guardava também o fascínio pelas riquezas ocultas ou simplesmente pela possibilidade de viver às margens de uma sociedade excludente e opressora para alguns grupos sociais.

A faixa litorânea do território brasileiro foi a primeira e mais ocupada desde o princípio do período colonial, seja pela defesa em relação a invasões estrangeiras ou pelos ganhos financeiros advindos especialmente da empresa açucareira (FAUSTO, 2000). Por volta de 1695, foram encontradas as primeiras pepitas de ouro no rio das Velhas, no terreno que hoje constitui a cidade de Sabará, o que provoca um direcionamento dos planos metropolitanos à faixa central do que depois veio a ser a província de Minas e o deslocamento de grande fluxo de pessoas para lá na primeira metade do século XVIII (PRADO JR., 2008).

Já a porção leste mineira ficou “em compasso de espera”, como uma espécie de “região tampão”, mantendo-se inexplorada pelos luso-brasileiros durante todo século XVIII, salvo por expedições esporádicas e por algumas pessoas que se aventuravam por conta própria e à margem da lei. Na tentativa de evitar o contrabando de ouro e diamantes e a fuga de escravos da região centro-mineradora, a Coroa portuguesa impediu a passagem e o estabelecimento de qualquer indivíduo no flanco oriental da província, o que incluía os Vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha e a Zona da Mata. As proibições de deslocamento incluíam ainda o Espírito Santo, território fronteiriço que poderia possibilitar o acesso de quem vinha de Minas para o litoral.

> “Rio Doce, como categoria territorial, deve ser entendido como parte do processo de organização espacial da capitania de Minas Gerais. Durante o século 18, para evitar os extravios do ouro e diamantes, as autoridades isolaram as áreas de florestas e proibiram a navegação do rio Doce. Esse isolamento objetivava combater o contrabando do ouro e impedir uma possível invasão estrangeira. As autoridades souberam utilizar os elementos naturais em apoio à sua estratégia”. (ESPÍNDOLA, 2005, p.28)

> “(...) A comunicação com a Bahia era feita pelo rio das Velhas e o São Francisco, tanto por caminho terrestre como pela navegação, ou cortando os vales dos rios Jequitinhonha e Pardo pela borda oeste da floresta. Estes eram caminhos naturais oferecidos pelo próprio terreno para quem desejasse chegar ao litoral. Por essas razões, eles foram alvo de severas restrições da Coroa, desde 1701. Em 1704, as mesmas restrições atingiram o Espírito Santo. O governador-geral mandou que se recolhesse a Vitória toda a gente que se encontrasse nas lavras do interior ou à procura delas. Na verdade, a população dessa capitania, confinada no litoral, foi transformada numa vanguarda contra uma possível invasão estrangeira, enquanto seu sertão ficou sendo uma barreira natural ao contrabando do minério precioso”. (ESPÍNDOLA, 2005, p.29)

Dessa forma, o leste de Minas teve suas características naturais, tais como matas, animais e relevo – com todos seus possíveis perigos e riquezas –, preservados até o início do século XIX e serviu ainda como refúgio às tribos indígenas. Isso possibilitava a criação do imaginário de temores e de desejos referentes a essa parte da província. Todo esse conjunto de particularidades, somado ao fato de que o leste estava dentro do território colonial, mas não fazia efetivamente parte dele até 1808, fez com que o flanco oriental mineiro, das extremidades da parte ocupada pela exploração mineral até as fronteiras com a Bahia, com o Espírito Santo e com o Rio de Janeiro e os vales dos rios Jequitinhonha, Doce, Mucuri e Pomba fossem considerados tipicamente um sertão, o Sertão de Leste.

Uma vez que o recorte espacial proposto nesta dissertação, o Sertão de Leste de Minas Gerais, não possuía fronteiras precisas, a área de atuação das Sete Divisões Militares do Rio Doce será aqui tomada como referência desse recorte (Quadro 1). Essas Divisões Militares abrangiam basicamente todo flanco oriental do que hoje é o estado de Minas Gerais. As terras a leste da região central mineradora (tendo a região do Mato Dentro como área de transição entre o ocupado, explorado e civilizado e o selvagem, oculto e perigoso, chamado de sertão) até as divisas com

os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, compunham o Sertão de Leste, objeto deste estudo[16].

O recorte espacial é amplo, abrangendo as bacias dos rios Jequitinhonha, Doce, Mucuri e Pomba (a bacia do Pomba faz parte de uma bacia maior, a do Paraíba do Sul), entretanto as características físicas (relevo, vegetação e clima, que são as mais relevantes a esse trabalho) são semelhantes em ambas as bacias e podem ser apresentadas de forma geral: algumas particularidades locais serão expostas quando se mostrarem significativas[17]. A **Figura 1** apresenta em seu conteúdo as divisões de todas as bacias federais que passam por Minas Gerais, bem como o traçado dos rios que dão nome a elas; já a **Figura 2** mostra somente o contorno das bacias presentes no leste de Minas, dentro das quais estava presente o Sertão de Leste.

A descrição de algumas características físicas do Sertão de Leste é útil para que o leitor saiba o que os viajantes, os colonos e os membros das Divisões Militares que se aventuravam a passar ou a viver aí tinham pela frente.

Quanto às características climáticas do leste de Minas, verifica-se que essa região está totalmente inserida na zona climática tropical, na qual predominam climas quentes, com fracas amplitudes térmicas, sendo a ação do relevo (diferenças altimétricas), um dos maiores influenciadores da variabilidade térmica. A média histórica anual de temperatura varia entre 20,1-22ºC e 22,1-24ºC: as primeiras temperaturas são encontradas na Zona da Mata e porção sul de Minas, e no baixo rio Doce; ao passo que as últimas, no médio e baixo rio Doce, nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha e nas proximidades dos limites com a Bahia, com o Espírito Santo e com o norte do Rio de Janeiro (DANNI-OLIVEIRA e MENDONÇA, 2007).

[16] Ver o **anexo 1**.

[17] A Bacia do rio Jequitinhonha (e em especial seu flanco esquerdo) é a que guarda maiores discrepâncias em relação às demais partes do recorte espacial aqui estudado, sendo que ela apresenta relevo menos ondulado, temperatura mais elevada e índices de umidade e precipitação reduzidos, o que acarreta a presença de uma vegetação menos densa (com áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga) em relação às áreas vizinhas das bacias dos rios Mucuri e Doce (no qual a Mata Atlântica era originalmente preponderante).

Quadro 1: Divisões Militares, quartéis e localização (1808-1839)

Divisão	Quartel	Localização
1ªDMRD	Joanésia	Margem do rio Santo Antônio
	Cachoeira Escura (Leopoldo)	Rio Doce, cachoeira Escura
	Geral de Naknenuk	Foz do rio Santo Antônio
	Baguari	Rio Doce, cachoeira do Baguari
	Galho	Acima da confluência do rio Santo Antônio (Belo Oriente)
2ªDMRD	Presídio de São João Batista	Rio Pomba, cabeceiras do Chopotó
	Guidoval	Rio Pomba, rio Chopotó
	Meia Pataca (Cataguases)	Rio Pomba
	Vargem Grande (Manoelburgo-Muriaé)	Rio Muriaé, divisa com o Rio de Janeiro
	Tapera	Divisa com o Rio de Janeiro, abaixo de Guidoval
3ªDMRD	Abre Campo	Entre os rios Casca e Matipó
	Ponte Nova	Margem do rio Piranga (Doce)
	Casca	Rio Casca
	Matipó ou cachoeira Torta	Rio Matipó
	Galho	Ribeirão do Sacramento
	Itapemirim	Divisa entre Minas e Espírito Santo
	Manhuaçu	Cabeceira do rio Manhuaçu
	Ouro	Cabeceira do rio Manhuaçu
	Rio Pardo	Divisa com o Espírito Santo
	Rio Preto	Divisa com o Espírito Santo
	Barra do rio do Norte	Em território do Espírito Santo
	São Lourenço	Depois de Ponte Nova, na estrada para o Espírito Santo
	Entre Folhas	Entre o Ribeirão Sacramento e o rio Doce
4ªDMRD	Quartel de Belém	Rio Doce, cachoeira de Belém
	Sacramento ou Pedersdorff	Ribeirão do Sacramento
	Casca	Barra do rio Casca
	Mombaça	Barra do rio Mombaça
	Onça	Rio Onça Pequeno
	Antônio Dias	Arraial de Antônio Dias, rio Piracicaba
	São João do Madureira	Próximo a Antônio Dias
	Porto das Canoas	Rio Piracicaba, abaixo de Antônio Dias
	Retiro	Próximo a Antônio Dias Abaixo
5ªDMRD	Alto dos Bois	Divisor de águas do rio Doce e Mucuri
	Arapuca (Urupuca) – Entre rios	Margens do rio Urupuca
	Peçanha	Cabeceira do rio Suaçuí Pequeno
	Entre Barras	Nas margens do rio Suaçuí Grande

Divisão	Quartel	Localização
5ªDMRD	Ramalhete	Ribeirão Ramalhete, afluente do rio Suaçuí Grande
	São João	Margem sul do rio Suaçuí Grande
	Brejaúbas	Ribeirão das Brejaúbas, entre os rios Corrente e Suaçuí Pequeno
	Setúbal	Margem do rio Setúbal
6ªDMRD	D. Manoel (figueira)	Margem do Rio Doce, entre rios Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande
	Cuieté	Rio Cuieté, próximo ao rio Doce
	Barra do Cuieté	Na foz do rio Cuieté
	Lorena (Natividade – Aimorés)	Rio Doce, cachoeira das Escadinhas
	Bananal Grande	Margem sul do rio Doce, abaixo do rio Cuieté
7ªDMRD	São Miguel do Jequitinhonha	Margem do médio rio Jequitinhonha
	Rubim	Rio Rubim do Sul, afluente do rio Jequitinhonha

Fonte: Espindola (2005, p.427-429).

A sazonalidade térmica é pouco expressiva ao longo do ano e as estações são demarcadas mais pelas chuvas do que pelas amplitudes térmicas. A média histórica anual de precipitação para o leste de Minas gira em torno de 750-1000 mm e 1001-1250 mm: as primeiras são encontradas no médio e baixo rio Doce e nas bacias dos rios Mucuri e Jequitinhonha, e as últimas, no alto rio Doce e na Zona da Mata mineira; a precipitação pode chegar ainda a 1251-1500 mm em alguns pontos do sudeste de Minas. Há concentração de chuvas especialmente no verão, ao passo que o inverno é seco em quase todo flanco oriental; na porção sudeste do estado, são evidentes maior incidência e distribuição de chuvas ao longo do ano (DANNI-OLIVEIRA e MENDONÇA, 2007).

Sendo assim, o leste mineiro está inserido no domínio climático denominado *clima tropical úmido-seco ou tropical do Brasil Central*, que varia entre os subtipos i) com 4 a 5 meses secos e ii) sem seca. O primeiro subtipo predomina em boa parte do leste mineiro, contudo, no sudeste do estado, nas proximidades com o Espírito Santo e com o Rio de Janeiro, o segundo subtipo aparece com maior força (DANNI-OLIVEIRA e MENDONÇA, 2007).

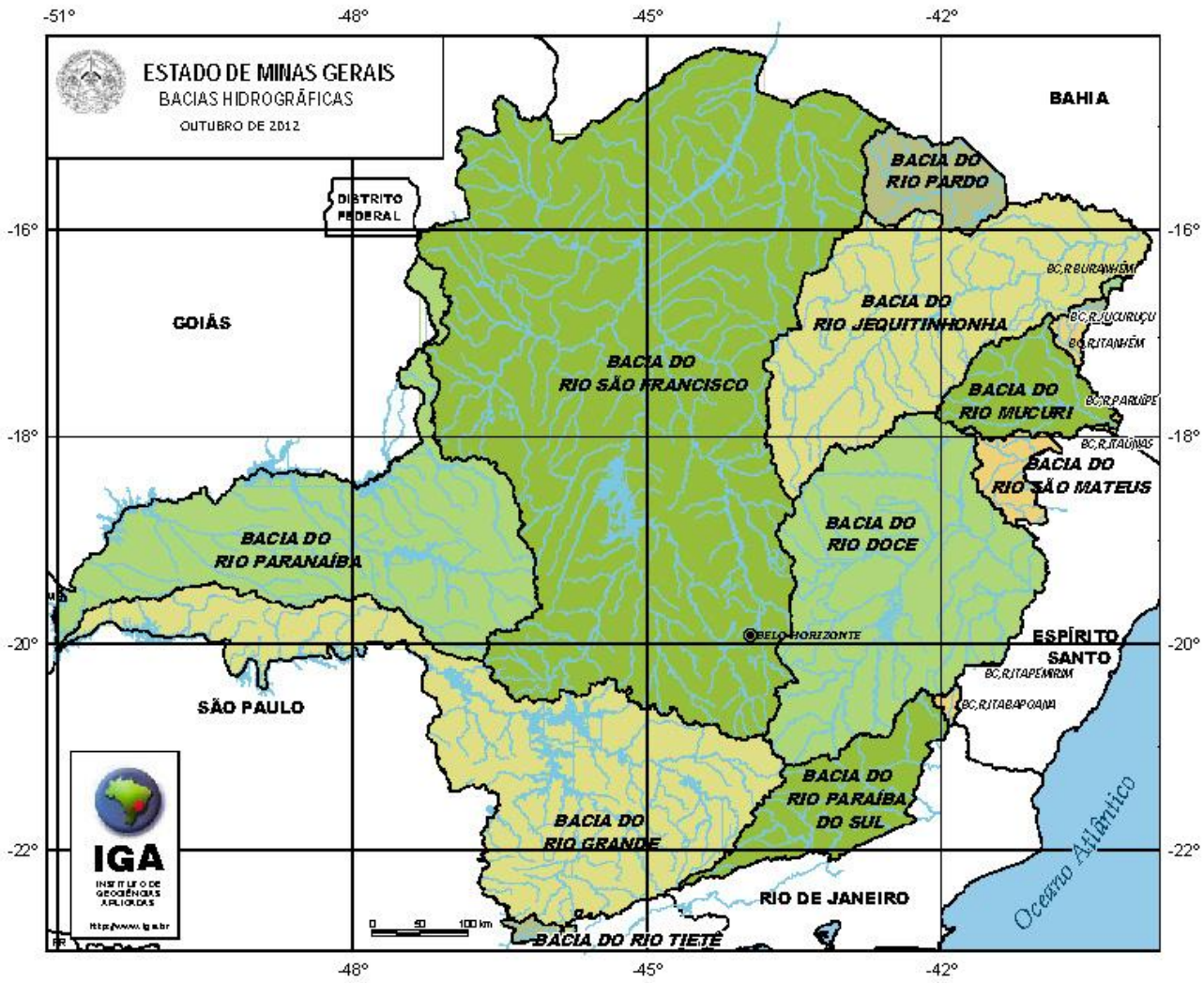


Figura 1: Mapa das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais[18]

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), 2012.

Taxas de precipitação consideráveis, associadas ao clima tropical e à presença de florestas (no início do século XIX ainda em sua maior parte preservadas), traziam um grande empecilho aos luso-brasileiros que se aventuravam pelo Sertão de Leste: as doenças tropicais, entre elas a malária. Outras dificuldades como chuvas torrenciais no verão, alagamentos provenientes das cheias dos rios e queda de encostas, certamente se fizeram presentes no cotidiano dos habitantes do leste mineiro no século XIX, haja vista que os índices

[18] As bacias menores, localizadas entre Minas Gerais e o Espírito Santo e a Bahia também pertenciam ao Sertão de Leste, contudo, no século XIX, as fronteiras entre essas capitanias/províncias ainda não estavam bem delimitadas, por conta disso não havia precisão acerca das áreas dessas bacias pertencentes a Minas.

pluviométricos eram consideráveis e se intensificavam ainda mais na estação chuvosa (primavera e verão).

No tocante ao relevo, o leste de Minas está inserido na unidade de relevo denominada por Jurandir Ross (1995) como *planaltos e serras do Atlântico leste-sudeste*. O modelado dominante do planalto Atlântico são os morros com formas de topos convexos, elevada densidade de canais de drenagem, com vales profundos, o que foi definido por Ab'Sáber como *domínio dos mares de morro* (ROSS, 1995).

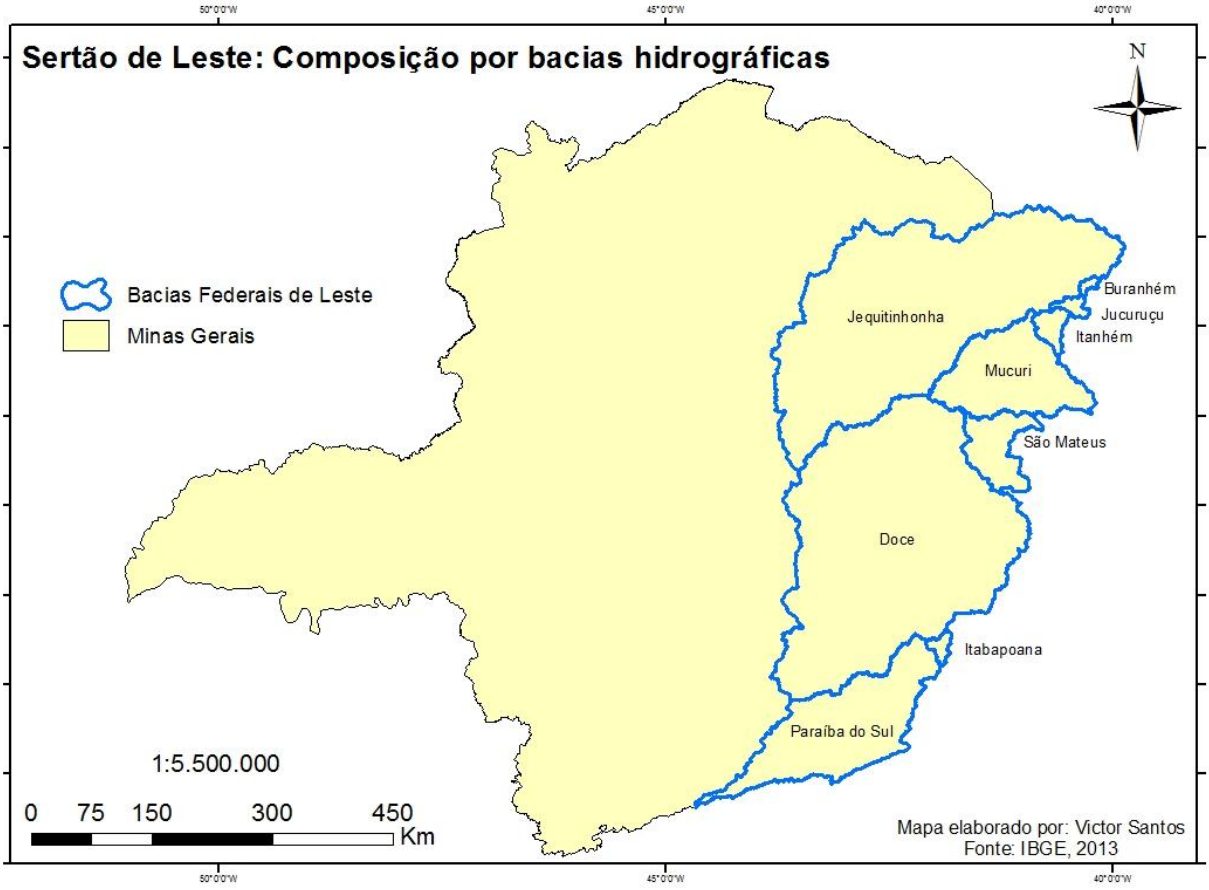


Figura 2: Mapa das Bacias Hidrográficas que compõe o Sertão de Leste

Segundo Ab'Sáber (2003), o território do leste de Minas está localizado no Domínio Tropical Atlântico, no qual estão presentes em grande parte os mares de morro. Esse Domínio caracteriza-se por ser o segundo grande complexo de florestas tropicais biodiversas do Brasil, ficando atrás somente da Amazônia no tocante à extensão territorial (AB'SÁBER, 2003, p.45).

O Domínio Tropical Atlântico corresponde à área de mamelonização extensiva, encontrada em todos os níveis topográficos, desde 10 a 20 metros, até 1100 a 1300 metros de altitude no Brasil Sudeste. A cobertura vegetal é composta de florestas tropicais que recobrem os níveis de morros costeiros, escarpas e setores serranos mamelonizados dos planaltos compartimentados e acidentados do Brasil de Sudeste. As florestas biodiversas, dotadas de diferentes biotas, recobriam originalmente mais de 85% do espaço total (AB'SÁBER, 2003, p.16-17).

> "A área *core* do domínio morfoclimático tropical-atlântico, cujo protótipo é encontrado nos 'mares de morros' florestados do Brasil de Sudeste, apresenta a seguinte combinação de fatores fisiográficos: decomposição funda e universal das rochas cristalinas ou cristalofilianas, de 3 a 5 até 40 a 60 m de profundidade; presença de solos de tipo latossolo ou *red yellow podzolic*; superposição de solos devido às flutuações climáticas finais do Quaternário em sertões sincopados; mamelonização universal das vertentes, desde o nível de morros altos até os níveis dos morros intermediários e patamares de relevo; drenagem originalmente perene até para o menor dos ramos das redes hidrográficas dentríticas regionais; lençol d'água subterrâneo que alimenta permanentemente, durante e entre as chuvas, a correnteza dos leitos dos cursos d'água; cobertura florestal contínua na paisagem primária desde o fundo dos vales até as mais altas vertentes e interflúvios, desde poucos metros acima do nível do mar até aos espigões divisores situados entre 1000 e 1100 m; lençol d'água superficial de tipo difuso, anastomosado, correndo pelo chão da floresta durante as chuvas e redistribuindo detritos finos e restos vegetais serrapilheiras, com formação de horizontes A°°, A° e A; pouquíssima incidência de raios solares diretamente no chão da floresta; forte cota de umidade do ar; equilíbrio sutil entre processos morfoclimáticos, pedológicos, hidrológicos e ecossistêmicos" (AB'SÁBER, 2003, p.29).

Dando maior ênfase à porção oriental de Minas Gerais, e às áreas fronteiriças a ela, Ab'Sáber (2003, p.49) sugere a seguinte explanação:

> "A partir do sul-sudeste da Bahia, na direção do distante e marginalizado nordeste de Minas Gerais, as matas atlânticas nos vales oeste-leste das bacias dos rios Pardo e Jequitinhonha apresentam padrões frágeis nas suas transições sub-regionais e nos setores menos favorecidos pela umidade atlântica. É somente a partir do Vale do Rio Doce que as florestas densas dos tabuleiros costeiros revestem a Serra do Mar espírito-santense e se adentram pelos largos compartimentos do vale, em território mineiro, abrangendo centenas de quilômetros para o interior, até as fraldas orientais da Serra do Espinhaço. Por sua vez, a porção sul e sul-oriental de Minas Gerais apresentava um quadro tão contíguo de florestas tropicais em áreas geomorfológicas típicas de 'mares de morros', que foi denominada Zona da Mata mineira. Um espaço de florestas tropicais que se estendia desde a porção ocidental das serranias fluminense até Santos Dumont, Juiz de Fora e Manhuaçu, sofrendo modificações drásticas nos altiplanos campestres, dotados de ecossistemas híbridos ocorrentes entre Tiradentes e Barbacena. O nível de interiorização das matas atlânticas no Sul de Minas/interior fluminense perfaz de 500 a 600 quilômetros para o interior, comportando sempre florestas tropicais de planaltos dotados de clima mesotérmico, com 18° a 20 °C de temperatura e 1300 a 1600 mm de precipitações anuais. Com fortes acréscimos de chuvas e nevoeiros na fachada atlântica da Serra do Mar e da Mantiqueira" (AB'SÁBER, 2003, p.49).

Corroborando o exposto na citação acima, pode-se dizer que no Vale do rio Doce as características de relevo e vegetação (Figura 3) ganham contornos semelhantes a de todo leste mineiro, com vertentes onduladas (Figura 4), muitas vezes mamelonares, recobertas por vegetação densa (Figuras 5 e 6) (em quase toda extensão composta por Mata Atlântica, salvo algumas exceções provenientes de características locais peculiares, como patamares altimétricos mais elevados, o que propicia a presença de Mata de Altitude), que se estende desde os limites territoriais com o Espírito Santo e com o Rio de Janeiro até a Serra do Espinhaço (Figura 7) e o centro de Minas. À medida que há o deslocamento na direção sul e sudeste de Minas Gerais, as temperaturas vão se tornando mais amenas e a umidade do ar e os índices de precipitação maiores, o que favorece ainda mais a presença de florestas de Mata Atlântica que recobre os mares de morros do interior.

Já o Vale do Jequitinhonha comporta algumas diferenças em relação ao restante da porção leste de Minas. Os índices pluviométricos diminuem consideravelmente, o que dificulta o surgimento de matas densas e faz com que a cobertura vegetal ali tenha características mais próximas às do Cerrado e, em alguns pontos, às da Caatinga (Figuras 8 e 9).

> "A sua vegetação é bem diversificada e caracteriza, de forma marcante, as suas divisões regionais. Na porção ocidental, por exemplo, na região próxima à Serra do Espinhaço (local onde nasce o Rio Jequitinhonha), as terras são mais altas, havendo predominância das chapadas cuja vegetação natural é o cerrado. As chapadas são entrecortadas por córregos, ribeirões e pequenos rios que, numa porção mais baixa, acabam formando as grotas.
>
> Na porção oriental, as terras são mais baixas e os índices de temperatura são mais elevados devido à diminuição da altitude. Nessa porção, predomina a vegetação do tipo savana [...].
>
> Além de uma vegetação de transição entre o cerrado e a caatinga, o Vale apresenta, ainda, uma vegetação ciliar que cresce às margens de seus rios" (Guerrero, 2009, p.82-83).

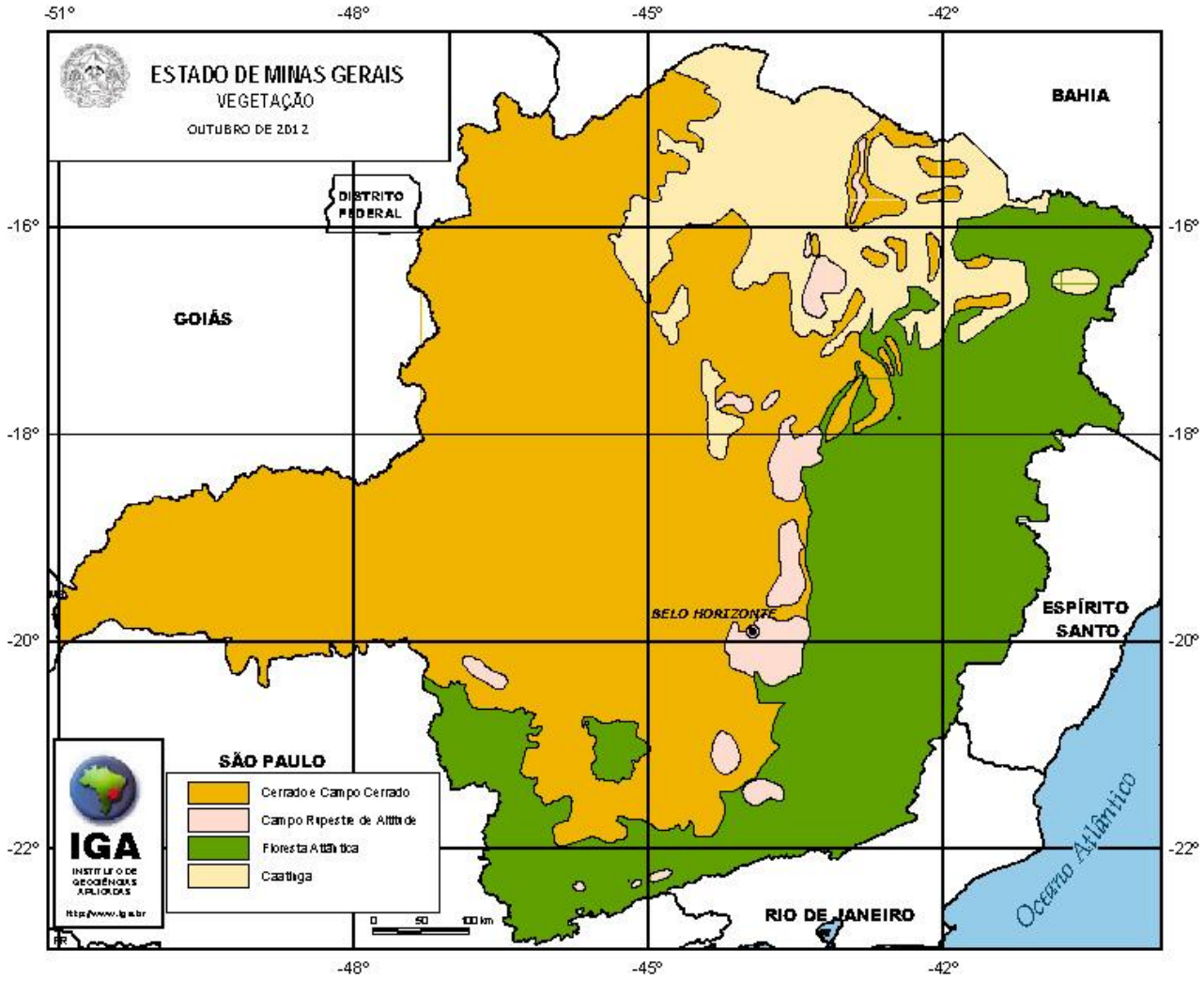


Figura 3: Mapa da Vegetação em Minas Gerais

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), 2012.

Florestas densas (em sua maior parte compostas por Mata Atlântica); clima tropical e boas taxas de precipitação; animais selvagens, insetos e doenças tropicais; relevo acidentado, repleto de ondulações e cortado por diversas serras; e ainda a presença de índios não aliados; esse era o ambiente inóspito que aguardava os luso-brasileiros no princípio do século XIX, em sua tarefa de adentrar e ocupar efetivamente o Sertão de Leste.

Torna-se interessante também lançar luz ao que Auguste de Saint-Hilaire, no século XIX, observou acerca do quadro natural mineiro e, especialmente, sobre as apreciações relativas ao flanco oriental feitas por ele. O naturalista enfatiza a diferenciação relativa ao relevo e à vegetação de Minas em suas porções leste e

oeste, tendo a serra do Espinhaço como marco que divide os dois perfis mais significativos da província e serve como linha de interflúvio das principais bacias hidrográficas. Referendado por seus relatos percebe-se claramente que o leste de Minas era a porção do território mais difícil de ser adentrada, explorada e povoada, afinal era repleta de montanhas e grandes ondulações recobertas por florestas densas e animais selvagens que habitavam suas matas em praticamente toda sua extensão.

> "A província de Minas Gerais, situada entre os 13º e 23º 27' lat. Sul, e entre 328º e 336º longitude, é dividida, em seu comprimento, em duas porções muito desiguais, por uma imensa cadeia de montanhas (Serra do Espinhaço Eschw.) que se estende do sul ao norte, dá nascimento a uma quantidade de rios, divide as águas do rio Doce e do S. Francisco, e cujos picos mais elevados atingem aproximadamente 6000 pés [equivalentes a 1828 metros] acima do nível do mar. Entre essa cadeia e a que, como se sabe, se prolonga paralelamente ao oceano, em uma grande parte do Brasil, estendem-se outras montanhas. Estas deixam entre si profundos vales, e forma-se, se posso me exprimir assim, uma espécie de rede.
>
> Pelo que precede, pode-se ver que todo lado oriental da província das Minas é, em geral, extremamente montanhoso, mas o mesmo não se dá no lado ocidental. (...)" (SAINT-HILAIRE, 2011, p.20)
>
> "Dividindo a província das Minas em duas partes, uma muito montanhosa, a outra simplesmente ondulada, a Serra do Espinhaço divide-a também em duas *zonas* ou *regiões vegetais* igualmente muito distintas: a oriente, a das *florestas*, a ocidente a das *pastagens* ou *campos*; regiões que, paralelas à cadeia, estendem-se como ela na direção dos meridianos. Há mais: essa mesma cordilheira separa a província das Minas em duas *regiões zoológicas* quase tão distintas quanto as *regiões vegetais*. As plantas dos *campos*, não sendo as mesmas dos bosques, não poderiam alimentar os animais que costumavam ver no meio das florestas, e, aliás, há adaptações demais nos hábitos e costumes dos animais para que as mesmas espécies possam viver igualmente em regiões que, embora contíguas, apresentam tão grandes diferenças" (SAINT-HILAIRE, 2011, p.21).

Sobre as dificuldades da instalação de grupamentos humanos e de seus empreendimentos, Ab'Sáber (2003, p.17), escrevendo sobre a realidade do século XX, relata os entraves à ação antrópica no domínio dos "mares de morros", segundo ele

> "O domínio dos 'mares de morros' tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas. No seu interior tem sido difícil encontrar sítios para centros urbanos de uma certa proporção, locais para parques industriais avantajados [...] como, igualmente, tem sido difícil e muito custosa a abertura, o desdobramento e a conservação de novas estradas no meio dos morros. [...] Cada subsetor geológico e topográfico do domínio dos 'mares de morros' tem seus próprios problemas de comportamento perante as ações antrópicas, nem sempre extrapoláveis para outros setores, ou mesmo áreas vizinhas ou até contíguas".

Fazendo um paralelo com o século XIX, pode-se deduzir que os problemas da ocupação antrópica (devido às características físicas do sudeste brasileiro, em especial do leste de Minas e das áreas vizinhas que deveriam ser transpostas para alcançá-la) deveriam ser enormes. Apesar da presença humana e de suas obras serem menores no período oitocentista se comparadas ao século seguinte – o que teoricamente poderia diminuir as dificuldades de instalação em relação ao século XX –, o pioneirismo e as limitações técnicas elevavam o grau de dificuldade da instalação de grupamentos humanos e de toda a estrutura física que dava suporte a tal presença.

Figura 4: Proximidades de Itambé do Mato Dentro – Baixo Rio Doce
Fonte: Foto do próprio autor (15/04/2012).

Figura 5: Presença de Mata Atlântica – Parque Estadual do Rio Doce

Fonte: Foto do próprio autor (15/04/2012).

Figura 6: Mata Atlântica densa – Parque Estadual do Rio Doce

Fonte: Foto do próprio autor (15/04/2012).

Figura 7: Baixo rio Doce – próximo à borda leste da Serra do Espinhaço

Fonte: Foto do próprio autor (13/04/2012).

Figura 8: Área de Caatinga no Vale do Jequitinhonha

Fonte: Saint-Hilaire (2011, p.47).

Figura 9: Região de Minas Novas – área de incidência do Cerrado e da Caatinga
Fonte: Saint-Hilaire (2011, p.49).

As principais serras que circundam o Sertão de Leste de Minas, barreiras naturais que dificultavam a chegada à porção oriental mineira, são as do Mar e Mantiqueira, com escarpas acentuadas que acompanham a faixa litorânea, e a do Espinhaço, linha de interflúvio entre as bacias do rio São Francisco e dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. O Sertão de Leste encontrava-se entre as serras da Mantiqueira e do Espinhaço, dois entraves ao simples deslocamento humano. Tanto quem vinha do litoral quanto quem se deslocava do centro minerador tinha à frente barreiras naturais que em diversos pontos ultrapassam os 1000 metros, repletas de escarpas e paredões que certamente obrigavam os desbravadores a mudar a trajetória e buscar áreas rebaixadas, como os leitos escavados pela força dos rios. Haruf Espindola, referindo-se ao período setecentista, no qual o deslocamento pelo Sertão de Leste era proibido, caracterizou o território mineiro da seguinte forma:

> "Minas Gerais era uma fortaleza natural, (...) separada do litoral pela serra do Mar, pelo fosso do vale do Paraíba do Sul, pela serra da Mantiqueira e pelo Caparaó, é zona de transição fisiográfica e divisora de águas das três principais bacias hidrográficas, exceto a do Amazonas. A leste da cordilheira central (Espinhaço) saíam os rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Tais rios teoricamente poderiam servir de canal de penetração ou para o contrabando do ouro, mas as autoridades contavam com as muitas cachoeiras, a floresta

> desconhecida, os miasmas ameaçadores e os índios antropofágicos. Os habitantes indígenas e a floresta foram transformados em aliados involuntários dos interesses da Coroa Portuguesa" (ESPINDOLA, 2005, p. 28-29).

Fica claro por essa citação que as barreiras ao estabelecimento dos luso-brasileiros eram muitas e a associação entre elas criava um quadro de problemas que só poderiam ser contornados com a força estatal, o que teve início em 1808 com a criação dos postos avançados de ocupação denominados Divisões Militares do Rio Doce, fortificações militarizadas que davam suporte ao estabelecimento dos súditos do reino lusitano e, posteriormente, do Império brasileiro no Sertão desconhecido.

Em face dessas dificuldades relativas à penetração e estabelecimento dos luso-brasileiros, é preciso fazer referência às bacias hidrográficas do recorte espacial proposto, pois os cursos dos rios do leste de Minas eram de fundamental importância à ocupação humana. Somam-se a isso as variações altimétricas e as diferentes declividades tão presentes nessa faixa territorial composta por diversas serras e mares de morro, o que fazia dos cursos dos rios as melhores opções para o deslocamento, seja navegando-os, quando possível, seja caminhando próximo de seus leitos. Finalmente, vale o registro da facilidade de orientação nos leitos, em comparação com as matas fechadas, e a presença de índios, uma vez que os maiores rios eram semelhantes a fronteiras para as nações indígenas (o que será explanado abaixo), e transitar próximo aos rios dava a possibilidade de fuga aos luso-brasileiros que podiam passar para os domínios de tribos aliadas deles e inimigas dos outros indígenas.

Entre as bacias hidrográficas duas se destacam: a do rio Jequitinhonha e, especialmente, a do rio Doce. A importância delas deve-se ao tamanho e volume, pois se estendiam desde a proximidade das zonas mineradoras (região central de Minas e Distrito Diamantino), ganhavam o Sertão e alcançavam o litoral. É evidente que os luso-brasileiros aproveitaram essas possibilidades de entrada por ocasião do desbravamento e ocupação do Sertão de Leste.

O rio Jequitinhonha[19] nasce na Serra do Espinhaço, em Pedra Redonda, município de Serro (Figura 10). Ao longo de seu trajeto ele corta o nordeste de

[19] O nome Jequitinhonha advém de uma técnica de pesca realizada pelos índios Botocudos na qual eles deixavam durante a noite uma armadilha feita de bambu, denominada *Jequi*, para

Minas Gerais, percorre 1.086 quilômetros, dos quais 888 quilômetros em Minas e 198 quilômetros na Bahia, ou 181 léguas, das quais 103 navegáveis, até finalmente desaguar no mar, na cidade de Belmonte, no sul da Bahia. O Jequitinhonha já havia sido achado pelos luso-brasileiros no final do século XVI, que passaram a se aventurar pela região da bacia do rio devido às notícias da existência de metais e pedras preciosas no sertão mineiro (especialmente prata e esmeraldas). Os aventureiros buscavam o "Sol da Terra", que acreditavam poder encontrar às margens desse rio (GUERRERO, 2009).

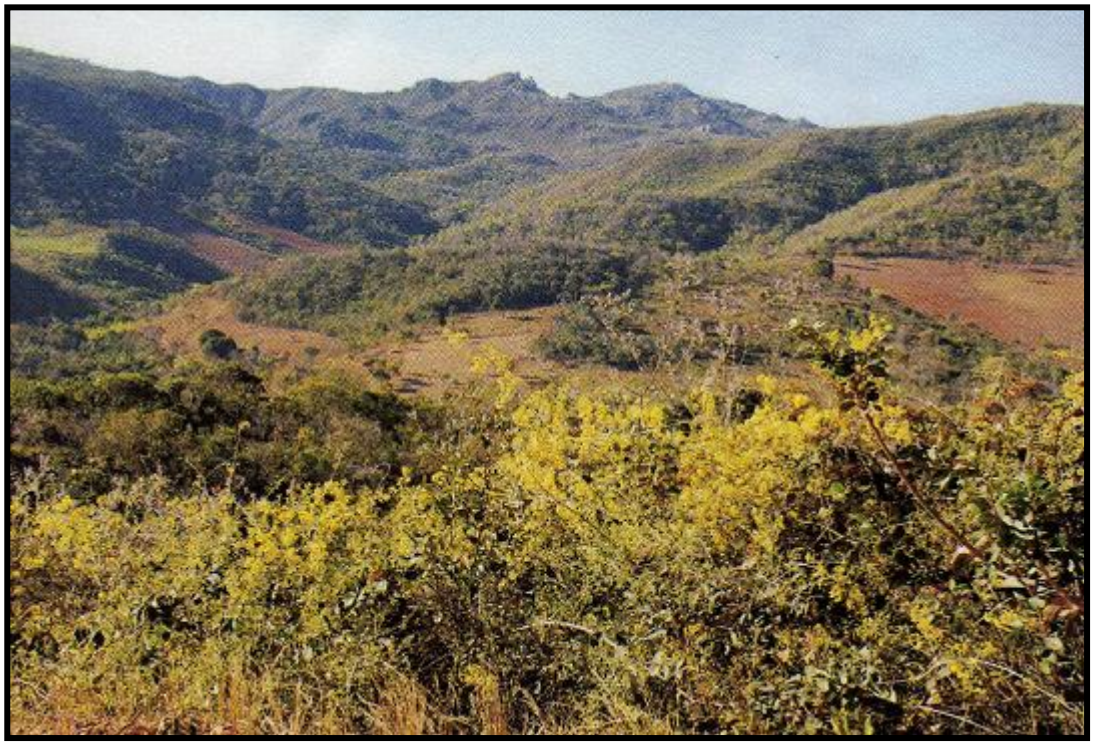


Figura 10: Vista atual do entorno do município do Serro (antiga Vila do Príncipe) – área de incidência da Mata Atlântica e do Cerrado

Fonte: Saint-Hilaire (2011, p.48).

Com a descoberta de ouro em Vila Rica, o Jequitinhonha ficou esquecido e passa a ser novamente utilizado com a descoberta de ouro em Hivituriú (denominação indígena de montanhas frias), atual cidade de Serro, e, anos mais tarde, de diamantes no Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina. Sendo assim,

capturar os peixes, denominados por eles de *Onha*; no dia seguinte eles se certificavam que no "*Jequi tinha onha"* (GUERRERO, 2009).

o rio passou a ser explorado e navegado por canoeiros e por tropas[20] (GUERRERO, 2009).

O rio Doce tem sua nascente localizada no município de Ressaquinha, na Serra da Mantiqueira, a 1200 metros de altitude, percorre 875 quilômetros entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, deságua no mar no município de Regência. Os principais rios formadores do Doce são o Xopotó, o Piranga e o Carmo, e passa a receber o nome de Doce no encontro dos rios Carmo e Piranga, abaixo da cidade de Ponte Nova, Minas Gerais. A bacia do rio Doce tem como principais limites geográficos as serras Negra e Aimorés, ao norte; a serra do Espinhaço, a oeste; a serra da Mantiqueira, a sudoeste e ao sul; a serra do Caparaó, a sudeste; e o oceano Atlântico, a leste. Essa bacia hidrográfica possui uma área de drenagem de 83.400 quilômetros quadrados, 86% dessa área está localizada em Minas Gerais e 14 % no estado do Espírito Santo. No tocante às condições climáticas, a região apresenta clima tropical de altitude com três subtipos: verões frios, nas altas elevações; brandos, nas altitudes médias; e quentes, nas áreas menos elevadas (CUPOLILLO, 2008).

Não se devem esquecer os entraves e/ou dificuldades que se colocavam ao deslocamento pelos rios ou por suas margens. Trata-se das corredeiras, rochas, florestas fechadas e das doenças existentes no entorno dos cursos d'água. Auguste de Saint-Hilaire fez referências a esse respeito por ocasião de sua viagem pelo rio Doce, em 1818, e comparações com outros rios como o Jequitinhonha e o São Francisco, que ele havia visitado anteriormente. Segundo o naturalista:

> "Acima do Guandú começam as famosas *Escadinhas*. È uma série de rápidos e de pequenas cascatas que estorvam completamente a navegação do rio. Prolongam-se numa extensão de ¾ de légua. Diz-se que seria fácil fazer um canal lateral do lado do sul.
>
> (...) Cinco léguas além do Manhuaçu estão os rápidos chamados Cachoeira do Inferno, que só deixam os barcos subirem com o auxílio de reboque de terra. Num espaço de 10 a 12 léguas, a navegação é ainda dificultada por pedras isoladas, mas, com um pouco de trabalho, poder-se-ia, torná-la menos difícil. Mais acima acham-se os rápidos de Eme; (...) não se poderia fazê-las

[20] Patrícia Gerrero enfatiza que a partir da utilização do Jequitinhonha por canoas e tropas foram surgindo entrepostos comerciais que posteriormente se tornaram cidades, como é o caso de Araçuaí. Segundo ela: "O movimento das canoas - e também das tropas - foi responsável pelo desenvolvimento de muitas cidades e povoados da região. A cidade de Araçuaí, localizada no Médio Jequitinhonha, é um exemplo desse fato, já que o intenso movimento de canoas transformou-a num importante entreposto comercial, em toda essa região, estabelecendo ligação com várias cidades do Vale do Jequitinhonha e com algumas cidades do sul da Bahia" (GUERRERO, 2009, p.84).

> desaparecer sem muito trabalho. Entre o Eme e a confluência do Rio Cuiaté ou Cuité, que une suas águas às do Rio Doce, vindo do sul, existem também, uma média de 6 léguas, umas rochas de fácil destruição. Subindo sempre o rio, encontram-se, a 3 léguas de Cuiaté, os rápidos chamados Cachoeirinha, onde a navegação, ainda uma vez obstruída, poderia tornar-se fácil com certo trabalho.
>
> (...) a três léguas de Cachoeirinha encontram-se os rápidos de Ibiturunas; eles não interrompem os canoeiros nos tempos das enchentes, mas, nas secas, trazem alguns obstáculos. Subindo de Ibiturunas à confluência do Rio Antônio Dias ou Santa Bárbara, distante 22 léguas, acham-se as cachoeiras dos Maguaris e Escura que apresentam muitas dificuldades e que os barcos só atravessarão com meios mecânicos". (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 82)

As corredeiras e rochas nos rios eram efetivamente entraves à utilização plena deles, entretanto passíveis de serem contornados, apesar do governo central nunca ter feito as obras necessárias para isso. Saint-Hilaire continua sua descrição a esse respeito e cita também a densidade e a insalubridade da floresta, que era uma porta aberta às doenças, especialmente à malaria, chamada por ele de "febres", dando assim um panorama bastante ilustrativo sobre as condições que os homens da época enfrentavam ao tentar desbravar o Sertão de Leste.

> "Os rochedos que se levantam no meio do Rio Doce opõem grande obstáculo à navegação deste rio, mas, como se viu, alguns desapareceriam com pouco trabalho e outros seriam evitados, cavando-se lateralmente canais de pouca extensão. Tornados amigos dos luso-brasileiros pelos cuidados do generoso Marlière, os botocudos não devem inspirar, hoje, mais inquietações aos navegadores. Mas, existe um perigo que só numerosos desbravamentos poderiam dominar ou diminuir e que, portanto, subsistirá muito tempo: é a insalubridade de várias regiões vizinhas do rio. Essa insalubridade é causada não só por suas águas como pelas de seus afluentes, que, nas estações de chuva, transbordam do leito, formando poças e infetanto o ar com vapores perigosos. Raramente os que descem e sobem o Rio Doce não são atingidos por febres malignas ou intermitentes (...). As margens do São Francisco não são em absoluto insalubres, num período de 2 a 3 anos, porque esse tempo basta para se evaporarem as águas do rio, transbordadas sobre terreno descoberto. No Rio Doce não é assim. As espessas florestas que sombreiam suas margens impedem a ação do sol; a evaporação das águas transbordadas se efetua lentamente. Continuando de um ano para outro, e em qualquer estação é perigoso descer ou subir o rio". (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 86)

Enfim, as características naturais do leste de Minas criaram verdadeiros entraves à entrada, à ocupação e à exploração do Sertão de Leste. Durante os primeiros dois séculos de colonização do Brasil essa porção da colônia ficou praticamente intacta; houve apenas algumas pequenas e espaçadas expedições (oficiais e extra-oficiais) de reconhecimento e a instalação de alguns indivíduos à margem da lei. As feições em grande medida ondulares do relevo, com diversas serras que possuíam índices altimétricos consideráveis, matas fechadas, doenças

tropicais, animais selvagens e indígenas não aliados, juntamente com limitações técnicas e financeiras, bem como a baixa densidade populacional da metrópole e da colônia, foram fatores primordiais para a não ocupação do Sertão de Leste. No século XVIII, devido à descoberta de metais preciosos, a região central de Minas recebeu grande fluxo de pessoas e tornou-se urbanizada. O contato com o Rio de Janeiro passou a ser constante, porém restrito às estradas oficiais. Por causa dos planos metropolitanos o Sertão de Leste permanecia inabitado pelos luso-brasileiros. Finalmente, com a decadência do ciclo do ouro e com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil inicia-se o desbravamento e ocupação do flanco oriental mineiro, tarefa nada simples, uma vez que o Sertão de Leste ainda preservava suas características naturais acima expostas e exigia muito esforço dos luso-brasileiros nessa tarefa de o territorializar efetivamente.

2.2 Panorama dos indígenas do Sertão de Leste

As terras do flanco oriental mineiro, repletas de florestas, mares de morros, serras e importantes rios, guardavam em seu interior também diversos grupamentos humanos integrados às características físico-espaciais ali existentes. As tribos indígenas são mais um fator relevante na composição do Sertão de Leste.

Não há como determinar de forma precisa os limites territoriais e a localização das tribos de cada nação indígena, uma vez que várias delas eram nômades e as guerras entre elas acarretavam rearranjos territoriais frequentes. Assim, serão apresentas as principais nações indígenas que circulavam pelo leste de Minas, bem como algumas de suas características e áreas de maior incidência.

Segundo o Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes (IBGE, 1980) (Figura 11), as principais nações indígenas (consideradas de acordo com as famílias linguísticas) que habitavam o leste de Minas eram os Botocudo, os Masakarí, os Patasó, os Purí, os Corôados e os Koropó[21]. Nota-se pelo mapa que a maior

[21] As grafias dos nomes das nações indígenas foram escritas da forma como estão no mapa. Pertencia ao grupo dos Botocudo que habitavam o leste de Minas as tribos: Etwét, Aranã, Poten, Naknyanuk, Bakué, Pampan, Yiporok-Poycá, Kamakã, Nyepnyep e Nakrehé; ao grupo dos Masakarí pertenciam as tribos: Kaposó, Panyame, Monosó, Makoní, Aposó Araxim, Panyame e Kumanasó; ao grupo dos Patasó pertenciam as tribos: Patasó e Malalí; ao grupo dos Purí pertenciam as tribos: Púrís, Corôados e Koropó (essas duas últimas tribos serão localizadas isoladamente para que seja

incidência de tribos indígenas em Minas situava-se em sua borda leste. Pode-se deduzir de tais informações contidas nesse mapa que a presença marcante de tribos indígenas no leste de Minas, se comparada ao restante do território mineiro, entre o período de tempo supracitado, demonstra que o flanco oriental ainda era, naquele momento, um refúgio para os indígenas, por se tratar de uma área pouco habitada e explorada pelos luso-brasileiros.

As tribos dos Botocudo localizavam-se principalmente na bacia do rio Doce, especialmente em seu flanco esquerdo e nas proximidades com o Espírito Santo, contudo, ocupavam também o flanco direito, porém em menor número. Os Botocudo ocupavam os dois lados do rio Mucuri e seus territórios estendiam-se até o flanco direito do rio Jequitinhonha, só ultrapassavam esse rio no extremo nordeste de Minas, próximo à Bahia.

As tribos dos Masakarí situavam-se nas proximidades do rio Mucuri "dividindo" espaço com as tribos de Botocudos. Eles eram encontrados também ao longo da bacia do rio Jequitinhonha, nas proximidades da nascente do rio Araçuaí, importante afluente do Jequitinhonha, e ao longo desse rio, no lado direito, bem como no noroeste de Minas, na fronteira com a Bahia.

As tribos dos Patasó tinham pouca incidência no leste de Minas, aparecendo em três locais: na fronteira entre Minas e a Bahia, bem próximo aos limites entre esses dois estados e o Espírito Santo; nas proximidades da nascente do rio Araçuaí; e ao longo do mesmo rio. Os Patasó "dividiam" espaço com os Masakarí nos dois pontos em que eram encontrados nas proximidades do rio Araçuaí.

possível fazer uma comparação com a distribuição de tribos feita por Eschwege e que será apresentada nos próximos parágrafos).

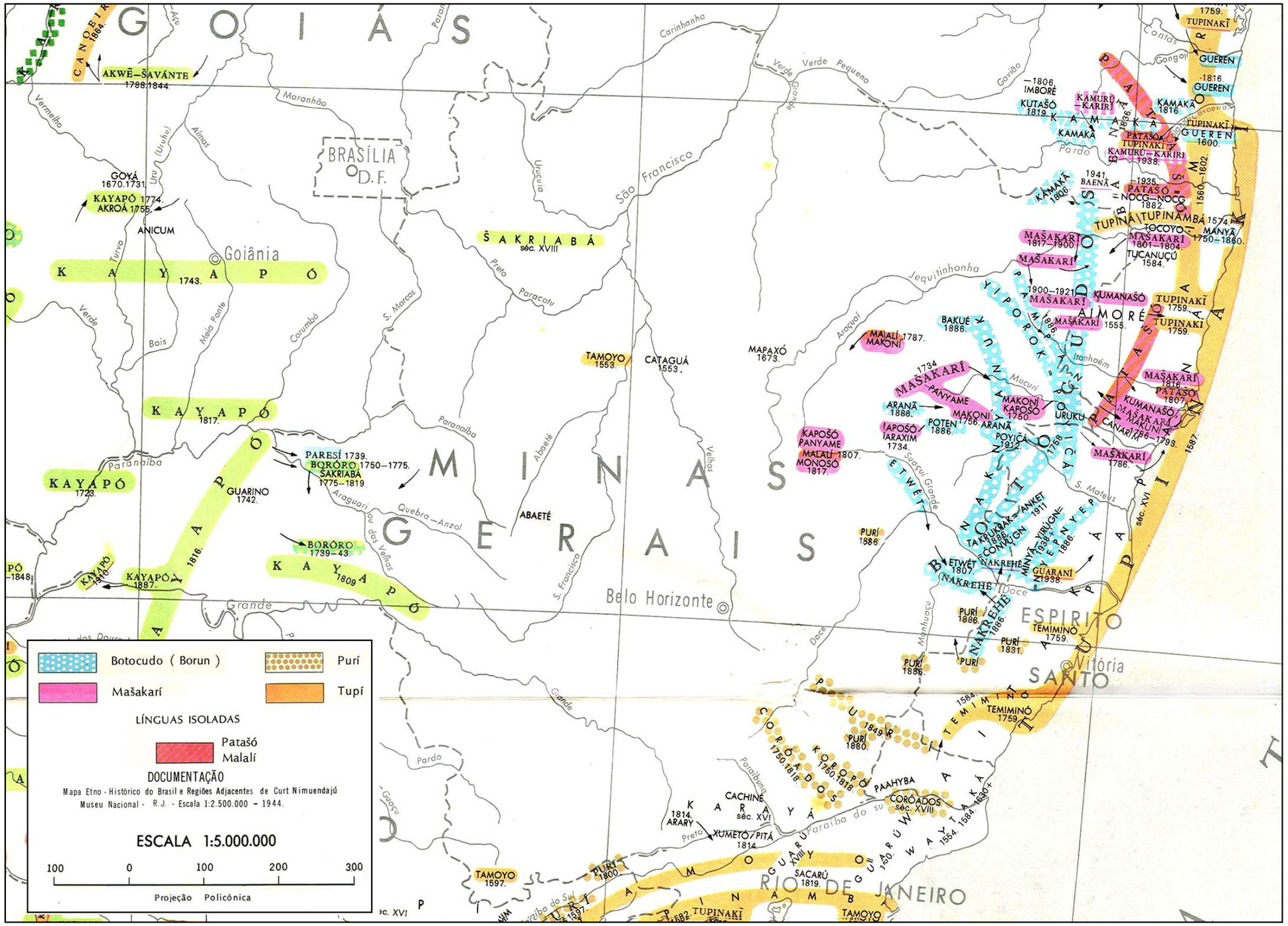


Figura 11: Recorte do Mapa Etno-Histórico do Brasil enfatizando Minas Gerais

Fonte: IBGE (1980).

As tribos dos Purí localizavam-se principalmente na bacia do rio Doce, em sua margem direita, e, nas imediações do rio (no médio rio Doce), eles “dividiam” espaço com os Botocudo, seus inimigos históricos. Havia uma pontual presença dos Purí do lado esquerdo do rio Doce. Os Purí eram ainda encontrados na Zona da Mata mineira, próximos ao limite com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo.

Os Koropó e os Corôados, que faziam parte do grupo linguístico dos Purí, habitavam a porção de terras logo abaixo à dos últimos. Os Koropó apresentavam maior incidência nas proximidades da fronteira com o Rio de Janeiro, enquanto os Corôados vinham logo abaixo dos Koropó, localizando-se desde a região próxima à nascente do rio Doce até o rio Paraíba do Sul.

Seguindo a proposta deste trabalho – que é a de pesquisar, além da revisão bibliográfica de textos atuais, também documentos e depoimentos do período estudado – foram utilizados como ricas fontes de informação os relatos de Eschwege[22], Saint-Hilaire[23] e Marlière[24], que tanto dizem sobre a vida dos índios do leste de Minas e da conturbada relação deles com os portugueses e brasileiros. É interessante perceber que nos relatos desses pesquisadores há uma considerável diminuição da carga negativista e preconceituosa tão comum ao século XIX – período de forte influência do positivismo, do dito cientificismo, que colocava os

[22] Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) foi um geólogo alemão que viveu no Brasil desde a vinda da Corte portuguesa, em 1808, até 1821. Durante o período em que viveu no Brasil, com a patente de Tenente Coronel Engenheiro, ele foi nomeado Intendente das Minas de Ouro e curador do gabinete de mineralogia. Escreveu aquele que é tido como o primeiro levantamento geológico feito em solo brasileiro, o “Pluto Brasiliensi”, além de outras obras de caráter geológico/geomorfológico e relatos políticos, sociais e etnográficos do Brasil, especialmente de Minas Gerais (ESCHWEGE, 2000).

[23] Auguste de Saint-Hilaire (1799-1853) foi um naturalista e botânico francês que realizou expedições no Brasil entre os anos de 1816 e 1822, viajando pelos territórios que hoje compõem os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em suas viagens colecionou relevante material botânico e zoológico, além ainda de ter escrito textos importantes acerca da Geografia, História e Etnografia brasileiras (SAINT-HILAIRE, 1974).

[24] Guido Thomaz Marlière (1767-1836) nasceu na França e viveu nesse país até lutar contra as forças de Napoleão Bonaparte e ser derrotado. Ingressou no exército português e veio para o Brasil juntamente com a Corte lusitana que fugiu do exército francês. Em 1813 foi escalado para pacificar os índios e os colonos da zona da mata mineira, tem início seu importante papel no desbravamento do Serão de Leste. Em 1820 foi nomeado Inspetor Geral das Divisões Militares do Rio Doce e em 1824 passou a acumular também o recém criado cargo de Diretor Geral dos índios e a patente de Comandante Geral de todas as Divisões Militares do Rio Doce, cargos que ocupou até sua aposentadoria, em 1829. Após essa data ele viveu em sua fazenda, no leste de Minas, até a data de sua morte (AGUIAR, 2008).

índios em uma escala evolutiva inferior à da civilização branca de matriz européia, como em Varnhagem e alguns políticos da época (CUNHA, 1992). A postura diferenciada dos três talvez guarde relação com as visitas que eles efetivamente fizeram aos locais onde os indígenas se encontravam; com o conhecimento que adquiriram da realidade deles pelos relatos que ouviam tanto dos indígenas quanto dos brancos e pardos que viviam nos sertões povoados pelas tribos; ou talvez ainda porque observaram as atrocidades, ilegalidades e desrespeito de diversos homens brancos que tiveram contato direto com os índios.

Torna-se nesse momento relevante apresentar os relatos de Eschwege sobre os indígenas que habitavam o leste de Minas, pois além da tentativa de localizar espacialmente as tribos, ele ainda apresenta traços da cultura e modo de vida de cada uma, e como era o contato entre essas tribos e entre eles e os luso-brasileiros[25].

Segundo Eschwege os Botocudos viviam entre o Rio Doce e o Jequitinhonha, chegando até o Espírito Santo, grupos menores localizavam-se ainda no distrito de Minas Novas. Formavam uma das maiores nações de indígenas, constituíam um número superior a 12 mil indivíduos (segundo estimativas de Eschwege em 1811). Eram os maiores inimigos dos luso-brasileiros e poucos deles eram tidos como mansos. Duas peculiaridades contribuíam para que o imaginário sobre essa nação fosse carregado de temores, são elas as histórias sobre antropofagia (mesmo que não comprovadas no século XIX) e as características físicas. A primeira era tida como um traço marcante da selvageria desses indígenas, enquanto a segunda criava certa repulsa por parte dos brancos, como diz Eschwege: “Não há ser humano mais feio que uma velha botocuda nua, a saliva escorrendo sem parar pelo lábio inferior. Os homens são mais robustos e têm uma constituição física mais forte do que dos outros povos indígenas” (ESCHWEGE, 2000, p.81).

Os soldados que serviam nas divisões militares tinham de usar uma espécie de armadura feita com tecidos grossos, que ia do pescoço até o meio das coxas, na tentativa de evitar as flechas dos Botocudos (o que só era eficaz a longas e médias

[25] As informações sobre cada nação indígena citadas nos parágrafos subsequentes foram retiradas dos relatos de Eschwege presentes no livro *Jornal do Brasil: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*, entre as páginas 71 e 117.

distâncias). Esses homens guerreiros eram muito ágeis, pois sempre se locomoviam pelas matas carregando apenas o arco e algumas flechas. Apesar dos confrontos ainda evidenciados no século XIX, os relatos de época não tratam apenas da ferocidade desses índios, mas também de seus medos: “quando se lhes oferece resistência, os Botocudos mostram-se medrosos, fugindo logo e andando até se sentirem novamente em segurança. (...) Ajoelhados, imploram piedade ao se verem vencidos” (ESCHWEGE, 2000, p.82).

Os Puris habitavam as terras à margem direita do Rio Doce. Eram tidos como índios perigosos, vivendo em guerra com os Coroados ao sul, com os Botocudos ao norte e com os portugueses a oeste, além de confrontos entre tribos da mesma nação. Em virtude dos sucessivos conflitos com os portugueses, muitos Puris resolveram migrar para outros locais de Minas, estabelecendo-se – com o consentimento de Marlière – nas proximidades do Rio Pardo, entre o Rio Pomba e o Rio Paraíba. Quando bem tratados afeiçoavam-se com facilidade a seus “benfeitores”, o que era incentivado na administração de Marlière, entretanto, o próprio capitão lamentava que muitos luso-brasileiros designados para a tutela dos índios os tratavam com violência e desprezo, separando familiares, não lhes dava alimentos e vestes adequados e explorava-os como escravos, o que levava grande número deles à morte em pouco tempo de contato com a “civilização”.

Os Coroados viviam nas planícies férteis formadas por oito rios pequenos que correm de norte para sul, desaguando uns nos outros, formando assim o Rio Xipotó Novo[26], que por sua vez deságua no Rio Pomba. Existiam aproximadamente 150 aldeias dessa nação, cada qual com uma ou duas famílias, totalizando por volta de 1900 indivíduos ou um pouco mais. Apesar de ainda rudes, eram aliados dos luso-brasileros, sendo às vezes explorados e enganados por eles, prática que Marlière tentava sempre combater. Eram tidos como maus agricultores (sendo pouco aproveitados pelos brancos nessa prática), mas hábeis caçadores e guerreiros (bastante úteis aos luso-brasileiros, especialmente as habilidades de deslocamento ágil pela mata fechada e a capacidade de rastrear tribos inimigas). Segundo tradições orais, os Coroados e os Puris formavam uma única nação, ocorrendo a

[26] Em outra passagem Eschwege atribui o nome de Xopotó a esse rio (ESCHWEGE, 2000, p.75).

separação devido a uma briga entre duas importantes famílias, que, no entanto, até este momento, primeiras décadas do século XIX, a língua das duas nações ainda guardava semelhanças, o que fazia com que eles se entendessem.

Os Coropós estavam reduzidos a algumas centenas de indivíduos por ocasião da passagem de Eschwege por Minas. Viviam às margens do Rio Pomba, tendo como vizinhos os Paraíbas de um lado e os Coroados do outro: vários foram os Coropós que se fixaram do outro lado do Rio Paraíba, na capitania do Rio de Janeiro. Eram tidos como os mais civilizados entre os índios do leste de Minas, falavam bem o português, mas mais uma vez Marlière disse ao barão de Eschwege que a má fé e a exploração dos luso-brasileiros sobre os indígenas dessa nação eram os grandes problemas quanto a manutenção dos laços de amizade e respeito entre eles.

Havia ainda nações menores, eram os Patachós, Maconis, Penhames e Menhans, que viviam no distrito de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha. Reduzidos, nas primeiras décadas do século XIX, a poucas famílias, esses indígenas eram aliados dos brancos e foram utilizados para combater os Botocudos. Muitas vezes, foram eles deslocados para as Divisões Militares, das quais poucos voltavam. Por seus serviços recebiam metade do soldo somente pelo fato de serem índios.

Há uma discordância entre as leis estabelecidas pela Coroa portuguesa ou pelo governo brasileiro e a prática exercida pelos luso-brasileiros que viviam em terras nas quais os índios habitavam – a alteridade territorial se fez presente no distante e isolado Sertão de Leste. As leis davam vários direitos aos índios, entre eles o de não serem incomodados, o de não serem escravizados, o de se integrarem à “sociedade” através da catequese e de casamentos com portugueses(as) e o de terem assegurada a posse de suas propriedades. Mas os relatos de época muitas vezes contradizem todos os direitos referidos acima. Eschwege deixa claro em duas passagens que o contato entre brancos e índios foi muitas vezes regido pela cobiça, exploração, desrespeito e violência do primeiro para com as tribos. Segundo ele, as autoridades luso-brasileiras elaboraram uma série de leis para regulamentar os direitos dos indígenas e como deveria se dar o contato entre os colonos e os autóctones. A lei de 17 de agosto de 1755 intitulada

“Instruções para o Governo das Tribos Indígenas do Pará e Maranhão” passou a servir de base para todo o Brasil, vigorando ainda quando Eschwege realizou sua expedição científica nesse país entre os anos de 1811 a 1817, mas ele relata que:

> “(...) Mesmo com o pensamento paternal dos regentes portugueses, em vários casos a aplicação da lei resultou no contrário do que se pretendia alcançar, contribuindo para a opressão dos índios, tornando-os até menos receptíveis à civilização. Refiro-me principalmente aos §§ 27 a 33, que tratam do dízimo e especialmente ao § 34, que determina que a sexta parte de tudo o que o índio produzia competia aos diretores. O selvagem livre simplesmente não conseguia entender o motivo pelo qual deveria entregar um décimo da sua propriedade, bem como porque entregar a sexta parte de suas posses aos diretores que, na ânsia de se enriquecerem, tornavam-se seus torturadores. Também os §§ 46 a 58 forneciam todos os meios para que os índios pudessem ser enganados, pois naquela época os portugueses que se fixaram próximo às aldeias e foram nomeados diretores eram criminosos desterrados de Portugal. O que se podia esperar deles?[27] (ESCHWEGE, 2000, p.74-75)”.

Em outro momento de seu texto o Barão demonstra sua indignação em relação ao tratamento dado aos indígenas:

> “Quando se atrai esses selvagens para dar-lhes comida e enquanto saciam sua fome atear-lhes fogo; ou se uma horda de soldados-bandidos invade as matas e espreita o acampamento tranqüilo de uma família de botocudos e ataca-os no silêncio da noite, assassinando impiedosamente todos, inclusive mulheres e crianças; ou, ainda, quando um monstro incitado pelo fanatismo religioso, batiza índios que se fingiam de mortos, para em seguida cortar-lhes as cabeças; tudo isso tem mesmo que despertar um terrível ódio, horror e repúdio por parte de pessoas sensíveis. (...) Realmente parece que estamos ouvindo histórias da época de Cortez e Pizarro, quando da conquista da América espanhola. Porém, são fatos que acontecem aqui diariamente, neste nosso século civilizado (ESCHWEGE, 2000, p.74-75)”.

Os relatos de Eschwege demonstram como as tribos indígenas eram tratadas por boa parte dos luso-brasileiros, que viam nos povos da floresta uma ameaça à obtenção de terras e à integridade física dos colonos que adentravam o Sertão de Leste no século XIX.

[27] Os parágrafos presentes na citação têm os seguintes conteúdos: “§§ 27 a 33. Tratam do dízimo e dizem que para Deus abençoasse o trabalho dos índios devia ser abolido em todos os lugares o abuso diabólico de não pagar o dízimo, e por isso os parágrafos restantes determinavam a maneira como se devia cobrar o dízimo dos índios. (...) § 34. Determina a entrega da sexta parte de todas as frutas que os índios cultivam e de todos os outros artigos que colhem aos diretores, a título de estímulo e recompensa. (...) §§ 46 a 58. Tratam do comércio com o sertão e incentivam os índios a avançar pelo interior, em direção aos rios navegáveis, após a colheita de suas plantações, e, sob o comando dos portugueses, buscar ervas medicinais, peixes, cacau, óleo de copaíba, etc. Logo após o regresso, esses artigos devem ser distribuídos da seguinte maneira: em primeiro lugar, seria subtraído o dízimo; em segundo, os gastos com a expedição; em terceiro, a parte destinada ao cabo ou guia das canoas; em quarto, a sexta parte que pertence aos diretores; e, por último, seria então distribuído o resto em partes iguais entre os índios. Como não se pode pagar aos índios em dinheiro, por causa da ignorância deles, estabelecia que o tesoureiro-mor se encarregasse de comprar, na presença deles, tudo aquilo que necessitassem” (ESCHWEGE, 2000, p.73-74).

Além da divisão dos índios em diferentes nações e/ou tribos (como a apresentada no mapa acima e por Eschwege), outra categorização do século XIX que merece ser mencionada é a que os divide em “domésticos ou mansos” de um lado e “bravos” de outro (Figura 12), na qual está imbuída a ideia de sedentarização dos índios para que eles aceitassem o jugo das leis: os que fossem encontrados nas fronteiras dos diversos sertões brasileiros e não aceitassem o abandono do nomadismo e a domesticação eram tidos como bravos e, por causa disso, combatidos. Relacionada à classificação anterior está outra que os divide entre “índio morto ou assimilado” e “índio vivo e combatido”. Na primeira enquadra-se basicamente o grupo dos Tupi-Guarani, já quase extintos, que apareciam como referências alegóricas e caricaturais da nova nação (Brasil imperial), eram os índios dóceis, que aceitavam (voluntariamente ou não) a cultura branca europeizada (Figura 13). A segunda refere-se genericamente ao Botocudo (também chamado Tapuia), contra quem se guerreia devido à sua reputação de indomável ferocidade. Coincidentemente ou não os Botocudos eram, tanto na História do início da colônia quanto na literatura indigenista da época, os inimigos dos Tupis e Guaranis[28] (Figura 14) (CUNHA, 1992).

Após relatar como estavam dispostas as tribos que viviam no flanco oriental mineiro e como eram caracterizadas no século XIX, é relevante agora expor algumas nuances da política indigenista praticada no período colonial e no Império.

Apesar de essa dissertação ter no século XIX seu recorte temporal por excelência, torna-se necessário voltar meio século e por em evidência algumas mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal no tocante ao trato com os índios. É com Pombal que tem início a modificação de uma estrutura secular de contato e controle dos silvícolas, pois ele expulsa os jesuítas do Brasil (até então os responsáveis pelos indígenas), em razão da falta de subserviência dessa ordem religiosa à Coroa portuguesa.

[28] Os Tupi-Guarani eram símbolos da nacionalidade presentes na literatura oitocentista, como com Peri, um Guarani que salva a donzela Ceci e seu pai do ataque dos Tapuia no romance *O Guarani*, escrito por José de Alencar em 1857. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. São Paulo: Ática, 1995.

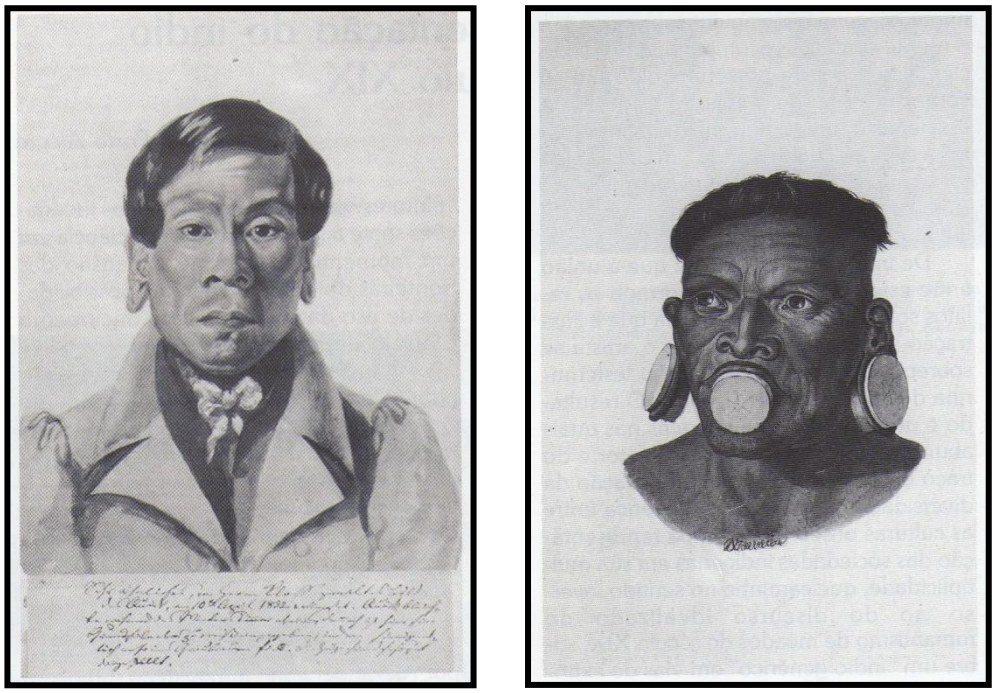


Figura 12: Idealizações do bom e do mau selvagem[29]

Fonte: Chaui e Grupioni (2000, p.60).

Em 1755 foi promulgado um alvará que equiparava os índios aos colonos, o que garantia a equidade de trabalho e direitos, entre os quais o casamento. Em 1758 foi decretada a necessidade do trabalho dos religiosos com os índios – evidentemente em moldes muito diferentes dos que existiam com as reduções jesuíticas – para lhes ensinar a língua oficial, o português; modos, educação e religião e prepará-los assim para a "vida civilizada".

Com essas medidas o Marquês buscava a sedentarização dos índios e torná-los produtivos à Coroa e aos colonos e missionários. Além disso, havia o objetivo de legitimar a ocupação do território brasileiro e de dar unidade política e cultural à Colônia (RODRIGUES, 2013).

Com a morte do Rei D. José I, Pombal é retirado do seu posto em 1777, no ano seguinte sua legislação indigenista deixa de ter vigência. "Tem-se o fim de um período de relações menos impetuosas entre portugueses e índios" (RODRIGUES,

[29] A primeira imagem: "Busto de Botocudo Quack". Friedrich T. Kloss. Aquarela. Bibl. Brasiliana Robert Bosch. Sttutgart. Foto: Antônio Rodrigues;

A segunda imagem: "Capitão Jeparaque do Rio Grande de Belmonte". Heinrich Keller. Aquarela a bico de pena. Bibl. Brasiliana Robert Bosch. Sttutgart. Foto: Antônio Rodrigues.

2013, p. 63). A verdade é que apesar das leis criadas nesse período, a exploração dos indígenas e a violência contra eles nunca teve fim, pode-se no máximo dizer que elas se arrefeceram. “(...) Tal legislação não foi suficiente para conter a exploração indígena; os contatos interétnicos intensificaram as epidemias, e agravou-se, ainda mais, a mortalidade indígena no período pombalino” (RODRIGUES, 2013, p. 63).

Figura 13: Índios Guaranis tidos como civilizados[30]

Fonte: Chaui e Grupioni (2000, p.113).

Com o quadro de violência, exploração e pouca integração dos índios à civilização luso-brasileira, em 1798 foram decretadas novas modificações nas leis referentes aos indígenas. O sistema de diretorias teve fim, os índios foram juridicamente equiparados aos demais súditos da Coroa e as autoridades locais passaram a supervisionar o contato com esses povos. Contudo, essas mudanças pouco alteraram o quadro de abusos e exploração, mesmo porque as autoridades locais tinham interesse em explorar a mão de obra nativa e usurpar as terras por eles habitadas (RODRIGUES, 2013).

[30] A primeira imagem: “Índia Guarani civilizada a caminho da igreja em trajes domingueiros”. Aquarela s/papel, Jean Baptiste Debret, s/d.Museu Castro Maya. Foto: Eduardo Mello;

A segunda imagem: “Índio Guarani civilizado”. Aquarela s/papel, Jean Baptiste Debret, s/d.Museu Castro Maya. Foto: Eduardo Mello.

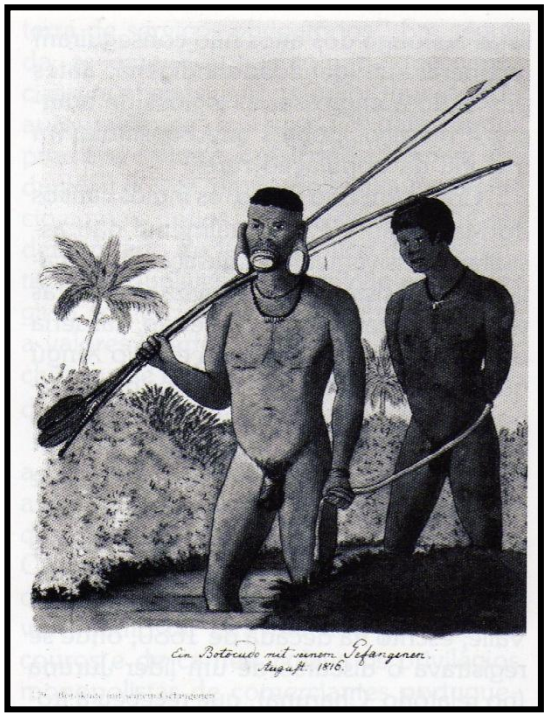


Figura 14: Representação de índios Botocudo e Pataxó[31]

Fonte: Chaui e Grupioni (2000, p.118).

Warren Dean (1996) acredita que os conflitos indígenas no século XIX giravam em torno da remoção dos índios das terras a leste da região mineradora e da exploração da mão de obra desses povos.

Segundo ele, ainda em meados do século XVIII, em 1758, os missionários perderam o poder de administrar as aldeias indígenas. Desde aquela data essa incumbência passou às mãos de administradores civis indicados pelos governadores das províncias. Entretanto, os novos administradores quase sempre acabavam por usurpar as terras então ocupadas pelos índios e explorar seu trabalho, através dos recrutamentos e mesmo do trabalho compulsório (apesar das diversas proibições reais a esse respeito). “Raro era o branco que assumiria tal responsabilidade sem o intuito de explorar ao máximo o trabalho dos nativos e de ser conivente na usurpação de suas terras” (DEAN, 1996, p.168). Em 1798, após considerável número de aldeias já terem sido extintas, foi decretada a devolução do controle

[31] “Botocudo e seu prisioneiro Pataxó”. Aquarela e bico-de-pena. Maximilian Wied-Neuwid. Biblioteca Brasiliana Robert Bosch. Foto: Antônio Rodrigues.

dessas aos seus legítimos líderes, medida pouco útil na prática, uma vez que os administradores indígenas eram pouco ouvidos nos palácios do governo e nos tribunais.

O declínio da extração aurífera, a diversificação das atividades econômicas em Minas Gerais e a especial expansão da agropecuária, tanto nessa capitania quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro, exerceu forte pressão sobre as terras indígenas do leste mineiro no quarto final do século XVIII. A situação só se agravou no século seguinte, com a vinda da Corte para o Brasil a demanda por terras tornou-se ainda maior. A necessidade de terras "livres", passíveis de serem doadas como sesmarias a colonos, agricultores e membros da Corte, fez com que as terras situadas no entorno dos aldeamentos indígenas fossem utilizadas para esse fim, deixando os indígenas desalojados – mas, para as autoridades luso-brasileiras, os indígenas ainda teriam outra serventia, seriam, voluntariamente ou não, usados como força de trabalho. A esse respeito Espindola (2000, p.85-86) escreveu que:

> "A expansão da economia colonial provocou uma crescente pressão sobre a população e territórios indígenas (...). O renascimento da agricultura fez aumentar a demanda por novas terras de cultura e por mão-de-obra. Os aldeamentos foram vistos como reservatório de força de trabalho. De um modo geral, aumentou a exploração dos índios: ou eram empregados na derrubada da mata para novas fazendas e no cultivo da terra, ou eram requisitados para trabalharem na abertura de estradas e obras públicas, ou eram recrutados para serem soldados, marinheiros, carregadores, entre outras atribuições".

Dean (1996) argumenta que, no século XIX, com a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, a política destinada aos índios não se tornou mais humana. O regente D. João declarou guerra aos Botocudos que habitavam a região serrana situada entre os distritos de ouro e diamante e o litoral. As terras que antes eram bloqueadas à passagem e instalação dos súditos passou a receber o incentivo governamental para serem desbravadas e ocupadas. A Coroa começou a apoiar a entrada de garimpeiros nessas terras como uma última tentativa de descobrir novas jazidas de ouro ou diamantes – o que ao longo do tempo acabou se mostrando ineficaz.

O conteúdo da carta régia de 13 de maio de 1808, que declara guerra ofensiva aos Botocudos, demonstra que esses indígenas eram tidos como um empecilho ao avanço da civilização luso-brasileira e da ocupação econômica do território deles. Dessa forma, segundo a lógica da Coroa, era necessário combater

os que não aceitavam de bom grado o jugo das leis. Além disso, os Botocudos serão tratados com forte carga negativista e preconceituosa, sendo sucessivamente tidos como antropofágicos, sanguinários e causadores de outros tantos males aos indivíduos que habitavam as proximidades da porção leste do território da capitania de Minas Gerais. O seguinte trecho da carta régia exemplifica o exposto acima:

> "Pedro Maria Xavier de Ataide e Mello, do meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes. Amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente as graves queixas que da Capitania de Minas Geraes tèm subido á minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os indios Botocudos, antropophagos, em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do Rio Doce e rios que no mesmo desaguam e onde não só devastam todas as fazendas sitas naquellas visinhanças e tem até forçado muitos proprietarios a abandonal-as com grave prejuizo seu e da minha Real Coroa, mas passam a praticar as mais horriveis e atrozes scenas da mais barbara antropophagia, ora assassinando os Portuguezes e os Indios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos; tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os a aldear-se e a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas Leis que regem os meus povos; e até havendo-se demonstrado, quão pouco util era o systema de guerra defensivo que contra elles tenho mandado seguir, visto que os pontos de defeza em uma tão grande e extensa linha não podiam bastar a cobrir o paiz: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos, em primeiro logar: Que desde o momento, em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes Indios antropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das Leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como já o são as immensas variedades de Indios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social (...)" (BRASIL, 1891, p.37-38).

A carta régia supracitada reflete a carga de preconceito sobre os indígenas (especialmente os Botocudos). Ela expõe o papel reservado aos índios na sociedade governada por D. João VI, que só eram aceitos como "vassalos úteis", aldeados, ou como mão de obra aos luso-brasileiros, isto é, cidadãos de segunda classe, submissos às leis promulgadas pela Coroa, leis que restringiam os indígenas aos aldeamentos, reservava o restante das terras até então por eles ocupadas para os súditos de D. João. Eles deveriam tornar-se, portanto, mera mão de obra barata e subalterna nas mãos dos colonos.

Os Botocudos haviam sobrevivido até o século XIX por terem se refugiado na região leste de Minas Gerais, totalmente florestada e isolada por determinações reais. Além disso, esses indígenas evitavam a agricultura, pois essa poderia os expor aos caçadores, combatiam ferozmente os intrusos inimigos e, por isso, adquiriram a imerecida fama de canibais. Porém, a partir de 1808, a fama de selvagens violentos e canibais que até então serviu para afastar os luso-brasileiros de perto das terras ocupadas pelos Botocudos, preservando a existência dos últimos, passou a ser a justificativa às ações de combate a eles. As determinações reais exigiam o combate e o extermínio dessa nação indígena. Com pouco tempo as ordens de D. João se estenderam a outros grupos de caçadores e coletores que atrapalhavam os fazendeiros de gado (DEAN, 1996) e demais colonos que exploravam a região.

Foram criadas aldeias para receber os índios capturados pelas tropas e fixá-los em um só local, no qual eram catequizados e ficavam à disposição para trabalhar nas terras dos brancos. “Essas aldeias eram confiadas não aos missionários, mas aos mesmos comandantes de armas cujos salários eram acertados pelo número de nativos que matassem ou capturassem” (DEAN, 1996, p.168). Além disso, os soldados eram, na maioria das vezes, mestiços ou indígenas de tribos rivais que se utilizavam desse posto para realizar vinganças pessoais. Já os brancos eram, na maior parte dos casos, criminosos deslocados das prisões para as frentes de colonização e aldeias. Eles perceberam a possibilidade de explorar o trabalho e a sexualidade dos nativos, tarefa que não se furtaram a realizar.

Após a declaração de guerra, os indígenas também podiam ser capturados por cidadãos que organizavam entradas na floresta. Os assim aprisionados tornavam-se escravos por dez anos, prazo que logo foi elevado para doze e depois para quinze anos. A interpretação local da declaração permitia que os cativos pudessem ser vendidos a terceiros. O valor de um indígena nessas condições (chamados de curucas) chegava a 100 mil réis, preço seis vezes inferior ao de um escravo africano no mesmo período. Embora a autorização para capturar ou matar tivesse sido dada somente para os Botocudos e Bugres, outros indígenas que se entregavam, como os Coroados, também eram tomados como cativos. (DEAN, 1996).

Enfim, a presença dessas aldeias, bem como a captura de índios e o uso de sua força de trabalho, demonstram os reais objetivos das autoridades luso-brasileiras: a expropriação das terras indígenas e a exploração de seus braços.

O Presídio de São João Batista constitui exemplo de como as relações entre os luso-brasileiros e os indígenas eram, nas primeiras décadas do século XIX, conturbadas. Esse Presídio, localizado no que hoje é a Zona da Mata mineira, surgiu através do estabelecimento de criminosos fugitivos da justiça que solicitaram do governo a proteção contra os indígenas tidos como selvagens. Aí se estabeleceu também um grupo de clérigos, o que deu origem a um aldeamento. Nas proximidades do Presídio havia aldeias de Coroados e Coropós que, juntamente com os Puris, eram atraídos ao Presídio para serem sedentarizados e, de acordo com a lógica luso-brasileira, civilizados. Em 1814 havia 2000 Coroados aldeados; os Puris totalizavam 500 indivíduos; e os Coropós, já com poucas referências de sua cultura original devido ao contato com os luso-brasileiros por mais de 50 anos, alcançavam 200 indivíduos. São João Batista, assim como todo Presídio, tinha, segundo Spix e Martius, a função de entreposto de descaracterização cultural (AGUIAR, 2008).

O Diretor-Geral do Presídio tinha a incumbência de incentivar os índios a se tornar sedentários e cultivar alguns produtos, como cana-de-açúcar, milho e mandioca. Por dez anos os índios aldeados deveriam, por lei, ter isenção fiscal e receber provisão de fubá, milho e instrumentos agrícolas e domésticos de ferro. O Diretor-Geral era o braço da justiça real no aldeamento, cabia a ele punir os crimes e insubordinações, tanto dos índios quanto dos demais colonos, e proibir que as terras dos silvícolas fossem roubadas (AGUIAR, 2008).

Entretanto, havia uma desconexão entre teoria e prática. Poucos indígenas abandonavam por completo o nomadismo e as tentativas de que gerassem excedentes advindos da agricultura ou da colheita das drogas do sertão se mostravam ineficazes. Os colonos e mesmo o Diretor-Geral tentavam explorar os silvícolas num regime de semi-escravidão, o que ocasionava conflitos. “Qualquer tentativa mais brusca de conseguir direcioná-los à força para outras culturas resultaria na explosão de uma guerra já há muito iminente” (AGUIAR, 2008, p.151).

Soma-se a isso o fato de que as terras indígenas, cuja propriedade era a eles assegurada por lei, foram anexadas por colonos e fazendeiros da região. Em virtude disso, os Coroados e Coropós aldeados, considerados súditos da Coroa desde as reformas pombalinas, chegaram a enviar uma petição ao Rei, em 1813, para solicitar a punição dos que usurpavam suas terras e acusar o Diretor de conivência[32] (AGUIAR, 2008).

Fixar os índios em aldeamentos fazia com que eles perdessem sua identidade cultural, não mais soubessem buscar seu sustento e se tornassem dependentes do Estado e dos "favores" dos luso-brasileiros, ficando assim submissos a eles. Há de se ressaltar ainda a violência sob a qual os indígenas ficavam mais expostos e as doenças provenientes do contato com os forasteiros que devastavam tribos inteiras. José Otávio Aguiar relata as dificuldades da vida indígena nos aldeamentos, as mazelas da convivência com grupos de pessoas tão diferentes, que menosprezavam sua cultura e impediam a manutenção do seu modo de vida (relações de trabalho, crenças, convívio com a terra, etc). Segundo esse autor:

> "A redução dos índios em aldeamentos, além de submetê-los mais largamente aos perigos das epidemias, muito freqüentes na região [atuais Zona da Mata mineira e baixo rio Doce] ao longo dos séculos XVIII e XIX, sujeitava-os mais facilmente aos abusos e desmandos cometidos por parte dos sitiantes. (...) Fora da mata, espaço preferencial para o desenvolvimento das estratégias de combate que lhes garantiam certa superioridade tática, viam-se os nativos em clara desvantagem. A surpresa e o conhecimento da mata faziam o sucesso de suas rápidas investidas.
>
> A fixação territorial dos índios promovia uma espécie de convivência obrigada entre suas diferentes nações e luso-brasileros de vária extração: militares, representantes eclesiásticos, criminosos foragidos ou condenados a degredo, comerciantes, sesmeiros, colonos pobres, escravos e libertos. Cada pai de família índia, ao renunciar à totalidade de seu espaço vital, recebia em terras o que, na época, equivalia a um quarto de sesmaria (cerca de 100 hectares). Caçadores e coletores, acostumados a um estilo incipiente de agricultura que se restringia ao cultivo de pequenas plantações, abandonadas com as migrações constantes, os índios, por suas tradições culturais, não se adaptavam a uma vida sedentária. Obrigados a permanecerem nos aldeamentos, tornavam-se extremamente dependentes dos favores da igreja ou do governo: a prática de seus costumes tribais era então inferiorizada e ridicularizada ao máximo, no sentido de que, abandonando sua identidade, incorporassem um novo ideal de homem submisso, entregue aos desígnios do

[32] No ano seguinte (1814) Guido Thomaz Marliére assume o comando desse Presídio e tenta melhorar a relação entre os luso-brasileiros e os indígenas que habitavam o Presídio e/ou a região à sua volta.

> Estado: estava, então, dado o primeiro passo rumo à morte de suas culturas" (AGUIAR, 2008, p.159-160).

Novamente, na relação entre luso-brasileiros e indígenas, o intento dos primeiros de usurpar as terras até então habitadas pelos últimos mostra-se evidente – os aldeamentos e reduções eram estratégicos na consecução desse intento.

> "Reduzir os índios era reduzir o seu espaço vital a um pequeno pedaço de terra, restrito a famílias particularizadas, em oposição ao espírito coletivo inspirado pela idéia de aldeia. O restante do território seria ocupado por 'gente civilizada' em busca de sobrevivência, dado em prêmio aos gentis homens da corte ou ofertado a algum plebeu digno de nota por seus esforços ou posses. Para estes últimos, uma vez recebida a terra, os índios passavam a representar o maior e mais incômodo obstáculo" (AGUIAR, 2008, p.160-161).

Dean traça um histórico relativo à condução do trato com os indígenas no decorrer do século XIX, aponta as mudanças e as permanências nesse intervalo de tempo. Segundo esse autor, a Independência do Brasil, em 1822, não significou para os índios que velhas práticas fossem abandonadas. José Bonifácio, não diferente de qualquer conselheiro do imperador, incentivou a formação de expedições que deveriam percorrer as florestas, o que ele não se furtou a chamar de bandeiras, em moldes semelhantes às ocorridas no período colonial. Essas bandeiras objetivavam capturar os indígenas e colocá-los em aldeamentos. Apesar de José Bonifácio considerar os índios como seres inferiores, ele vislumbrava que eles poderiam se tornar mão de obra assalariada nas fazendas, o que solucionaria assim o problema da escassez de braços para o trabalho (DEAN, 1996), e ainda liberaria da terra para ser ocupada pelos ditos homens civilizados.

Com a chegada da Regência, os liberais fizeram algumas alterações relativas às leis referentes aos indígenas. Em 1831 tem fim o estado de guerra contra os Botocudos e Bugres e também o de servidão dos que haviam sido capturados. Daí em diante ocorreu um processo de descentralização, no qual os presidentes das províncias adquiriram poder para realizar programas próprios de pacificação (IBID).

Já no princípio do Segundo Reinado, em 1843, capuchinos italianos foram convidados a assumir a pacificação e assentamento dos grupos indígenas em todo território nacional. Após décadas, o controle volta às mãos de missionários, todavia, dessa vez foi escolhida uma corporação religiosa que se supunha mais submissa às determinações reais do que a dos jesuítas. Além disso, os missionários tinham

acima deles um órgão governamental que avaliava o andamento do trato com os índios denominado Serviço de Catequese e Civilização.

Segundo Rodrigues (2013, p.65), os aldeamentos eram “verdadeiros presídios indígenas que asseguravam a intervenção do governo nesses territórios, mantendo uma aparência liberal”. Ela argumenta também que em 1845 foi promulgado um decreto que estabelecia as normas da administração das populações indígenas, “com a finalidade de introduzi-las no modo de vida europeu, transformando-as em mão de obra liberal, e possibilitando assim a liberação para a invasão e colonização de seus imensos territórios” (RODRIGUES, 2013, p.65).

Outra ação que colaborou com a espoliação das terras indígenas foi a Lei de Terras (Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850). Segundo essa lei, tornavam-se devolutas as terras sem comprovação documental de compra ou doação de sesmaria ou de posse e uso legal durante vários anos, ficando o Estado capacitado a vender ou distribuir essas terras da forma que melhor lhe conviesse.

> “Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.
>
> (...)
>
> Art. 3º São terras devolutas:
>
> § 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.
>
> § 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.
>
> § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apezar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.
>
> § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apezar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.” (LEI N° 601 DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).

De acordo com a Lei de Terras os indígenas poderiam facilmente ser retirados das terras que habitavam, uma vez que eles não possuíam a doação de sesmarias; muitas tribos não praticavam agricultura regular e mantinham traços de nomadismo (até como forma de defesa aos ataques dos luso-brasileiros), o que

impossibilitava, segundo os governantes da época, a demarcação e posse das terras dessas tribos.

Havia ainda um artigo que tratava especificamente das terras que poderiam ser repassadas aos indígenas:

> "Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval" (LEI N° 601 DE 18 DE SETEMBRO DE 1850).

Contudo, a pretensão das autoridades do Império era aglutinar os indígenas nos aldeamentos para facilitar a prática da catequese e civilização e assim restringir ao mínimo as terras concedidas a eles. Já para os indígenas que continuassem vivendo espalhados pelo território nacional, a ideia era a de exterminá-los ou de desconsiderá-los com o fito de comercializar e/ou utilizar as terras para a expansão da agricultura, a mineração e o povoamento. "A Lei de Terras (...) possibilitou que os presidentes de províncias declarassem a não existência de índios em suas províncias com o propósito de 'garantir o pleno domínio dessas áreas e posteriormente revendê-las a particulares'" (RODRIGUES, 2013, p. 66).

De meados do século XIX até a virada para o século XX, as aldeias já não tinham o mesmo apelo de períodos anteriores – apesar de se manterem até o fim do mesmo –, e a maior parte delas foi pouco a pouco definhando. O que se pode constatar em relação a esse século, e especialmente à sua segunda metade, é que as fronteiras dos sertões eram ocupadas cada vez mais rápido e os indígenas passaram a ser um obstáculo que deveria ser removido com uma velocidade maior que a processada pelas aldeias (que demoravam anos realizando o processo de aculturamento dos silvícolas). O número de indígenas nesse momento já era reduzido, porém, quando causavam transtorno, o uso da violência e das armas de fogo se mostrou a solução mais utilizada.

> "A fronteira neo-européia expandia-se mais depressa que antes, e os invasores desejavam impacientemente a eliminação dos indígenas. A ação predatória dos nativos sobre o gado solto em seus antigos terrenos de caça enfurecia os fazendeiros. O potencial de mão-de-obra desses silvícolas era de reduzido interesse. Os neo-europeus sempre haviam tachado os indígenas de preguiçosos, mesmo quando os escravizavam. Estes últimos grupos sobreviventes eram de utilidade ainda menor que seus predecessores. Seu

> isolamento prévio deixara-os mais suscetíveis a doenças, de sorte que morriam ainda mais rapidamente; não tinham experiência alguma em agricultura, às vezes nem mesmo conheciam instrumentos de ferro e, então, não poderiam ser recrutados à força para nenhum trabalho regular. Os brancos começaram a rejeitar, como desordeiros e improdutivos, os prisioneiros nativos que lhes eram oferecidos.
>
> Por isso, tornara-se comum a prática de evitar os aborrecidos atrasos inerentes à fundação de aldeias simplesmente assassinando nativos encontrados em terra cobiçada. Isso podia ser feito com menor risco agora [segunda metade do século XIX], já que o mercado brasileiro estava adequadamente abastecido de espingardas. Começava a surgir a profissão de caçador de nativos e a expressão 'matar uma aldeia' estava passando a ter as implicações contratuais de qualquer outra tarefa necessária para se iniciar uma fazenda, como 'limpar um campo' ou 'construir um engenho'" (DEAN, 1996, p. 172-173).

A preocupação de poupar os indígenas era tarefa realizada de forma pontual, por alguns poucos cidadãos. No caso do território abrangido pelo Sertão de Leste no século XIX, Warren Dean registra duas figuras importantes, Guido Thomás Marlière e Teófilo Otoni[33].

Marlière chegou às terras do leste de Minas como comandante de um dos distritos militares, mas com o tempo tornou-se coronel responsável por toda pacificação dos nativos de Minas Gerais, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 1829. No trato com os índios sua estratégia era diferente da aplicada pelos demais missionários e funcionários nomeados pelo governo. Ele fazia com que os aldeamentos se localizassem no interior da floresta, perto dos recursos silvestres e longe dos povoados e da presença dos luso-brasileiros. Juntamente com sua tropa, eles abriam clareiras na mata através de queimadas e realizavam aí plantações, para criar recursos alimentícios; depois, atraíam os indígenas, que eram presenteados com facões, enxadas e outros instrumentos. Marlière queixava-se que os colonos brancos frequentemente roubavam as terras indígenas, colocavam gado nas clareiras por eles abertas, assediavam os habitantes da floresta com bebidas alcoólicas, expunham-os deliberadamente à varíola e cometiam assassinatos (DEAN, 1996).

[33] Alguns pesquisadores, como Espindola (2000), acreditam que Warren Dean tem uma visão romântica sobre a destruição da Mata Atlântica e a morte de seus habitantes. Contudo, não é necessário desmerecer os relatos sobre homens como Marlière e Teófilo Otoni, que tinham uma postura diferente no trato com os índios do leste de Minas. Torna-se necessário apenas não esquecer que o objetivo deles não era a pura e simples benevolência, mas a conclusão de seus objetivos políticos e econômicos sem derramamento desnecessário de sangue indígena.

Enquanto isso as autoridades luso-brasileiras nunca puniam os executores de tais crimes, pelo contrário, as cartas de Marlière dão conta de diversas práticas ilícitas realizadas pelos funcionários do governo, como: “a compra e venda de crianças, a conivência de juízes com a grilagem de terras, o rapto de indígenas para as milícias e para o trabalho nas estradas e roubo e lesões corporais cometidas por seus próprios soldados” (DEAN, 1996, p.170).

Por causa de seus hábitos menos punitivos e violentos com os índios, Marlière não agradava parte dos colonos que viviam na porção oriental de Minas. Centenas deles assinaram petições que foram entregues às autoridades superiores com queixas de que Malière era complacente com os indígenas, que ele adiava ao máximo o pagamento de indenizações referentes aos danos causados pelos nativos, e ainda reclamavam do fato de que ele não era católico. Segundo os colonos, isso fazia com que os índios mantivessem seus antigos hábitos, roubassem o gado e destruíssem plantações, sendo necessário “mão mais forte, clamavam, para refrear ‘homens tão bárbaros’” (DEAN, 1996, p.170).

As aldeias sob o comando de Marlière chegaram a cerca de duas dúzias e se estendiam desde o Alto Jequitinhonha até as cabeceiras do rio Pomba. Em seu auge, nelas viviam cerca de 10 mil Coroados e Botocudos. Saint-Hilaire relatou que o esforço de Marlière seria perdido após sua retirada, uma vez que não haveria sucessor para dar continuidade a suas práticas. Nos anos de 1840, pouco mais de dez anos após sua aposentadoria, todas aldeias já haviam declinado (DEAN, 1996).

Em 1852 é a vez de Teófilo Otoni realizar importantes feitos no leste de Minas. Esse político e empresário resolveu colocar em prática um plano de dar ao norte de Minas acesso ao mar. Para tanto, criou uma companhia de transporte hidroviário e rodoviário chamada Filadélfia; fundou, às margens do rio Mucuri, onde hoje localiza-se a cidade de Teófilo Otoni (posteriormente assim denominada em sua homenagem), em associação com essa companhia um povoado de mesmo nome (IBID).

O diferencial desse empreendimento inscrevia-se no âmbito das ordens: os trabalhadores não deveriam usar de violência contra os Botocudos, nem mesmo para revidar às flechas lançadas contra as obras. Teófilo Otoni buscou convencer os

índios de que ele e seus homens não lhes fariam mal. Como estratégia para se aproximar dos índios ele mandou devolver indígenas (em sua maioria mulheres) sequestrados por soldados e dar ferramentas aos nativos. Com essas ações, Otoni conseguiu a confiança dos índios que a ele cederam parte de suas terras. Para evitar o trabalho compulsório no Vale do Mucuri, Otoni importou operários alemães, suíços, belgas e de outras partes da Europa, para trabalharem como associados (e não como proletários) (IBID).

As ações de Otoni trouxeram prosperidade ao Vale do Mucuri e especialmente a Filadélfia durante alguns anos, o que se perdeu depois que ele vendeu a companhia por causa de pressões de inimigos políticos. Dean (1996, p.174) relata que:

> "Filadélfia chegou a ter mais de 4 mil residentes e os botocudos, não mais guerreando entre si, assumiam a agricultura e comerciavam com a população da vila. A paz que Otoni manteve entre seus colonos, a guarnição local e os nativos, em grande parte era devida à força de seu caráter e exemplo. Em 1862, contudo, opositores políticos no Rio de Janeiro obrigaram-no a vender sua companhia ao governo imperial e a se retirar".

Tschudi (2006), que viajou pelas terras do vale do Mucuri em meados do século XIX, também relatou que Otoni teve um papel relevante na entrada e estabelecimento de colonos às margens do Mucuri. Além de evitar conflitos e matança dos índios (em sua maior parte composta por Botocudos), Otoni ainda criou colônias de imigrantes que mantiveram bons resultados durante o período em que a Companhia do Mucuri esteve sob seu poder.

O viajante europeu escreveu que Otoni teve que lidar com diversos contratempos, tais como dificuldades climáticas, enchentes, carestia no abastecimento de alimentos e surtos de doenças típicas das estações chuvosas (malária, tifo, diarréias infecciosas e feridas nos pés). Apesar dos problemas, os esforços de Teófilo Otoni garantiram o sucesso do estabelecimento dos colonos em Filadélfia e uma relação não conflituosa com os indígenas.

Contudo, as piores adversidades ao estabelecimento e prosperidade de Filadélfia vinham dos inimigos políticos de Otoni. Assim como Dean, Tschudi (2006) afirma que os adversários políticos fizeram com que Otoni fosse obrigado a se

desfazer do empreendimento do Mucuri. O seguinte trecho exemplifica parte do conflito político enfrentado por Otoni:

> "Para uma correta análise da situação, não posso deixar de mencionar, em poucas palavras, a posição do governo da época em relação ao diretor da Companhia do Mucuri. Teófilo Otoni pertence ao Partido Liberal e fora líder da revolução que eclodiu na província de Minas Gerais em 1842. Depois da repressão a esse movimento e da anistia imperial, permaneceu fiel às suas idéias, mantendo-as depois em diversas ocasiões, sempre com a mesma franqueza e integridade. Com a empresa do Mucuri, que prometia ser um grande impulso para o norte de Minas Gerais, Otoni ganhou respeito, influência e seguidores nessa província tradicionalmente liberal. O poder moral de Otoni desagradava a seus adversários políticos, então à frente do governo: eles procuraram paralisá-lo de todas as formas possíveis. (...) Quero registrar apenas que Otoni era *persona non grata* na Repartição Geral das terras Públicas, subordinada ao Ministério do Interior, e que seu empreendimento não era visto com bons olhos" (TSCHUDI, 2006, p.310).

Após a saída de Teófilo Otoni diversos conflitos entre colonos e índios ocorreram, sendo que os últimos sofreram agressões físicas, assassinatos e contaminação por doenças. Até a virada para o século XX os assentamentos que contavam com a presença indígena foram definhando e boa parte dos nativos voltaram a viver dispersos nas matas. O Vale do Mucuri acabou se tornando uma das regiões mais pobres de Minas.

O histórico exposto acima deixa ver que no fim do século XVIII e no decorrer do século XIX foram várias as ações promovidas pelos órgãos que matinham o poder central – governo lusitano, primeiro imperador, regentes, segundo imperador – no intuito de explorar economicamente a mão de obra indígena e, principalmente, de expropriar suas terras em benefício da civilização luso-brasileira. Tais ações não partiam somente do plano político central, mas também das autoridades locais – presidentes de províncias, diretores de presídios – e dos colonos, soldados e demais indivíduos que habitavam as terras próximas aos indígenas: eles aproveitavam qualquer oportunidade para obter benefícios financeiros sobre os silvícolas, mesmo que isso levasse à destruição de sua cultura ou custasse suas vidas.

Dessa forma ficam as questões: os temores dos luso-brasileiros pelos índios dos sertões, no princípio do século XIX, eram justificáveis ou faziam mais parte do imaginário acerca do desconhecido do que dos atos dos índios em relação aos brancos? E até que ponto a historiografia simplesmente aceitou a visão eurocêntrica

que enfatizava os interesses dos brancos em detrimento da sobrevivência dos indígenas?

A dívida histórica é enorme e precisa corrigir diversas distorções pelas quais as nações indígenas passaram, pois além da violência física e da destruição sociocultural, há também, em grande medida, a visão historiográfica dos vencedores.

A esse respeito Haruf Espindola (2005, p.27-28) deixa claro as distorções feitas com os indígenas que habitavam o Sertão de Leste, especialmente com os Botocudos, frutos da visão eurocêntrica e de relatos (nem sempre comprovados e quase míticos) de um passado que remonta aos séculos anteriores ao XIX, que, no entanto, acabaram mantendo-se no imaginário popular e de grande parte das autoridades luso-brasileiras. Segundo esse autor:

> "De todas as imagens, a mais intensa e recorrente foi a do Botocudo: índios antropofágicos, terror dos brancos e dos outros índios. Estes nunca existiram além da imagem construída no final do século 18 e princípio do 19. A noção de Botocudo reporta a forças inferiores, elemento de sombra, parte maligna, numa sucessão de imagens barrocas, como se o homem civilizado e cristão se visse em pavor frente às forças inferiores que não pode controlar. A antropofagia é a síntese do medo, porque contém o elemento devorador, o incontrolável. Se essa imagem foi alimentada pelos botoques utilizados pelos índios, pelos ataques feitos às vilas e propriedades rurais e pela presença da floresta, também responde a heranças socioculturais e arquétipos europeus e tupis".
>
> "A imagem do Botocudo foi construída com cores fortes: 'terror das florestas do rio Doce'; 'insaciável em carne humana'; nação ferocíssima'; última expressão dos aimorés decadentes'; formidáveis canibais'; 'traiçoeiro'; 'bárbaro'; 'feroz'; 'temível', entre outras. A essa ameaça contrapôs-se a única alternativa considerada possível: a guerra. O termo foi utilizado tanto para indicar as medidas defensivas implementadas (guerra defensiva), como para as operações de conquista militar (guerra ofensiva)". [grifo nosso]

Saint-Hilaire, que viajou ao leste de Minas, passando pelo Rio Doce e Jequitinhonha, segue uma linha de pensamento semelhante à de Eschwege, uma vez que considera os índios (Botocudos) como perigo para os que tentavam se locomover ou se estabelecer às margens dos rios. Entretanto, demonstra através de seus escritos, que no momento de sua passagem nessas terras, havia receio em relação aos indígenas, advindo de um temor passado. Todavia, da segunda década do século XIX em diante, a relação entre índios e desbravadores tornou-se menos ofensiva e houve maior integração, o que foi alcançado, segundo Saint-Hilaire, pelos esforços de Marlière, que evitou a violência desnecessária, substituindo-a pelo

respeito ao próximo. Saint-Hilaire exemplifica o que foi dito acima no seguinte trecho:

> "(...) Quanto ao temor que antigamente havia dos botocudos, deve estar agora [1818] inteiramente afastado, porque, graças aos cuidados do senhor Guido Tomás Marlière, esses indígenas se tornaram amigos dos luso-brasileiros; e mesmo na época da minha viagem não deviam ser tão perigosos quanto se supunha, pois não haviam feito nenhum mal a Antônio Martins [colono que vivia isolado no sertão, às margens do Rio Doce, somente com os doze membros de sua família], estabelecido nessa região há tanto tempo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 89-90)."

Parece que a fama terrível dos índios (especialmente dos Botocudos) durante o século XIX advém de atos ocorridos nos três primeiros séculos de colonização, quando a presença indígena era maior e a europeia bastante restrita, fazendo com que os relatos dos ataques indígenas – seres que eram, segundo os europeus e brasileiros brancos: não civilizados, atrasados, sem fé e, no caso dos Botocudos, praticantes da antropofagia – fossem transmitidos através das gerações e criassem um imaginário aterrorizante sobre os autóctones que habitavam os sertões. No século XIX a situação já era diferente, não que os indígenas não apresentassem riscos ao desbravamento dos sertões, mas a presença de cidades, vilas, povoados, entrepostos, quartéis e fortificações militares em Minas já era considerável, haja vista que ao longo do século XVIII a atividade da mineração atraíra para essa província o maior fluxo migratório do período colonial, vindos tanto de outras áreas da própria colônia quanto de Portugal (PRADO JR., 2008). Com isso, o território indígena tornou-se restrito, sendo exatamente o Sertão de Leste o maior reduto de indígenas que ainda viviam nas Minas Gerais, o que viria a mudar com as ordens de D. João VI, em 1808, para desbravar e ocupar efetivamente essa porção do território. Tarefa essa realizada por meio das frentes de desbravamento conhecidas como Divisões Militares do Rio Doce, postos militares avançados responsáveis pelo incentivo à formação de núcleos de povoamento e pela segurança dos colonos. Enfim, o século XIX ainda guardou conflitos e combates entre brancos e índios, mas a intensidade já não era a mesma de outros períodos, fruto da maior presença física e estrutural dos luso-brasileiros e da devastação gradual dos povos indígenas.

Apesar da agressividade dos índios no leste de Minas já não ser tão forte no período oitocentista quanto nos anteriores, a presença indígena ainda causava um grande problema: *a disputa pelo uso, ocupação e, principalmente, posse legal das*

terras. Pode-se afirmar que a política indigenista do século XIX é, em grande parte, uma questão de terras (CUNHA, 1992).

Os indígenas tinham assegurado o direito à posse de suas terras segundo as leis existentes nos períodos do Brasil colonial e imperial, entretanto eram várias as brechas criadas para se burlar as determinações de posse iniciais. D. João VI, ao decretar guerra ofensiva aos Botocudos, declarou através da Carta Régia de 2 de dezembro de 1808 devolutas as terras conquistadas aos índios através de guerra justa; os índios tidos como nômades não podiam ser considerados donos de terra alguma, pois a terra deles não tinha como ser delimitada; os aldeamentos eram formas de agrupar elevado número de indígenas num mesmo local e de restringir o tamanho da área a que eles teriam direito; sem falar das concessões de sesmarias em terras claramente indígenas, como no caso da decisão de José Bonifácio em 20 de fevereiro de 1823, que recomendava a doação de terras aos soldados que servissem nos presídios das mediações do Rio Doce[34] (CUNHA, 1992). Dessa forma, os embates entre os luso-brasileiros e os indígenas tinham para os primeiros uma motivação claramente econômica, uma vez que a presença dos autóctones dificultava a exploração das riquezas do sertão – extrativismo, agricultura, navegação e distribuição de terras.

Trazendo essa problemática especificamente para o Sertão de Leste de Minas, fica claro que é aí o palco no qual os maiores conflitos entre luso-brasileiros e índios ocorreram, uma vez que essa porção do território mineiro tornou-se uma grande frente de ampliação da ocupação colonial ou imperial de 1808 em diante. Soma-se a isso o fato de que essas terras estavam próximas aos dois maiores centros econômicos e urbanos oitocentistas (o Rio de Janeiro e São Paulo), e ainda, com o fim do ciclo do ouro e a diversificação da economia mineira, houve relevante migração do centro minerador para outras partes de Minas e a fronteira agrícola – mesmo que a atividade agropecuária fosse realizada em escala de baixa produção ou até mesmo só para subsistência familiar – expandiu-se, atingindo não só regiões

[34] Prática usual desde a expulsão dos jesuítas do Brasil por Pombal, sendo que a administração dos aldeamentos passou às mãos de funcionários do governo, situação que só foi alterada na década de 1840, quando os missionários são readmitidos nos aldeamentos, mas totalmente submissos as Estado, enfim, a situação dos índios permaneceu precária em ambas ocasiões.

mais conhecidas como o sul e a mata, mas também o leste. Todos esses fatores deixam claro a necessidade de terras e, consequentemete, a necessidade de expropriar os índios das terras nas quais eles viviam.

Para finalizar, deve-se dizer que o contato e combate aos indígenas, no século XIX, já não se dava pela manutenção da integridade física e da vida dos luso-brasileiros (essa até ocorria, porém em uma escala mínima), mas sim pela obtenção da posse legal das terras até então ocupadas pelos indígenas e para evitar que eles fossem empecilhos aos propósitos dos luso-brasileiros – tais como: direito legal à terra; territorializar do Sertão; distribuição, venda e povoamento do Sertão; e, evidentemente, exploração econômica daquelas terras. Assim, essa dissertação enfatiza – como contribuição da Geografia aos estudos que lidam com o contato entre os luso-brasileiros e os indígenas no período oitocentista – que a problemática indígena no século XIX era uma questão de terras, era um conflito territorial.

Até o fim do século XVIII a presença indígena no flanco oriental mineiro não incomodou as autoridades luso-brasileiras, na verdade até favoreceu os planos desses últimos, uma vez que havia proibições à entrada de colonos na região leste de Minas Gerais para evitar os “descaminhos” do ouro. Entretanto, no início do século XIX as proibições de acesso ao Sertão de Leste foram revogadas e sua colonização passou a ser uma determinação real. Com isso, o contato direto e frequente entre luso-brasileiros e indígenas que viviam ali só ocorreu efetivamente no século XIX, cabendo às Divisões Militares do Rio Doce a missão de desbravar o Sertão, acabar com qualquer ameaça indígena e garantir que o Sertão de Leste fosse territorializado. A trajetória das Divisões Militares do rio Doce como frente pioneira de entrada no Sertão de Leste e o contato delas com os índios é o tema do capítulo seguinte.

3. Ordem Política: as decisões governamentais sobre o Sertão de Leste e a história das Divisões Militares do Rio Doce

3.1 A ocupação e territorialização do Sertão de Leste e a importância das Divisões Militares do Rio Doce

O ano de 1808 é um marco para a efetiva territorialização do Sertão de Leste. A Corte chega ao Brasil e D. João finalmente revoga as proibições relativas à presença de seus súditos nessas terras. O monarca, no intuito de territorializar o Sertão de Leste para povoá-lo e explorá-lo economicamente, declara guerra ofensiva aos Botocudos e cria o grupamento militar denominado Divisões Militares do Rio Doce, que tinha a tarefa de adentrar o Sertão e garantir aí a presença dos demais colonos.

Contudo, já existia, antes de 1808, a presença de luso-brasileiros no Sertão de Leste. Essa era pontual e situada, na maior parte dos casos, nas extremidades do Sertão, próximas ao centro minerador, já devidamente ocupado e equipado pela autoridade portuguesa desde o século XVIII.

Na primeira metade do século XVIII, as incursões pelo Sertão de Leste se deram, especialmente, para conter possíveis ataques de índios Botocudos e Puris a capital, Vila Rica, e as mediações. Sob o governo de André de Mello e Castro (1732-1735), o conde das Galveias, foi organizada uma expedição de represália aos Botocudos que haviam avançado até o povoado de Furquim, nas proximidades de Mariana. A expedição desceu até Cuieté, região já conhecida, e de lá avançaram para a cachoeira das Escadinhas e fundaram, no caminho, o presídio de Abre Campo para a defesa contra os índios.

Já na segunda metade do mesmo século, além da contenção dos indígenas, outros objetivos também eram pretendidos com o avanço de expedições pelo Sertão de Leste. São eles a procura por novas áreas de exploração aurífera e a ocupação de novas terras (e, consequentemente, o início de uma produção agropecuária) através de doações de sesmarias. Esses novos objetivos já eram reflexos da

diminuição do fluxo de ouro extraído da região centro-mineradora, em virtude da necessidade de expandir e diversificar as atividades econômicas e as áreas de ocupação pelo restante de Minas Gerais. Mas, há de se ressaltar, que as entradas no Sertão de Leste ocorridas no século XVIII foram pontuais e os resultados limitados.

Ainda com maior força no último quarto do século XVIII, as condições econômicas e da população (número e distribuição espacial) da colônia, com ênfase em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, trouxeram mudanças que já davam indícios da necessidade de acabar com o quase completo isolamento da porção leste mineira e de inseri-la na dinâmica político-econômica e populacional do Brasil colonial. A estratégia em relação ao Sertão de Leste começou a ser alterada, segundo Alves e Alves (2008, p.3), por causa do "arrefecimento da atividade mineradora (implicando em aumento do custo de oportunidade de manter a proibição da colonização)" e da "necessidade de suprir uma crescente demanda por produtos agropecuários, não só pelo mercado interno provincial mas também para atender o emergente mercado do Rio de Janeiro".

A evolução demográfica das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes dava claros indícios da alteração do eixo econômico mineiro ao final dos setecentos, no qual a segunda passou a crescer mais que a primeira. Isso era um reflexo da queda, na década de 1760, da dominância da mineração e da crescente importância das atividades agrícolas e pastoris – havia certa convivência dessas atividades, mas a mineração concentrou, por mais de meio século, grandes esforços dos habitantes de Minas.

Soma-se a isso o fato de que o Rio de Janeiro, mesmo antes de se tornar capital da Colônia, em 1763, foi palco de grande crescimento demográfico e ganhou importância estratégica, passava por essa cidade a maior parte dos produtos que saiam ou entravam em Minas. Esse quadro enseja a exploração do Sertão de Leste de Minas Gerais, processo que começou timidamente na segunda metade do século XVIII e finalmente ganhou força em 1808. Alves e Alves (2008, p.4) argumentam que a entrada no Sertão de Leste não foi motivada pela exploração de um produto específico, como o café, por exemplo, mas sim por uma articulação de interesses e

pela necessidade de abastecimento do crescente mercado do Rio de janeiro. Em suas palavras:

> (...) “mas esse interesse não foi motivado pela demanda de um produto específico e sim para agregar os Sertões do Leste à estrutura produtiva emergente nas Minas Gerais, transformando suas matas em terras agricultáveis e ampliando a hinterland do Rio de Janeiro. De fato, o povoamento dos sertões do leste seria improvável caso inexistisse uma articulação entre a logística de distribuição da produção a ser extraída daquele espaço e um mercado consumidor que sustentasse o custoso processo de ocupação, sendo implementada de maneira mais sistemática nas cinco últimas décadas do período colonial. Com a chegada da corte portuguesa ao país, a ampliação da demanda por gêneros alimentícios foi imediata, estimulando o reforço da posição de Minas Gerais no lado da oferta e ampliando o processo de agregação das periferias do Rio de Janeiro para a esfera de sua hinterland, desempenhando o papel de garantir a oferta de gêneros alimentícios para a capital imperial”.

Porém, a trajetória que levou ao efetivo desbravamento do Sertão de Leste foi lenta, tortuosa e conduzida por poucos homens. Alguns governantes da capitania de Minas Gerais realizaram os primeiros esforços no intuito de explorar e criar fortificações nas mediações do Sertão, tanto para garantir a segurança da região central de Minas quanto para possibilitar futuras entradas, para desfrutar das riquezas e das potencialidades nele presentes.

O capitão-general da Capitania de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), ergueu presídios em descobertos de Arrepiados e em Cuieté, além de criar aldeamentos de Puris, com o objetivo de conter as investidas de Botocudos, por se tratarem de tribos rivais. O Conde de Valadares, Dom José Luiz de Menezes Abranches (1768-1773), recrutou criminosos e vadios, em sua maioria mulatos, pretos e cablocos, nas vilas e povoados mineiros, e os enviou para povoar Cuieté, Abre Campo, Arrepiados e Peçanha. Ele tinha o duplo objetivo de combater os Botocudos e de buscar novos veios auríferos, mas não obteve sucesso. Dom Antônio de Noronha (1775-1780) fez incursões pela região de Cuieté atrás de metais preciosos, e criou um caminho terrestre até lá; ele foi outro que combateu os temidos Botocudos que viviam nessas mediações (ESPÍNDOLA, 2000, p.75-76).

O governador seguinte foi Dom Rodrigo José de Meneses (1780-1783), que explorou pessoalmente os descobertos de Arrepiados e Cuieté, investindo maior energia nessa empreitada que os governantes anteriores. Também recrutou vadios e criminosos e os mandou para o Sertão para povoar e proteger os presídios nos

quais diversas tribos indígenas buscavam proteção contra os Botocudos. Procurou por ouro de aluvião até as margens do rio Manhuaçu. Em seguida, dirigiu-se para Ponte Nova, elevada à categoria de freguesia em 1775, graças aos esforços da família Meneses, que desde 1755 recebera sesmarias na região e passara a povoá-la, e criou aí um presídio e acampamento de índios Puris. Por ocasião da passagem de Dom Rodrigo de Meneses por essas terras, o acampamento estava assolado por doenças e debilitado por sucessivos ataques dos Botocudos, o que o governante tentou solucionar. Em seguida, ele partiu para Cuieté e mandou que seus homens inspecionassem uma série de rios e ribeirões, até a cachoeira das Escadinhas, no rio Doce, à procura de ouro. O governante mandou terminar a estrada para Cuieté, iniciada por Dom Luiz Diogo, com o intuito de facilitar o acesso de mineiros à região. Criou também uma companhia de soldados pedestres para garantir a segurança dos que trabalhavam na estrada contra os Botocudos. Apesar de tamanho esforço, Dom Rodrigo não conseguiu mais do que captar poucas e dispersas pepitas de ouro e contrair malária e, com isso, acabou por concluir que toda região do Cuieté talvez pudesse ter outro fim que não o da mineração, como a agricultura, a extração de madeira de lei para exportação e a navegação do rio Doce (ESPÍNDOLA, 2000, p.76-77).

Em 1780, o panorama do Sertão de Leste e de suas mediações era o seguinte: os centros polares dos quais se partia para ocupação da floresta eram Mariana, Caeté, Vila do Príncipe e Minas Novas. As localidades (paragens) existentes no Sertão eram Ponte Nova, Abre Campo, Cuieté, Peçanha, Antônio Dias e, mais ao norte, Minas Novas (importante centro produtor de algodão e de víveres voltados ao abastecimento de Diamantina). Na margem esquerda do rio Doce, do Suaçuí Grande até o ribeirão do Carmo, havia agricultura de subsistência, produção em baixa escala de ferro, aço, ferramentas e ouro. Para toda região do médio rio Doce e dos rios Mucurí e são Mateus, existia somente o distrito de Cuieté como zona de contato com a civilização luso-brasileira, ele servia como local de degredo para vadios e prisioneiros (ESPÍNDOLA, 2000, p.78). Já a região que hoje é denominada como Zona da Mata mineira, foi a que teve o maior número de doações de sesmarias na virada do século XVIII para o XIX, e, por isso, desenvolveu a atividade agropecuária voltada para subsistência ou com excedentes modestos que

eram comercializados. Todo Sertão de Leste era habitado por diversas tribos indígenas, sendo todas inimigas dos Botocudos, tidos, naquela época, como a principal ameaça à ocupação luso-brasileira.

Percebe-se então que a presença luso-brasileira no Sertão de Leste durante todo o século XVIII – tanto no tocante ao número de indivíduos quanto em relação à autoridade sobre o território – era muito limitada e repleta de empecilhos, como matas densas, ocupadas por animais selvagens, assolada por epidemias de malária e, principalmente, com a constante ameaça dos índios, com ênfase nos Botocudos, maiores combatentes dos invasores luso-brasileiros.

A primeira década do século XIX alterou a realidade da inexpressiva presença (física e de autoridade) luso-brasileira no Sertão de Leste. Entre os anos de 1806 e 1807, a Coroa portuguesa e os governantes de Minas Gerais trocaram ofícios relativos às potencialidades do leste da capitania e sobre o que deveria ser feito para que elas pudessem ser exploradas. As respostas dadas ao príncipe regente D. João remetiam a dois obstáculos: a insalubridade, causadora de doenças, das matas; e a presença dos Botocudos. Para solucionar esses problemas, seria necessário combater os índios pela construção de presídios, pela presença de soldados, pela derrubada das florestas, a começar pela mata ciliar e daí para o interior, e pela eliminação dos pântanos, lagoas e locais de refúgio das tribos. Segundo Espindola (2000, p.79) o ofício de 1807 dizia que:

> "são as populações nativas que impedem a ocupação do Sertão do Rio Doce, a navegação fluvial, a expansão da agricultura e do comércio, o aproveitamento dos recursos florestais (madeira e flora medicinal) e a exploração das ricas minas de ouro e pedras preciosas".

Foi, no entanto, com a transferência da Corte e de todo centro político do Império lusitano para o Brasil, concentrados na cidade do Rio de Janeiro, que as determinações em relação à colônia mudam, e a ocupação do Sertão de Leste deixa de ser um objetivo teórico para ser posto em prática pelo governo. A proximidade com a capital da colônia, agora transformada em capital de todo Império, fez com que as terras do Sertão de Leste se tornassem estratégicas. Sua ocupação passa a ser vista como algo de grande utilidade para sanar as novas necessidades de abastecimento do Rio de Janeiro e como área livre para doações de terras, ainda

mais cobiçadas após a entrada de tantos indivíduos (entre eles diversos nobres) nessa cidade.

> "A transferência da Corte portuguesa para o Brasil (...), representou um dramático ponto de inflexão, com repercussões profundas e duradouras, não só na nossa própria história, como também nos futuros desenvolvimentos de Portugal, da América e até mesmo da Europa.
>
> Afetou tão intensamente tantos aspectos da vida brasileira – economia, política, sociedade, cultura, comportamento e outros – que alguns historiadores a ela se referem como a 'segunda descoberta do Brasil'". (MARTINS, 2008, p.1)

Deve-se ressaltar a importância que o Rio de Janeiro teve para Minas Gerais, desde a chegada da Corte, por acarretar muitas mudanças nessa capitania, cada vez mais ligada ao centro político e econômico luso-brasileiro. O Rio de Janeiro atravessou, a partir de 1808, uma drástica mudança política e social. A Corte portuguesa se transferiu às pressas para o outro lado do Atlântico e trouxe consigo todo aparato burocrático e administrativo lusitano. Várias instituições tiveram de ser implantadas no Rio em um curto intervalo de tempo: o Conselho Supremo Militar (1/4/1808), as Mesas do Desembargo do Paço e de Consciência e Ordens (22/4/1808), o Registro das Mercês (9/5/1808), a Imprensa Régia (13/5/1808), o Erário Real (28/6/1808), e o Conselho da Real Fazenda (28/6/1808). Foram incorporados a esses organismos alguns outros, como a Casa de Suplicação do Brasil (10/5/1808); a Intendência Geral de Polícia da Corte (uma mistura de secretaria de segurança pública e prefeitura, criada em 10/5/1808); a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Brasil (23/8/1808); e o Banco do Brasil (12/10/1808). A instalação desse aparelho burocrático "lá fixou o principal centro político e decisório, um grande contingente de funcionários de diversos escalões e uma enorme população parasitária, dependente dos cofres públicos" (MARTINS, 2008, p.1).

Instalaram-se no Rio não apenas organismos de ordem política e econômica, mas também de cunho cultural e educacional. A permanência da Corte por vários anos nessa cidade fez com que aí fossem criados a Real Academia Militar, com os cursos de engenharia, física e ciências; a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica; a Real Biblioteca (aberta em 29/10/1810); o Teatro Real de São João (12/10/1813); o Jardim Botânico; e, entre 1815/1816, a Academia de Belas Artes e a vinda da Missão Artística Francesa (MARTINS, 2008).

Para alocar tantos novos habitantes e instituições, a paisagem carioca, sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, mudou bastante pela construção de novas estradas e diversos prédios públicos e residências.

O Rio de Janeiro tornou-se uma cidade atraente e cosmopolita, passando a receber grande fluxo de comércio nacional e internacional, bem como viajantes locais e de outras nações. A vinda da Corte, aliada aos fluxos migratórios tanto de portugueses e estrangeiros quanto de brasileiros, fez com que sua população dobrasse entre 1808 e 1821(MARTINS, 2008).

É evidente que as mudanças advindas da transferência da Corte e do centro político do Império português para o Rio de Janeiro acarretaram mudanças não só nessa cidade, mas em toda colônia, como Martins (2008, p.3) destaca:

> "Entretanto, apesar da óbvia importância do Rio de Janeiro como palco principal dos acontecimentos, e dos efeitos cruciais dessas medidas políticas mais famosas, a transferência da Corte e sua longa permanência no Brasil geraram conseqüências decisivas sobre o conjunto da colônia e sobre cada uma de suas regiões.
>
> Afinal, não se tratou meramente de uma "Corte no exílio", mas do transplante de toda a estrutura do Estado português e de uma mudança radical de perspectiva, que envolvia nada menos que a tentativa de reconstruir e reorganizar o Império a partir de um novo centro".

No arco de mudanças ocorridas na colônia, uma das primeiras medidas foi a permissão da entrada de visitantes estrangeiros. Se antes as riquezas coloniais eram preservadas e até tratadas como segredo, com a vinda da Corte para o Brasil, o governo chegou a financiar alguns desses visitantes. Como exemplos de estrangeiros que por aqui passaram logo após 1808, podem ser citados os nomes de John Mawe, G. W. Freyreiss, Friedrich Sellow, Ignace Olfers, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, John Luccock, Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich von Martius, Alexander Caldcleugh, W. L. Von Eschwege, e outros. Entre esses, vários eram ligados às ciências e contribuíram com a ampliação dos conhecimentos a respeito da cartografia, mineralogia, botânica, biologia, história e até mesmo a respeito das relações sociais e econômicas presentes no Brasil e em Minas.

Com a carta régia de 1 de abril de 1808, D. João estabeleceu a liberdade de manufatura no Brasil. A mineração e o fabrico de ferro já eram permitidos desde

1801, mas agora as ordens davam conta da necessidade imperativa de sua produção, e, em Minas Gerais, estavam as mais promissoras jazidas.

Em 1811 Eschwege, especialista em geologia e mineralogia, foi enviado às terras mineiras a mando do governo imperial para examinar toda mineração de ouro, prata, mercúrio e ferro. O Barão de Eschwege permaneceu em Minas Gerais por dez anos, período no qual prestou importantes serviços tanto nas áreas de geologia e mineralogia quanto de cartografia, história, estatística economia e demografia. Ele disseminou em Minas relevantes avanços tecnológicos, como bateias de pilões hidráulicos para a redução do minério, métodos de esgotamento das águas das jazidas, bem como a aplicação da ciência "montanístinca" ao setor da mineração. "Produziu um mapa da capitania (1821) muito superior aos então existentes, (...) e é considerado o mentor da Carta Régia de 12/8/1817, pela qual passou a ser permitida a formação de sociedade de ações para explorar minas de ouro" (MARTINS, 2008, p.7). Sob a orientação de Eschwege foram construídas e operadas dezenas de fábricas particulares em Minas.

O maior e mais duradouro impacto sofrido por Minas Gerais em relação à instalação da Corte no Brasil está relacionado com "o grande incremento da participação da capitania no abastecimento do Rio de Janeiro e de sua integração física, política e comercial com aquele mercado" (MARTINS, 2008, p.8). Minas já havia passado por um processo de diversificação de sua economia desde a segunda metade do século XVIII, com o declínio da extração aurífera, tornando-se autossuficiente em diversos produtos básicos. Além disso, ela exportava para outras partes do Brasil, especialmente para o Rio, itens como gado em pé, toucinho, porcos, galinhas, algodão em rama e em pano e fumo.

Com a chegada do príncipe regente, juntamente com sua Corte e sua comitiva, ocorreu um impulso considerável nas relações entre o Rio e a capitania de Minas Gerais. Não há precisão absoluta em relação ao número de pessoas que aportaram no Rio e ali passaram a viver, mas pode-se dizer que foram por volta de 10 mil indivíduos. Também não há consenso a respeito da população dessa cidade no momento da chegada da comitiva de D. João, mas os números giram em torno de 50 a 60 mil pessoas – Spix e Martius, que por aí estiverma em 1817, estimaram para 1808 o número de 50.000 habitantes; enquanto que Nireu Cavalcanti apresenta

o número de 60.163 habitantes. De todo modo, pode-se afirmar que a população carioca teve, em 1808, um incremento de 17 a 20 por cento (MARTINS, 2008).

> "Avisado com pequena antecedência da iminente chegada, o Conde de Arcos, Vice-Rei do Brasil, entrou em frenética atividade, tomando providências que incluíam, entre outras, ordens urgentes aos portos e capitanias mais próximos, para 'socorrer a cidade de mantimentos'.
>
> Logo começaram a ser enviados de Minas, de São Paulo e de alguns municípios fluminenses consideráveis quantidades de gado, porcos e outros gêneros.
>
> Essas remessas inicialmente eram voluntárias e gratuitas, feitas por súditos interessados em atrair a atenção e as boas graças do Príncipe Regente. É bem conhecido o caso de D. Joaquina de Pompeu, rica proprietária na região de Pitangui e tradicional vendedora de gado para o Rio, que enviou 200 reses.
>
> A generosidade e o interesse dos súditos foram capazes de absorver o impacto imediato, mas com a permanência da Corte e o continuado crescimento populacional da cidade, logo ficou claro que esse sistema não seria suficiente para garantir um fluxo regular de gêneros. O Rio começou a viver sucessivas crises de abastecimento, que iriam demandar medidas mais eficazes no médio prazo" (MARTINS, 2008, p.9).

Nos anos seguintes à chegada da Corte, a população do Rio continuou a aumentar, e mesmo após o retorno da Corte para Portugal, o número de habitantes permaneceu em ascensão. Spix e Martius escreveram que, em 1817, a cidade contava com mais de 110 mil moradores. Nireu Cavalcanti diz que, em 1821, viviam no Rio 112.695 pessoas. Em 1838, a população carioca chegava à casa de 146.608 habitantes e, em contínua ascensão, totaliza 226.466 habitantes em 1849 (MARTINS, 2008). É evidente que, com tamanho crescimento contínuo, a demanda por alimentos, animais, tecidos, materiais de construção (especialmente o ferro), entre tantos outros produtos, também se tornou mais intensa, e o interior fluminense e as capitanias de São Paulo e principalmente Minas Gerais, foram as que mais se beneficiaram.

Entre 1808 e 1809, o governo determinou a isenção do recrutamento militar a todos tropeiros, condutores de gado e mantimentos à Corte e agricultores mineiros. Vários comerciantes de Minas passaram a ter importantes conexões com a cidade do Rio de Janeiro, tanto no tocante à venda de animais e produtos quanto na compra e deslocamento de escravos para sua capitania.

> "A primeira estatística razoavelmente confiável sobre as exportações mineiras se refere ao ano fiscal de 1818-19, e registra remessas de 62.106 bois, 40.169

> porcos, 145.478 arrobas de toucinho e 114.654 galinhas, além de grandes quantidades de queijos, pano de algodão, fumo e outros produtos.
>
> No ano de 1828, esses números atingiram 72.799 reses, 48.559 suínos, 193.480 arrobas de toucinho e 103.676 galinhas, e se mantiveram em níveis elevados ao longo das décadas seguintes" (MARTINS, 2008, p.11-12).

Em relação aos cativos, o porto do Rio de Janeiro foi o maior recebedor de escravos do mundo no decorrer do século XIX. Da chegada da Corte até a abolição, mais de 1 milhão de escravos aí desembarcaram. A capitania que recebeu o maior contingente de escravos foi Minas Gerais. Tendo como base a documentação da Intendência de Polícia da Corte, Martins (2008, p.15) traz a informação de que, entre 1809 e 1832, Minas recebeu mais de 40% dos escravos que chegaram ao Rio.

O gargalo que dificultava o aumento imediato das relações de comércio entre Minas e a cidade do Rio de Janeiro estava na ausência ou precariedade das estradas que ligavam a capital da colônia à capitania mineira. Há de se ressaltar que, até 1808, os caminhos que levavam a Minas eram muito restritos, devido à tentativa da Coroa de isolar o centro minerador durante o período setecentista, por ocasião do auge da extração aurífera e de diamantes, para evitar os "descaminhos" do ouro. Dessa data em diante as ordens reais mudam por completo, e o Estado retira as proibições de construção de estradas e passa ele mesmo a financiar várias dessas obras.

O governo de D. João realizou uma série de projetos para facilitar o acesso a Minas. Entre 1808 e 1809 foram elaborados projetos para a construção de estradas no interior de Minas, que a ligavam à Bahia, ao Espírito Santo e à região do Campo dos Goitacazes. A carta régia de 4 de dezembro de 1816 determinava as providências para a criação de estradas próximas à fronteira com o Espírito Santo, para estimular a povoação, a mineração e a agricultura (MARTINS, 2008).

As duas estradas mais importantes, financiadas e executadas através das ordens governamentais, logo após a chegada da Corte ao Brasil, foram a Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia.

A primeira partia do Rio, atravessava o Vale do Paraíba, entrando em Minas por Rio Preto, indo até São João Del Rei. Esse trajeto encurtava em 18 léguas a distância de São João à Corte. Seu projeto foi elaborado em 1811 e no ano seguinte

começou a ser colocado em prática. Já em 1817, mesmo ainda incompleta, parte considerável de seu traçado já estava aberto à circulação (IBID).

A Estrada da Polícia ligava o Sul de Minas ao Rio. Construída para facilitar o abastecimento da capital, ela recebeu esse nome por ter sido construída pela Intendência de Polícia da Corte, a mando do Príncipe Regente. Sua construção teve início em 1816 e fim em 1820. A rota seguia a Estada do Comércio até Iguaçu, de onde desviava para Sacra Família e Vassouras, na sequencia, desviava para oeste, passando por Valença e finalmente terminava no Presídio de Rio Preto (IBID).

> "As estradas do Comércio e da Polícia, consideradas por Lenharo como os projetos de infra-estrutura mais ambiciosos do governo joanino no Brasil, além de caminhos de abastecimento eram também vias de ocupação do território, do desenvolvimento agrícola e da integração do Centro-Sul" (MARTINS, 2008, p.13).

Essas estradas serviram de referência para a construção de outras que cortaram o interior do território mineiro, algumas delas por iniciativa particular, para atender necessidades locais.

Fato de grande relevância que acompanhou a construção das novas estradas diz respeito à doação de sesmarias nas proximidades de onde elas passavam. Sobre esse assunto, Martins (2008, p.13) trás dados importantes: "Só em território mineiro foram concedidas, entre 1808 e 1821, nada menos de 856 sesmarias, atingindo uma média anual 55% superior às concessões do período 1801-1807 e 47% maior que as dos anos 1822 a 1835". As doações de sesmarias em Minas Gerais foram intensas nesse recorte temporal, exatamente os anos em que D. João e sua comitiva viveram no Brasil, o que acalmou a sede de terras de nobres e pessoas influentes ligadas à Corte, bem como a de fazendeiros e/ou pessoas com relevante poder político de Minas. O Sertão de Leste, especialmente sua porção meridional, por se tratar de uma área ainda livre da ocupação luso-brasileira nas primeiras décadas do século XIX e devido à proximidade com o Rio de Janeiro e com a região central de Minas, tornou-se um espaço privilegiado para os indivíduos que desejavam receber concessões de terras, ocorrendo ali, por causa disso, grande número de doações de sesmarias.

A doação de sesmarias era uma forma de incentivar a ocupação do Sertão, tanto que o governo concedia áreas bem mais extensas nos sertões que nas terras tidas como civilizadas:

> "(...) a distinção entre minas e sertões, era categoria primacial na geografia colonial mineira também por conta de governar distinções no tamanho das concessões de terra em sesmaria – meia légua em quadra nas terras onde houvessem minas e nos caminhos para elas, e três nos sertões – assim como na forma da tributação dos dízimos e da capitação" (CUNHA, 2002, p.9).

As estradas foram de fundamental importância para a plena ocupação e territorialização de Minas. A criação de novos caminhos que ligavam Minas não só ao Rio de Janeiro, mas também a outras importantes localidades como São Paulo, Bahia e Espírito Santo ocorreram quando as dificuldades advindas do isolamento de porções do território mineiro ainda se faziam presentes – sendo o Sertão de Leste a faixa territorial de maior vulto nesse quesito. A abertura das estradas contou com o fundamental apoio financeiro e estrutural do governo, o que fez com que, ao final do período de 1808 a 1830, elas estivessem prontas. As construções nesse intervalo de tempo tornaram possível a maior presença estatal nos confins da capitania/província e deram suporte à entrada e estabelecimento de novos colonos, de empreendimentos comerciais, facilitando o escoamento da produção e a troca de informações entre os habitantes do Sertão (que estava sendo desbravado) e os demais habitantes do Brasil.

As mudanças ocorridas no Rio de Janeiro, tanto em relação à necessidade de suprir seus habitantes quanto no tocante à reestruturação política do Império lusitano, tiveram reflexos no Sertão de Leste, ainda isolado, praticamente despovoado e desterritorializado. Logo nos primeiros meses de estada do Príncipe Regente no Brasil, ordens diretas sobre essa porção da capitania de Minas Gerais foram dadas para que ela fosse realmente integrada ao restante do território colonial. O ano de 1808 torna-se um marco à ocupação e territorialização do Sertão de Leste.

Com a carta régia de 13 de maio de 1808, a autoridade central tomou decisões efetivas para mudar a configuração do Sertão de Leste, expulsando, matando ou domando os índios; povoando-o e explorando-o economicamente. A carta régia, além de declarar guerra ofensiva aos Botocudos, ainda continha novas

normas que visavam incentivar a presença de colonos na região, como a isenção de impostos por 10 anos aos novos ocupantes e produtores dessas terras, 10 anos de isenção de impostos sobre os produtos que subissem ou descessem o rio Doce e moratória relativa a qualquer dívida com a Fazenda Real de 6 anos para os novos ocupantes do Sertão. Pretendia-se com essas medidas que as terras servissem à atividade agropecuária. E, finalmente, o rio Doce seria a linha de translado mais adequada, ao levar pessoas e produtos ao Sertão, ou ao escoar a produção aí realizada.

> "(...) Propondo-me igualmente por motivo destas saudaveis providencias contra os Indios Botocudos, preparar os meios convenientes para se estabelecer para o futuro a navegação do Rio Doce, que faça a felicidade dessa Capitania, e desejando igualmente procurar, com a maior economia da minha Real Fazenda, meios para tão saudavel empreza; assim como favorecer os que quizerem ir povoar aquelles preciosos terrenos auriferos, abandonados hoje pelo susto que causam os Indios Botocudos; sou servido ordenar-vos nesta conformidade, que na Junta que vos mando organizar, façais propor e executar todos os tres mezes, os meios de exploração do Rio Doce, seja para o exame das Cachoeiras que impedem que elle seja totalmente navegavel, seja para fazer mais facil a sua navegação, sendo possivel abrevial-a; e que seguindo este trabalho de um modo fixo e permanente, me deis successivamente conta do que resultar das mesmas explorações, para que eu resolva o que deve seguir-se em tão importante materia. Igualmente vos ordeno que em todos os terrenos do Rio Doce actualmente infestados pelos Indios Botocudos, estabeleçais, de accordo com a Junta da Fazenda, que os terrenos novamente cultivados e infestados pelos Indios, ficarão isentos por dez annos de pagarem dizimo a favor daquelles que os forem por em cultura de modo que se possa reputar permanente: que igualmente fique estabelecida por dez annos a livre exportação e importação de todos os generos de commercio que se navegarem pelo mesmo Rio Doce, seja descendo para a Capitania do Espirito Santo, seja subindo da mesma para a de Minas Geraes, fazendo comtudo as competentes declarações, para que se não confundam as fazendas importadas e exportadas pelo Rio Doce com as que forem para a Capitania pela via de terra: que finalmente fique declarado, que concedo a todos os devedores da minha Real Fazenda que forem fazer semelhantes estabelecimentos de cultura e de trabalhos auriferos, a especial graça, de uma moratoria, que haja de durar seis annos da data desta minha Carta Régia, em cujo periodo não poderão inquietados por dividas que tenham contrahido com a minha Real Fazenda e que só ficarão obrigados a pagar no fim do mesmo período" (BRASIL, 1891a).

Para que esse projeto fosse possível, o príncipe regente, D. João, cria um novo grupamento militar responsável por adentrar o Sertão de Leste, combater os índios tidos como ferozes e garantir a segurança dos novos habitantes que passariam a viver nessas terras. É também através da carta régia de 13 de maio de 1808 que as Divisões Militares do Rio Doce são criadas com esse objetivo. Inicialmente eram seis, mas com o passar do tempo esse número subiu para sete

(em 1811), incluindo uma nova Divisão às margens do rio Jequitinhonha, mais ao norte (anexo 1).

> "(...) ordeno-vos que façais distribuir em seis districtos, ou partes, todo o terreno infestado pelos Indios Botocudos, nomeando seis Commandantes destes terrenos, a quem ficará encarregada pela maneira que lhes parecer mais proficua, a guerra offensiva que convém fazer aos Indios Botocudos; e estes Commandantes que terão as patentes e soldos de Alferes aggregados aos Regimento de Cavallaria de Minas Geraes, que logo lhes mandareis passar com vencimento de soldo dessa nomeação, serão por agora Antonio Rodrigues Taborda, já Alferes; João do Monte da Fonseca; José Caetano da Fonseca; Lizardo José da Fonseca; Januario Vieira Braga; Arruda, morador na Pomba; e se denominarão Commandantes da primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta Divisão do Rio Doce. A estes Comandantes ficará livre o poderem escolher os soldados que julgarem proprios para essa qualidade de duro e aspero serviço, e em numero sufficiente para formarem diversas Bandeiras com que hajam constante todos os annos na estação secca de entrar nos matos; ajudando-se reciprocamente não só as Bandeiras de cada Commandante, mas todos os seis Commandantes com as suas respectivas forças, e concertando entre si o plano mais proficuo para a total reducção de uma semelhante e atroz raça antropophaga. Os mesmos Commandantes serão responsaveis pelas funestas consequencias das invasões dos Indios Botocudos nos sitios confiados á sua guarda, logo que contra elles se prove omissão, ou descuido: Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os Indios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo elle empregal-os em seu serviço particular durante esse tempo e conserval-os com a devida segurança, mesmo em ferros, emquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropophagia" (BRASIL, 1891a).

Com o intuito de cobrir todo território do Sertão de Leste, as Divisões Militares do Rio Doce foram distribuídas da seguinte forma: a 1ª DMRD ficou responsável por garantir a navegabilidade, o translado de comerciantes e colonos e a segurança do perímetro que se estendia da foz do rio Piracicaba até a barra do Suaçuí Pequeno; a 2ª DMRD cobria as áreas dos rios Pomba e Muriaé e as cabeceiras do rio Casca; a 3ª DMRD ficou com os Vales dos rios Casca, Matipó, com as cabeceiras do Manhuaçu e dos afluentes meridionais do rio Doce; a 4ª DMRD encarregou-se da missão de garantir a navegação do rio Doce, entre as barras dos rios Casca e Piracicaba, de ocupar ambas as margens nesse trecho, bem como tinha sob sua responsabilidade a parte da floresta entre os rios Santo Antônio e Piracicaba e toda área que circundava os rios Onça Grande e Onça Pequeno e o ribeirão Mombaça; a 5ª DMRD tornou-se responsável pela parte setentrional do rio Doce, o que compreendia as bacias dos rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno, Corrente e a parte sul do rio Mucuri; a 6ª DMRD, situada no centro do Sertão, estendendo-se do rio Suaçuí Pequeno até as cachoeiras das Escadinhas, tomou para si a

responsabilidade de comandar o Presídio de Cuieté. Por ocupar essa posição central, coube a 6ª DMRD a incumbência de garantir o abastecimento das demais Divisões, tendo por isso um contingente maior de militares. Já a 7ª DMRD foi criada posteriormente: somente em 1811 ela passou a fazer parte do quadro das Divisões Militares do Sertão de Leste, tornando-se responsável pela navegação e colonização do vale do médio Jequitinhonha e pela porção norte da bacia do rio Mucuri. Uma 8ª DMRD chegou a ser criada em 1820, mas nunca foi efetivada (ESPINDOLA, 2000, p.118).

A guerra ofensiva, adotada pelas Divisões Militares do Rio Doce, a mando de D. João, nos primeiros anos de efetiva entrada e colonização do Sertão de Leste, era uma das estratégias de territorialização que possibilitava a ocupação e uso da terra pelos luso-brasileiros. Era a tentativa mais incisiva de finalmente exercer poder (metropolitano e, depois de 1822, imperial) sobre as terras e a população do leste de Minas Gerias, transformando o Sertão de Leste em território efetivamente controlado.

Moreira e Silva (2006), em consonância com o exposto acima, concordam que a vinda da Corte para o Brasil foi um fator preponderante para a mudança de postura da autoridade real em relação ao Sertão de Leste. Eles argumentam que a necessidade de novas terras e de expansão econômica, aliada à proximidade com o problema da dificuldade de penetração e instalação dos luso-brasileiros na porção oriental mineira, levou a Coroa a criar estratégias mais incisivas de territorialização.

> "Esse 'encurtamento' da distância poderia, também, redirecionar o olhar da administração portuguesa para possíveis novas fontes de renda e riquezas, bem como buscar a efetiva ocupação de novos espaços.
>
> (...) Dentro desse raciocínio, é possível argumentar que a emissão de uma ordem de guerra contra os botocudos apenas dois meses após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, poderia ser uma das novas estratégias de explorações e conquistas. Assim a atuação da Junta do rio Doce deve ser vista, de um modo geral, como apresentada até agora: como forma de expansão de fronteiras e de preparação do território para a ocupação produtiva nos moldes da sociedade 'civilizada'". (MOREIRA e SILVA, 2006, p.8)

Torna-se relevante lançar luz também sobre o conteúdo da carta régia de 02 de dezembro de 1808, uma vez que era uma carta complementar à de 13 de maio de 1808. Na carta régia de 02 de dezembro, o príncipe regente D. João reitera a clara intenção de ocupar, povoar e explorar economicamente o Sertão de Leste.

Para tanto, ele determina a doação de sesmarias, a demarcação mais precisa das terras doadas e o confisco das terras não efetivamente ocupadas pelos então proprietários, para que elas pudessem ser novamente distribuídas; incentiva a instalação de fábricas; ordena a vinda de eclesiásticos, fiéis aos propósitos do cristianismo e à Coroa, para conduzirem o processo de civilização dos índios aldeados (permitindo que esses religiosos obtivessem vantagens econômicas); e buscou a sedentarização dos indígenas. Essas ações eram estratégias de territorialização que deveriam ser postas em prática pela *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce*[35].

> (...) "sou servido, conformando-me com as propostas da mesma Junta, determinar-vos, para que assim o façais immediatamente executar, em primeiro logar: que no territorio novamente resgatado das incursões dos Indios Botocudos, ou ainda outros quaes quer, considereis como devolutos todos os terrenos que, tendo sido dados em sesmarias anteriormente, não foram demarcados, nem cultivados até a presente epoca, e que façais executar o que para semelhantes casos dispõe a Ordenação Liv. IV. tit. 43 e as ordens reaes posteriores. Em segundo logar: que daqui em diante permittais a cada um dos Commandantes nas suas respectivas Divisões que possam demarcar e assignalar terrenos proporcionaes ás fabricas dos que forem entrando, ficando depois estes novos proprietarios que entrarem de posse, obrigados a procurar o titulo legitimo das sesmarias, intervindo a necessaria informação dos mesmos Commandantes para evitar toda a fraude em semelhantes repartições, no que tambem vigiareis, fazendo que os mesmos Commandantes dem avós e á Junta, conta de todo o terreno que forem assim dividindo, e da força e grandeza das fabricas, a que forem concedidos os mesmos terrenos; o que a mesma Junta deverá fazer subir á minha real presença nas contas que regularmente, e segundo se acha estabelecido, me devem dar. Em terceiro logar ordeno-vos: que escolhais, de accordo com o Bispo, algum ou se necessario for, alguns Ecclesiasticos virtuosos, intelligentes e zelosos do serviço de Deus e meu, a quem possam encarregar a educação religiosa e civil do gentio que existe aldeiado, e do que for apparecendo, como aconteceu agora com mais de 500 Puris que se acham aldeiados, e que vieram buscar a protecção e suave jugo das minhas leis, e a cada um destes Ecclesiasticos fareis dar pela Junta da minha Real Fazenda não só a pensão de 200$000 annuaes, mas lhe deixareis de accordo com a Junta da minha Real Fazenda pelo espaço de 12 annos o gozo dos dizimos das novas culturas, que os mesmos Indios fizerem, e que só farão parte da minha Real Fazenda depois de passados os sobreditos 12 annos, fazendo vós demarcar a cada povoação de Indios novamente creada aquella porção de terreno que se julgar conveniente e necessario para a cultura dos generos precisos para sua subsistencia, e para os do commercio, por cujo meio, e por uma troca bem entendida poderão haver os outros artigos que lhes sejam necessarios para satisfazer ao seu commodo pessoal, ficando tambem a vosso cargo de accordo com a Junta da minha Real Fazenda o levantar as Igrejas que forem necessarias para inspirar maior respeito aos Indios para o culto e serviço de Deus, que tanto deve tambem concorrer para a sua mais prompta civilisação" (...). (BRASIL, 1891b).

[35] As características e a importância da *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce* serão explicitadas mais adiante, ainda nesse capítulo.

Tanto a Carta régia de 13 de maio de 1808 quanto a de 02 de dezembro do mesmo ano demonstram que o ato de civilizar os índios, para D. João e o comando político lusitano, pouco tem a ver com benevolência ou espírito cristão. O objetivo era prático e girava em torno do fato de que os índios eram um empecilho à posse efetiva das terras a leste do centro minerador, e seu modo de vida tradicional em nada trazia ganhos econômicos aos luso-brasileiros. Sendo assim, D. João orientou o Governador de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, de forma clara e objetiva. Na carta de 13 de maio, ele incentivou a competição entre os comandantes das Divisões Militares para que esses combatessem os índios que não aceitassem viver sob o jugo das leis da Coroa e mantivessem a paz nas terras então colonizadas.

> (...) “ordeno-vos que a estes Comandantes se lhes confira anualmente um aumento de soldo proporcional ao bom serviço que fizerem, regulado este pelo principio que terá mais meio soldo aquele Comandante que no decurso de um ano mostrar, não somente que no seu distrito não houve invasão alguma de índios Botocudos, nem de outros quaisquer índios bravos, de que resultasse morte de Portugueses, ou destruição de suas plantações; mas que aprisionou e destruiu no mesmo tempo maior numero, do que qualquer outro Comandante” (...). (BRASIL, 1891a)

Já na carta de 02 de dezembro de 1808 as ordens dão plenos direitos de exploração da mão de obra indígena – ou seja, utilizá-los como escravos – por 12 ou até 20 anos aos comandantes e fazendeiros que aceitassem a tarefa de civilizá-los. O uso da força de trabalho nesses moldes seria uma compensação pelos gastos financeiros e pelo tempo dispensado na tarefa civilizatória. Deve-se ressaltar que o uso compulsório do trabalho estendia-se a qualquer indígena, mesmo aos que aceitassem “pacificamente” se submeter às leis e costumes determinados pelos luso-brasileiros, o que evidencia ainda mais que o objetivo econômico estava muito acima do de integrá-los à sociedade. Isso fica claro na seguinte passagem:

> (...) “os fazendeiros se encarreguem de os instruir, e possam tambem aproveitar-se do util do seu trabalho, como compensação do ensino e educação que se encarregam de dar-lhes: primeiro: que possam os sobreditos fazendeiros servir-se gratuitamente do trabalho de todos os Indios que receberem em suas fazendas, tendo sómente o onus de os sustentarem, vestirem e instruirem na nossa Santa Religião, e isto pelo espaço de 12 annos de idade, e de 20, quanto aos que tiverem menos de 12 annos, podendo deste modo indemnizar-se das despezas que hão de fazer com o seu tratamento, educação e curativo nas enfermidades, vindo tambem assim a ter uma remuneração do seu trabalho e vigilancia, emquanto os mesmos Indios lhes não podem prestar nenhum serviço, ou pela idade, ou pela sua rusticidade e ignorancia da lingua Portugueza;” (...) (BRASIL, 1891b)

Finalmente, ainda explorando o conteúdo da carta régia de 02 de dezembro de 1808, outro trecho merece ser mencionado:

> (...) “devendo tambem a experiencia do que tem acontecido em qualquer materia estar sempre presente aos olhos do legislador para obviar aquelles inconvenientes, que têm resultado de estabelecimentos que nada na theoria mostraram que fosse defeituosos, e de que só a pratica depois fez ver os inconvenientes; e havendo a experiencia mostrado que as Aldeias ou Povoações de Indios não têm igualmente prosperado, antes vão em decadencia, já pela natural indolencia e pouco amor delles ao trabalho, já pela ambição das pessoas que com o titulo de Directores, ou outro qualquer, só têm em vista tirar partido de gente grosseira, rustica e pouco civilisada, para absorverem á sua sombra os soccorros dados pela minha Real Fazenda, que, tendo sido muito consideraveis, têm sido em parte infructiferos; sou servido ordenar-vos, que só procureis aldeiar os índios que buscam a minha real protecção, quando elles pelo seu grande numero houverem de fazer uma grande povoação, e não puderem ser distribuidos pelos fazendeiros e agricultores dessa Capitania,” (...) (BRASIL, 1891b)

A relevância dessas palavras de D. João encontram-se no fato de que elas demonstram que nem sempre os planos e ações provenientes da esfera superior de poder eram postos em prática da forma pretendida por essa esfera na escala local. As verticalidades e as horizontalidades se chocavam no bojo da alteridade territorial presente no Sertão de Leste. Os aldeamentos estavam em decadência, segundo as informações que chegaram ao príncipe regente, porque os diretores e demais funcionários do governo não seguiam as determinações reais, que previam que esses aldeamentos seriam locais voltados para o processo de aculturação dos índios (que aceitassem viver sob as leis luso-brasileiras, ou seja, tribos que não eram tidas como inimigas e que não deveriam sofrer com a declaração de guerra ofensiva, restritas aos Botocudos), sem explorá-los e/ou maltratá-los. Mas, ao contrário disso, o que se percebe pela carta régia e também pelos relatos de viajantes como Saint-Hilaire e Eschwege é que os militares, os fazendeiros e os colonos, exploravam ao máximo os povos indígenas, tomando suas terras, destruindo seus modos de vida, usurpando os frutos de seu trabalho e utilizando de métodos violentos como castigos físicos, violência sexual e assassinatos. Dessa forma, era evidente que os aldeamentos caminhavam para o fracasso. As horizontalidades, fruto da ganância dos luso-brasileiros ali instalados, aliado à distância e ao isolamento do Sertão de Leste, levou os habitantes locais a descumprir algumas das determinações advindas da Coroa, ou seja, as verticalidades não se fizeram plenas na prática.

Lançando luz sobre a estrutura administrativa, física e militar que foi sendo instalada no Sertão de Leste, a contar de 1808, tem-se que as Divisões Militares do Rio Doce eram o braço armado (a estrutura física que avançava Sertão adentro) da *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce*. Essa Junta era uma força tarefa criada concomitantemente às Divisões Militares, no ano de 1808, com o intuito de civilizar e/ou combater os índios, possibilitar a ocupação e exploração econômica do leste de Minas, permitir a navegação do rio Doce e fiscalizar periodicamente os resultados até então obtidos. Pode-se dizer que a Junta era a estrutura burocrática por traz das Divisões Militares, responsável por fazer a ligação entre o governo central (Rei) e os indivíduos que se instalavam nos quartéis das Divisões, em meio ao isolado Sertão de Leste.

A respeito dos objetivos da Junta, Moreira e Silva (2006, p.5) dizem que:

> "A Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce foi criada com cinco objetivos bastante específicos. O primeiro, e principal, era a declaração de uma guerra ofensiva contra os 'índios botocudos'; (...) O segundo, a formação de corpo militar para cumprir esse objetivo; o terceiro, a divisão da região em seis distritos e nomeando seus respectivos comandantes; o quarto, prometendo uma gratificação de soldo proporcional ao trabalho de cada comandante, para aqueles de melhor desempenho e o quinto previa a uma reunião trimestral para avaliação dos resultados".

O presidente da Junta era o governador de Minas Gerais, principal responsável por suas ações e pela prestação de contas financeiras e das atividades militares contra os botocudos. Além dele, foi constituído um Conselho, formado por seis deputados, cada um tinha a função de fiscalizar as ações de um dos comandantes das seis Divisões Militares criadas inicialmente, número que passou para sete deputados assim que a sétima Divisão foi criada, em 1811. Em seguida vinham os comandantes de cada Divisão, que tinham a função de liderar as tropas, combater os índios hostis, garantir a tranquilidade dos colonos, supervisionar aldeamentos, construir e manter estradas, além de algumas funções burocráticas (MOREIRA e SILVA, 2006).

A estrutura hierárquica sob a qual a Junta de Civilização e as Divisões Militares foram criadas é elucidada por Espindola (2000, p.133) na seguinte passagem:

> "as divisões militares formaram uma estrutura à parte do exército, sujeita a múltiplas subordinações e aos mais diversos tipos de serviços. Na esfera

> provincial, estavam subordinadas a uma junta militar – Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do rio Doce – estabelecida em Vila Rica e presidida pelo governador da capitania de Minas Gerais. A Junta de Conquista tinha uma composição predominantemente militar e acompanhava diretamente a atuação dos comandantes e as operações por eles conduzidas. Cabia ao governo provincial a nomeação dos diretores de aldeia e do diretor-geral dos índios, como responsáveis pela sua civilização e catequese. Quando foi criado o comando centralizado das divisões, também foi entregue ao comandante-geral o cargo de diretor-geral dos índios. Os comandantes também recebiam ordens diretamente da Coroa, a quem deviam prestar contas através da Secretaria de Estado de Guerra e Negócios Estrangeiros, que centralizava a política indígena. Além de prestar contas dessas esferas, do ponto de vista estritamente militar as divisões estavam subordinadas ao governador das Armas, autoridade do exército estacionada na Província".

Aguiar (2008) apresenta dados relativos à estrutura física das guarnições militares então instaladas no Sertão de Leste de Minas Gerais, assim como nas capitanias vizinhas da Bahia e do Espírito Santo. Segundo ele:

> "Após o aldeamento dos Puri, restavam em toda região dos sertões dos rios Pardo, Mucuri, Jucururu, Jequitinhonha e Doce, os índios Botocudo, senhores absolutos das matas densas, sobre as quais, evidentemente, não se estendia a autoridade do rei. Para garantir a ocupação e ancorar o sistema de guerra justa, foram construídos entre os anos de 1800 e 1814, 61 quartéis e destacamentos militares ao longo desses rios. As cachoeiras, locais prováveis de pouso para viagens, onde os índios preferiam atacar os desprevenidos colonos, foram consideradas locais ideais. Em 1808, com a decretação real de Guerra aos Botocudo, estratégias de ocupação dos sertões mineiro, capixaba e baiano foram arroladas pelas respectivas autoridades das capitanias com o fito de permitir o transporte de tropas e mercadorias destinadas ao suprimento dos nascentes arraiais e paragens. O Capitão General da Bahia, por meio de José Marcelino da Cunha, ouvidor de Porto Seguro, ordenou a instalação de seis quartéis situados no limite do espaço territorial e vital dos índios. Em Minas, foram instalados os sete quartéis, correspondentes às Sete Divisões Militares do rio Doce (...). Para coadjuvá-los, construíram-se 61 pousos de tropa entre os anos de 1800 e 1814. Sob a direção de Marlière, construir-se-iam mais 27.
>
> No Espírito Santo, desde 1800, a busca de alternativas econômicas para a crise vivida pela Capitania motivara a construção de um posto militar às margens do Rio Doce, na disputada divisa com Minas Gerais: o quartel de Porto do Souza. Uma companhia de pedestres foi nele estacionada para combater os Botocudo. Sesmarias passaram a ser distribuídas às margens do Rio" (AGUIAR, 2008, p. 278-279).

Alguns números relevantes em relação à estratégia de ocupação do Sertão de Leste merecem destaque. Além dos quartéis e pousos de tropa instalados no leste de Minas Gerais, houve também, na Bahia e no Espírito Santo, instalações militares próximas à fronteira de Minas. Essa ação conjunta com outras capitanias deixa claro que havia um plano articulado que partia da esfera central de poder, sendo executado de forma específica em cada capitania, devido às peculiaridades e necessidades locais – alteridade territorial. As guarnições militares erguidas no

flanco oriental mineiro, entre 1800 e 1814, foram 7 quartéis (as Sete Divisões Militares do Rio Doce), bem como 61 pousos de tropa, tidos como pontos de apoio às Divisões. No período de comando de Marlière, entre 1820 e 1829, mais 27 pousos de tropa foram criados. Na Bahia foram construídos 6 quartéis, ao passo que no Espírito Santo foi instalado 1 quartel, com uma companhia de pedestres (AGUIAR, 2008). Ambos dentro ou nas proximidades do espaço habitado pelos Botocudos que ensejaram um conflito territorial direto.

Em relação ao número de indivíduos que compunham as Divisões Militares do Rio Doce, Moreira e Silva (2006, p.9), referindo-se ao ano de 1811, traz os seguintes números: cada Divisão era composta por 85 praças, 1 sargento, 1 alferes e 1 ajudante de cirurgia; com exceção da sexta Divisão, que tinha 100 praças, chegando assim a um efetivo total de 533 militares. A sétima Divisão, criada em 13 de maio de 1811, não alterou o número total de militares, uma vez que foi composta pela transferência de um sexto dos membros de cada uma das seis Divisões então existentes.

Já Espindola (2000, p.137), põe em evidência dados relativos ao ano de 1831. Há de se ressaltar que ocorreram algumas mudanças na estrutura administrativa e física das Divisões Militares do Rio Doce, fruto da mudança de governo em 1822, com a Independência do Brasil. Em 1831, a primeira Divisão era composta por 44 militares, a segunda também por 44, a terceira por 71, a quarta por 43, a quinta por 81, a sexta por 116 e a sétima por 54; juntamente com 5 membros do Estado Maior e Menor que não eram exclusivamente de uma Divisão específica; totalizando um efetivo de 458 militares.

Ao comparar os efetivos de 1811 e de 1831, percebe-se que o número de militares diminuiu em vinte anos, passando de 533 para 458, mas a mudança não foi drástica, o que mostra certa manutenção do formato básico das Divisões. É interessante ressaltar que, enquanto em 1811 o número de militares era fixo (85 para cada Divisão, excetuando a sexta, responsável por abastecer as demais, e por isso tinha o efetivo de 100 homens), em 1831 havia uma flexibilidade em relação ao efetivo de cada Divisão. Cabe admitir que essa diferenciação se deveu ao fato de que, em 1831, já haviam sido verificadas as peculiaridades na área de atuação de cada Divisão, o que levou o comando da Junta de Civilização e Conquista dos Índios

e Navegação do Rio Doce a redirecionar os militares das Divisões em que os conflitos e perigos estivessem mais controlados para as Divisões em que esses se mostravam mais intensos. Eram as verticalidades e horizontalidades se entrecruzando no bojo da alteridade territorial presente no avanço luso-brasileiro pelo Sertão de Leste.

Para fiscalizar a atuação de cada Divisão Militar do Rio Doce, militares da tropa de linha eram nomeados, através de carta régia, ao cargo de inspetores. Periodicamente esses indivíduos colhiam as devidas informações a respeito das Divisões e reportavam as informações ao comando da Junta. Os inspetores tinham que observar a situação dos militares de cada Divisão Militar no que se refere à atuação, registro, baixas e licenças; averiguar a aplicação dos recursos materiais e financeiros disponibilizados pelo Comando da Junta e se o comandante da Divisão estava cumprindo as tarefas sob sua responsabilidade; deveriam examinar o armamento e munição, bem como os livros de registro de consumo e aplicação dessa munição. Os inspetores listavam não só a situação dos quartéis, mas também o número de colonos estabelecidos e as atividades (como agricultura, mineração e outras) a que eles se entregavam; buscavam informações sobre a construção e manutenção de estradas e a navegabilidade dos rios; e, evidentemente, obtinham informações sobre a atuação de cada Divisão Militar contra os Botocudos e na proteção dos colonos contra o ataque dos indígenas. Pode-se perceber que “essas inspeções tentavam buscar informações sobre os principais pontos de atuação das Divisões Militares naquilo que pode ser considerado vital para os interesses portugueses: abertura de fronteiras e posse efetiva da terra” (MOREIRA e SILVA, 2006, p.12). Espindola (2000, p.134) acrescenta ainda que:

> “Paralelamente, cabia aos inspetores colher informações sobre o processo do povoamento, apresentando a situação geral, a lista dos proprietários e escravos que se encontrassem dentro da linha divisória e o aproveitamento das sesmarias concedidas. Os inspetores levavam as ordens da junta sobre o posicionamento estratégico dos quartéis, plantações e aldeamentos, os procedimentos com a escrituração, a forma de atração e contato com os índios e as operações táticas”.

Garantir a navegação do rio Doce era uma das mais importantes missões das DMRD. As Divisões deveriam dar suporte aos canoeiros e impedir o ataque dos índios, principalmente dos Botocudos, que habitavam as margens do rio. De 1818

em diante, o governo de D. João toma medidas para possibilitar melhor uso do rio e garantir a presença de colonos em suas mediações, possibilitando maior presença luso-brasileira no Sertão de Leste. Entre essas medidas estavam a nomeação de Marlière como inspetor das Divisões Militares do Rio Doce e a realocação de alguns quartéis para pontos estratégicos nos possíveis locais de ataques dos indígenas. Espindola (2007, p.56) registra a distribuição das forças das DMRD para monitorar e propiciar a navegação do rio Doce, entre 1818 e 1822, segundo ele:

> "O Quartel de Mombaça (4ª DMRD) tinha a incumbência específica de patrulhar o rio na direção do Quartel de Belém e, principalmente, rio acima, até a barra do Rio Casca, porque era nesse trecho que os índios botocudos atravessavam o rio para atacar os colonos de São Domingos do Prata. O Quartel de Baguari (1ª DMRD) patrulharia o curso do rio até o Quartel da Cachoeira Escura e, a jusante, até o primeiro Quartel da 6ª DMRD, abaixo da barra do Suaçuí Pequeno, na Cachoeira de Figueira. As margens do Rio Doce ficaram guarnecidas por 203 divisionários, da barra do Rio da Casca até a Cachoeira das Escadinhas, onde ficava o Quartel de Lorena, da 6ª DMRD. A 3ª DMRD formou uma linha de cooperação, controlando os afluentes do lado direito, enquanto a 5ª DMRD controlava os afluentes da margem esquerda, somando, todas as cinco divisões, 358 homens".

Um ano após a Independência do Brasil, ocorreram mudanças nos cargos e funções políticas de Minas Gerais, que deixou de ser uma capitania para se tornar uma província. A Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce foi dissolvida e os comandantes das Divisões Militares do Rio Doce ganharam maior poder de decisão e fiscalização (AGUIAR, 2007). Em 1824 Marlière foi promovido ao cargo de comandante geral de todas as Divisões. Uma vez que o governo imperial deu maior poder a quem cuidava diretamente do desbravamento e proteção à porção oriental mineira, ele acatou as determinações de Marlière para reestruturar algumas Divisões, o que permitiu cuidar de forma mais eficaz da navegação do rio Doce e da colonização e territorialização do Sertão de Leste. As novas estratégias deram certo, tanto que ainda em 1824 todo Sertão meridional, às margens do rio Doce, estava sob controle das DMRD e os índios não eram mais tidos como ameaças, como escreveu Espindola (2007, p.56-57):

> "Os comandantes das divisões ficaram incumbidos de mapear toda a sua área de atuação, fazendo periodicamente a lista dos colonos de sua circunscrição militar. A 2ª DMRD, retirada da região do Rio Pomba (afluente do Paraíba do Sul), foi reunida à 4ª DMRD, com a missão de cuidar de um grande aldeamento de índios botocudos, colocado estrategicamente junto ao ribeirão Sacramento Grande, a três léguas de sua barra no Rio Doce. Este aldeamento tornou-se ponto terminal das rotas migratórias dos botocudos da margem meridional, evitando, com essa medida, as incursões para o outro lado deste rio, em

> território povoado. Em 1824, todo o sertão meridional até as margens do Rio Doce estava sob o controle das divisões militares, sem que os índios (Botocudo e Puri) representassem qualquer ameaça à presença brasileira".

A vida dos membros das Divisões Militares do Rio Doce era repleta de privações e dificuldades. O próprio recrutamento se dava por meio da imposição pela busca de contingente nas vilas e arraiais: quando a notícia de que os recrutadores chegariam a alguma localidade, vários homens preferiam se refugiar por meses nas matas do que correr o risco de serem arrastados para o interior do inóspito e selvagem Sertão de Leste. Aos recrutados compulsoriamente juntavam-se vadios e criminosos degredados e ainda uns poucos que se ofereciam espontaneamente (AGUIAR, 2008). Nos quartéis, os índios aldeados também eram recrutados. As deserções eram recorrentes, apesar das severas punições e dos perigos advindos do contato com a mata densa e com tribos que carregavam a fama de serem antropofágicas.

Dentro do Sertão, distante das autoridades e da civilização luso-brasileira, os soldados estavam propensos a sofrer ou cometer as mais diversas atrocidades: roubos, assassinatos, estupros, agressões, golpes, entre outros. As palavras de Aguiar (2008, p.292-293) são bastante ilustrativas a esse respeito:

> (...) "As visitas periódicas de inspeção realizadas pelo Diretor Geral dos Índios sempre eram marcadas pela descoberta de numerosas irregularidades: estupros, terras indígenas usurpadas, soldos de tropa que eram desviados, etc.
>
> Submetidas a todo tipo de privação, num ambiente hostil de mata virgem, isoladas em quartéis pouquíssimo abastecidos, expostas a furiosas epidemias de sífilis, malária e varíola, bem como a ataques indígenas constantes, ameaçadas ainda pela vizinhança de animais ferozes, as tropas das Divisões Militares do Rio Doce não representavam atrativo para a maioria dos homens livres de Minas Gerais. As atividades do comércio legal e ilegal, o trabalho de transporte por meio das tropas, o amanho da terra ou até o assalto a transeuntes nas trilhas inseguras, ofereciam freqüentemente melhor perspectiva de vida para muitos deles".

Devido às dificuldades do serviço, aos problemas para recrutar novos soldados e às deserções, o número de soldados sempre estava aquém do determinado pela Junta de Conquista. Com o passar dos anos a situação foi se agravando: cada vez mais faltavam militares para garantir a proteção dos colonos, que a cada dia obtinham mais terras Sertão adentro, e para participar da tarefa de aldear e "amansar" os índios. "Os efetivos começaram a cair depois da saída de Marlière, em 1829, pois, até esta data, as faltas decorriam fundamentalmente de

deserção e, com menos incidência, de invalidez, baixa, reforma e morte" (ESPINDOLA, 2000, p.136). Em 1831, havia 325 homens executando suas funções e 133 faltantes. Quatro anos depois, em setembro de 1835, os efetivos das Sete Divisões Militares do Rio Doce estavam reduzidos a 248 homens. Apenas alguns meses depois, no início de 1836, havia apenas 225 homens (IBID).

Em relação ao poder de fogo das 7 Divisões Militares, pode-se dizer que sempre foi inadequado, tanto em relação à quantidade de armas quanto à característica delas. Marlière considerava as armas dos soldados muito pesadas e compridas, sendo por isso inapropriadas para uma tropa que se deslocava dentro de florestas fechadas. Na primeira inspeção geral realizada pelo francês, em 1823, ele relatou a presença de apenas 314 armas disponíveis em todas as divisões somadas. Para piorar, nem todas estavam em bom estado, como exemplo pode ser citado o caso da 7ª DMRD, onde foram encontradas 40 armas, mas apenas uma estava em condições de uso. Após essa inspeção foi nomeado um novo comandante com ordens para mandar consertar o armamento defeituoso ou incompleto. A situação da baixa quantidade de armas e da precariedade de suas condições não podia ser revelada aos índios, sendo sempre mantida como segredo (ESPINDOLA, 2000, p.139).

As atribuições dos praças incluíam: combate aos índios arredios, serviço de contato e atração dos silvícolas, defesa dos povoados, proteção das frentes de ocupação, guarda dos locais estratégicos de circulação dos índios, segurança e controle da navegação dos rios, plantio de roças anuais para atrair as populações nativas, policiamento e guarda das estradas; e podiam ainda ser deslocados para o serviço de obras públicas, como abertura de estradas e construção de pontes (ESPINDOLA, 2000 p. 140). Apesar de tamanhas atribuições, o soldo mal dava para pagar o rancho e o vestuário, o que levava os praças a depender das roças de subsistência com que alimentavam suas famílias (IBID, p.140). Aliado ao extenuante trabalho diário havia sempre os riscos de confrontos com indígenas e a possibilidade de contrair doenças. O somatório de todos esses fatores levava diversos praças ainda jovens a fazerem o pedido de reforma, devido a sequelas dos anos de trabalho nas matas, o que, na maioria das vezes, era negado pelas autoridades luso-brasileiras.

Para finalizar, pode-se dizer que a função inicial da Junta de Civilização e, principalmente, das Divisões Militares do Rio Doce, de combater os índios Botocudos que não aceitassem se submeter às leis e costumes da Coroa (e posteriormente do Império) e de tornar possível a instalação de colonos e de atividades econômicas no leste de Minas acabou mostrando-se muito maior. As Divisões Militares tornaram-se as garantidoras da presença luso-brasileira no Sertão de Leste. Mas para que isso fosse possível, várias ações tiveram de ser tomadas por elas, como escreveram Moreira e Silva (2006, p.30):

> "Construir e manter estradas, investigar a navegabilidade dos rios e suas nascentes, estar atenta para relatos de descoberta de ouro, proteger os colonos contra o ataque dos grupos indígenas e atacar esses índios quando o contato amistoso não fosse possível: estas eram as tarefas principais de Junta do Rio Doce.
>
> Além, disso, a montagem de uma estrutura militar nos sertões do médio rio Doce contribuiu para que os destacamentos e quartéis pudessem ser os núcleos iniciais de povoamento que depois poderiam se transformar em vilas e cidades. Pontos de contato com os botocudos, esses insipientes núcleos urbanos e também os aldeamentos, formavam uma rede que deu condições para a abertura de estradas para a comunicação e a exploração dos recursos locais, quer de forma extrativa, como madeiras e drogas do sertão ou de forma mais intensiva, como a formação de pastagens para o gado e alguns tipos de cultura agrícola como o algodão e o milho".

Sendo assim, as ações das Divisões Militares do Rio Doce tiveram papel primordial no desbravamento do Sertão de leste. Elas atuaram em um momento chave, as primeiras décadas do século XIX, momento mais tenso e no qual havia maior dificuldade – física, técnica e por conta de conflitos com os povos silvícolas – de estabelecer ali a territorialidade luso-brasileira.

Nas palavras de Moreira e Silva (2006, p.30):

> (...) "sua atuação foi, também, no sentido de desbravar uma nova fronteira da capitania de Minas Gerais, possibilitando o seu povoamento e efetiva exploração econômica. Sob o ponto de vista militar sua atuação pode ter sido restrita. O pequeno contingente e a vasta área onde se desenvolveria a 'guerra' contra os botocudos podem, talvez, ter feito com que sua atuação se voltasse para tarefas que contribuíram para facilitar a penetração de colonos para os sertões, até então, despovoados do médio rio Doce".

As Divisões, com a ação de seus militares e com sua estrutura de quartéis, presídios e postos de pouso e abastecimento, criaram a base de apoio que assegurou a irradiação dos colonos e de suas atividades econômicas em terras até então inóspitas aos luso-brasileiros.

Apesar do limitado contingente e do número elevado de funções, bem como a área muito extensa a ser cuidada, a Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce e, principalmente, seu corpo físico, as Divisões Militares do Rio Doce, alcançou, em boa medida, seus objetivos, especialmente o de afastar ou "amansar" os indígenas e garantir a entrada dos demais colonos no Sertão de Leste, o que permitiu a instalação da atividade agropecuária e a exploração econômica do Leste Mineiro, a abertura de estradas, a doação de sesmarias, a criação de vilas e cidades e a efetivação do poder governamental naquelas terras.

3.2 A figura de Guido Thomaz Marlière no Sertão de Leste

Guido Thomaz Marlière nasceu em 1767, em uma vila chamada Jarnage, no centro da França. Na juventude estudou Humanidades e Filosofia. Aos 18 anos ingressou no exército de Luíz XVI, tornando-se Tenente Coronel de um de seus regimentos. De família monarquista, quando os ânimos se exaltaram devido à Revolução Francesa, ele emigrou de seu país, passando pela Prússia (onde fez parte do regimento contra-revolucionário do Marquês de Mirabeau) e pela Inglaterra (no regimento Montmart). A serviço dos ingleses, Marlière foi enviado para Portugal no intuito de defender o país da invasão francesa. Em 1802 foi incorporado ao exército português e se transferiu para o Brasil quando da fuga do príncipe regente e sua Corte, em 1808.

Em terras brasileiras, Marlière teve uma curta passagem pelo Rio de Janeiro, mas em 1810 se transferiu para a tropa paga de Vila Rica. Sua trajetória em terras mineiras não teve um início promissor, pois ele foi acusado de ser um espião de Napoleão Bonaparte, e por isso ficou um curto período de tempo preso para averiguações. Após ser liberado, o francês pediu a D. João que o transferisse às remotas terras da atual Zona da Mata mineira, dentro do então Sertão de Leste, para assumir uma diretoria de divisões indígenas.

> "De seu auto-exílio, graças ao sucesso obtido na pacificação de colonos e índios, Marlière recebeu, por dezoito anos sucessivos, cargos de autoridade militar cada vez mais elevada. Moveu uma verdadeira cruzada 'civilizadora' e 'desbravadora' defendendo, à custa de constantes conflitos com colonos e algumas autoridades, a possibilidade da incorporação sócio política e

> econômica dos índios e de sua elevação ao estatuto de cidadãos" (AGUIAR, 2007, p.9).

Marlière tornou-se uma figura histórica importante dentro do contexto do leste de Minas, sendo citado em diferentes momentos, desde o período imperial até os dias de hoje. Dessa forma, torna-se importante discutir as diferentes abordagens e visões acerca desse francês que viveu no Sertão de Leste nas primeiras décadas do século XIX.

Aguiar (2008) lista diversos autores que fizeram referência a Marlière e seu trabalho junto aos índios do leste de Minas e à frente das Divisões Militares do Rio Doce. Esse pesquisador mostra ainda um breve panorama sobre como cada autor via as ações de Marlière, exaltando-as ou criticando-as. Deve-se ter um olhar cuidadoso em relação às fontes referentes à Marlière e suas ações, especialmente as escritas no século XIX e primeira metade do século XX. Essas fontes, muitas vezes, têm uma visão romântica e tentam alçá-lo ao posto de herói nacional, modelo militar e grande pacificador e defensor dos índios.

Os escritos sobre Marlière não foram feitos somente por historiadores e demais pesquisadores com formação acadêmica que também flerta com a investigação do passado. Escreveram ainda sobre ele advogados, médicos, jornalistas e, principalmente, políticos com representação estadual que tentavam exaltar os feitos desse francês em suas regiões.

A descrição dos escritos sobre Marlière iniciar-se-ão não por algum tipo de artigo ou livro impresso em papel, mas sim pelo que se lê em um obelisco de mármore carrara, ladeado por placas de bronze, localizado ao longo de uma rua de terra (antiga estrada Ubá-Leopoldina), a poucos quilômetros do centro de Guidoval – cidade que recebeu esse nome em homenagem a Guido Thomaz Marlière, sendo uma derivação de Guido-Wald: Mata do Guido –, na atual zona da mata mineira (Figura 15). Nele está impresso:

> "À memória de Guido Thomaz Marlière, o desbravador das selvas e civilizador dos índios, abrindo estradas e semeando núcleos de população, as Camaras Municipaes de Ubá, Cataguases, Rio Branco e Rio Pomba fizeram erigir esse monumento, símbolo de gratidão ao pioneiro do progresso de Minas Gerais. Inaugurado em 13 de agosto de 1928 (...) Na colina em frente existiu o cemitério de índios onde foi sepultado o grande patriota (...) Neste sítio, fazenda de Guidowald, existiu a casa de sua residência (...) Falecido em 1836.

Transladadas para esta urna estão guardadas suas cinzas (...).” (In: AGUIAR, 2008, p.21-22)

Figura 15: Índios vivendo nas proximidades da Fazenda Guido-Wald

Fonte: Spix e Martius (1981. p.209).

Por cidades do Vale do rio Doce e da Zona da Mata, até hoje é possível ouvir histórias sobre os feitos de Marlière – e sobre o possível fato de que ele sempre andava com uma pequena bolsa presa à farda, na qual carregava sementes de café, e as plantava por todos os lugares onde passava – contadas pelos moradores mais antigos. “Para muitos, a imagem de Marlière ainda se associa à figura de um semeador, de um pai fundador e benfazejo” (AGUIAR, 2008, p. 22). Essa imagem exaltante de Marlière foi, em diferentes épocas, incentivada pelo estado e por prefeituras e órgãos como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (AGUIAR, 2008).

Exemplos de políticos que buscavam tornar Marlière um herói regional e exemplo de patriota, que ia de encontro com os anseios de progresso da nova

República, não faltam. Aguiar (2008) lista o nome de José Cezário de Faria Alvim, Bernardo Monteiro, Carlos Peixoto Filho, Raul Soares de Moura, Levindo Eduardo Coelho e Ozanam Coelho, como políticos ubaenses de relevante representação no cenário nacional que se esforçaram para divulgar os "feitos heróicos" de Marlière. Exemplo claro disso é que, no dia 07 de setembro de 1923, um ano exato após a inauguração do obelisco (popularmente conhecido como Pirulito) na Praça Sete de Setembro, em Belo horizonte, Raul Soares, então Presidente do Estado de Minas Gerais, escolhe o nome de Marliéria para o município que antes era o antigo povoado de Babilônia, então em São Domingos do Prata. "Buscava-se exaltar a memória dos acontecimentos marcantes da 'história pátria' e dos seus 'protagonistas ilustres'" (AGUIAR, 2008, p. 23).

Como último exemplo de manifestações de fundo político que exaltam a figura de Marlière como personagem heróico na história do país e, principalmente, do leste de Minas, torna-se interessante citar o refrão do hino do município de Guidoval, que todos os anos, na data da morte de Marlière (05 de junho), é recitado em meio a um culto cívico em frente ao seu túmulo:

> (refrão)
> Ouço o Tambor dos Cataguases a soar.
> Ouço um estrépito de botas no ar,
> Ouço o nome que a história há de guardar,
> Marlière, Marlière, Guidoval é teu altar,
>
> Do Chopotó as águas serenas,
> Banham amenas os arrozais,
> Forma-se a vila, nasce a cidade,
> Guido é teu nome para a eternidade.
> (refrão)
> Ouço o Tambor dos cataguases a soar.
> Ouço um estrépito de botas no ar,
> Ouço o nome que a história há de guardar,
> Marlière, Marlière, Guidoval é teu altar,
>
> Dobrem os sinos com alegria,
> Que neste dia, tudo é fulgor,
> Tudo são risos, luzes flores,

> Cantem louvores com todo ardor.
> (AGUIAR, 2008, p.21-22).

Além de políticos, outros personagens também buscaram resgatar a história de Marlière em terras mineiras. Em 1839, três anos após a morte do comandante francês, o Cônego Januário da Cunha Barbosa (1840), um dos fundadores do IHGB, já o citava na revista dessa instituição. Januário, membro da maçonaria, assim como Marlière (os maçons eram outro grupo que participou ativamente dessa tentativa de alçar o comandante francês ao patamar de herói), propôs em seu texto soluções inspiradas nos escritos de Marlière para resolver os problemas da política indigenista praticada naquela época. “De aí em diante, Marlière irá figurar como grande modelo de militante engajado em questões filantrópicas. Firmava-se o mito do herói ‘civilizador, equilibrado, engenhoso e pacifista’” (AGUIAR, 2008, p. 26).

Ainda durante o período imperial, Luiz Pedreira de Couto Ferraz (1855), conselheiro do IHGB, escreveu, em 1855, um artigo a respeito de Marlière. Nesse artigo, Ferraz levantava a urgência em modificar o trato com os índios, o que se daria seguindo o exemplo do comandante francês, ou seja, a política indigenista seria pautada pela integração e pela busca do assalariamento da mão de obra indígena, em substituição à mão de obra africana. Com essas ações seria ainda, segundo Ferraz, possível conhecer e incorporar, com maior facilidade, os territórios até então distantes do controle efetivo do Estado.

Desde o início da República, os relatos sobre Marlière continuaram a surgir. O Arquivo Publico Mineiro, no começo do século XX, nos volumes X, XI e XII, publicou centenas de ofícios, artigos de jornal, cartas e um dicionário indígena escrito por Marliére, “na esperança de que o francês, um dia pudesse ser elevado juntamente com a figura de Tiradentes, ao *panteão* dos maiores heróis do Estado” (AGUIAR, 2008, p. 26). Em 1914, foi escrita pelo político mineiro Afrânio de Mello Franco, a primeira biografia de Marlière: “Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras”. Já em fins da década de 1950, Oilian José publicou “Marlière, o civilizador”.

Há de se ressaltar, segundo Aguiar (2008, p.27-28), que em todos esses relatos prevalece uma postura semelhante, postura essa que o próprio Marlière, em boa medida, mantinha:

> "Todos estes trabalhos biográficos que aqui inventariamos, não obstante o mérito de seu pioneirismo, aproximam-se em um ponto: o romantismo e o factualismo com que tratam o tema. Seus autores continuam a valorizar a civilização branca e européia como ápice do desenvolvimento humano e a reconhecer, nas sociedades indígenas, o lócus do primitivismo e da barbárie. Neste aspecto, não se distanciam muito de seu biografado e de alguns de seus contemporâneos, partidários da tutela e 'inclusão pacífica dos índios'. Por trás dessas diversas formas de contar-se a história da passagem de Marlière pelas matas de Minas, prevalecia uma orientação evolucionista e linear, calcada na idéia de que a história possuiria uma espécie de coerência interna, um sentido profundo, algum fim último. Na visão desses biógrafos, toda a trajetória de vida do francês caminharia no sentido de demonstrar e confirmar, em última instância, sua vocação ou missão primaz: a de tornar-se um 'civilizador', um 'apóstolo dos índios'".

Aos pesquisadores que atualmente buscam investigar a história da ocupação do leste de Minas, ou mesmo a trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière, não há problema algum em utilizar os relatos que exaltam sua figura, tratando-o como um herói, desde que se tenha atenção ao contexto histórico no qual esses relatos foram feitos e os interesses que estavam por traz deles. Tanto no Império quanto na República, havia a tentativa de criar uma história nacional e, para isso, alguns exemplos de civilidade, patriotismo e visão progressista deveriam ser exaltados como verdadeiros heróis do país.

Warren Dean (1996), ao contar a história da Mata Atlântica e de sua devastação ao longo do tempo, cita Marlière em alguns momentos, enfatizando sempre que esse francês foi um grande combatente do massacre e exploração pelos quais os indígenas de todo flanco oriental mineiro passavam nas primeiras décadas do século XIX. Dean destaca, de forma claramente simpática a Marlière, que esse francês conseguiu ser fiel ao governo e, de forma penosa, garantiu um pacto de não agressão com os índios. Enfatiza ainda a mudança de atitudes e estratégias para com os indígenas, deixando de lado a política de extermínio realizada até então, posição que nem sempre agradava os fazendeiros, posseiros e colonos da região.

Haruf Espindola (2000, 2005), que também trata da passagem de Marlière pelo leste de Minas, ressalta a necessidade de estudar os documentos (primários ou os relatos posteriores sobre as ações desse francês em terras brasileiras e, principalmente, mineiras) de forma cuidadosa para evitar análises parciais que, sem quaisquer questionamentos, aceitem o que esses documentos dizem. E cita o seguinte exemplo:

> "A questão que se coloca é a do risco de se deixar seduzir pelo enredo que os atores propositalmente tenham traçado para a posteridade. Por exemplo Warren Dean, no seu enredo trágico da História da Mata Atlântica, adota sem maior crítica a tese de que o francês Guido Thomaz Marlière foi um benfeitor dos índios que teve que lutar contra opositores ferrenhos. (...) Essa abordagem (...) faz parte de um enredo criado pelo próprio francês através de diversos ofícios, correspondência para a imprensa, entre outros. Com base nessa documentação o francês, em 1826, reivindicou o título de Barão do rio Doce ao Imperador Dom Pedro I" (ESPÍNDOLA, 2000, p. 138).

Apesar dessa visão crítica e cuidadosa, em seus trabalhos Espindola demonstra que Marlière teve um papel relevante na entrada dos luso-brasileiros no Sertão de Leste, o que possibilitou a colonização dessa região sem que os conflitos entre colonos e índios tomassem proporções ainda mais brutais (especialmente para os indígenas).

Maria Hilda Belato Paraíso, no texto *Os botocudos e sua trajetória histórica*[36], lida com a história dos grupos indígenas de língua Jê no século XIX. Ao escrever sobre a reforma que Malière realizou em 1829, registra o conflito com o Presidente da Província de Minas Gerais que daí adveio: a insistência de Marlière em preservar parte dos territórios indígenas, bem como de limitar as possibilidades de escravização desses grupos, promoveu uma indisposição com o Governo Provincial. Por fim, ela associa "a intensificação do uso do trabalho compulsório indígena com o fim da diretoria de Marlière" (AGUIAR, 2008, p.37).

Izabel Missagia de Mattos (2002) analisou os processos de sustentação das estratégias de sobrevivência dos índios Botocudos e a trajetória de "transformação" deles em cidadãos brasileiros por meio da mestiçagem. Ela retratou a história das missões capuchinas, da segunda metade do Século XIX às duas primeiras décadas do século XX. No tocante a Marlière, Aguiar (2008, p.41) escreveu que Mattos:

> "Fugindo aos excessos de exaltação romântica e às exasperações detratoras – bastante comuns ao repertório de um certo discurso indigenista militante e ingênuo – Mattos, acompanhando a história das políticas indigenistas para com os Botocudo, trata Marlière como um homem de seu tempo, protagonista de um projeto de civilização que guardava nuances de concessão às sociedades indígenas que atraíam a antipatia da comunidade luso-brasileira nas primeiras décadas dos oitocentos".

Ângelo Alves Carrara (1993), em sua dissertação de mestrado *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1939-1909)*, realizou um

[36] In: CUNHA (1992).

estudo, de inspiração marxista, para entender a forma pela qual as relações econômicas e a população foram sendo organizadas na Zona da Mata mineira, com várias diferenças no tocante à exploração do trabalho e às atividades econômicas preponderantes nas microregiões dessa região. Carrara cita Marlière ao tratar do processo de ocupação do que ele chama de zonas da mata sul e central – sem entrar nos pormenores sobre o projeto ou motivação do francês, devido à proposta inicial de seu texto. Mas, para ele, Marlière acaba sendo um estrangeiro que adotou alguns discursos, em relação ao trato com os índios, que desagradaram certas autoridades luso-brasileiras preocupadas com terras e exploração da força de trabalho.

De forma geral, todos os autores supracitados colocam Marlière, com maior ou menor ênfase, como uma figura importante na colonização do Sertão de Leste, que manteve um contato, na medida do possível, pacífico com os indígenas. Marlière defendia alguns direitos dos indígenas, como a manutenção de traços culturais, aculturação lenta e não impositiva, demarcação e preservação de algumas terras para eles, a não exploração compulsória de sua força de trabalho e evitava, ao máximo, o uso da violência. Todavia, não se deve esquecer que sua missão era a de garantir a ocupação e a territorialização de Sertão de Leste, tarefa que ele executou bem, por meio da construção de quartéis, de estradas, de vilas e da navegação (mesmo que em baixa escala) de rios.

Para elucidar a atuação de Marlière no desbravamento do Sertão de Leste e entender a importância dele nessa empreitada, torna-se necessário dar conta das estratégias governamentais que objetivavam o adentrar nessas e garantir a plena ocupação e territorialização dessas terras, bem como a importância do francês na execução dessas estratégias. Deve-se ressaltar que, para as autoridades da época, o maior obstáculo a ser ultrapassado estava na presença dos índios (principalmente os Botocudos) que transitavam pelo Sertão e ameaçavam a integridade física dos luso-brasileiros e a posse legal das terras.

A atuação governamental, no tocante ao trato com os indígenas, pode ser dividida em dois momentos distintos. No primeiro, prevalece a diretiva de extermínio na qual a guerra ofensiva foi oficializada e incentivada pelo governo de D. João. Essa fase durou uma década, de 1808 a 1818, sem, contudo, obter resultados

expressivos em relação à desocupação das terras e ao uso delas e à navegação dos rios do Sertão de Leste por parte dos luso-brasileiros.

O segundo momento tem início ainda em 1818, quando o governo propôs a criação do cargo de inspetor permanente das Divisões Militares do Rio Doce e elegeu Guido Thomaz Marlière para esse cargo, uma vez que a atuação dele na pacificação indígena e no aldeamento de diversos membros dos Puri e Coroados, na porção meridional do Sertão de Leste (na atual Zona da Mata mineira), vinha sendo observada e elogiada pelo governo da capitania: Marlière foi diretor desses aldeamentos indígenas desde 1813.

A mudança de estratégia da Coroa quanto ao tratamento dos índios deveu-se à falta de resultados advindos da guerra ofensiva promovida todos os anos, nas estações secas, contra os indígenas não aldeados e à ausência de periodicidade das inspeções dos trabalhos das Divisões Militares no Sertão. Além disso, em 1818, os Botocudos haviam atravessado o rio Doce e eliminado uma família inteira de colonos, passando a ameaçar o povoamento que avançava desde as proximidades de São Domingos da Prata em direção ao Sertão (ESPINDOLA, 2000). Esse segundo momento tinha por estratégia "aterrar" os índios, ou seja, torná-los sedentários, com o objetivo de desocupar as terras para colonização e exploração econômica e para facilitar o processo de aculturação dos indígenas segundo a lógica política, moral e religiosa luso-brasileira.

Apesar da mudança de postura ocorrida em 1818, a declaração de guerra ofensiva permaneceu em vigor até 1831, o que, de certa forma, dava aos fazendeiros, colonos, posseiros e alguns políticos, a base para executarem ações hostis contra alguns indígenas (principalmente contra os Botocudos), o que dificultava a proposta de não-agressão de Marlière e de aproximação e sedentarização dos indígenas.

Voltando as atenções para a atuação de Marlière no leste da capitania de Minas Gerais, pode-se dizer que ele teve papel preponderante em relação ao abandono (ou arrefecimento) das táticas violentas e à transição para a pacificação, aproximação e sedentarização dos índios que ainda transitavam por essas terras. Missão difícil que nem sempre contava com o apoio das demais autoridades luso-

brasileiras, nem tampouco dos habitantes do Sertão de Leste e das tropas das Divisões Militares. O trecho a seguir exemplifica a situação com a qual o comandante francês tinha de lidar:

> "Importante destacar ainda as ideias de Guido Marlière, então comandante das Divisões Militares do Rio Doce e diretor-geral dos índios de Minas Gerais, cuja opinião divergia muito da maioria dos dirigentes provinciais, ao situar as origens da selvageria do gentio (assim como o presidente de Goiás) na violência dos colonizadores do passado e do presente, além da incapacidade do Estado em impor leis justas. Marlière considerava os índios como pessoas que tinham plena capacidade de vir a ser civilizadas e integradas à vida em sociedade.
>
> (...) Durante os dezesseis anos de atuação, principalmente nos tempos da Direção-Geral, Marlière teve como tarefa "civilizar" índios coroados, coropós, puris e botocudos, e enfrentou diversas questões envolvendo a violência nas divisões militares sob seu comando, muitas delas constituídas como empecilho à prática das políticas indigenistas nas quais acreditava e para as quais recebia apoio irrestrito dos governos imperial e provincial. Comandando as Divisões, também denominadas DMRDs, se viu diante de diversos conflitos, e é diversa a proveniência dos litígios protagonizados por militares, colonos e índios, abarcando lutas corporais entre os próprios índios e entre eles e os colonos, exploração de trabalho indígena, expropriação de terras indígenas, insubmissão dos índios às autoridades, em um contexto no qual se considerava que o índio bravo era um obstáculo à ocupação de novos territórios no vale do rio Doce" (ANGELO, 2012, p.3)

O tratamento dado por Marlière às diversas tribos indígenas diferenciava-se do que a maior parte dos luso-brasileiros, estabelecidos no Sertão de Leste ou em suas mediações nas primeiras décadas do século XIX, conferia a essas tribos. O militar francês incentivava a atração dos índios até as proximidades dos quartéis das Divisões Militares do Rio Doce, o que ocorria pela oferta de alimentos, de ferramentas e de demais utensílios às tribos hostis, e, com isso, a violência era evitada ou, no mínimo, suavizada.

No princípio da década de 1810, várias tribos se estabeleceram próximas às guarnições militares do sul do rio Doce, como os Maxacali, os Coroados, os Coropós e os Puris, que viviam nas mediações dos presídios de Arrepiados e Rio Pomba. O motivo que levou diversos membros dessas tribos a se aproximar dos presídios foi a ameaça constante de guerras com os Botocudos. Inserido nesse contexto, a primeira missão dada a Marlière, ainda como tenente, em 1813, foi apaziguar conflitos entre fazendeiros e índios Coroados (ESPINDOLA, 2000) (Figura 16). Tarefa nada simples, uma vez que os fazendeiros tinham grande interesse em

absorver a maior quantidade de terras possível e não aceitavam que seus animais fossem abatidos pelos índios, mesmo fora de suas terras.

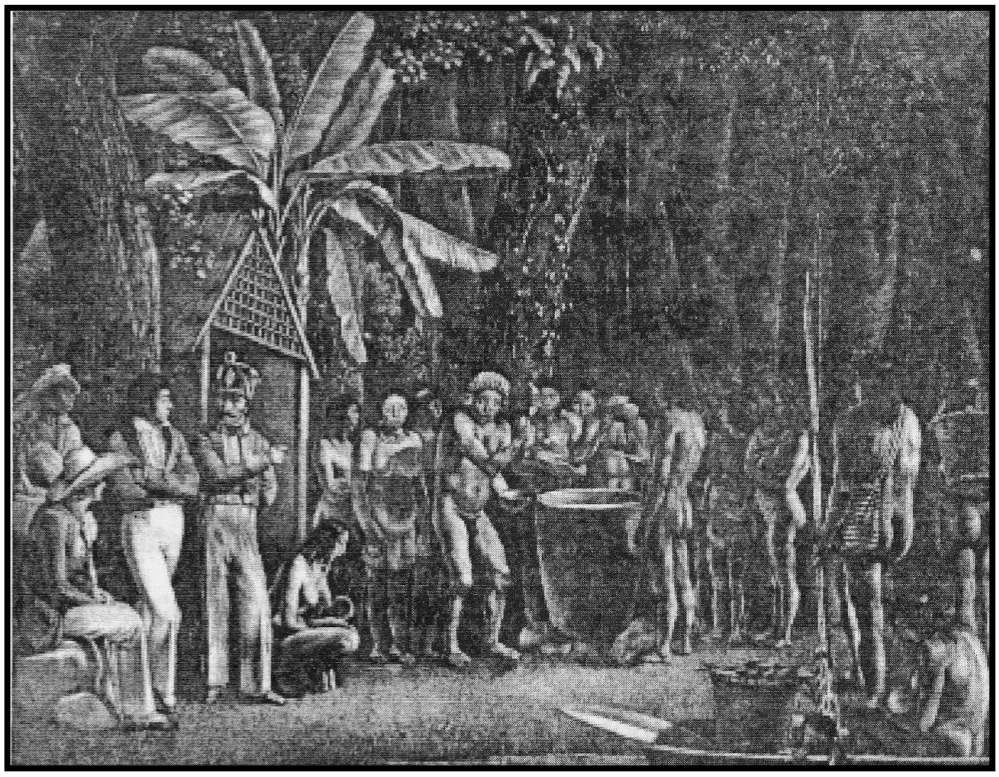


Figura 16: Festa de embriaguês dos Coroados[37]

Fonte: Spix e Martius (1981. p.209).

Os Coroados e Coropós sofriam tanto a pressão dos extratores de poaia, que exploravam sua força de trabalho, quanto dos fazendeiros, que entravam, pela atual Zona da Mata mineira, cada vez mais no Sertão de Leste. Ainda em 1813, o então governador de Minas Gerais, o Conde de Palma, mandou que o tenente agregado do Regimento de Cavalaria Guido Thomaz Marlière fosse para a freguesia de São Manoel do Rio Pomba, no intuito de investigar as queixas dos índios das tribos acima referidas que denunciavam a invasão de suas terras: o tenente teve uma

[37] Os europeus retratados na imagem representam, da esquerda para a direita, Spix, Martius e Marlière.

atuação decisiva na solução desse problema entre índios e fazendeiros (ESPINDOLA, 2000, p.113).

Logo após esse episódio, Marlière recebeu a incumbência de pacificar os índios Puris, que também viviam na atual Zona da Mata. Segundo Espindola (2000, p.113), os Puris eram arredios e frequentemente realizavam incursões nos territórios então ocupados pelos Coroados, Coropós e pelos luso-brasileiros. No ano de 1814, Marlière organizou uma "bandeira" contra os Puris, composta essencialmente de Coroados. Quando eles retornaram, trouxeram consigo as orelhas de seus inimigos abatidos, exibindo-as como troféus, o que deixou Marlière chocado. Desde então ele não organizou mais expedições punitivas.

Entre 1814 e 1815, Marliére já havia conseguido bons resultados no contato com os índios. Por causa disso, ele foi inicialmente nomeado diretor dos índios do sertão da Pomba e, na sequência, foi nomeado o primeiro subdiretor para os índios Puris, iniciando o trabalho de contato e atração desses indígenas. Sob seu comando foram criados os aldeamentos de Manuelburgo, Meia Pataca, Abre Campo, entre outros que formaram a linha de frente propiciadora da ocupação econômica da região. Os Puris que viviam nessas terras foram aculturados, apesar de manterem traços de nomadismo e de não gostarem de trabalhar com agricultura (ESPINDOLA, 2000).

As práticas menos violentas e mais apaziguadoras levadas adiante por Marlière, durante o período que ele trabalhou como tenente ou como diretor dos índios Coroados e Puris na porção sul do Sertão de Leste, chamou a atenção do governador de Minas Gerais e do próprio D. João VI e fez com que suas táticas fossem adotadas no restante do Sertão de Leste de 1818 em diante.

> "Corria o ano de 1818 quando Marlière, já de certa forma acomodado à rotina dos aldeamentos de São João Batista do Presídio, São Manuel do Pomba e aldeias anexas, foi surpreendido por uma nova Carta Régia. Seu conteúdo deve ter provocado certa surpresa. Elogiando os trabalhos que o francês vinha realizando junto aos índios, o Rei ordenava que seu vassalo abandonasse imediatamente as diligências em que se ocupava, para dirigir-se aos sertões do Rio Doce, onde averiguaria, por meio de uma minuciosa inspeção, a razão dos conflitos que ocorriam entre soldados das divisões, índios Botocudo e colonos luso-brasileiros" (AGUIAR, 2008, p.263).

Em 1820, ao assumir o cargo de Inspetor Geral das Divisões Militares do Rio Doce, passa Malière a transitar por todo território do Sertão de Leste. Ele fiscalizava

as ações de cada quartel e/ou presídio pertencente às Divisões, promovia as primeiras mudanças na estrutura física, na distribuição dos soldados e na estratégia de contato com os indígenas, e passou a primar pela atração e contato pacífico com os índios, ao contrário das expedições de extermínio recorrentes até esse momento.

As autoridades luso-brasileiras se mostraram satisfeitas com o trabalho de Marlière no Sertão de Leste e no trato com os índios, haja vista que

> "Quatro anos mais tarde, o Imperador Dom Pedro I, ao criar o cargo de Diretor Geral dos Índios, ato contínuo, indica-lo-ia para ocupá-lo. O Francês também acumularia, neste mesmo ano, a patente de Comandante Geral de todas as Divisões Militares do Rio Doce. Exerceu as duas funções ininterruptamente desde 1824 até 1829, ano em que foi reformado" (AGUIAR, 2008, p.35).

As ações de Marlière sobre os Botocudos, durante o tempo em que ocupou o cargo de Inspetor Permanente e também o de Comandante Geral das Divisões Militares do Rio Doce, merecem ser mencionadas. Trata-se de um bom exemplo da postura do comandante francês diante dos indígenas, ao evitar conflitos e matanças, mesmo contra o grupo tido até então como o mais feroz e inimigo dos luso-brasileiros.

Logo no início de sua estada no Vale do rio Doce, no exercício da função de Inspetor das Divisões Militares, Marlière obteve, no primeiro contato com os Botocudos, uma trégua – contato esse que estabeleceu as bases das relações futuras e não conflitantes com diversos outros membros dessa linhagem indígena. Ele foi informado de que nas proximidades de seu quartel estava vivendo uma tribo de Botocudos conhecidamente aguerrida. Guido ordenou que fossem enviados ao encontro dos indígenas o sargento conhecido como Virassaias, um grupo de soldados e um língua (intérprete), juntamente com uma canoa repleta de víveres e ferramentas. O contato foi feito às margens do rio Doce, perto de onde a tribo estava localizada. Após um clima de hostilidade inicial, os Botocudos aceitaram a aproximação dos militares uma vez que o língua disse a eles que havia um novo comandante branco e que esse havia lhes enviado presentes e os convidado para conhecer o quartel e estabelecer relações pacíficas (AGUIAR, 2008).

Os indígenas aceitaram o convite do comandante. Foram ao seu encontro o chefe do grupo e seu filho, Pokrane, jovem guerreiro que tinha por volta de 24 ou 25 anos. Marlière os recebeu com uma mesa farta de refeições e vinho, demonstrou

respeito e fez deferências e gentilezas aos visitantes – postura que manteve sempre que contatava novos indígenas. A paz foi selada entre o comandante das Divisões Militares e esse grupo indígena. Além disso, Marlière convidou o jovem Pokrane a permanecer no quartel e acompanhar seus trabalhos. O francês fez dele uma espécie de elo para atrair as tribos não contatadas. Pokrane aprendeu o português, retirou os botoques, foi batizado com o nome de Guido Pokrane, tornou-se soldado da 4ª DMRD e atuou como intermediário entre seu povo e as tropas luso-brasileiras[38] (AGUIAR, 2008).

> "Sabe-se que a notícia de que a trégua entre brancos e os Botocudos estava selada correu às aldeias vizinhas trazendo logo muitos índios ao encontro dos presentes que o major francês parecia pródigo em lhes ofertar. O ódio ao 'gentio' era generalizado; os soldados das divisões estavam acostumados à rotineira tarefa de 'matar aldeias'. Marlière vinha falar de conciliação e trégua para homens que traziam, em seu histórico militar, centenas de assassinatos.
>
> Observando atentamente percebemos que o francês, acostumado ao contato com a morte, os soldados e a guerra, apenas propunha uma nova estratégia para conquistar os territórios dos Botocudos. Frente à diminuição do espaço vital desses índios e à carência de alimentos a que, em consequência, suas tribos nômades estavam sendo submetidas, dever-se-iam utilizar 'balas de milho em substituição às de chumbo'"[39] (AGUIAR, 2008, p.281-282).

Pouco mais tarde, Marlière estabeleceu contato com outros grupos Botocudos no leste de Minas, nas margens do rio Doce, com a intenção de dar segurança à navegação e aos povoados fronteiriços do Sertão. Em 1823, os índios da margem meridional estavam pacificados, apesar de ainda levarem uma vida nômade. O comandante das Divisões Militares do Rio Doce mandou construir um quartel e plantar roças para os índios bem no meio do território no qual eles circulavam (entre a foz dos rios Manhuaçu e Cuieté), com o intuito de atraí-los e ganhar sua confiança. Os índios passaram a frequentar as roças próximas aos quartéis de Lorena, Barra

[38] Após a reforma de Marlière, em 1829, Pokrane mostrou-se bastante triste com a ausência de seu mentor, e passou a cometer atos de guerra contra os Puris, inimigos históricos dos Botocudos, descumprindo as ordens advindas das esferas superiores de poder, como nos mostra Aguiar (2008, p.287): "No início da década de 1840, já morto o Coronel Francês, Pokrane recebeu dos governos das províncias de Minas Gerais e Espírito Santo a incumbência de entregar presentes aos índios que se encontravam em estado belicoso. Seus inimigos, que habitavam a margem norte do rio Doce, no território da província do Espírito Santo, perdiam a guerra. Ele deveria entrar em seus territórios e oferecer-lhes a paz através da doação de presentes enviados em nome do jovem e recém coroado Imperador D. Pedro II. O botocudo, entretanto, não faria como as autoridades queriam. Logo, os Diretores perceberiam que a demora em fazer a paz vinha de uma insistência do próprio Pokrane em continuar lutando contra seus inimigos".

[39] Segundo Aguiar (2008, p.282), a frase "balas de milho em substituição às de chumbo" é de autoria do próprio Marlière.

do Cuieté e Cuieté e alguns deles até se estabeleceram definitivamente nas proximidades do último quartel (ESPINDOLA, 2000).

Na margem setentrional do rio Doce, o grupo de Botocudos que ali vivia eram os Naknenucks. Essa tribo havia se estabelecido, em 1823, nas proximidades do quartel central da 1ª DMRD, localizado na foz do rio Santo Antônio, e participavam dos afazeres dos soldados. Contudo, no ano seguinte, os Botocudos da margem sul do rio Doce raptaram as mulheres dos Naknenucks, o que levou a maioria deles a se retirar de volta às matas. Ainda em 1824, Marlière mandou seus melhores intérpretes para contatarem e atraírem os Naknenucks arredios, para restabelecer as relações deles com os luso-brasileiros dos quartéis. Essa tarefa durou três anos e, em 1827, todos já estavam novamente com laços estabelecidos com os quartéis das Divisões (IBID).

A 6ª DMRD, no quartel de Dom Manoel, também mantinha contato com os Naknenucks, que vinham atraídos pelas plantações feitas nas mediações do quartel. Os indígenas acampavam próximos à guarnição e ajudavam os soldados na preparação das roças. Mais a leste, descendo o rio Doce, abaixo da barra do Suaçuí Grande, no ribeirão das Laranjeiras, foram plantadas muitas roças, o que atraiu diversas tribos, tanto que aí se formou o Aldeamento das Laranjeiras, sob a responsabilidade de um sargento da 6ª DMRD (IBID).

Também na 5ª DMRD ficavam duas plantações que se tornaram aldeamentos, perto dos quartéis de Ramalhete e Entre Barras, frequentados por Naknenucks. Os primeiros indígenas chegaram em 1826, mas durante o ano seguinte o número aumentou devido ao trabalho de vários intérpretes enviados por Marlière para contatá-los e atraí-los. Apesar da população de índios ser flutuante, estima-se entre 200 e 300 indivíduos presentes no primeiro quartel e mais de 400 no segundo (IBID).

> “Muitos grupos botocudos não eram conhecidos, tais como Jiporok e os Gutkrak, como se confirma pela falta de menção no relatório da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais de 1827. Grande parte dos maxacalis ainda era desconhecida. Entretanto, os contatos realizados nesses anos permitiram saber que os índios não representavam o perigo que se supunha dez anos antes. Os aldeamentos possibilitaram esse conhecimento: eram pontos de contato entre brasileiros e índios, possibilitavam o aprendizado da língua e dos costumes indígenas, ao mesmo tempo que introduziam hábitos alimentares, ferramentas e práticas agrícolas. O chamado aldeamento não passava de

> locais com plantações para atrair os índios, geralmente junto aos quartéis ou pontos sabidamente freqüentado por eles, nas suas migrações sazonais" (ESPINDOLA, 2000, p.112).

Como se pode perceber, as ordens de Marlière eram pela atração pacífica dos Botocudos, pelo estabelecimento gradual do contato e da aproximação com eles através da plantação de roças e do compartilhamento de alimentos e utensílios. Com isso, a imposição abrupta da cultura luso-brasileira e o uso da violência eram evitados, o que ensejava maior aproximação e poupava muitas vidas.

Os métodos de Marlière desagradavam a muitos colonos, fazendeiros e até políticos de sua época, porque eram, para eles, tardos no tocante aos resultados. Esses indivíduos queriam a obtenção da maior quantidade possível de terras e não se importavam quanto ao meio empregado para tanto, mesmo que o sangue de milhares de indígenas fosse derramado. O Comandante fez muitos inimigos e foi denunciado algumas vezes ao governador de Minas e à Corte; foi acusado de defender os interesses dos índios ao invés dos interesses dos luso-brasileiros, de ser passivo e de não ter energia para lidar com litígios que envolviam os indígenas, de não aplicar as penas devidas aos índios infratores das leis imperiais, além de receber acusações contra sua moral e religião, tendo sido taxado de traidor, espião e mau cristão ou ateu (AGUIAR, 2008). Mesmo em face desses contratempos, Marlière manteve sua postura conciliadora e não violenta e com isso, evitou maior matança entre os indígenas.

> "O Coronel Francês procurou combinar diversas políticas protecionistas para os índios, prevendo a preservação de parte dos seus territórios e a tolerância temporária de sua cultura nômade. Buscou para tanto a conciliação com os colonos aos quais reunia a fim de explicar sobre a necessidade de conviver com os índios para que estes aos poucos fossem se sedentarizando. A seu ver a intervenção no âmbito das sociedades indígenas teria a função de preservá-las, do genocídio, através de estratégias de inclusão no seio da sociedade dos brancos. Queria dotá-las dos 'benefícios' da técnica e dos conhecimentos relativos àquilo que considerava a 'boa conduta política' nas sociedades modernas. Por boa conduta política entendia a docilidade frente aos desígnios do Estado – particularmente no que tange ao respeito às leis – acompanhada pela sua participação nas decisões políticas locais. Para tanto reivindicava o seu reconhecimento como cidadãos 'livres'" (AGUIAR, 2007, p.14).

Enfim, do somatório das diversas formas de tratar a passagem de Marlière por terras mineiras pode-se chegar a algumas conclusões. A primeira é de que não se deve exaltá-lo como um herói incondicional, uma vez que essa figura foi construída, em diversos momentos, por autores do Império e da República – quiçá

pelo próprio Marlière –, no intuito deliberado de criar um herói nacional (com os bons adjetivos de progressista e apóstolo dos índios). Essa figura foi construída ou perpetuada por alguns autores contemporâneos que mantiveram uma visão não crítica sobre o comandante francês e sobre seu papel de contrariar as autoridades centrais em defesa dos indígenas.

Entretanto, não se deve tomar o caminho inverso e desqualificar e/ou desmerecer todas suas ações. Marlière utilizou táticas diferentes (contrárias à guerra ofensiva) para co-habitar as mesmas terras que os indígenas, para evitar a matança desenfreada deles. Independentemente do conjunto de objetivos do francês, que, em última instância, era o de tornar as terras do Sertão de Leste habitáveis e passíveis de exploração econômica para os luso-brasileiros, ele executou tal tarefa sem o constante confronto direto com os indígenas, sem recorrer à disseminação de doenças entre esses povos e sem o recurso à exploração compulsória da mão de obra indígena.

Em uma época em que a região leste de Minas Gerais era literalmente um sertão – primeiras décadas do século XIX –, Malière participou ativamente do processo de territorialização dessas terras, possibilitou a instalação de quartéis e vilas, de colonos e fazendeiros, sem que eles sofressem muitos ataques dos silvícolas. Ao mesmo tempo, ele evitou um massacre absoluto dos índios, tidos pela sociedade da época como mero empecilho e perigo à presença luso-brasileira no flanco oriental mineiro.

Marlière teve grande relevância no processo de ocupação do Sertão de Leste. Ele abriu, com a colaboração dos indígenas, as principais estradas, quartéis e postos avançados; foi a linha de frente da entrada dos luso-brasileiros pelo interior do Sertão. E o mais importante, evitou a exploração e massacre dos índios, num período em que os nativos da terra eram tidos como inimigos. Tarefa árdua, que desagradava a muita gente, desde habitantes locais (como colonos, posseiros e fazendeiros) a autoridades de instâncias superiores de poder (como presidentes da província de Minas Gerais e políticos mineiros influentes dentro do Império), pois Marlière realizou tais feitos em tempos de guerra declarada: a guerra ofensiva aos Botocudos, iniciada em 1808, só teve fim oficialmente em 1831.

Para finalizar o capítulo, pode-se afirmar que as Divisões Militares do Rio Doce tiveram papel primordial na entrada e ocupação do Sertão de Leste pelos luso-brasileiros. Elas surgiram com o intuito de serem a frente desbravadora do inóspito e desterritorializado Sertão de Leste.

Segundo as cartas régias de 13 de maio e de 2 de dezembro de 1808, as Divisões Militares tinham que garantir a entrada e o estabelecimento dos luso-brasileiros no leste de Minas; garantir que as margens do rio Doce se tornassem seguras à navegação; participar da construção de estradas, pontes, fortificações militares e demais projetos designados pelo rei ou pelos governadores/presidentes da capitania/província; e, principalmente, acabar com a ameaça indígena, seja à integridade física dos cidadãos, seja à posse das terras. Sendo assim, a tarefa dada às Divisões não era nada simples, mas foi, em grande parte, cumprida, mesmo com o pequeno contingente de homens e a vastidão do Sertão.

Muitos eram os perigos presentes no Sertão de Leste nas quatro primeiras décadas do século XIX: florestas densas, doenças tropicais, carestia de alimentos, animais selvagens, indígenas arredios, distância dos centros tidos como civilizados, entre outros. Coube às DMRD a missão de primeiro enfrentá-los e superá-los.

Nesse contexto de desbravamento do Sertão de Leste e de contato com as diversas tribos indígenas que viviam nessas terras, a postura conciliadora de Marlière alcançou resultados expressivos. Sua atuação como Inspetor das Divisões Militares do rio Doce e como Diretor Geral das mesmas (1818 a 1829) garantiu a entrada segura de colonos e fazendeiros no Sertão de Leste e, ao mesmo tempo, arrefeceu a onda de violência e desrespeito aos indígenas.

As Divisões Militares do Rio Doce atuaram de 1808 a 1839, período de maior dificuldade para a entrada dos luso-brasileiros no Sertão de Leste. Nesse período foram erguidas as bases para o estabelecimento de fazendas, estradas, pontos de pouso, vilas etc.

A atuação das DMRD possibilitou que o Sertão de Leste se tornasse parte do território inicialmente do Império Lusitano e depois do Império brasileiro, ela permitiu a entrada de colonos e a implantação de atividades econômicas no flanco oriental mineiro, como será exposto no capítulo seguinte, que trata dos aspectos políticos,

econômicos e populacionais presentes na ocupação do Sertão de Leste durante o século XIX.

4. Estruturas política e socioeconômica de Minas Gerais e do Sertão de Leste no século XIX

Esse capítulo se ocupará de traçar um panorama acerca dos aspectos políticos e, principalmente, socioeconômicos ocorridos no Sertão de Leste durante o século XIX.

Não há a pretensão de detalhar números, listas, censos ou demais contagens esmiuçadas acerca da população e economia do Sertão de Leste, mesmo porque coletar esses dados seria tarefa extremamente árdua, que demandaria muito tempo, e que por fim não se mostraria plena. Afinal, existem poucas informações relativas ao Sertão de Leste, uma vez que seu desbravamento começou efetivamente após a carta régia de 13 de maio de 1808 – salvo algumas entradas e atividades realizadas antes dessa data, que não chamavam atenção das autoridades reais.

Sendo assim, neste capítulo serão traçadas as linhas gerais referentes à entrada de luso-brasileiros e suas atividades econômicas no Sertão de Leste. A ausência de dados exclusivamente sobre o Sertão, juntamente com o fato de que suas fronteiras eram movediças, fizeram com que algumas informações investigadas abrangessem as regiões vizinhas a ele, ou mesmo toda capitania/província, o que não as torna menos úteis, pois, partiu, em grande medida, de suas fronteiras (da região centro mineradora e das proximidades com o Rio de Janeiro) a maior parte dos ocupantes do recém-aberto Sertão de Leste. Além disso, é importante compreender a dinâmica política e socioeconômica das Minas oitocentistas uma vez que o desenvolvimento do Sertão de Leste ocorreu nesse contexto.

No tocante à análise socioeconômica, deve-se ressaltar que a economia mineira e a distribuição espacial de sua população vão muito além do direcionamento e da montagem da estrutura econômica voltada para o mercado externo, tanto no período colonial quanto no momento em que o Brasil já havia se tornado independente. Os “ciclos” do ouro e do café, tão estudados ao longo de boa parte do século XX, sozinhos não explicam o emaranhado de atividades e relações humanas existentes em Minas Gerais. Não se trata de uma negativa da importância

dessas duas atividades, mas sim de avaliar também as demais atividades presentes em Minas e a integração entre elas.

Além disso, mesmo no estudo dos ciclos do ouro (ou mais especificamente de sua decadência, devido ao recorte temporal da dissertação analisar o século XIX) e do café, ocorreram peculiaridades locais que devem ser levadas em consideração. O conceito de Formação Econômica e Social, de Milton Santos (1979), permite ver que a implantação de um sistema econômico em determinado local nunca ocorre na plenitude dos planos dos dirigentes locais e dos detentores dos meios de produção, sempre há uma série de rearranjos provenientes das nuances locais que criam algo novo, específico em cada região.

O arcabouço de relações econômicas, sociais, históricas e espaciais de Minas Gerais, e mais especificamente do Sertão de Leste, vai muito além dos ciclos econômicos ou do direcionamento para o mercado externo, é o que prega a F. E. S. e o que tentará se demonstrar no decorrer desse capítulo.

4.1 Aspectos Políticos

Serão relatadas algumas peculiaridades políticas dos cenários brasileiro e mineiro que influíram no âmbito local do Sertão de Leste. Há de se ressaltar que as divisões político-administrativas e as atribuições de poder de cada cargo eram confusas e mudavam em uma velocidade difícil de ser acompanhada até pelos dirigentes que viveram nesse período. Assim, parte desse arranjo político brasileiro e mineiro, existente no século XIX, será apresentado e discutido a fim de buscar esclarecimentos a respeito do jogo de poderes que influenciou a entrada, ocupação e exploração econômica do Sertão de Leste e mexeu com a vida de tantos indivíduos que passaram e viveram nessas terras.

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas por intensa movimentação no plano político central, o que teve reflexos na política de Minas Gerais. Em 1808 o príncipe regente e sua Corte desembarcaram no Rio de Janeiro, com isso o centro do Império Lusitano é transferido para essa cidade, o que causou drásticas mudanças em todo Brasil. Reflexo da vinda da Corte, em 1815 o Brasil é elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Posteriormente, após a

volta do rei a Portugal, o Brasil finalmente se tornou independente, em 1822. As dificuldades enfrentadas pela tendência absolutista de D. Pedro I, aliada ao golpe de estado dado por seu irmão, D. Miguel, em Portugal, levaram o Imperador brasileiro a abdicar do trono, em 1831, o que deu origem ao conturbado Período Regencial, com duração até 1840. Finalmente teve início o Segundo Reinado, estendendo-se até 1889, quando a República foi proclamada.

A vinda da Corte incentivou a abertura econômica do Brasil, que passou a manter relações econômicas e sociais com indivíduos de outras partes do mundo. A colônia ganha uma dinâmica nova e sua economia se expande desde então (FAUSTO, 2000). D. João ordena que finalmente o Sertão de Leste seja desbravado e ocupado. O centro de poder político passa a olhar mais atentamente para o Brasil, mas a estrutura político-administrativa pouco muda. Minas Gerais, por exemplo, continua com apenas 4 comarcas: a de Vila Rica, a do Rio das Mortes, a do Rio das Velhas e a de Paracatu. Até o fim do século XVIII, Minas tinha 14 cidades ou vilas e até 1821 mais dois municípios foram criados. A autoridade maior era o governador da capitania, cargo nomeado pelo rei.

Após a Independência ocorreram algumas mudanças para a política das províncias que merecem ser destacadas. A constituição de 1824 criou os Conselhos Provinciais, responsáveis por tomar decisões locais. Posteriormente foram criadas as Assembléias Legislativas, pelo Ato Adicional de 1834. O Período Regencial teve uma tendência mais liberal em seu início, o que possibilitou certa autonomia local, mas que se perdeu com os anos, até culminar com a volta da centralidade política em 1840. Acima dos Conselhos Provinciais ou das Assembléias Legislativas estavam os presidentes das províncias, cargo designado pelos governantes maiores do Brasil (Imperador ou Regentes). O cargo de presidente da província de Minas Gerais se mostrou muito instável desde a saída de D. João VI do centro do poder. De 1829 a 1840 a província teve 14 presidentes, já ao longo de todo período imperial a média de permanência de cada presidente da província foi de 6 meses e 22 dias (PAIVA, 1989).

No plano provincial a estrutura político-administrativa era bastante confusa e havia mudanças frequentes nas atribuições de cada cargo, bem como grande rotatividade entre seus ocupantes.

O cargo de Juiz de Paz é um bom exemplo disso. Ele foi criado pela constituição de 1824, mas só foi oficialmente regulamentado por leis e decretos que se estenderam de 1827 a 1830. Era um cargo eletivo, responsável por funções administrativas, judiciais e policiais. Era de sua responsabilidade a divisão das vilas em quarteirões e a nomeação de seus inspetores. Ele confeccionava as “listas” ou “mapas de população” (contagem dos habitantes), através das quais eram organizadas as eleições e também eram recrutados os membros da recém-instituída Guarda Nacional. Mas o sopro de descentralização advindo da criação do cargo de Juiz de Paz pouco durou. Já em meados de 1831 o regente Feijó cerceou parte do poder dos juízes subordinando-os ao autocontrole do ministro da justiça, além do fato de que os juízes podiam ser substituídos pelo governo, apesar de seus cargos serem eletivos. “Quando sua política não estivesse nos moldes do governo central, poderia por este ser substituído (lei interpretativa n° 105 de 12 de maio e a lei n° 261 de 03 de dezembro de 1841). A grande entidade agora não era o Juiz de Paz e sim o chefe de polícia” (PAIVA, 1989, p.8-9).

A divisão administrativa apresentava a mesma confusão, repleta de mudanças difíceis de acompanhar, dada a velocidade em que ocorriam e devido ao fato de que ela se confundia com as divisões judiciária e eclesiástica da província. A esse respeito as palavras de Paiva (1989, p.10-11) são elucidativas:

> “Entretanto, nossa única certeza é a de que Minas Gerais conheceu, durante a primeira metade do século XIX, uma política administrativa dinâmica (para não dizer confusa) onde distritos, vilas e comarcas eram desmembrados, suprimidos e reinstalados numa velocidade tão grande que nem mesmo os presidentes da província conseguiam acompanhar seu ritmo”.

Até 1831 a divisão dos municípios de Minas Gerais era consideravelmente limitada, somente com o fim do Primeiro Reinado é que o processo de criação de municípios começou a se acelerar (Tabela 1). Durante todo período colonial, a única cidade mineira foi Mariana, por ser sede de bispado, todas as demais eram vilas (PAULA, 1988). Não obstante, diversas localidades foram simplesmente mantidas como arraias ou distritos, sendo que a elevação a outro patamar ligava-se mais à criação e presença de cargos administrativo-jurídicos que a reais ganhos econômicos ou de poder para a localidade. De 1730 a 1789, Minas permaneceu com apenas nove municípios, número que subiu para quatorze até o final do século XVIII, e recebeu mais dois municípios até 1831 (PAIVA, 1989) (Tabela 2) (Figura 17).

Tabela 1: Distribuição dos municípios mineiros segundo a data de criação

Municípios criados no Século XVIII	14
Municípios criados no Século XIX	
a década (1801 a 1810)	-
a década (1811 a 1820)	2
a década (1821 a 1830)	-
a década (1831 a 1840)	23
a década (1841 a 1850)	15
a década (1851 a 1860)	8
a década (1861 a 1870)	12
a década (1871 a 1880)	21
a década (1881 a 1890)	25
a década (1891 a 1900)	4

Fonte: Costa (1970, p.19).

No Segundo Reinado foram criadas novas comarcas, cidades e paróquias, a divisão administrativa mineira ganhava novos contornos, não mais vinculados apenas ao centro da província, que, no entanto, envolviam boa parte de seu território.

Henrique Gerber, que viveu em Minas na metade do século XIX, escreveu um relatório com importantes dados acerca da realidade mineira desse período, publicado com o nome de *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*, recentemente reeditado pela Fundação João Pinheiro. Segundo Gerber (2013, p.137), em 1860, a divisão civil e judiciária em Minas contava com 20 comarcas, 62 municípios, 279 freguesias e 482 distritos de paz.

O poder judiciário era composto por juízes e jurados. As autoridades judiciárias nas comarcas eram os juízes de direito, ao passo que nos distritos eram os juízes de paz. A nomeação dos magistrados pertencia ao poder executivo, já os juízes de paz eram eleitos por votação popular. Esses últimos serviam, em 1860, basicamente como mediadores de conflitos, pois cabia ao juiz de direito a atribuição de julgar e proferir sentenças. Em todas as comarcas havia a presença de promotores públicos. As sessões do júri aconteciam nas cabeças dos termos e eram presididas pelos juízes de direito da respectiva comarca. Em caso de julgamento de

causas em segunda instância, a província de Minas Gerais devia recorrer ao Rio de Janeiro. Cabia ainda recurso final, que era realizado no Supremo Tribunal de Justiça (GERBER, 2013, p.136).

Tabela 2: Relação dos municípios da Província de Minas Gerais em 1831

	Município ou Sede do Termo	*Denominação Atual*	*Data de Fundação*
1	Mariana	Mariana	1711
2	Ouro Preto	Ouro Preto	1711
3	Sabará	Sabará	1711
4	São João Del Rei	São João Del Rei	1713
5	Vila do Príncipe	Vila do Príncipe	1714
6	Caeté (Vila da Rainha)	Caeté	1714
7	Pitangui	Pitangui	1715
8	São José Del Rei	Tiradentes	1718
9	Bom Sucesso de Minas Novas	Minas Novas	1730
10	São Bento do Tamanduá	Itapecerica	1789
11	Queluz	Conselheiro Lafaiete	1790
12	Barbacena	Barbacena	1791
13	Campanha da Princesa	Campanha	1798
14	Paracatu do Príncipe	Paracatu do Príncipe	1798
15	Baependí	Baependí	1814
16	Jacuí	Jacuí	1814

Fonte: Paiva (1985, p.10).

No tocante à política provincial, Gerber (2013) diz que o sistema de eleições era indireto, do tipo distrital. Apenas cerca de 10% da população de Minas estava apta a votar, isso se dava porque os votantes tinham que ter mais de 25 anos de idade e comprovar renda mínima de 100 mil réis anuais. Esses votantes escolhiam os chamados eleitores, dos quais a província tinha 2.993. Os eleitores escolhiam 40 deputados provinciais e 20 para a Assembleia Geral do Império, escolhiam ainda 10 senadores vitalícios (cabendo ao Imperador escolher 1 entre os 3 mais votados para substituir um eventual senador que deixasse o cargo).

Além do presidente da província, das diversas repartições públicas que o auxiliavam e dos deputados provinciais, havia também as câmaras municipais. Essas câmaras eram compostas por 9 vereadores nas cidades e 7 nas vilas, que

tinham a obrigação de auxiliar na administração provincial no que fossem exigidas pelo presidente. A respeito de suas funções Gerber (2013, p.136-137) escreveu que:

> "Suas deliberações têm vigor para os negócios internos do seu município. Dependem, porém, da aprovação do presidente da província no que diz respeito a mais municípios, ou a despesas para as quais concorre o cofre provincial. As posturas das câmaras dependem da aprovação da Assembléia Provincial".

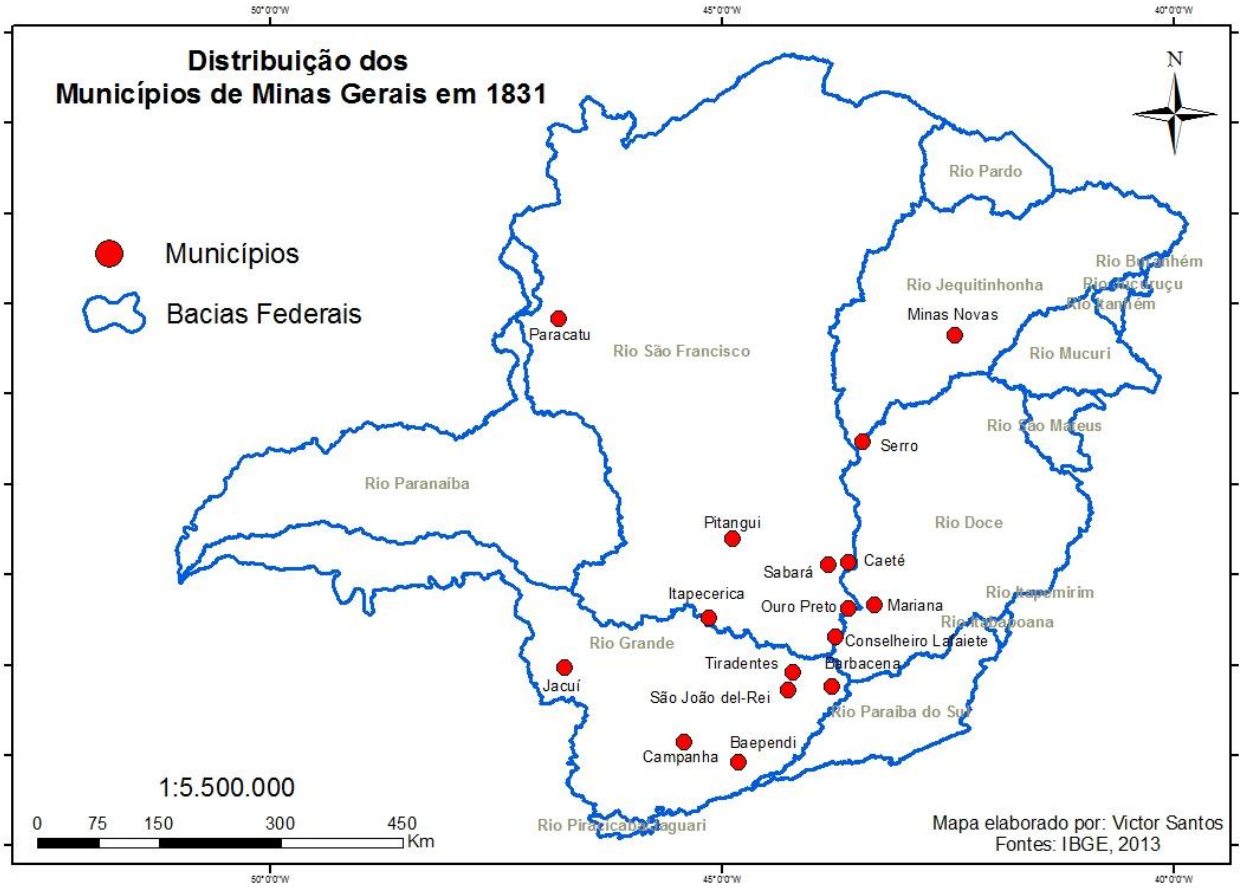


Figura 17: Mapa da distribuição dos municípios de Minas Gerais em 1831

Após a exposição do formato político e jurídico de Minas Gerais no decorrer do século XIX, agora é o momento de direcionar a atenção às peculiaridades do Sertão de Leste.

No tocante às determinações reais que propiciaram o estabelecimento de luso-brasileiros e de seus empreendimentos econômicos nas terras orientais mineiras, cabe mencionar que D. João, apenas dois meses após sua chegada ao

Brasil, revogou as proibições de entrada no Sertão de Leste. Soma-se a isso o fato de que os portos internos e externos foram abertos às nações amigas e que a navegação dos rios tornou-se permitida e incentivada – sendo o rio Doce o que trazia maior expectativa ao príncipe regente e aos dirigentes locais, pois ligaria essa região ao mar por uma via de acesso dinâmica, o que na prática nunca se concretizou (ESPINDOLA, 2005). Ainda em 1808, a criação das Divisões Militares do Rio Doce e a declaração de guerra ofensiva aos Botocudos retrataram os planos de efetiva ocupação e territorialização do Sertão de Leste.

Em relação à estrutura política, o interior da Zona da Mata mineira e dos Vales dos rios Doce e Mucuri, vinculados à lógica do Sertão de Leste, não tiveram nenhum distrito alçado à condição de vila ou cidade durante todo período colonial[40]. Apesar da existência de povoamentos brancos, especialmente nas últimas décadas antes da Independência, prevaleceu para essas porções da capitania a imagem (que a ausência de vilas ajudou a manter) de terras intocadas, repletas de mato denso e com inexpressivo povoamento. Dessa forma, os primeiros arraiais que receberam o título de vilas ou cidades ali presentes remontam ao segundo quartel do século XIX (CARNEIRO e MATOS, 2010b, p.9-10).

O único município existente no Sertão de Leste antes de 1831 era Minas Novas, localizado em seu limite setentrional, no Vale do Jequitinhonha. Centro de comércio e abastecimento da região, esse município servia de pouso para quem se deslocava entre a Bahia e o centro minerador. Minas Novas era uma das portas de entrada e um dos principais pontos de apoio para o Sertão de Leste.

Essa ausência de municípios ou termos no Sertão de Leste é um reflexo do isolamento[41] pelo qual a região passou durante o século XVIII, o que foi gradativamente quebrado nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, entre 1808 e 1839 as bases para a plena ocupação e territorialização do Sertão de Leste estavam se formando: instalação de forças militares (as Divisões Militares do Rio Doce atuaram de 1808 até 1839); aldeamento e pacificação dos índios, o que

[40] Alguns municípios, no período colonial, situavam-se nas bacias dos rios Doce e Pomba, mas estavam localizados no extremo oeste dessas bacias e pertenciam à lógica socioeconômica e política da região centro-mineradora.

[41] Havia a presença de luso-brasileiros no Sertão de Leste no século XVIII, mas essa era pequena, limitada a algumas entradas e estabelecimentos pontuais.

permitiu o uso da terra pelos luso-brasileiros; criação de estradas; e o estabelecimento de empreendimentos, como atividades agropecuárias e mineração, ainda em escala reduzida. Por causa disso, não havia ainda grandes núcleos populacionais ou atividades econômicas de vulto que justificassem, segundo as autoridades da época, a criação de municípios.

No Sertão de Leste, nas quatro primeiras décadas do século XIX, o poder local dos comandantes das Divisões Militares do Rio Doce e de seu comandante geral (cargo criado em 1824 e dado a Guido Thomaz Marlière) era de grande significância, o que se acentuou devido à distância e do limitado contato em relação a Ouro Preto e a pouca fiscalização em meio às matas do Sertão (AGUIAR, 2008). A alteridade territorial se fazia presente no Sertão de Leste. Acima dos comandantes das Divisões estava os governadores/presidentes da capitania/província (a mudança de capitania para província se deu após a Independência do Brasil), que por sua vez respeitavam as ordens reais, hierarquia que na prática nem sempre era plena.

Uma ação que partiu da esfera central de poder (e que depois ganhou novos contornos devido às iniciativas particulares) diz respeito à construção de estradas, já mencionada no capítulo anterior, que teve relevante papel na disseminação da população e das atividades econômicas por importante parcela do território mineiro no século XIX. No Sertão de Leste, nele inclusos os Vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce e Pomba, até 1808, não podiam ser construídas estradas, devido às restrições reais que temiam os “descaminhos” do ouro, sendo a linha de contato somente o Caminho Novo, que ligava Minas ao Rio de Janeiro. Apenas algumas picadas e entradas clandestinas partiam do centro minerador ou das proximidades com o Caminho Novo para dentro do Sertão, mas eram trajetos limitados e de pouca expressão. Dessa forma, o flanco oriental mineiro observou baixa atividade demográfica e econômica de luso-brasileiros no decorrer do século XVIII e início do século seguinte.

Finalmente, entre 1808 e 1816, projetos que visavam ligar Minas de forma mais direta aos seus vizinhos foram elaborados. Interessa ao leste mineiro os projetos então criados de acesso à Bahia, ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, esse último passando por São Paulo (MARTINS, 2008). A Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia destacaram-se por serem projetos financiados e postos

rapidamente em prática a mando de D. João, tanto que ficaram prontas antes de 1830 e se tornaram portas de acesso para regiões pouco habitadas e exploradas economicamente em Minas Gerais. Iniciando-se nessas estradas, outras tantas, governamentais ou particulares, rasgaram o território mineiro.

Com a liberação por parte da Coroa do acesso ao restante do território mineiro para além do centro minerador e com a construção das novas vias de acesso, foram intensificadas em Minas Gerais as doações de sesmarias e a proliferação de novos colonos e atividades econômicas, em particular as ligadas ao setor agropecuário. Data das primeiras décadas do século XIX, especialmente após a chegada da Corte, o aumento das doações de sesmarias, o que atingiu diretamente o Sertão de Leste. A Zona da Mata mineira, região mais próxima ao Rio de Janeiro, foi a mais afetada pelas doações, seguida do Vale do Rio Doce e, na metade do século, o Vale do Mucuri. As duas últimas, devido à presença dos temidos Botocudos, tiveram de esperar que ações de pacificação, aculturação e sedentarização dos índios, realizadas pelas Divisões Militares do Rio Doce, começassem a surtir efeito, o que pôde ser evidenciado ali desde meados da década de 1820. Já na Zona da Mata, as ações de Guido Thomaz Marlière haviam alcançado bons resultados com as tribos dos Puris, Coroados e Coropós e permitiram o apaziguamento do convívio entre essas tribos e os luso-brasileiros antes da virada para a década de 1820 (AGUIAR, 2008).

Vale relembrar que, segundo Martins (2008, p.13), o momento no qual ocorreu maior número de doações de sesmarias em Minas Gerais foi entre 1808 e 1821 (856 doações), com uma média anual de doações 55% superior à registrada entre 1801 e 1807 e 47% superior a do período de 1822 a 1835 (com o Brasil já independente). O maior número de doações de sesmarias se deu exatamente no período em que houve a abertura do restante da capitania de Minas à livre circulação de cidadãos, no qual as novas estradas que ligavam o território mineiro às demais capitanias, principalmente ao Rio de Janeiro, foram erguidas, e o mais curioso, exatamente nos anos em que a Corte residia no Brasil.

Há uma conveniência de interesses neste intervalo de tempo (1808-1821): a Coroa precisava de novas fontes de abastecimento para a crescente população estabelecida no Rio de Janeiro; a Corte e um grande número de funcionários,

agregados e colaboradores do rei (tanto portugueses quanto brasileiros) estavam sedentos por adquirir terras, pensavam também nos possíveis lucros com as atividades agropecuárias propícias nesse momento em que o mercado interno estava aquecido; e, além disso, o rei conseguiria finalmente territorializar uma parcela importante das terras de Minas Gerais, que só faziam parte do território luso-brasileiro no papel – o Sertão de Leste: região habitada por tribos indígenas nômades e não aculturadas, que não respeitavam as leis reais. Sendo assim, a abertura das terras mineiras (e a criação das Divisões Militares do Rio Doce para dar suporte), a construção de estradas e a doação de sesmarias solucionam essa problemática.

Ainda a respeito das sesmarias, Paula (1988, p.154), baseando-se nos escritos de Francisco Iglésias, informa que entre 1710 e 1832, foram concedidas 6.642 sesmarias, compreendendo 4.257 léguas quadradas. Em 1845 Minas Gerais tinha 18.000 léguas quadradas, essas estavam assim distribuídas: “em sesmarias concedidas 4.257, em reservas nas margens dos rios e outros lugares 743; em data 2.000; em posses e loteamentos arbitrários 8.000; e em terras incultas e ocupadas pelos indígenas 3.000”.

Em meados do século XIX, 44% das terras mineiras eram ocupadas irregularmente. A Lei de Terras (Lei n° 601 de 18 de setembro de 1850) veio legitimar tais posses ao introduzir os parâmetros formais e burocráticos que garantiram a propriedade da terra a seus ocupantes (PAULA, 1988). Os dados acima assinalados revelam que até a metade do século XIX, a quase totalidade das terras de Minas Gerais haviam sido doadas ou empossadas (e em 1850 legitimadas).

Além disso, 79% das terras da província estavam apropriadas pela atividade agrícola e mineradora em 1845. Em território mineiro, a Lei de Terras, que determinou que desse momento em diante somente as terras devolutas podiam ser doadas ou vendidas pelo Estado, teve pouco efeito em relação à venda de terras pelo governo, haja vista que a maior parte das terras mineiras já estava nas mãos de particulares (PAULA, 1988).

Dessa forma, é de se esperar que significante parcela do Sertão de Leste estivesse incluída nessas terras não devolutas. Assim, pode-se afirmar que as bases para a ocupação e uso do Sertão de Leste foram estabelecidas na primeira metade do século XIX, através da instalação de quartéis, presídios e postos de pouso e apoio; do trabalho das Divisões Militares do Rio Doce, que lidava com os índios arredios, davam suporte aos novos colonos e participavam da construção da infraestrutura que permitiu o estabelecimento dos luso-brasileiros; e da construção de estradas, pontes, vilas e outros empreendimentos que possibilitaram a instalação e a circulação de pessoas e produtos pelo leste mineiro.

Nesse contexto, a segunda metade do século XIX serviu somente para consolidar a ocupação do Sertão de Leste, através do uso mais intensivo das terras e da efetiva ocupação das áreas doadas e ainda não utilizadas; da derrubada das matas densas que restavam; do isolamento ainda maior das tribos indígenas, cada vez mais escassas; e da expansão das atividades econômicas voltadas tanto para a subsistência quanto para atender aos mercados nacional e internacional.

4.2 Aspectos econômicos e populacionais

Levantar dados demográficos a respeito de Minas Gerais no século XIX é tarefa árdua. O primeiro censo imperial data de 1872, antes dele o que se tem são listas paroquiais e contagens do número de fogos em municípios ou termos; contagens essas que não incluíam muitas das habitações espalhadas pela zona rural (em uma época na qual a urbanização no Brasil era bastante limitada). Nesse contexto, adquirir dados demográficos ou mesmo econômicos a respeito do Sertão de Leste, região que somente no decorrer do século XIX recebeu fluxos migratórios e atividades econômicas minimamente expressivas é tarefa ainda mais complexa. De qualquer forma, serão apresentados nessa sessão alguns dados e tendências a respeito de Minas Gerais e, na medida do possível, será dado um panorama sobre a situação socioeconômica do leste mineiro.

> “Muito pouco se sabe sobre a população de Minas Gerais no decorrer do Século XIX. As estimativas existentes antes de 1872 referem-se, em geral, à população total, em alguns casos discriminadas entre livres e escravos e são baseadas em estimativas contemporâneas extraídas de registros religiosos e coloniais e de censos provinciais” (PAIVA et al, 1985, P.1).

Paiva et al (1985), baseando-se nos estudos de Oliveira Viana, acredita ser inegável que Minas Gerais apresentou um ritmo de crescimento muito alto ao longo do século XIX. Para esse período, o ritmo de crescimento anual de Minas esteve quase sempre acima de 2,3%, sendo superior aos níveis nacionais da época.

João Antônio de Paula (1988) registra que a população de Minas Gerais cresceu de forma sistemática ao longo do período colonial – desde sua colonização pelos luso-brasileiros –, "esta é das poucas afirmativas que podem ser feitas com convicção sobre a realidade demográfica mineira no período colonial" (PAULA, 1988, p.48), o que se manteve durante o período imperial. No final do século XVIII, a população de Minas Gerais representava 20,5 % da população colonial brasileira (entre 1772-1782) (Tabela 3) e manteve a mesma participação um século depois (1872) (Tabela 4).

Tabela 3: Distribuição da população do Brasil entre 1772-1782

Local	***Total***	***Percentagem***
Rio Negro	10386	0,6
Pará	55315	3,5
Maranhão	47410	3
Piauí	26410	1,7
Pernambuco	239713	15,4
Paraíba	52468	3,4
Rio Grande do Norte	23812	1,5
Ceará	61408	3,9
Bahia	288848	18,5
Rio de Janeiro	215678	13,8
Santa Catarina	10000	0,6
Rio Grande de São Pedro	20309	1,3
São Paulo	116976	7,5
Minas Gerais	319769	20,5
Goias	55514	3,5
Mato Grosso	20966	1,3
Total	**1555200**	**100**

Fonte: Paula (1988, p.49).

Tabela 4: População brasileira em 1872

Local	*Total*	*Percentagens*
Amazonas	348009	3,5
Pará	275237	2,7
Maranhão	359040	3,6
Piauí	202222	2
Ceará	721686	3,9
Rio Grande do Norte	233979	2,3
Paraíba do Norte	376226	3,7
Pernambuco	841539	8,4
Alagoas	340000	3,5
Sergipe	176243	1,7
Bahia	1379616	13,8
Espírito Santo	82137	0,8
Rio de Janeiro	782724	7,8
São Paulo (30.01.1874)	837354	8,4
Paraná	126722	1,2
Santa Catarina	159802	1,6
Rio Grande do Sul	434813	4,3
Minas Gerais (1.8.1873)	2029735	20,5
Goiás (25.5.1873)	160395	1,6
Mato Grosso (1.10.1872)	60417	0,6
Município Neutro (Corte)	274970	2,7
Total	**9930478**	**100**

Fonte: Paula (1988, p.50).

A população mineira permaneceu com relevante taxa de crescimento por todo século XIX. O Censo de 1900 contou a população brasileira em 17.438.434 habitantes, sendo que em Minas Gerais viviam 3.594.471 habitantes, o que dava a Minas a porcentagem de 20,6% da população brasileira[42], proporção essa que se manteve praticamente a mesma em relação a 1772-1784 e a 1872: a população mineira, nesse período, era equivalente a 20,5% da nacional. Dessa forma, fica claro que durante todo século XIX Minas Gerais não perdeu população ou teve um ritmo

[42]Fonte: IBGE, disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1286&z=cd&o=3&i=P>

de crescimento desacelerado, ao contrário disso, manteve basicamente a mesma proporção populacional da época do ciclo do ouro. Não é fácil imaginar uma economia decadente mantendo-se por mais de cem anos com a maior população do país, isso indica claramente que a economia mineira adaptou-se após a decadência da extração aurífera, ela diversificou-se e espalhou-se para além da região central, atingindo toda capitania/província.

Outro dado relevante em relação à população de Minas diz respeito ao número de escravos. “Minas Gerais teve, também, no século XIX, por larga margem, o maior sistema escravista regional observado na história do Brasil” (PAIVA et al, 1985, p.2). Em 1819 a população servil de Minas era de 168.543 indivíduos, o que representava 15,2% do total nacional. Já em 1872 essa concentração aumentou ainda mais, alcançando o número de 381.893 escravos: 24,7% do número de cativos do país. A concentração foi tanta que Minas possuía, em 1872, mais escravos que as dez províncias ao norte da Bahia, além de Goiás, Mato Grosso e Paraná reunidas (PAIVA et al, 1985) (Tabela 5).

Uma característica interessante é levantada por Paiva et al (1985), quando ela afirma que a grande maioria dos escravos de Minas Gerais, não exercia, em 1873, atividades ligadas à mineração ou à lavoura cafeeira. Eles residiam em áreas onde não existia a “plantation” exportadora e onde predominava a pequena lavoura voltada à subsistência ou à venda em mercados locais e regionais. A autora revela que há claros indícios da utilização sistemática da força de trabalho escrava também em atividades não diretamente agrícolas, tais como manufatura têxtil, processamento de produtos agrícolas, pecuária e indústria do ferro.

Um sistema escravista em expansão é um indicativo de que Minas teve uma economia dinâmica ao longo do período oitocentista. Até a década de 1970, boa parte da literatura colocava a economia mineira do período como estagnada desde a decadência do ciclo do ouro. Contudo, no fim da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, alguns trabalhos[43] modificaram a percepção acerca da economia

[43] Paiva (1989) faz referência aos seguintes autores (e seus respectivos textos) que participaram da mudança de postura em relação a economia mineira, demonstrando sua diversidade e crescimento no século XIX, tendo como uma das bases o estudo do elevado número de escravos na província: Roberto Borges Martins (Growing in Silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais), Wilson Cano e F. V. Luna (Economia escravista em Minas Gerais), Robert Wayne

mineira, o que dá conta de sua diversificação e articulação com os mercados locais, nacionais e, em alguns setores, até internacionais.

Tabela 5: População escrava no Brasil – (1819-1873)

Locais	***Escravos em 1819***	***%***	***Escravos em 1873***	***%***
Amazonas	6040	0,54	979	0,06
Pará	33000	2,97	27458	1,77
Maranhão	133334	12,04	75572	4,86
Piauí	12045	1,08	23924	1,54
Ceará	55439	5	31913	2,06
Rio Grande do Norte	9109	0,82	13020	0,84
Paraíba	16723	1,51	21526	1,39
Pernambuco	97633	2,81	89028	5,75
Alagoas	69094	6,23	35741	2,31
Sergipe	26213	2,36	30119	1,94
Bahia	147263	13,29	167824	10,84
Minas Gerais	168543	15,21	381893	24,68
Espírito Santo	20272	1,83	22259	1,46
Rio de Janeiro	91070	8,22	306425	19,8
Corte	55090	4,97	48939	3,16
São Paulo	77667	7,01	156612	10,12
Paraná	10191	0,92	10560	0,63
Santa Catarina	9172	0,82	14894	0,96
Rio Grande do Sul	28253	2,55	69685	4,5
Goiás	26800	2,42	10652	0,68
Mato Grosso	14180	1,28	6667	0,43
Total	**1107389**	**100**	**1546880**	**100**

Fonte: Paula (1988, p.53).

Roberto Borges Martins escreveu que a economia mineira tinha certa orientação para a exportação, mas o abastecimento do mercado local e as atividades voltadas para a subsistência, que geravam pequenos excedentes, eram mais evidentes que o setor exportador. A grande porcentagem de escravos domésticos foi um dos argumentos do autor para justificar sua afirmação quanto à

Slenes (Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX), Alcir Lenharo (As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842) e Douglas Cole Libby (Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista – Minas Gerais no século XIX).

estrutura econômica mineira. A abundância de terras nas Minas oitocentistas fazia com que nenhum cidadão quisesse trabalhar para outras pessoas, afinal, o indivíduo que obtivesse a posse de determinada porção de terra e colocasse algum(s) cativo(s) para trabalhar nela, já garantia sua sobrevivência e a geração de certo excedente. A economia mineira, para Martins, estava em expansão no decorrer do século XIX e o aumento no número de escravos confirmava isso. O elevado número de cativos em Minas deveu-se a duas razões: i) à importação de africanos ou escravos de outras províncias, o que só era possível em uma economia em expansão e geradora de lucros; e ii) à maior longevidade e ao crescimento da natalidade entre os escravos, o que se deu desde o fim do ciclo do ouro, uma vez que uma porcentagem do trabalho servil foi direcionada para atividades menos extenuantes (PAIVA, 1989).

Cano e Luna tendem a atribuir à segunda razão a elevação do número de escravos de Minas no século XIX, argumentam que a baixa mercantilização da economia não gerava excedentes suficientes para a compra de um elevado número de escravos e que o emprego dos cativos em atividades menos penosas, somado ao “relaxamento de costumes” (mestiçagem e casamentos) levou a um balanço positivo entre nascimentos e mortes (IBID).

Slenes acredita que Martins subestimou a importância do setor exportador de Minas e seu impacto na economia interna da província. Para esse autor, as atividades de exportação eram o centro dinâmico da economia de Minas e permitiram grande importação de escravos. Lenharo enfatiza que determinadas regiões de Minas participaram ativamente do abastecimento do Rio de Janeiro após a chegada da Corte, com produtos agropecuários, especialmente o Sul de Minas, o que alavancou, a reboque, a economia de boa parte da província (IBID).

Já Libby dá a conhecer que a importação de escravos e a reprodução interna não são excludentes e que a associação entre os dois fatores levou à elevada concentração de escravos em Minas no século XIX. Libby diz que havia em Minas uma “economia de acomodação”, na qual atividades diversas eram praticadas em escala limitada e ressalta que não se deve ignorar a importância que atividades exportadoras tiveram, especialmente em algumas regiões da província (IBID).

Enfim, o debate entre os vários autores supracitados mostra que a elevada concentração de escravos em Minas, no decorrer do século XIX, chegando a praticamente 25% do total nacional, foi fruto de uma economia ascendente, dinâmica e diversificada. Talvez o fato de não haver uma atividade tão preponderante e robusta que encabeçasse a lista das atividades econômicas mineiras no período oitocentista até a ascensão do café – como foi a cana-de-açúcar em Pernambuco nos séculos XVI e XVII ou a mineração em Minas Gerais no século XVIII –, tenha dado a impressão de uma economia sem força e estagnada, mas essa falsa impressão foi superada desde a década de 1980, como revelado pelos escritos desses autores.

Em consonância com o parágrafo anterior, João Antônio de Paula acredita que durante boa parte do século passado ocorreu uma opção historiográfica que valorizava a perspectiva do colonizador, segundo a qual a colônia só tinha importância através de suas relações com a metrópole. Essa perspectiva levou os pesquisadores adeptos a ela a valorizar apenas a produção e o comércio voltados para o mercado externo, tendência que se manteve nos estudos sobre o Brasil imperial. "Daí, a 'historiografia dos ciclos', o ciclo do pau-brasil, o ciclo do açúcar, do ouro, do café, da borracha... Uma história que se resume em acompanhar o crescimento, o auge e a decadência daqueles produtos" (PAULA, 1988, p.143). Essa tendência acabou por desconsiderar ou tornar irrelevantes as atividades que se desenvolveram voltadas para o mercado interno. Fez-se tábua rasa quanto à existência de um mercado interno, de uma articulação entre regiões dentro do próprio Brasil (enquanto colônia ou após isso). Entre a decadência do ciclo do ouro e o auge do café quase um século se passou e as atividades econômicas brasileiras não foram devidamente estudadas.

> "Desta sedução pelo comércio decorreu silêncio constrangedor. Entre a crise da mineração do ouro que é processo da sexta década dos setecentos e a expansão cafeeira que é da quarta década do oitocentos há 80 anos de vazio na historiografia econômica. Em seu lugar fala-se da política da crise européia, na transferência da corte portuguesa para o Brasil, do fim do 'Exclusivo'. É como se a vida econômica tivesse em suspenso, esperando o café, esperando o novo produto redentor, o novo sucesso comercial" (PAULA, 1988, p.144).

A perspectiva comercialista, que valorizava as relações com o mercado externo, causou também constrangimentos espaciais. Várias regiões brasileiras

foram deixadas de lado, esquecidas ou relegadas a um segundo plano, como no caso do sertão e do agreste nordestino; do extremo sul do país; e do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Maranhão; em todos os casos não houve estudos sobre as peculiaridades locais, nem tampouco sobre a integração dessas regiões com o restante do Brasil (PAULA, 1988).

No caso de Minas Gerais sua trajetória econômica foi duplamente distorcida por essa perspectiva comercialista, tanto pela incompreensão da economia mineratória, superestimada, quanto pela incompreensão da economia não-mineratória, desconsiderada (PAULA, 1988).

Não se pode desconsiderar o peso econômico que a atividade mineratória teve em Minas, contudo ela se enfraqueceu em algumas décadas, o que favoreceu ainda mais a pluralização e o espraiamento da economia mineira. Também durante boa parte do século XX houve uma tendência por parte de muitos pesquisadores em considerar que, com a decadência da mineração, Minas entrou em um processo de involução, regressão econômica, ruralização, desurbanização, população dispersa e isolada em pequenos grupos e, finalmente, economia desmonetarizada e para autoconsumo (PAULA, 1988, p.146). As últimas décadas do século passado e as primeiras do século atual vêm mudando essa análise histórica.

> "Mosaico mineiro, é assim que João Wirth caracteriza a região. diversidade econômica, social, ecológica, cultural. Acrescente-se a isto que tal diversidade não é resultado da crise mineratória, do final do setecentos. É processo que se desdobra desde os primeiros tempos da capitania. A diversificação da estrutura produtiva mineira não é consequência da decadência da mineração, na verdade há desenvolvimento concomitante da agropecuária, da mineração e produção manufatureira – a importação de alimentos básicos foi cedendo à produção interna, tanto mais que a alta dos preços provocada pela extração do ouro tornava a agricultura uma atividade lucrativa. A pecuária se desenvolveu ao ponto de, já em 1765, descer gado de Minas Gerais para o mercado do Rio de Janeiro. E as próprias lavras de ouro, conforme revela Miguel Costa Filho, em muitos casos se fazia acompanhar do cultivo de alimentos, formando fazendas mistas. Assim, a economia agropecuária em Minas Gerais não sucedeu à economia mineradora, porém se formou em concomitância aproximada em esta última, uma vez ultrapassada a fase pioneira que deixou a lição de fomes catastróficas" (PAULA, 1988, p.147).

A essas atividades tidas como preponderantes, pode-se somar a produção de queijos, tabaco, açúcar, doces; o fabrico de roupas com tecidos de algodão e lã, couro, sapatos, chapéus, arreios; as forjas para produzir ferro e aço e uma série de utensílios deles advindos; bem como os muitos ofícios mecânicos urbanos como

entalhadores, carpinteiros, ferreiros, serralheiros, marceneiros, pintores, pedreiros, oleiros, telheiros, caldeireiros, entre outros (PAULA, 1988).

Corroborando as ideias de João de Paula, que acredita na não estagnação da economia mineira desde a decadência do ouro, mas sim em uma diversificação econômica e distribuição das atividades e da população pelo território mineiro, Espindola (2000, p.181) escreveu:

> "A capitania de Minas Gerais vivia um intenso processo de reconversão econômica e modificação na distribuição da sua população. O crescimento desigual entre as quatro comarcas se apresentava na forma de declínio demográfico e econômico das antigas zonas de mineração e surgimento de novas áreas de expansão na periferia do núcleo central. (...).
>
> A economia do ouro tinha propiciado a formação de uma teia de centros urbanos espalhados ao longo da Serra do Espinhaço, com diversas ramificações para leste e oeste. As sesmarias deram origem a propriedades rurais que combinavam a mineração com grande lavoura, engenho de açúcar e de farinha e pecuária".

Mais adiante Espindola (2000, p.183) ainda argumenta que:

> "A mineração, enquanto atividade nuclear, foi substituída por um conjunto de atividades econômicas bem diversificadas que, antes de serem inovações, resultaram da expansão de setores que já estavam presentes no auge da produção aurífera. A economia havia se tornado relativamente diversificada, regionalmente diferenciada e complexa em suas relações internas e externas, produzindo pra o mercado mineiro expressivo e exportando para a Bahia, Rio de Janeiro, entre outras capitanias/províncias. (...) As propriedades rurais horizontalmente integradas propiciaram meios para que absorção do choque provocado pela queda da produção do ouro. Desta forma, consolidou-se o perfil econômico baseado na produção agrícola-mercantil de base escravista e na pecuária de corte e leite destinadas ao abastecimento desse mercado interno. Isso possibilitou a fixação da população e a manutenção de grandes contingentes de escravos. Nas três primeiras décadas do século XIX, com estas características econômicas reforçadas e a maior população entre as províncias brasileiras, Minas ganhou um peso político expressivo no pós-Independência".

A economia de Minas Gerais não se restringiu à mineração ao longo do século XVIII, estavam associados à extração aurífera e de diamantes uma série de atividades voltadas para o abastecimento das regiões mineradoras, bem como para autoconsumo e venda de excedentes em outras praças. Na medida em que a extração mineral perdia força as demais atividades se robusteceram. Na virada do século XVIII para o XIX e durante esse último, a diversidade econômica foi a tônica da economia mineira, com ênfase às atividades ligadas direta e indiretamente ao

setor agropecuário. Cunha (2002, p.3), referindo-se à passagem do século XVIII para o XIX e suas primeiras décadas, argumenta que:

> "Outros setores da economia, que em maior ou menor grau acabavam orbitando em torno da economia mineradora, mesmo no que diz respeito ao abastecimento dos centros que se mantinham povoados por conta da atividade mineratória, passam por um processo de redimensionamento de suas atividades e de busca por mercados externos. Especialmente aí, na pluralidade de ritmos e intensidade em que esta decadência da atividade nuclear é sentida nas diversas partes da capitania, é que assoma a maior ou menor capacidade de rearticulação econômica a partir de uma base agropecuária que fora desenvolvida ao longo do Dezoito".

A pluralidade de ofícios encontrada nessa província, que teve início no século XVIII e se estendeu pelo século XIX, pode ser exemplificada pela presença de um corpo burocrático-administrativo, urbano, que sobrevivia à custa dos cofres públicos, nas áreas de mineração decadente, juntamente com pessoas que viviam do comércio e de atividades artesanais; áreas dedicadas à pecuária e às lavouras de subsistência, que em diversas situações vendiam o excedente de suas produções; e ainda, porções do território voltadas à atividade cafeeira orientada para o mercado externo (PAIVA et al, 1985).

Deve-se ter atenção para não cair em armadilhas generalizadoras e/ou acreditar no que convencionou-se como vocação de cada porção do território de Minas no século XIX. Algumas atividades econômicas tornaram-se as mais relevantes em algumas regiões mineiras durante um intervalo de tempo, mas isso não significa que outras atividades não estavam ali presentes, nem tampouco que, com o passar dos anos, as tendências econômicas e demográficas não apresentasse mudanças. A esse respeito Carneiro e Matos (2010b, p.13) analisam as diferenças entre as "minas" e os "sertões" e entre as várias regiões de Minas Gerais e as atividades humanas nelas presentes. Segundo eles:

> "No conjunto minas e sertões, a influência por excelência era do espaço minerador, pólo econômico diferenciador não só pela presença do ouro, mas de uma exclusiva centralidade comandada pela vida urbana. Nos sertões se encontravam os espaços pouco conhecidos, temidos e desejados, lugares de risco e perigo, áreas fracamente ocupadas pelo homem branco e, no caso do leste da capitania, habitadas pelas tribos indígenas dos Botocudos, Coropós, Coroados e Puris. A noção de isolamento atribuída ao sertão deve ser interpretada como uma aparência, pois, segundo Carrara, 'muitos eram seus caminhos, e talvez, o que fosse mais comum, mais numerosos ainda seus 'descaminhos'.

> Com o avanço das áreas conhecidas da capitania e sua respectiva apropriação econômica, as categorias de percepção do espaço no universo mental da população foram sendo criadas. Os campos, no sul, compunham a área onde começou a se desenvolver uma produção agrária para o abastecimento das minas, posteriormente direcionada ao mercado do Rio. Os currais, nos vales dos rios São Francisco e das Velhas, foi onde se expandiu a pecuária extensiva. Os matos, na parte leste, lugar por excelência da densa cobertura florestal, da presença indígena e de unidades produtivas voltadas para o consumo e/ou para o abastecimento de mercados nas minas ou nos caminhos de acessos a elas. E o sertão, no norte, oeste e nordeste, continuamente deslocado, sempre a representar áreas pouco conhecidas e com fraco adensamento da população branca".

A decadência da exploração aurífera fez com que os termos ou freguesias localizados na região central de Minas Gerais (região centro-mineradora) perdessem população para as regiões localizadas próximas ao Sertão de Leste ou dentro do próprio Sertão. Entre 1808 e 1813 ocorreu a alteração definitiva do eixo central da economia mineira, uma vez que o exclusivo colonial foi quebrado e a receita gerada pela produção total de ouro tornou-se equivalente à receita gerada pela atividade agropecuária, tendência que só cresceu desde então (CARRARA, 2007, p.53). "Após 1770, a população da maioria dos distritos mineradores antigos declinou ou estagnou. Nas freguesias com espaços de fronteira aberta ocorreu o inverso" (CARNEIRO, 2008, p.154). O crescimento econômico e populacional foi evidenciado inicialmente na Comarca do Rio das Mortes, cuja participação no total da população mineira passou de 24,2% para 45,3% entre 1776 e 1835: o momento de maior crescimento se deu no período entre 1776 e 1808, no qual ela cresceu 87%. Após esse período, a Comarca do Rio das Mortes manteve as taxas ascendentes de crescimento, mas com ritmo menos acelerado, que alcançou 53% entre 1808 e 1820 e 33% entre 1820 e 1835 (IBID).

Entre 1808 e 1835, "(...) as freguesias com os maiores incrementos demográficos foram as do Vale do rio Doce e Pomba, ou seja, as localizadas em áreas de fronteira" (CARNEIRO, 2008, p.157). Após o fim das proibições reais de entrada e estabelecimento no Sertão de Leste, extintas em 1808, esse passa a receber importantes acréscimos populacionais. Pode-se afirmar que o Sertão de Leste participou ativamente do processo de espraiamento econômico e populacional de Minas Gerais no século XIX.

Não é de se estranhar o deslocamento de fluxos populacionais e a instalação de atividades econômicas (especialmente aquelas ligadas ao setor agropastoril) no

Sertão de Leste – inicialmente no limiar de suas “fronteiras” e depois em seu interior – com a decadência da extração aurífera. Fatores de ordem geográfica favoreciam a escolha do flanco oriental mineiro como nova região a ser povoada. As terras do Sertão de Leste localizavam-se tanto nas proximidades do Rio de Janeiro, maior mercado consumidor brasileiro e centro político luso-brasileiro, quanto da região mineradora, a mais povoada de Minas e onde estava montada a estrutura física e administrativa da capitania. Além disso, os solos do Vale do rio Piranga (localizado no alto rio Doce) e do próprio rio Doce são compostos, em sua maior parte, por Latossolos Vermelho-Amarelos, com considerável profundidade (CARNEIRO, 2008, p.151-152), e que somados ao clima ameno e boas taxas de precipitação, criam um cenário propício às atividades agropastoris.

As terras no limiar do Sertão de Leste ou dentro do próprio Sertão eram mais favoráveis a agropecuária que as terras da região centro-mineradora, compostas de Cambissolos e, em faixas de terra menores, por Latossolos Vermelho-Escuros, Argissolos e Neosolos. A declividade também é mais acentuada na região central, na qual há a presença de muitas escarpas (CARNEIRO, 2008, p.151-152). Esse conjunto favorece os processos erosivos e o carreamento do solo, o que leva a uma formação pedológica rasa. Dessa forma, quando a extração do ouro escasseou, parte dos indivíduos que viviam dela se deslocou para o leste e se dedicou ao setor agropecuário e outros.

Apresentando argumentos geográficos que favoreceram o deslocamento socioeconômico para o Sertão de Leste, Carneiro (2008, p.151) escreveu que:

> “Num contexto de expansão da agropecuária, os povoados localizados nos sertões do leste passaram a ter importância devido à sua característica peculiar: encontravam-se ‘intercalados entre a região civilizada e a mata virgem’, segundo expressão de Waibel. O vale do rio Piranga estava disponível ou aberto a quem se dispusesse ocupá-lo: era tanto a porta de passagem para o deslocamento da fronteira quanto, especialmente, a própria fronteira. As características físicas do seu solo, relevo e clima, quando comparadas às da região das Minas (Ouro Preto e Mariana), são muito mais favoráveis ao desenvolvimento e à implantação das atividades agropastoris”.

Vila do Príncipe (Serro), Vila da Rainha (Caeté), Sabará, Ouro Preto, Mariana, Queluz (Conselheiro Lafaiete), Barbacena e mesmo São João Del Rei e São José Del Rei (Tiradentes), todos esses municípios localizavam-se no centro de Minas, nas proximidades do Sertão de Leste (ver a Figura 18, já mencionada). A decadência de

suas regiões, aliada ao fato de que no Sertão de Leste os solos e o clima eram favoráveis à agropecuária e a abundância de terras ainda intocadas certamente levaram uma parcela da população dessas cidades a migrar, no princípio do século XIX, logo após a retirada das proibições de entrada no Sertão, para o flanco oriental mineiro.

Outro aspecto relevante da economia mineira ainda pouco enfatizado diz respeito à produção voltada para atender a demanda de outras capitanias.

Cunha (2002) chama atenção para o fato de que a articulação da economia de Minas Gerais com outras praças é pouco considerada na literatura. Uma característica da economia mineira é que nela havia "regiões com grande volume de produção para exportação, mas não obstante com baixos níveis de desenvolvimento" (CUNHA, 2002, p.14). Havia ainda a presença relevante de intermediários, que ficavam com parte considerável dos ganhos dos produtores, o que dava a falsa impressão de baixa geração de riquezas advindas das exportações. Esse autor enfatiza que após 1808 as ligações econômicas entre as regiões mineiras mais próximas ao Rio de Janeiro e essa cidade apresentaram bons níveis de crescimento, devido à colaboração mineira no abastecimento desse importante núcleo populacional e econômico. O Sertão de Leste, especialmente suas porções sul e sudoeste, mais próximas tanto do Rio quanto da região central de Minas, tornou-se um importante abastecedor de gêneros alimentícios para o Rio de Janeiro.

Ricardo de Paula (2002, p.3) afirma que a necessidade de abastecimento do Rio de Janeiro alavancou a indústria de alimentos mineira:

> "A chegada e a fixação da Corte Portuguesa na Colônia, a partir de 1808, impulsionará a produção e o comércio de gêneros alimentícios, transformando o Rio de Janeiro no principal pólo receptor desta produção, e responsável pela formação de um incipiente mercado interno".

Segundo ele, mesmo durante o auge da produção aurífera as atividades voltadas para o abastecimento alimentício da capitania já se faziam presentes. A decadência da produção mineral levou a um gradual deslocamento populacional (e de capitais) para outras regiões mineiras, com ênfase para o sul da capitania. Com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro o setor agropecuário de Minas ganhou maior fôlego. O Sertão de Leste, especialmente sua porção meridional, beneficiou-se com

o estabelecimento de milhares de pessoas (consumidores) no Rio de Janeiro, sendo que a agropecuária também ganha espaço nessa porção do território mineiro.

João A. de Paula (1988, p.339), baseando-se nos escritos de Roberto Martins, apresenta uma série de dados acerca dos produtos exportados por Minas Gerais em 1818-1819 (Tabela 6), uma década após a chegada da Corte. Segundo a **Tabela 6** havia uma diversidade de produtos cujos excedentes eram vendidos fora do território mineiro, mas todos ligados, direta ou indiretamente, ao setor agropecuário. Os gêneros mais vendidos eram, respectivamente, algodão, toucinho, bovinos, tecidos, suínos, queijos, fumo, açúcar e café.

Tabela 6: Minas Gerais: composição das exportações (1818-1819) [44]

Produtos	***%***
Café	1,7
Bovinos	14,8
Suínos	7,2
Toucinho	17,4
Queijos	6,3
Fumo (1)	4,2
Tecidos (2)	11,1
Açúcar	2,7
Algodão (3)	22
Arroz	*
Feijão	*
Outros	12,6
Total	**100**

Fonte: Paula (1988, p.339).

O relato de Henrique Gerber (2013), relativo ao ano de 1860, mostra que as exportações mineiras de produtos agropecuários não podem ser negligenciadas. Ele enfatiza que boa parte da produção mineira no setor agropecuário acabava não saindo de Minas pela limitação dos transportes, o que encarecia os produtos, mas mesmo assim produtos como café, fumo, algodão, cana, gado e porcos entravam na

[44] (1) Inclui mel e fumo, (2) Inclui pano de algodão e pano riscado, (3) Inclui algodão rama e algodão em caroço, * Significa participação menor que 0,1%.

pauta de exportações para outras províncias. Devido à proximidade com os maiores centros consumidores, cabia ao sul e ao sudeste de Minas os melhores índices de exportação. A lista dos maiores gêneros de exportação e a localização dos principais locais de produção (alguns deles no agora desbravado Sertão de Leste) é assim descrita:

> "1º) O café, cuja cultura floresce nos municípios de Rio Preto, Paraibuna, Mar de Espanha, Leopoldina e em menos nos de Pomba, Ubá e Muriaé. A produção nesses municípios (incluindo-se o próprio consumo) não passa de 1.300.000 arrobas por ano, termo médio.
>
> 2°) O fumo: cultivado somente nos municípios de Baependi, Campanha, Cristina, Itajubá, Lavras, Pitangui e outros. A produção anual nesses lugares será pouco mais ou menos de 400 mil arrobas, das quais se exportam perto de 250 mil para fora da província.
>
> 3°) O algodão: cultivado em várias partes da província, ocupou, aliás, um dos primeiros, senão o primeiro lugar entre os produtos mineiros, e sua cultura floresceu sobretudo em Minas Novas, mas definhou e acha-se hoje reduzida a menos do que necessita o país para o seu consumo. A atual produção não passa de 60 a 70 mil arrobas, das quais cerca de 23 mil se exportam, já transformadas em tecidos.
>
> 4º) A cana: igualmente cultivada em diversos pontos, tanto para o fabrico de açúcar como de aguardente, cuja maior parte, porém, serve para próprio consumo, exportando-se anualmente apenas 100 a 170 mil arrobas de açúcar e rapadura.
>
> 5º) O gado vacum: sua criação floresce nos municípios situados nos campos ao norte e oeste da Serra da Mantiqueira. É um dos principais objetos de exportação pra a Corte, em cerca de 70 mil cabeças.
>
> 6º) O gado lanígero: cria-se em menor escala, exportando-se por ano cerca de 15 mil cabeças.
>
> 7º) O gado suíno: sua criação é uma das mais animadas na província, por fornecer um dos alimentos mais procurados pela população. Um cálculo aproximado mostra que se engordam anualmente perto de 4 milhões de porcos, exportando-se deles apenas 50 a 80 mil cabeças e mais 250 mil arrobas de toucinho.
>
> O número dos estabelecimentos agrícolas e pastoris existentes na província sobe a mais de 20 mil" (GERBER, 2013, p.110).

Francisco Inglésias (1954) afirma que as duas atividades de maior relevância nas Minas oitocentistas foram a pecuária e a agricultura. A primeira esteve presente em Minas desde o início do século XVIII, quando chegou através da Bahia. Era praticada para abastecer a população do centro minerador e ainda servir de transporte. No século XIX essa atividade espalhou-se por toda capitania/província e abasteceu tanto a população mineira quanto as populações paulista e fluminense.

Apesar de amplamente praticada em todas as comarcas de Minas, foi na do Rio das Mortes que ela melhor se desenvolveu, devido à vasta oferta de água e aos solos férteis que garantiam alimento abundante para os animais.

As palavras de Iglésias (1954, p.50) mostram a importância dessas duas atividades:

> "Quando, com a decadência das Minas, se desfez o engano que foi o impulso dos primeiros tempos, agricultura e pecuária se impuseram. A criação obteve mais êxito imediato que a lavoura, como exploração rural mais simples que é. Nas estatísticas de exportação das primeiras décadas do século XIX é a pecuária que se adianta. (...) Só nos meados do século será vencida pela exportação de produtos agrícolas, com a expansão da cultura do café".

A criação de animais não se restringiu ao mero abate e consumo da carne, ela desenvolveu indústrias de laticínios, couros, lãs e propiciou o uso no transporte e demais atividades que necessitavam da força dos animais (IGLÉSIAS, 1954). Iglésias reuniu dados acerca das exportações provenientes da pecuária para os anos de 1842-43 e para 1888 e 1889 que deixam ver o tamanho da produção mineira – deve-se ter atenção ao fato de que a maior parte da produção mineira era voltada para o consumo local, sendo as exportações apenas uma fração da produção. Segundo seus levantamentos:

> "(...) a exportação de gado vacum foi em 1842/43 de 45.421 cabeças e em 1889 de 147.058; a de gado cavalar em 1842/43 de 1.173 cabeças e em 1888 de 1.782; a de gado muar, nos mesmos períodos, de 379 e 463; quanto ao suíno, em 1842/43 44.819 cabeças e em 1888 27.498. Lanígeros e caprinos aparecem com números modestos. A exportação de queijos atingiu a 337.230 quilos em 1842/43 e 1.543.294 quilos em 1889. Também foi alta a exportação de toucinho e aves domésticas" (IGLÉSIAS, 1954, p.53).

A outra atividade primordial em Minas Gerais foi a agricultura. Mesmo nos tempos em que a febre do ouro assolou os habitantes da capitania e as autoridades metropolitanas. Essa atividade ganhou espaço e evitou o reaparecimento das crises de abastecimento ocorridas nos primeiros anos da extração aurífera. A decadência do ouro só fez a produção crescer e se espalhar pelo território mineiro, o que propiciou não só a agricultura de subsistência, mas também a geração de excedentes comercializados dentro e fora de Minas, e pôde ser observado com maior força no século XIX.

A respeito da agricultura em Minas nos períodos colonial e imperial Iglésias (1954, p.36-37) argumenta que:

> "(...) Mesmo na época da Capitania, entretanto, a agricultura teve lugar. Ainda que não animada pelo governo português, que lhe criou até alguns embaraços – pois só pensava em outra riqueza –, desenvolveu-se a lavoura de subsistência, indispensável para alimentar a população. Das produções mais importantes da época – cana-de-açúcar, algodão e tabaco –, só o algodão teve êxito mais assinalável. Já no século seguinte, a mineração passa a segundo plano: a agricultura se sobrepõe às demais atividades e Minas se integra no ritmo comum do país. É uma 'província agrícola', como proclama na mensagem à Assembléia Legislativa, em 1835, o presidente Limpo de Abreu. Com o tempo, mais evidente se torna essa característica – é que, nos primeiros anos do período que nos ocupa, a pecuária é entidade bastante ponderável, que talvez se possa colocar quase em termos de igualdade com a agricultura. Na exportação, por exemplo, a atividade referente à pecuária tem mais valor, como se vê nos exercícios financeiros de 1839/40 ou 1842/43, quando a exportação de gado vacum, suíno e cavalar, toucinho, queijo e couros é mais rendosa que a do café, fumo e açúcar. Em pouco tempo, porém, a agricultura ganha a distância que não mais perderá. O dinheiro 'entre nós só procede da lavoura', afirma o presidente em 1868. Nem podia ser de outro modo, pois, com a decadência da mineração, a agricultura era o recurso".

A indústria também se fez presente em Minas no século XIX. Paula (2002, p.6) afirma que a indústria mineira originou-se na região central, onde se desenvolveram três setores: a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil. No primeiro setor havia a aplicação de investimentos e tecnologia estrangeira, na maior parte advindos da Inglaterra, o que mudou o perfil da mineração na província. Os outros dois setores caracterizaram-se por um baixo nível tecnológico e volumes modestos de produção. Esses setores espalharam-se depois para o restante da província e o Sertão de Leste recebeu parte importante dessas atividades.

Com o quase esgotamento das reservas de ouro de aluvião, no século XIX foi necessário o incremento de novas técnicas de extração do minério. O método implantado foi a mineração subterrânea. Seu alto investimento e maquinário pesado fizeram com que fosse necessária a entrada de capital estrangeiro (preponderantemente inglês) para financiar a montagem de tal estrutura de extração. Entre 1824 e 1834 pelo menos seis concessionárias inglesas iniciaram suas atividades em solo mineiro (LIBBY, 1988).

Na região fronteiriça entre o centro-minerador e o Sertão de Leste foram instaladas várias minerações:

> "Entre 1820 e 1860, foram fundadas em torno de quinze companhias de mineração de propriedade de estrangeiros ou de nacionais ou de capital misto. A maioria situada na zona fronteiriça do Sertão do Rio Doce, nos termos de Caeté e Vila do Príncipe" (ESPINDOLA, 2000, p.189).

A estrutura desses empreendimentos necessitava de muitos trabalhadores (o aluguel de escravos foi bastante utilizado), organização empresarial que conseguisse controlar e articular diferentes setores ao mesmo tempo e investimentos volumosos de dinheiro para que a extração de ouro fosse compensadora. Apesar da mina aurífera não constituir propriamente uma fábrica, a organização de sua exploração poderia perfeitamente ser comparada às organizações fabris contemporâneas de maior complexidade. A aplicação de máquinas à mineração viabilizou a exploração de grandes e profundas minas, por muitos anos. Além disso, essas máquinas acabaram impondo seu ritmo ao trabalho humano, introduzindo a mineração aurífera na dinâmica do sistema fabril (LIBBY, 1988).

Mesmo com tantos investimentos, o balanço final mostra que esse setor não obteve bons resultados. O baixo desempenho deveu-se, segundo Paula (2002, p.10) a três fatores, são eles:

> "O elevado número de Cias., representava uma considerável dispersão de capital; alto custo no emprego de tecnologias nos empreendimentos; por fim, a maioria das jazidas trabalhadas pelos empreendimentos estrangeiros compunha-se de depósitos já esgotados ou de uma pobreza de produção, que nunca teria permitido uma exploração mais rentável deste ramo".

Além da extração subterrânea comandada pelas companhias de mineração, havia ainda no século XIX a presença de garimpeiros (faiscadores) que conseguiam baixas quantidades de ouro necessárias, quando muito, para prover a sobrevivência de suas famílias. A maior parte deles era composta de mulatos e negros que se aventuravam na decadente região central ou adentravam o Sertão de Leste a procura do ouro. Apesar da condição de vida precária desses indivíduos, eles cumpriram um papel importante, o de desbravar o Sertão, o que deu origem a vilarejos ou pequenas fazendas e roças em diversos locais ainda não habitados pelos luso-brasileiros. A alteridade novamente se fez presente no Sertão de Leste, uma vez que esses garimpeiros tomavam posse de terras ainda intocadas e extraíam minerais sem o pagamento de impostos, mas, em contrapartida, ocuparam partes do Sertão de Leste e, involuntariamente, ajudaram a territorializar o flanco oriental mineiro.

> "Garimpeiros continuavam a tentar a sorte nas antigas regiões mineradoras ou aventuravam-se nas brenhas dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, na

> esperança de encontrar ouro e pedras preciosas. Isso teve um importante papel no devassamento da região" (ESPINDOLA, 2000, p.190).

Agora em relação à siderurgia, pode-se afirmar que ela era feita de forma doméstica em Minas Gerais desde o século XVIII. A indústria siderúrgica foi implantada em Minas devido aos altos preços dos produtos importados e ao relativo isolamento ali evidenciado até as primeiras décadas do século seguinte. No século XIX a siderurgia era realizada de forma híbrida e associava técnicas rudimentares dominadas por alguns escravos africanos com algumas técnicas européias. Por causa disso, esse setor dependia, em boa medida, da mão de obra escrava africana "especializada" (PAULA, 2002).

Minas Gerais abrigava fatores de ordem geográfica que a deixavam em posição privilegiada para instalação de empreendimentos no setor siderúrgico. Além de consideráveis reservas de minério de ferro, havia extensa cobertura vegetal, o que fornecia lenha para os fornos, e cursos d'água abundantes e perenes, necessários para a fase de beneficiamento do ferro. Exatamente na região fronteiriça entre o centro-minerador e o Sertão de Leste (em sua borda oriental, no Vale do rio Doce) estavam presentes as melhores condições geográficas, por esse motivo, diversas forjas foram instaladas nesse perímetro – o que levou a um encolhimento do Sertão, pois empurrava suas fronteiras cada vez mais para leste.

A vinda da Corte favoreceu o crescimento da indústria do ferro no Brasil, uma vez que projetos de maior porte foram implantados em terras brasileiras depois de 1808. As forjas de pequeno porte localizadas em Minas eram as maiores abastecedoras desse mercado. João Antônio de Paula (1988, p.330), apresenta um relatório feito por Monlevade em 1853, onde relata que de Ouro Preto até Itabira existiam 84 oficinas que fundiam ferro, sem contar as numerosas tendas que beneficiavam e moldavam o ferro comprado nas fábricas. Entre forros e cativos esses empreendimentos empregavam 2.000 pessoas e produziam anualmente 145.000 a 150.000 arrobas de ferro.

Eschwege, ao retratar o ano de 1821, fala da existência de 31 forjas em Minas Gerais. Monlevade, quanto às informações expostas acima, dizia que em 1853 eram 84 as forjas entre Ouro Preto e Itabira. Os dados para o restante do

século são: “Em 1863 há mais de 90, em 1864, 120; em 1881, 110; em 1883, 80; em 1893, 100” (PAULA, 1988, p.351).

A escala de produção de cada forja era modesta. Em 1853 a média de produção de ferro era de 26,7 toneladas por forja ao ano; em 1881 pouco mudou, a média passou para 27,2 toneladas. A produção total nesses anos foi de 2.250 toneladas em 1853 e 3.000 toneladas em 1881. Em 1893 a produção já apresenta queda, totalizando 2.000 toneladas. Enquanto isso as importações que chegavam pelo porto do Rio de Janeiro davam conta de 6.363 toneladas em 1880-1881, 6.129 toneladas em 1881-1882, 6.906 toneladas em 1882-1883, 8.425 toneladas em 1886-1887, 6.755 toneladas em 1889, 10.625 toneladas em 1890 e 10.341 toneladas em 1891 (PAULA, 1988, p.351). De acordo com os números apresentados, a importação de ferro aumentou sistematicamente da década de 1880 para a de 1890, o que gerou forte concorrência em relação ao ferro produzido com baixa tecnologia em Minas Gerais.

Os últimos anos do século XIX não foram positivos para a siderurgia mineira. Fatores ocorridos na década de 1880 praticamente acabaram com essa indústria por dois motivos. Nesse período ocorreu a expansão das ferrovias, o que facilitou a importação da produção externa. O segundo e mais implacável motivo foi a abolição da escravidão, pois sem o trabalho compulsório o preço do produto final subiu e não conseguiu concorrer com os produtos que agora entravam em Minas pelas ferrovias recém construídas (PAULA, 2002).

Desde o século XVIII, a indústria têxtil mineira abastecia o mercado interno. A mão de obra predominante nesse setor da economia não era a escrava e sim a familiar: “a indústria têxtil constituiu-se no único ramo industrial, do século XIX, a se caracterizar pelo emprego do trabalho livre” (PAULA, 2002, p.8). Na primeira metade do século XIX essa indústria, caracterizada nesse momento pela produção doméstica, conseguia atender a demanda local e ainda exportar para outras províncias (IBID).

As plantações de algodão, fornecedoras de matéria prima para essa indústria, espalhavam-se pelas margens do Sertão de Leste, próximas às áreas cobertas por florestas densas. “Toda região fronteiriça a leste produzia algodão, em alguns

pontos adentravam as matas, como em Peçanha, São Miguel e na Zona da Mata, porém era em Minas Novas a principal área produtora" (ESPINDOLA, 2000, p.186). O algodão era plantado junto com produtos agrícolas, especialmente milho e feijão, voltados em sua maioria para subsistência das famílias de agricultores e pequenos posseiros.

As regiões próximas a Minas Novas e ao vilarejo de Peçanha se destacaram na produção algodoeira, mas as plantações eram encontradas também ao longo do Vale do rio Doce e do Pomba. Saint-Hilaire relatou que os posseiros que praticavam agricultura em terras localizadas após a cidade de Caeté, já no limiar do Sertão de Leste, em meio ao início da floresta, além de gêneros alimentícios também cultivavam o algodão. Esses indivíduos construíam pequenos engenhos movidos pela força das águas dos rios, com os quais beneficiavam o algodão para vendê-lo por preços mais atrativos (ESPINDOLA, 2000, p.185-186).

Os dados apresentados por Marcelo Duarte Moura (2002, p.29) na **Tabela 7** mostram que o setor têxtil de Minas, apesar de não ter ainda uma produção fabril na primeira metade do século XIX, já conseguia gerar excedentes exportáveis. Seus comentários a respeito dos dados presentes na tabela são interessantes:

> "Nota-se que a partir de 1842-1843 houve uma diversificação da produção de tecidos, passando de produtor de tecidos crus para tecidos mais trabalhados, ocorrendo um aumento da importância desses tecidos trabalhados ao longo dos anos de forma sistemática. Essa diversificação indica que a indústria têxtil domiciliar se consolidava enquanto produtora para um mercado (por oposição à produção para consumo próprio). 'Panos riscados' (panos com fios tingidos) e 'Colchas' contêm maior valor agregado, sugerindo uma maior especialização e qualificação do trabalho ao longo do período artesanal. Em outras palavras, o caráter mercantil dessa indústria se desenvolveu claramente" (MOURA, 2002, p.29).

Por volta de 1868/70 teve início a produção fabril do setor têxtil em Minas Gerais. O capital para execução dos empreendimentos adveio, em sua maior parte, de pequenos grupos de parentes ou amigos. As fábricas instaladas nesse momento eram de pequeno porte, o que se deveu a dois motivos: "o transporte de equipamentos pesados, volumosos e ao mesmo tempo delicados, para o interior da Província, era extremamente penoso e caro" (PAULA, 2002, p.9); e o segundo remete a "natureza do mercado consumidor. Embora algumas fábricas colocassem

parte de sua produção na praça do Rio de Janeiro, na maioria das vezes o mercado poderia ser caracterizado como essencialmente local" (IBID).

Tabela 7: Exportação de Tecidos de Minas Gerais de 1818 – 1850

Anos	***Tipo***	***Quantidade***	
1818-1819	Mantas de algodão	11.661	(unidade)
	Panos de algodão	1.242.543	(vara)
	Toalhas e guardanapos	16.120	(unidade)
1839-1840	Mantas de algodão	1.023.338	(vara)
	Panos de algodão	679	(unidade)
	Colchas	714	(unidade)
1842-1843	Mantas de algodão	1.245.179	(unidade)
	Pano riscado	1.800	(vara)
	Panos de algodão	107	(unidade)
	Mantas de retalho	36	(unidade)
	Colchas	402	(unidade)
1844-1845	Panos de algodão	909.568	(vara)
	Riscado	1.014	(vara)
	Trançado	24	(vara)
	Mantas de algodão	7.173	(unidade)
	Colchas	2.747	(unidade)
	Mantas de retalho	36	(unidade)
1849-1850	Pano de algodão	856.602	(vara)
	Riscado	9.187	(vara)
	Mantas de algodão	1.740	(unidade)
	Colchas	3.540	(unidade)

Fonte: Moura (2002, p.29).

Esse padrão "familiar" permaneceu até a década de 1880, quando ocorreu a transição para as sociedades anônimas, que se tornou a forma predominante de associação para se injetar capital no setor. Finalmente, na década seguinte, os investimentos cresceram, fruto da entrada de empresários especializados no setor têxtil. A Zona da Mata e o baixo rio Doce era onde se localizavam o maior número de indústrias de Minas Gerais (IBID). A indústria têxtil manteve-se em ascensão desde então, o que perdurou no século seguinte.

Os diversos setores da economia mineira aqui citados (ambos presentes no Sertão de Leste, alguns em suas fronteiras, outros em seu interior), foram pouco valorizados por décadas pelos pesquisadores que estudaram a economia de Minas Gerias no século XIX. Essa tendência tem mudado e cada vez mais os gêneros agropecuários e industriais dividem espaço com a produção de café para caracterizar a economia e a sociedade de Minas. Não se pretende aqui negligenciar o café, mas sim admitir que esse produto dividia espaço com outros gêneros que foram de fundamental importância para a vida das pessoas dessa província.

É inegável a importância que o café teve na economia brasileira, e mineira, ao longo do século XIX. Segundo Paula (1988, p.176-277), no sudeste brasileiro as primeiras plantações cresceram na medida em que a Mata Atlântica foi derrubada, o que se deu no Vale do Paraíba paulista e nas Zonas da Mata fluminense e mineira. Em Minas há notícias da presença de pés de café desde a segunda metade do século XVIII.

Segundo Giovanini (2006, p.104 a 106), moradores das áreas central e às margens do Caminho Novo, em Minas, deslocaram-se para o Vale do Paraíba fluminense, no último quartel do século XVIII, para produzir café nessa região. Os mineiros se deslocaram para a capitania vizinha devido ao fato de que o flanco oriental de Minas Gerais estava fechado à livre circulação e ao estabelecimento de pessoas e empreendimentos. Os cafezais das famílias mineiras expandiram-se pelas mediações do rio Paraíba do Sul, tanto no Sul de Minas quanto em São Paulo. Todavia, na primeira década do século XIX, as proibições de entrada e ocupação do Sertão de Leste foram revogadas por D. João, o que, aliado à ocupação de boa parte das terras fluminenses pelos pés de café, fez com que a produção dessa rubiácea adentrasse as terras da Zona da Mata mineira, e, mais tarde, os Vales dos rios Doce e Mucuri – em pleno Sertão de Leste.

O café passou a ocupar inicialmente as terras fronteiriças ao Rio de Janeiro, sempre se deslocando mais para o norte, na medida em que as terras ao sul eram ocupadas.

> "(...) Já em 1809, a margem norte do Rio Paraibuna, no território mineiro, via suas terras serem preparadas para o plantio do café. A partir desse momento, a rota de chegada dos migrantes livres permanecia a mesma, mas sem o ponto intermediário no Rio. Passavam a se dirigir diretamente da Região Central e do

> Sul para a Mata, e fariam com que a população regional aumentasse significativamente, em um curto espaço de tempo.
>
> O avanço pela região se dava por entre as terras da primeira geração de fazendeiros da Mata, mas o impulso para seu avanço vinha do Vale do Paraíba, o que explica que sua expansão seja inicialmente contígua à fluminense. Nas margens dos rios Paraibuna e Paraíba, por exemplo, muitas das propriedades tinham parcelas tanto no Rio quanto em Minas. Em 1819, toda a produção mineira se concentrava nos distritos de fronteira, como Matias Barbosa, Mar de Espanha, Além Paraíba e Rio Preto. Os lucros advindos da produção, bem como os métodos de plantio, incentivavam a continuidade do processo de expansão da fronteira em direção norte, de modo que o café chegou a Juiz de Fora em 1828. Por volta de 1840, Leopoldina, Cataguases e Ubá eram atingidas" (GIOVANINI, 2006, p.106).

Paula (1988, p.177-178) afirma que a expansão do café pelo território mineiro começou na Zona da Mata, atingiu o Sul de Minas, perto da metade do oitocentos, e posteriormente chegou ao Vale do rio Doce e do Mucuri. Ainda segundo esse autor, foi observada produção cafeeira até em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, mas a quantidade e o preço eram pouco interessantes.

Certamente a Zona da Mata foi a região de Minas na qual o café mais se desenvolveu. Ela se tornou um grande centro econômico provincial, possivelmente o maior, durante toda segunda metade do século XIX.

> "Em Minas Gerais, a penetração da cultura cafeeira se dá via Zona da Mata. Esta, constituiu-se principal região produtora da Província/Estado, durante toda segunda metade do século XIX até 1930, transformando-se assim, no centro dinâmico da economia mineira daquele período" (PAULA, 2002, p.3).

Apesar da produção cafeeira em Minas ser fronteiriça à fluminense, as duas apresentaram diferentes desenvolvimentos:

> (...) "o Vale do Paraíba Fluminense transformou-se na maior região produtora de café no mundo. Sua produção chegou a mais da metade do total da produção exportável brasileira, entre as décadas de 1850 e 1870, iniciando sua queda progressiva a partir do decênio 1881/1890, entrando em plena decadência, a partir de então, quando é ultrapassada pela produção paulista. Ao contrário, em Minas Gerais, isto é, a produção cafeeira matense, o volume das exportações oscilou na casa dos 20% do total nacional, entre as décadas de 1870/1930.
>
> Todavia, a partir dos anos de 1890, enquanto a cafeicultura fluminense entra numa crise sem volta, chegando mesmo a ser substituída em vários pontos daquela região pela pecuária extensiva, como afirma Stein, a cafeicultura mineira/matense, mesmo não tendo a desenvoltura da cafeicultura paulista, estimulou com seus capitais a diversificação urbano-industrial da Zona da Mata, tendo a cidade de Juiz de Fora, como principal receptora destes estímulos" (PAULA, 2002, p.3-4). [grifo nosso]

A produção cafeeira em Minas não alcançou números tão exorbitantes quanto a fluminense, que se tornou a maior produtora de café do mundo durante algumas décadas. Contudo, a produção mineira se mostrou estável, girando em torno de 20% da produção nacional durante as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX.

Além de propiciar o crescimento e diversificação da indústria na Zona da Mata, o capital proveniente das lavouras de café levou a expansão da malha viária mineira, e atingiu não só a Mata como também outras regiões, como os Vales dos rios Doce e Mucuri. As estradas e ferrovias tiveram papel fundamental como possibilitadoras do estabelecimento de cidadãos e empreendimentos no leste mineiro, tornando-o cada vez menos um Sertão e mais um território.

Em 1861 foi construída a Rodovia União & Indústria, que ligava a Zona da Mata mineira ao porto do Rio de Janeiro. Na década de 1870 ocorreu a expansão da malha ferroviária, o que permitiu a proliferação da produção de café para o interior da província. O avanço da malha viária e das lavouras cafeeiras atingiu, em maior medida, o sul, sudeste e leste de Minas Gerais. Anderson José Pires (1993) diz que em Minas ocorreu uma espécie de “causação circular” na qual o capital proveniente do café levava ao investimento na melhoria e expansão da malha viária, que por sua vez levava ao aumento da obtenção de capital pelos cafeicultores.

A expansão cafeeira acirrou uma problemática já existente no território mineiro: a corrida pela obtenção de terras. Como já mencionado nesse capítulo, eram duas as formas de obtenção de terras até a promulgação da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a ocupação (seguida do posterior pedido de posse legal) e a doação de sesmarias. Ambas as formas foram rapidamente utilizadas por pessoas influentes para obter terras no Sertão de Leste, inicialmente na Zona da Mata e, com a plena ocupação dessas, no Vale do rio Doce e do Mucuri, com o objetivo de desenvolver nelas lavouras de café. Data da virada do século XVIII até a metade do século XIX a formação de diversos latifúndios monocultores no sudeste e leste mineiro.

> “O latifúndio era um dos traços comuns entre os dois lados do Rio Paraíba do Sul. Os métodos para a sua formação eram os mesmos de outras partes do Brasil. Os mais influentes recorriam ao governo central em busca de Sesmarias, voltando à região com o título de propriedade para tomar posse da

> área. Outros, igualmente influentes, tomavam posse da área antes de fazer a requisição ao governo" (GIOVANINI, 2006, p.107).

Os camponeses e pequenos posseiros, instalados nas terras da Mata há alguns anos, com construções e roças plantadas, perdiam suas terras para proprietários influentes que recebiam sesmarias dias antes. Sem condições de manter suas propriedades ou adquirir outras, muitos deles se tornavam agregados dos fazendeiros que acabavam de reivindicar suas terras. Os que quisessem permanecer na Zona da Mata mineira tinham praticamente só essa alternativa. Aos demais havia a possibilidade de desbravar as matas densas ainda de pé do Sertão.

Dessa forma, pode-se afirmar que a produção cafeeira em Minas favoreceu, em grande medida, o povoamento do Sertão de Leste. Através das sesmarias doadas até 1850 as melhores áreas próximas ao Rio de Janeiro e às estradas que ligavam Minas ao Rio e a São Paulo foram ocupadas por pessoas influentes que investiram em duas frentes: em gêneros agropecuários para abastecer as cidades mineiras e as praças do Rio e de São Paulo; e, em especial, as lavouras de café, cuja produção atendia tanto o mercado nacional quanto o internacional. Soma-se a essa expansão do café o desenvolvimento da malha viária no sudeste e leste de Minas Gerais, de meados do século XIX até a virada para o século XX, fruto da "causação circular".

A Zona da Mata mineira foi ocupada entre 1808 e 1860, o que empurrou os pequenos produtores e posseiros para o interior dos Vales dos rios Doce e Mucuri e até do Jequitinhonha. Finalmente, com a melhoria das estradas e a expansão das linhas férreas, entre as décadas de 1860 a 1880, o interior dos Vales do Doce e do Mucuri passaram a receber lavouras de café em escalas maiores. As florestas desapareceram rapidamente e os indígenas, que outrora povoavam o Sertão de Leste e assombravam as primeiras levas de luso-brasileiros que entraram e se estabeleceram no Sertão, tornaram-se uma ínfima sombra do que já foram.

A produção cafeeira certamente foi relevante para Minas Gerais no período oitocentista, especialmente para o sul e leste mineiros. Mas a economia dessas regiões não se resumia à produção dessa rubiácea. Como já mencionado em outras partes do capítulo, atividades agropecuárias em baixa escala, voltadas ao consumo familiar ou geradoras de excedentes que atendiam ao mercado local não podem ser

deixadas de lado, nem tampouco os gêneros exportados para outras capitanias. Queijos, doces e toucinhos tornaram-se típicos de Minas. Produções de algodão, couro, ferro e atividades artesanais também merecem ser mencionadas. O Sertão de Leste, no decorrer do século XIX, absorveu parte significativa da população que vivia no decadente centro da província. Esses indivíduos que adentraram o Sertão aproveitaram as vastas e férteis terras recém desbravadas para praticar as mais diversas atividades econômicas, com destaque para as ligadas, direta ou indiretamente, ao setor agropecuário.

Dessa forma, pode-se afirmar que a economia mineira oitocentista foi muito mais diversificada que monocultora, mais espraiada que concentrada e mais dinâmica que estagnada. Em relação ao leste mineiro, considerando o Sertão de Leste, juntamente com as áreas fronteiriças a ele, as mesmas colocações referentes a Minas, escritas poucas linhas acima, servem para definir a economia que lá se formou no decorrer do século XIX, afinal todas atividades econômicas acima referidas estiveram presentes no flanco oriental mineiro, o que favoreceu a transição de Sertão para território efetivamente ocupado.

Considerações Finais

A Geo-história, caracterizada pela interação entre homens, espaço e tempo, é de fundamental importância quando se estuda a formação e evolução de uma porção do espaço, no qual as relações humanas (socioeconômicas e políticas) sofrem as ações do meio geográfico que, ao mesmo tempo, influencia e modifica esse meio. O entendimento sobre a maneira pela qual se desenvolveu o desbravamento e ocupação do Sertão de Leste no decorrer do século XIX só foi possível porque se levou em consideração esse jogo de influências mútuas entre espaço e grupamentos humanos, ocorridos em um determinado recorte temporal.

À luz dos estudos realizados pela Escola dos Annales, a investigação aqui empreendida sobre o desbravamento e ocupação do Sertão de Leste, sobre a sua transformação em território, fez uso de variadas fontes e métodos, provenientes não apenas da Geografia, mas também da História, da Arqueologia Histórica, da Antropologia, da Economia e da Demografia.

Assim, foi possível compreender os motivos que levaram essa região a ficar por tanto tempo em compasso de espera e os fatores que responderam pelas mudanças de postura das autoridades metropolitanas e brasileiras quanto à inserção dela no contexto da civilização luso-brasileira: essa gradual inserção do leste ocorreu ao longo do século XIX, com seus entraves e possibilidades, com as verticalidades e as horizontalidades relativas à formação do território do flanco oriental de Minas Gerais.

Fatores de ordem político econômica favoreceram a preservação das características naturais do leste de Minas até o princípio do século XIX. Cabe lembrar que as primeiras pepitas de ouro foram encontradas em Minas na virada do século XVII para o XVIII. Desse momento em diante um grande fluxo de pessoas, vindas tanto de Portugal quanto do restante da colônia, instalou-se na região central de Minas. A exploração de ouro se mostrou promissora, o que levou a Coroa portuguesa a transferir a capital da colônia para o Rio de Janeiro e a criar uma série de restrições à circulação de indivíduos pelo restante da recém-criada capitania de Minas Gerais na tentativa de evitar os “descaminhos” do ouro.

O leste de Minas, desde as proximidades com a região centro-mineradora até as fronteiras com a Bahia, com o Espírito Santo e com o Rio de Janeiro tornou-se uma “região tampão”, na qual a circulação e a instalação de luso-brasileiros permaneceu proibida durante todo século XVIII.

Esse isolamento forçado fez com que a porção oriental de Minas Gerais, até os primeiros anos do século XIX, mantivesse todas as características necessárias para ser considerada como o Sertão de Leste: ambiente isolado, distante dos centros civilizados, no qual a territorialização não se fazia presente; desconhecido; repleto de perigos e de possibilidades de encontrar e/ou gerar riquezas; habitado por feras, animais peçonhentos e insetos; refúgio de diversas tribos indígenas não aliadas, entre elas os Botocudos, cuja fama de terríveis guerreiros antropofágicos era tão antiga quanto a colonização portuguesa.

As peculiaridades espaciais do Sertão de Leste não impediram seu desbravamento e conquista, mas certamente dificultaram esse processo. Além disso, os empecilhos geográficos exigiram maiores esforços das autoridades metropolitanas e brasileiras para superá-los, bem como dos súditos que realizaram essa empreitada. As nuances espaciais ditavam o ritmo de entrada no leste, mesmo que as pretensões reais e a vontade dos luso-brasileiros fossem outras.

O Sertão de Leste era uma região de relevo acidentado, dominada pelos mares de morro, com diversas serras e escarpas. A cobertura vegetal era composta predominantemente por Mata Atlântica densa, intercalada por trechos de Cerrado, de Mata de Altitude e até mesmo por Caatinga (em seu extremo norte). Os elevados índices pluviométricos, comuns ao clima tropical, garantiam que os rios permanecessem perenes durante todo ano e permitiam a formação de lagoas e pântanos. O deslocamento em meio a essas condições, nas primeiras décadas do século XIX, só era possível a pé ou com a ajuda de mulas, o que o tornava lento e penoso.

Apesar da rede de drenagem ser vasta e perene, as possibilidades de navegação não se mostraram favoráveis. Os esforços das autoridades luso-brasileiras para garantir o acesso de Minas ao mar pela via fluvial esbarraram em obstáculos de ordem geográfica difíceis de serem superados, o que frustrou os

planos dos governantes lusitanos e brasileiros. A navegação do Jequitinhonha, Mucuri e Doce só era feita por canoas leves e em alguns trechos, pois havia muitas declividades, bancos de areia, rochas em seus leitos e corredeiras, que impediam o deslocamento por grandes trechos sem a necessidade de diversas paradas de baldeação para contornar a pé os obstáculos naturais dos rios e de suas margens.

A associação entre relevo com muitos vales, florestas fechadas, clima úmido e quente e rede de drenagem robusta criou um ambiente propício à proliferação de insetos transmissores de doenças tropicais, entre elas a malária, que atacavam frequentemente os colonos que se aventuravam no Sertão.

Além dos empecilhos acima referidos, o Sertão de Leste, por ter ficado, em boa medida, isolado do contato com os súditos da Coroa no século XVIII, tornou-se o maior refúgio de tribos indígenas de Minas Gerais no princípio do século XIX. Nele habitavam os Masakalí, os Patasó, os Purí, os Corôados, os Koropó e os Botocudo (segundo grafia da época). Essas tribos guerreavam entre si e não mantinham laços de amizade com os luso-brasileiros por ocasião da entrada desses últimos Sertão adentro.

Desbravar o Sertão de Leste e transformá-lo efetivamente em território luso-brasileiro não era tarefa simples. Para tanto, D. João determinou uma série de ações voltadas à execução dessa empreitada. O ano de 1808 é um momento chave no processo de conquista e ocupação do Sertão de Leste. Dois meses após a chegada do monarca e de sua Corte ao Brasil ele retirou as proibições de acesso ao flanco oriental mineiro, declarou guerra ofensiva aos Botocudos e criou uma força militar denominada Divisões Militares do Rio Doce para atuar dentro do Sertão.

As Divisões Militares do Rio Doce foram fundamentais na criação de condições para instalação de colonos no leste de Minas Gerais. Entre as tarefas das Divisões Militares estavam: i) o combate aos índios Botocudos através de guerra ofensiva, realizada todos os anos, nas estações secas (o que permaneceu até 1818, quando a Coroa abandonou a estratégia ofensiva e adotou a tática de aproximação e aculturação gradativa com os indígenas); ii) a defesa dos colonos que passassem a viver no Sertão de Leste de qualquer ameaça indígena; iii) a construção de quartéis, presídios, pousos de tropa e demais guarnições militares que garantisse a

presença luso-brasileira no Sertão; iv) o propiciar da navegação do rio Doce, para deixar as margens desse rio e de seus principais afluentes livres da presença dos povos da floresta; e v) o colaborar na construção de pontes, estradas, vilas e qualquer outra obra designada pelo rei ou pelos governadores/presidentes da capitania/província de Minas Gerais.

Enfim, foram dadas aos membros das Divisões Militares do Rio Doce as incumbências de desbravar o Sertão de Leste, de garantir que a vida e as propriedades dos colonos fossem preservadas e de fazer cumprir as leis reais, ou seja, coube às Divisões Militares a missão de inserir o Sertão de Leste no território português (e depois de 1822, no território brasileiro).

O isolamento do Sertão de Leste, aliado às peculiaridades físicas (dificuldade de deslocamento, florestas robustas, índios arredios) e a pouca presença de súditos reais, fez com que a alteridade estivesse presente nas relações entre as autoridades maiores e os comandantes das Divisões Militares, soldados e colonos que habitavam o Sertão.

Em diversas situações os comandantes das Divisões Militares do Rio Doce tomaram decisões de ordem prática para sanar problemas emergenciais sem que os governadores/presidentes da capitania/província de Minas Gerais ou que o governo central sequer tivesse conhecimento das ações dos comandantes.

A ocupação das terras do Sertão de Leste por colonos é um bom exemplo de alteridade territorial. As terras do flanco oriental mineiro foram ocupadas dor duas vias: pela doação de sesmarias e pela posse da terra devido a seu uso por anos seguidos. Nos dois casos a distância dos centros civilizados (vilas e cidades) e a falta de fiscalização fizeram com que as propriedades aumentassem de tamanho sem que as autoridades tomassem conhecimento disso. As sesmarias eram doadas às pessoas influentes e com ligações com o rei (de Portugal ou do Brasil). Ao tomar posse de suas terras os beneficiados com as doações retiravam pequenos posseiros já instalados e ainda expandiam as fronteiras de suas propriedades, aproveitando-se da inexpressiva atuação de organismos coercitivos do Estado. Os posseiros expulsos das terras adentravam o Sertão a procura de novas áreas para se

estabelecer e, quem sabe, receber do governo as garantias legais dessas propriedades.

No contato entre luso-brasileiros e indígenas a alteridade era ainda mais evidente. Os direitos e a integridade física dos índios eram constantemente violados, tanto os colonos quanto os militares de diversas patentes das Divisões Militares do Rio Doce exploravam ao máximo a mão de obra indígena e usurpavam suas terras, mesmo com ordens contrárias vindas da Coroa, que desde 1818 abandonou a guerra ofensiva e buscou a atração dos povos da floresta para os aldeamentos. A guerra justa foi utilizada como pretexto para exterminar os indígenas e para capturá-los e usá-los como mão de obra servil. As terras ocupadas por posseiros ou por sesmeiros não respeitavam as áreas habitadas pelos índios, sendo que “matar uma aldeia” para se livrar do inconveniente da presença deles foi ação constante no Sertão.

As informações obtidas por ofícios do comandante geral das Divisões Militares do Rio Doce, Guido Marlière, e por viajantes estrangeiros que visitaram o Sertão de Leste demonstram que ali a possibilidade de ganhos econômicos pesava mais que as ordens reais ou que a vida dos povos da floresta.

No século XIX o Sertão de Leste certamente era a região de Minas Gerais com maior número de indígenas. O risco à integridade física dos luso-brasileiros que adentravam o Sertão ainda existia, mas pode-se dizer que era limitado e diminuía a cada ano, à medida que a estrutura física e o número de cidadãos crescia e as fronteiras do Sertão eram ocupadas. Por fim, verificou-se que o combate aos indígenas ocorreu mais pelo empecilho que os povos da floresta representavam para a obtenção de terras por parte dos luso-brasileiros do que pelos riscos à vida dos últimos.

Entre 1808 a 1839 ocorreu o momento mais importante do desbravamento do Leste, foi quando as bases que garantiram a entrada no Sertão foram estabelecidas e os maiores empecilhos foram vencidos. Com a vinda da Corte para o Brasil as ordens reais mudaram e o Sertão de Leste, até então propositalmente isolado pelas autoridades luso-brasileiras, deveria, por ordens diretas de D. João, finalmente ser inserido no território do então Império português.

Esse foi o período de atuação das Divisões Militares do Rio Doce (1808-1839), que desbravaram matas densas, enfrentaram as piores dificuldades advindas da natureza intocada e do relevo acidentado, construíram fortificações militares de apoio e combateram ou aculturaram os indígenas, o que possibilitou que os colonos adquirissem terras dentro do Sertão e as explorassem economicamente. Muitos indígenas acabaram sucumbindo nesses anos devido aos combates com os militares e com os colonos, devido às doenças adquiridas no contato com brancos, pardos e negros e devido à diminuição da área de deslocamento, caça e coleta necessária para sustentar o modo de vida nômade ou seminômade que diversas tribos resguardavam.

Data desse período também a construção de novas estradas (com o apoio das Divisões Militares e com o recrutamento de índios aldeados para trabalharem nessas empreitadas) que propiciaram maior entrada de colonos para ocupar as terras no interior do Sertão de Leste, exercer atividades econômicas, especialmente as ligadas ao abastecimento do Rio de Janeiro.

De 1808 a 1821 ocorreu a maior porcentagem de doação de sesmarias no Sertão de Leste e de 1821 a 1835 a proporção de doações permaneceu elevada, o que favoreceu a proliferação de fazendas, vilas e estradas particulares, que, por extensão, reduzia gradualmente as fronteiras do Sertão.

De 1840 até o fim do século o que se deu foi a ocupação cada vez mais intensa das terras do Sertão de Leste, já sem boa parte dos empecilhos naturais que se faziam presentes ali na virada do século XVIII para o XIX. Trechos importantes de floresta já haviam sido derrubados, o que diminuiu o risco de doenças, de contato com animais selvagens e com indígenas. As sesmarias doadas foram ocupadas e novas terras foram doadas ou empossadas. A agropecuária expandiu-se, para abastecer o mercado interno e as províncias vizinhas. Finalmente o café ganhou força no leste mineiro, primeiro na Zona da Mata e, depois de 1850/60, se expandiu cada vez mais para o norte, ocupando gradativamente os Vales dos rios Doce e Mucuri.

Aliás, o espraiamento das atividades econômicas em Minas Gerais, desde a decadência do ouro, e a diversificação de sua economia permitem inferir que não

houve estagnação ou retrocesso econômico nem tampouco populacional nessa capitania/província, ao contrário, ela se manteve dinâmica. Após 1808, com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro e o acréscimo de um relevante mercado consumidor, associado à revogação das leis que proibiam o acesso ao Sertão de Leste, essa região passou a receber população e atividades econômicas antes concentradas no centro minerador. As terras do Sertão de Leste eram mais férteis e abundantes que as da região central de Minas e localizadas tanto nas proximidades da capital da colônia, posteriormente transformada em capital do Império brasileiro, quanto do centro minerador.

Foram instaladas no Sertão de Leste atividades vinculadas a agricultura e pecuária, inicialmente de baixa produção, mas depois ligadas também a exportação; indústria de beneficiamento da produção agropecuária; engenhos de açúcar; lavouras de algodão e indústria têxtil; minas de extração de minério de ferro, forjas para produção de ferro e até de aço e serralherias que trabalhavam com esses metais; extração aurífera em baixa escala; atividades artesanais; extrativismo de madeiras nobres para exportação, de madeira em geral para construção e de lenha para as casas e para o setor siderúrgico (ambas favoreceram a derrubada das florestas do Sertão de Leste); entre outras.

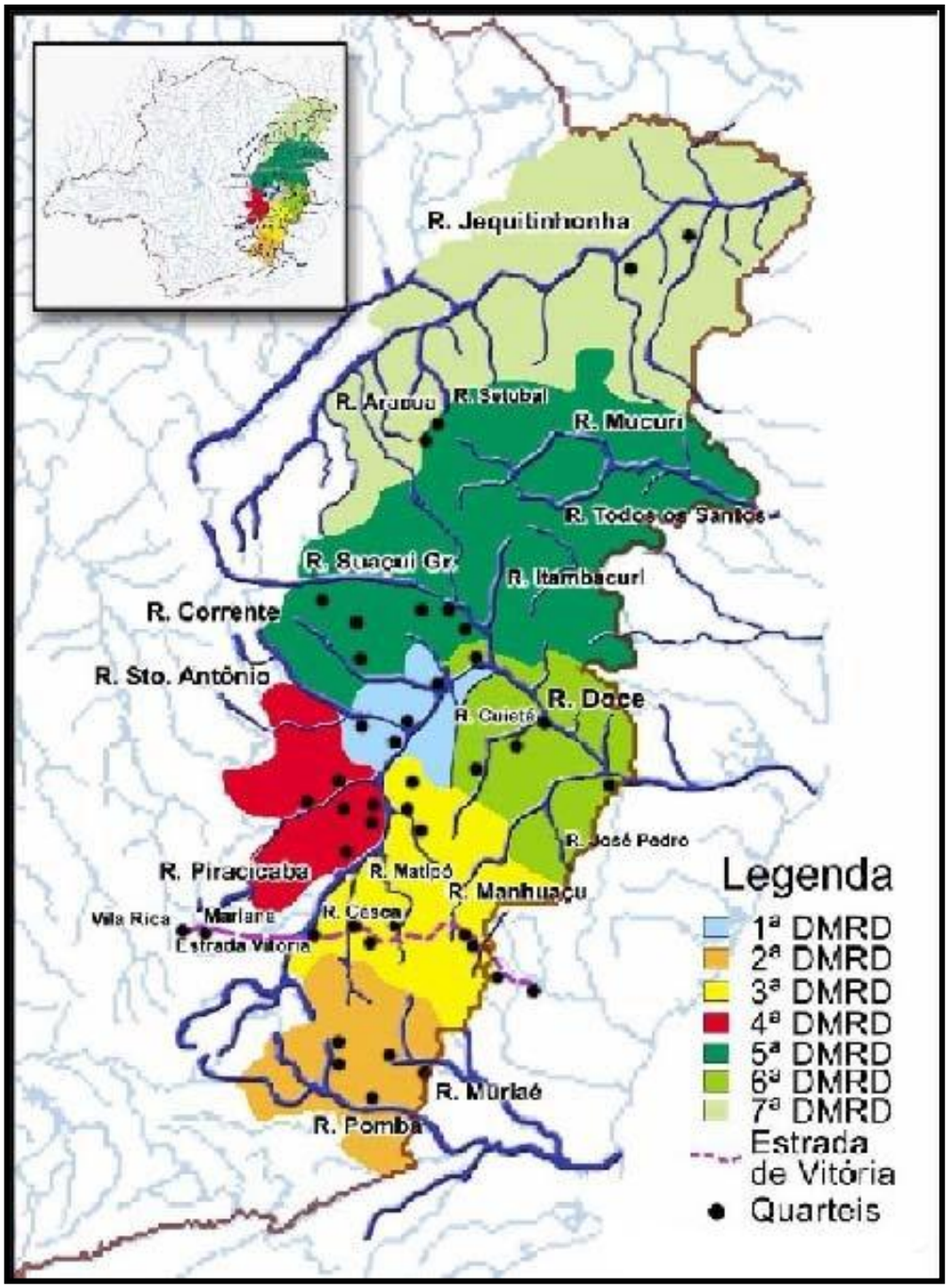
O Leste de Minas deixou de ser Sertão e se tornou efetivamente território à medida que: i) as autoridades incentivaram sua ocupação e garantiram as condições mínimas para o estabelecimento de súditos e seus empreendimentos econômicos; ii) ocorreu a diversificação e a difusão da economia mineira durante todo século XIX, em razão dos fluxos populacionais provenientes, em grande parte, da região central de Minas, que investiram nas diversas atividades econômicas supracitadas; e iii) os entraves à ocupação vinculados às características geográficas e naturais (relevo ondulado, florestas robustas, animais, insetos e doenças), e à presença de indígenas não aliados foram gradativamente superados.

Enfim, a imbricação desses fatores de ordem política, de ordem socioeconômica e de ordem geográfica leva ao entendimento de como se deu o processo de desbravamento e ocupação do Sertão de Leste, transformando-o, no decorrer do século XIX, em território plenamente ocupado, fiel às ordens reais e economicamente ativo.

Espera-se que o esforço empreendido nessa dissertação para lançar luz aos fatores que levaram ao desbravamento, ocupação e uso do Sertão de Leste pelos luso-brasileiros, no século XIX, transformando-o em território, tenha sido útil para avançar na Geo-história regional mineira.

Ainda existem muitos conhecimentos a serem desvendados a respeito do passado tanto do Sertão de Leste quanto das demais regiões de Minas Gerais. Os geógrafos podem contribuir ativamente na construção desse saber, afinal aqueles que lidam com o saber geo-histórico têm uma abordagem que associa relações humanas, espaço e tempo, o que pode trazer novas investigações e/ou novas interpretações a respeito das relações pretéritas em Minas ou mesmo em outras partes do Brasil.

Anexo 1



Área de abrangência das Sete Divisões Militares do Rio Doce e de seus quartéis (1808-1831)

Fonte: Espindola (2000, p.138).

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGUIAR, José Otávio. *Memórias e Histórias de Guido Thomáz Marliére (1808-1836) – A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil.* Campina Grande: EDUFCG, 2008.

_____. *Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos Sertões do rio Doce (Minas Gerais)*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Julho/ Agosto/ Setembro de 2007. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaolivre.artigo.8-Jose.Otavio.Aguiar.pdf> Acesso em: 13/11/2013.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. 19. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ALVES, José Eustáquio Diniz; ALVES, Márcio Resende Ferrari. Civilização e Barbárie: D. João VI e a Conquista dos Sertões do Leste. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2008.

AMADO, Janaina. *Região, Sertão, Nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.145-151, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1993.

ANGELO, Leonardo Bassoli. *As tensões no rio Doce: uma análise sob a perspectiva da Direção Geral dos Índios de Minas Gerais (1824-1829)*. XVIII Encontro regional – ANPUH-MG. Mariana, 2012.

BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões: se conviria o sistema dos jesuítas, fundado principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, p.3-18, 1840.BRASIL. Leis etc. Colecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm> Acesso em 12/09/2013.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.* Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BRASIL. Leis etc. *Carta Régia de 13 de Maio de 1808.* Colecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm> Acesso em 19/01/2013.

_____.*Carta Régia de 02 de Dezembro de 1808.* Colecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 171-174. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0212.htm> Acesso em 19/01/2013.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*; a Revolução Francesa da historiografia.trad. N. Odalia. 4. reimp. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CARNEIRO, Patrício Aureliano S. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da. Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado – UFMG, 2008.

_____ .*Do Sertão ao Território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado, 2013.

_____ ; MATOS, Ralfo E. S. *A Formação do Espaço Agrário no Leste da Capitania de Minas Gerais*: *vale dos Rios*.*Piranga e Paraibuna* (*1694-1835*). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2010a.

_____ ; MATOS, Ralfo E. S. Geografia Histórica da Ocupação da Zona da Mata Mineira: Acerca do Mito das "Áreas Proibidas". In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2010b.

CARRARA, Ângelo Alves. *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1939-1909).* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993.

_____. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais,1674-1807*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. *Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar*. In: SOUZA, M. A. A. et al (org). Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

_____. *Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação*. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al (org). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHAUI, Marilena de Souza; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). Índios no Brasil. 4. Ed. São Paulo: Global, 2000.

CORRÊA. Roberto L. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas.* Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Junia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

CUNHA, Alexandre Mendes. *A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2002.

CUNHA, Manuela carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUPOLILLO, Fulvio. *Diagnóstico Hidroclimatológico da Bacia do Rio Doce*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado – UFMG, 2008.

DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco; MENDONÇA, Francisco. *Climatologia: noções básicas e climas do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

DUARTE, A. C. *Regionalização – Considerações Metodológicas.* Boletim de Geografia teorética, Rio Claro, V10, M20, p5-32. 1980.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von; RENGER, Friedrich Ewald; RIBEIRO, Tarcísia Lobo; AUGUSTIN, Günther Herwig; ALKMIM, Fernando Flecha de; LIBBY, Douglas Cole. *Jornal do Brasil*: 1811-1817 ou, Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *A navegação do rio Doce: 1800-1850*. Revista Navigator. v.3. n.5, 2007. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig5/art/N5_art4.html> Acesso em: 13/03/2013.

_____. *Sertão do Rio Doce*: navegação fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território da floresta tropical por Minas Gerais (1800-1845). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. *Sertão do Rio Doce*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. Apontamentos sobre a vida do índio Guido Pokrane e sobre o francez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, p.410-417, 1855.

GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais*. Organização e estudo crítico de: RENGER, Friedrich Ewald. Belo Horizonte: fundação João Pinheiro, 2013.

GIOVANINI, Rafael. *Regiões em movimento:* um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata (1808-1897). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado – UFMG, 2006.

GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Urbanização, Desenvolvimento Econômico e Comércio em Minas Gerais, na Primeira Metade do Século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11., 2004, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2004.

GOMES, Paulo C. C. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, I.E. et al (org). Geografia, Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GUERRERO, Patrícia. *Vale do Jequitinhonha: a região e seus* contrastes. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 05, ano V, p. 81 – 100. Florianópolis, maio de 2009. Disponível em: <http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed05/art04ed05.pdf> Acesso em 04/05/2013.

GREGORY, D. ET AL (org.) *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 1996.

GRIGG, David. *Região Modelos e Classes*. In: IBGE, Boletim Geográfico. v32 n234, pág. 2 a 46. Rio de Janeiro 1973, IBGE. 164p. Traduzido por MEDEIROS, Arnaldo Viriato. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201973%20v32%20n234.pdf>. Acesso em 03 de setembro de 2012.

HAESBAERT, Rogério da Costa. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: < http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf> Acesso em 16 de outubro de 2013.

_____. *Regional-Global*: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 a.

_____. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 b.

IBGE. *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes: Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú 1944*. 1980. <http://biblio.wdfiles.com/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg> Acesso em: 20 de maio de 2013.

_____. *Censos Demográficos de 1872, 1890 e 1900*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1286&z=cd&o=3&i=P> Acesso em: 02/02/2014.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLACADAS (IGA). *Mapa: Minas Gerais – Bacias Hidrográficas*. 2012. Disponível em: <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5667-bacias-hidrograficas/69546-bacias-hidrograficas/5146/5044> Acesso em 08/10/2013.

_____. *Mapa: Minas Gerais – Vegetação*. 2012. Disponível em: <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5668-clima-vegetacao-e-relevo/27208-vegetacao/5146/5044> Acesso em: 08/10/2013.

LEI N° 601 DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 25/08/2012.

LENCIONI, Sandra. *A Influência do Neokantismo e do Positivismo Lógico no Estudo Regional*. In: Região e Geografia. Edusp, São Paulo. 2009.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais No Século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Roberto Borges. *A Transferência da Corte Portuguesa Para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais.* In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2008.

MATTOS, Izabel Missagia de. *"Civilização e revolta"*: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas: UNICAMP, 2002.

MATOS, Ralfo. *Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite.* In: Espacialidades em rede. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:EDUSP, 1978.

MORAES, Fernanda Borges de. *Urdiduras da rede urbana das Minas Gerais setecentistas*. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. Salvador, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; Annablume, 2002.

_____. *O Sertão: um 'outro' geográfico*. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 3-4, n.4-5, p.11-23, 2003. < http://terrabrasilis.revues.org/341> Acesso em: 19 de abril de 2013.

MORENO, Cézar. *A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX.* Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.

MOURA, Marcelo Duarte. *A indústria artesanal de tecidos em Minas Gerais na 1ª metade do século XIX*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D14.PDF> Acesso em: 14/12/2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião. 3.ed.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PAIVA, Clotilde Andrade; MARTINS, Maria do Carmo Salazar; MARTINS, Roberto Borges. A população de Minas Gerais no século XIX: Novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais. Cedeplar/FACE/UFMG, 1985.

PAIVA, Clotilde Andrade. *Estrutura e dinâmica da população mineira no século XIX*. Relatório de atividades – 1989 (versão preliminar). Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 1989.

_____. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX* (Tese de doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

PAULA, João Antônio de. O Prometeu no Sertão: economia e sociedade da Capitania das Minas dos Matos Gerais. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PAULA, Ricardo Zimbrão Afonso de. *Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento*. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF> Acesso em: 10/12/2013.

PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930.* (Dissertação, Mestrado). Niterói: UFF, 1993.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2008.

PHILO, Chris. História, geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, Dereck et al. (Orgs.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Cap. 9, p.269-298.

REIS, José Carlos. *Escola do Annales: a inovação em história.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Guilherme*. Epistemologias braudelianas*: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. Geographia, n.15, ano VIII, jun. (2006).

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigues José Meneses. *Revista Brasileira de História.* Vol.23, n.46. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Maria de Fátima. Diálogo com a escrita sobre o sertão. In: SILVA, Aldo Dantas da.; GALEANO, Alex. *Geografia: ciência do complexus – ensaios disciplinares.* Porto Alegre: Sulina, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Quadro geográfico da vegetação primitiva na província de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

_____. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A Natureza do Espaço.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SARAIVA, Luiz Fernando; SILVA, Lílian França da. Minas Gerais, Regionalização e Identidade, 1821 – 1893 . In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2010.

SOARES, Weber. *As fronteiras epistemológicas entre Geografia e História e a travessia conciliadora na Geo-história da expansão marítima portuguesa*. In: Geografia, Rio Claro, v. 38, n. 1, p. 37-53, jan./abr. 2013.

_____. Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local. 1. ed. Belo Horizonte: Proex-UFMG, 2009.

_____. Desenvolvimento e capital social: da análise de redes sociais ao recorte teórico das desigualdades. In: MATOS, R. Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil. Garamond. Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de. Et al (org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friederich Phillip von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e Filosofia*: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo. Editora Unesp, 2004, p. 87-119.

STRAFORINI, Rafael. *Tramas que Brilham*: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII. Tese (Doutorado em Geografia). 293f. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Alteridade Territorial: uma leitura geo-histórica do território colonial brasileiro*. São Paulo, 2009. Disponível em:

<www.enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/texto_rafael_straforini1.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2010.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens através da América do Sul.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. 2006.

WAENY, M.F.C.. *História e psicologia em Henri Berr*. Memorandum, 5, 2003. P.36-41. Disponível em:
<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos05/waeny02.htm> Acesso em: 15 de abril de 2012.